

Paulo de Queiroz Duarte

# SAMPAIO



BIBLIOTECA DO EXÉRCITO  
EDITORA

SAMPAIO



BIBLIOTHECA DO EXERCITO

Casa do Barão de Loreto

— 1881 —

Fundada pelo Decreto nº 8.336, de 17 de dezembro de 1881,  
por FRANKLIN AMÉRICO DE MENEZES DÓRIA, Barão de Loreto,  
Ministro da Guerra, e reorganizada pelo  
General de Divisão VALENTIM BENÍCIO DA SILVA,  
pelo Decreto nº 1.748, de 26 de junho de 1937.

Comandante do Exército

*General de Exército Enzo Martins Peri*

Departamento de Educação e Cultura do Exército

*General de Exército Rui Monarca da Silveira*

Diretor do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército

*General de Brigada Juarez Aparecido de Paula Cunha*

Diretor da Biblioteca do Exército

*Coronel de Artilharia e Estado-Maior Josevaldo Souza Oliveira*

Conselho Editorial

Presidente

*General de Brigada Aricildes de Moraes Motta*

Membros Efetivos

*General de Exército Pedro Luís de Araújo Braga*

*Embaixador Marcos Henrique Camillo Côrtes*

*General de Divisão Ulisses Lisboa Perazzo Lannes*

*General de Brigada Cesar Augusto Nicodemus de Souza*

*General de Brigada Sergio Roberto Dentino Morgado*

*Coronel de Cavalaria e Estado-Maior Nilson Vieira Ferreira de Mello*

*Coronel de Engenharia e Estado-Maior Luiz Carlos Carneiro de Paula*

*Professor Doutor Arno Wehling*

*Professor Doutor Guilherme de Andrea Frota*

*Professor Doutor Paulo André Leira Parente*

Biblioteca do Exército

Praça Duque de Caxias, 25 – Ala Marcílio Dias – 3º andar  
20221-260 – Rio de Janeiro, RJ – Brasil

Tel.: (55 21) 2519-5707 – Fax: (55 21) 2519-5569

DDG: 0800 238 365 – Endereço Telegráfico “BIBLIEX”

E-mail: [bibliex@bibliex.com.br](mailto:bibliex@bibliex.com.br) ou [bibliex@bibliex.ensino.eb.br](mailto:bibliex@bibliex.ensino.eb.br)

Homepage: <http://www.bibliex.com.br>

---

Paulo de Queiroz Duarte

# SAMPAIO

2ª edição  
revista e ampliada



Biblioteca do Exército Editora

Rio de Janeiro

2010

Copyright © 2010 by Biblioteca do Exército Editora

Coordenação

JULIO LIMA VERDE CAMPOS DE OLIVEIRA

Capa

MURILLO MACHADO

Revisão histórica

OMAR COUTO CONDE E MARCIO COSTA

Revisão

ELLIS PINHEIRO, FABIANE MONTEIRO,

MARCIO COSTA E SUZANA DE FRANÇA

S192 Duarte, Paulo de Queiroz, 1900-1990

Sampaio / General Paulo de Queiroz Duarte. – 2.ed.  
rev.ampl. – Rio de Janeiro : Biblioteca do Exército, 2010.  
328 p.: il.; 23 cm – (Biblioteca do Exército; 835. Coleção  
General Benício; v. 465)

ISBN 978-85-7011-438-9

1. Sampaio, Antônio de, 1810-1866. I. Título. II. Série.

CDD 923.5

Edição comemorativa do bicentenário de nascimento do  
brigadeiro Antônio de Sampaio, Patrono da Infantaria brasileira (1810-2010)

## APRESENTAÇÃO

No ano do bicentenário de nascimento do brigadeiro Antônio de Sampaio, Patrono da Arma de Infantaria, entre as inúmeras atividades previstas na Diretriz do Comandante do Exército, aprovada por intermédio da Portaria Nº 452, de 15 de julho de 2009, destaca-se a edição especial do livro *Sampaio*, de autoria do general Paulo de Queiroz Duarte, anteriormente publicado pela Biblioteca do Exército, em 1988.

Naquela oportunidade, o autor, por meio de seu excelente livro, preencheu uma lacuna até então existente: a ausência de uma biografia que retratasse de forma completa a vida e os feitos históricos de Antônio de Sampaio.

Sampaio foi mais um dos milhares de nordestinos, nascidos no ambiente simples e rústico dos sertões do nordeste. Foi nesse cenário de aspereza que forjaria seu forte caráter, percorrendo com invulgar coragem todas as etapas de sua carreira militar ao longo dos 36 anos de serviços prestados ao Exército Imperial.

É importante ressaltar o estilo e o espírito que norteou a obra do general Paulo de Queiroz Duarte. Em razão do acesso às inúmeras fontes primárias, não se intimidou e transcreveu muitas delas na íntegra, não deixando, portanto, de prevalecer sua vocação de instruir os mais jovens. Como infante destacado, teve a ventura de haver sido o primeiro comandante do Curso de Infantaria da Escola Militar de Resende, formando suas duas primeiras turmas, em 11 de agosto de 1945 e em 28 de dezembro de 1946, respectivamente.

Em boa hora, essa excelente e mais completa biografia do Patrono da Arma de Infantaria do Exército Brasileiro está chegando a todos os leitores, seja pelo lapso de tempo decorrido da primeira edição, seja pela necessidade

de as novas gerações do nosso Exército conhecerem aspectos da personalidade do biografado, ricos em valores e exemplos. Retrata ainda com precisão e clareza o ambiente vivido por Sampaio na época e apresenta o Exército em seu tempo.

Ao longo de sua absorvente narrativa, o autor nos remete aos longínquos sertões do Ceará, berço do Patrono, passando pelas inúmeras revoltas que sacudiram o Brasil Imperial na quadra de 1830 a 1870. Em todas as passagens, ricas em detalhes, vai emergindo de forma marcante a figura de Sampaio, desde sua incorporação em 17 de julho de 1830 como um simples soldado até brigadeiro (atual general de brigada) na Guerra da Tríplice Aliança, quando atingiu seu apogeu e entrou na galeria dos heróis da Pátria.

Logo, esta obra proporciona uma visão bastante detalhada da evolução de nossa Força, de sua participação destacada nos episódios da história nos conflitos externos, tornando-se fonte por demais valiosa para todos os jovens leitores.

*General de Exército Raymundo Nonato de Cerqueira Filho*

Comandante de Operações Terrestres

Presidente da Comissão do Bicentenário de Sampaio

## SUMÁRIO

Apresentação .....	05
Prefácio .....	11
CAPÍTULO 1 – Tamboril, origem do Município e seu Padroeiro .....	13
CAPÍTULO 2 – A infância e a juventude de Antônio de Sampaio .....	31
CAPÍTULO 3 – O 22º Batalhão de Caçadores de Fortaleza e seu comandante .....	43
CAPÍTULO 4 – A Quartelada do 22º de Caçadores em Fortaleza .....	70
CAPÍTULO 5 – A Cabanagem na Província do Pará .....	77
CAPÍTULO 6 – A Balaiada no Maranhão .....	102
CAPÍTULO 7 – Sampaio, ajudante de ordens do presidente do Maranhão .....	142
CAPÍTULO 8 – Campanha contra Rosas .....	171
CAPÍTULO 9 – A sucessão de governos no Uruguai depois da queda de Rosas .....	199
CAPÍTULO 10 – Sampaio nomeado comandante do Corpo Policial da Corte .....	210
CAPÍTULO 11 – A Campanha do Uruguai .....	226
CAPÍTULO 12 – A Campanha do Paraguai .....	256
CAPÍTULO 13 – A entrega dos restos mortais do brigadeiro Sampaio ao Asilo de Inválidos da Pátria .....	283
CAPÍTULO 14 – As comemorações do 1º Centenário da Batalha de Tuiuti e da morte do brigadeiro Antônio de Sampaio ..	298
CAPÍTULO 15 – Descendência de Antônio de Sampaio .....	306
Notas .....	317
Referências .....	325

A minha querida prima  
Edméa Alves de Queiroz Ferreira,  
deixo aqui registrado seu  
precioso concurso  
a mim prestado no decurso da  
elaboração deste estudo.

## NOTA DO AUTOR

Devemos à iniciativa de dois abnegados oficiais de Infantaria a presente biografia do brigadeiro Antônio de Sampaio e o Exército de seu tempo (1810-66), o General Murilo Rodrigues de Souza e o coronel Aldílio Sarmiento Xavier, ambos, infelizmente, já falecidos.

Murilo Rodrigues de Souza, aspirante da Escola Militar do Realengo, de dezembro de 1939, possuía o Curso de Infantaria, Regulamento de 1929, de aperfeiçoamento da EsAO, EMM, ESG, I. B. AeT e de mestre de salto paraquedista, além de estágio na 82ª Airborne Division, Fort Bragg, North Carolina, nos EUA. Era um oficial de firmes propósitos e de notáveis predicados.

Em maio de 1966, por ocasião do 1º Centenário da Batalha de Tuiuti e da morte do brigadeiro Antônio de Sampaio, Murilo Rodrigues de Souza, então coronel, comandava o 23º Batalhão de Caçadores da guarnição de Fortaleza, no Ceará, sua terra natal. Foi nomeado pelo comandante da 10ª RM, general Itiberê Gouvêa do Amaral, presidente da Comissão Diretora das Comemorações a serem realizadas na capital cearense.

Empolgado com a personalidade do Grande Infante, o coronel Murilo, a partir daquela data, passou a reunir tudo o que se publicou sobre a figura de Antônio de Sampaio, com a firme deliberação de escrever, quando estivesse na reserva, uma biografia do Patrono da sua Arma e seu conterrâneo.

Nesse elevado desígnio, nos momentos de folga da labuta diária, Murilo praticou inúmeras pesquisas, fomentou buscas em diversos pontos do país, conseguindo reunir um sem-número de livros, de documentos e de publicações de toda a espécie, na esperança de um dia, que desventuradamente não alcançou, pudesse redigir a história do nosso brigadeiro.

Em outubro de 1984, sexagenário, já bastante alquebrado pela doença que pouco depois o vitimou, o general Murilo ajustou por entendimentos, com o diretor da Biblioteca do Exército, a entrega do grande acervo reunido para que, em ocasião oportuna, pudéssemos arcar com a tarefa de estudar e de coordenar os diferentes episódios que marcaram a passagem da figura exponencial de Antônio de Sampaio pelas fileiras do Exército Brasileiro.

Assim, ao general Murilo Rodrigues de Souza devemos a paciente procura e a guarda dos dados essenciais que proporcionaram este trabalho.

O coronel Aldílio Sarmiento Xavier, aspirante da AMAN, de novembro de 1952, foi outro espírito culto, de elevada dedicação às coisas do Exército. Possuía o Curso de Formação de Oficial de Infantaria, Regulamento de 1945, da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, da Escola de Comando e Estado-Maior e o de Observador Aéreo, da EsIE.

Dirigiu a Biblioteca do Exército Editora por cinco anos, quando a morte o surpreendeu aos 55 anos de idade, ocasião na qual tinha tudo para triunfar na profissão que abraçara de corpo e alma.

Nós que há quase cinco lustros frequentamos com assiduidade a Biblioteca do Exército podemos aquilatar o grau de desvelo e operosidade com que o coronel Sarmiento Xavier executava a direção dessa OM.

Atendendo à solicitação do general Murilo, empenhou-se ele em passar a tarefa que o nosso companheiro já não mais poderia assumir.

Escolhidos pelo diretor da Biblioteca, sob o fundamento de que a OM ainda não possuía a biografia do Patrono da Infantaria e de sermos nós um velho instrutor da Arma, não pudemos fugir à solicitação do bom companheiro: *noblesse oblige*.

Ao recebermos o valioso acervo reunido pelo general Murilo, assim que nos desvencilhamos dos originais do *Conflito das Malvinas*, passamos a examinar e a estudar a farta documentação recebida diretamente do próprio general Murilo. Não era, e nunca foi nosso propósito, empreender a biografia do brigadeiro Sampaio, mas diante do acontecido, não nos sentimos com força para recusar a empreitada.

Por essa razão, este trabalho é o único elaborado por “encomenda”, pois não partiu da nossa eleição.

Foi assim, prezado leitor, por meio do concurso desses excelentes camaradas, já desaparecidos do nosso convívio, que devemos a existência da biografia do brigadeiro Antônio de Sampaio e o Exército de seu tempo.

## PREFÁCIO

Este prefácio pode bem se reduzir a algumas observações.

A primeira: neste livro temos a melhor ou mais completa biografia do Patrono da Infantaria brasileira.

A segunda: essa biografia tem como fundo de quadro, em cada lance importante da vida de Sampaio, o ambiente onde ele viveu.

Por isso, posso dizer que o livro ultrapassa muito o simples objetivo de mostrar quem foi o brigadeiro Antônio de Sampaio.

Assim, temos o Ceará do tempo em que o moço Sampaio assentou praça no 22º Batalhão de Caçadores, em Fortaleza, na quadra do levante de Pinto Madeira e da agitação político-militar na capital cearense, 1831-33; a ação policial contra os Mourões, em Piranhas; a Balaiada, com uma reconstituição muito boa do que nela fez o tenente Antônio de Sampaio, em geral mencionada muito por alto em inúmeras fontes sobre o biografado; a atuação deste na Revolução Farroupilha, novamente sob o comando de Caxias, e na luta das forças imperiais para debelar a Revolução Praieira.

Nos capítulos VIII a XII, temos resumos da guerra com Oribe e Rosas; a cooperação brasileira para assegurar a tranquilidade em Montevideú; a guerra com os blancos uruguaios, de 1864-65 e a primeira fase da Guerra da Tríplice Aliança, de 1864 a 1866, ano este em que Sampaio, no comando da “divisão encouraçada”, foi ferido três vezes na Primeira Batalha de Tuiuti.

Nos capítulos finais, está a consagração de Sampaio como infante-símbolo brasileiro.

Tanto como biografia como história militar do período 1831-66, eis um trabalho que bem merece divulgação no meio militar de hoje.

Finalmente, se alguém estranhar a extensão que o autor deu àqueles quadros, atente bem para seu propósito, que foi o de apresentar-nos o Exército do tempo de Sampaio. Isso ele faz muito bem, à base de fontes primárias, por isso mesmo transcritas na íntegra.

Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 1986.

*Francisco Ruas Santos*

# CAPÍTULO 1

TAMBORIL, ORIGEM DO MUNICÍPIO E SEU PADROEIRO. A FISIONOMIA DE FORTALEZA POR VOLTA DE 1810. UM POUCO DE SUA HISTÓRIA. OS ANCESTRAIS DE ANTÔNIO DE SAMPAIO E A LUTA COM A FAMÍLIA DOS MONTES, NO CURSO DA CONQUISTA E COLONIZAÇÃO DO ALTO JAGUARIBE.

No remoto e modesto povoado de Tamboril,<sup>NE</sup> situado nas cabeceiras do Rio Acaraú, em pleno sertão cearense, na Fazenda Vitor, a 24 de maio de 1810, nascia uma criança do sexo masculino que, ao fim de uma vida de constantes e porfiadas lutas, mereceu a nobilitante honra de ser escolhido Patrono da Infantaria do Exército.

Na pia batismal, recebeu o nome de Antônio. Consoante costume da época, repetia-se o nome do pai, Antônio Ferreira de Sampaio, antigo ferreiro, residente na Fazenda Vitor e natural de Monte-Mor, o Velho, hoje cidade de Pacatuba, 26km ao sul de Fortaleza. A genitora chamava-se Antônia.

É interessante assinalar que dois anos antes, em rincão não muito distante da Vila de Conceição do Arroio, na Capitania de São Pedro do Rio Grande, nascia Manoel Luiz Osorio que, com o correr dos anos, seria o Marquês do Herval e, mais tarde, o Patrono da Arma de Cavalaria. Tal como Sampaio, Patrono da Arma de Infantaria, ambos eram veteranos de muitas pelejas.

No limiar do século XIX, Tamboril não seria mais do que uma fazenda de criar, com limitado número de fogos,<sup>NE</sup> cuja evolução, por demais lenta,

---

<sup>NE</sup> Figura 1 do Caderno de Ilustrações.

<sup>NE</sup> Casa de habitação, lar, residência, segundo Dicionário Houaiss.

somente muitos anos depois passou a ser conhecida com sua elevação à categoria de freguesia e à vila de igual nome.

A certidão referente ao batismo de Sampaio infelizmente não foi achada. Na freguesia de São Gonçalo da Serra dos Cocos, que naquele tempo — 1810 — pertencia ao bispado do Maranhão, a que estava ligada espiritualmente a Província do Ceará, nada foi conseguido, embora bastante procurado.

Em relação à Fazenda Vitor, que durante duas décadas abrigou o menino e o jovem Antônio de Sampaio, ilustre historiador cearense assim a descreve:

À luz da alvorada foi que pude apreciar a beleza desta fazenda célebre.

De todos os lados vastos campos, e à esquerda da frente da casa o Serrote Feiticeiro, em sua perspectiva selvática, imprime certo ar grave a esta região.

Talvez tenha sido da presença constante desses penhascos que o bravo general aprendeu a severidade de que era dotado, qualidade que o tornava mais temido que simpático para aqueles com quem se comunicava.

O Serrote Feiticeiro, localizado ao sul da Vila, constitui uma das curiosidades da terra. Há várias versões sobre a sua denominação.

Para uns é assim chamado porque, de qualquer posição por onde é visto em determinada distância, tem sempre a mesma configuração, apesar de, olhado de perto, não ter uma forma regular. De ordinário, na aproximação e no fim dos grandes invernos, o Serrote estronda.

Para outros sua denominação provém do fato de se refletir o seu perfil em uma lagoa que fica situada a 2.000 braças de distância, razão por que a referida lagoa é também chamada do Feiticeiro.

A propósito do Serrote Feiticeiro, conta Bezerra de Menezes, em uma visita a Tamboril, o seguinte caso:

Nos arredores da vila, existe uma barragem de pedra e cal que supre as necessidades dos habitantes e sempre é procurada para os banhos diários. Em determinada época, esteve em Tamboril um súdito espanhol, artista, que ali fora procurar serviço. Malsucedido em sua arte, o estrangeiro viu-se em precária situação para deixar o povoado, pois não encontrara uma pessoa sequer que lhe fornecesse o necessário para a viagem. Em tal situação, num momento de desespero, exclamou: ‘Infeliz do homem que nesta terra toma banho naquela desgraça [a barragem]’ e... usou um plebeísmo muito em voga, com as costas viradas para aquela miséria (o Serrote Feiticeiro).

E acrescentou o informante:

O palavreado do filho da terra de Cervantes, com sua expressão pejorativa, popularizou-se; ninguém mais esqueceu na vila, pondo em sobreaviso os que tinham receio de deixar enterrado um umbigo sobre o frondoso tamboril ali existente.

Dois anos depois do nascimento de Sampaio, o coronel de engenheiros Antônio José da Silva Paulet escrevia em sua *Descrição geográfica abreviada da Capitania do Ceará*:

A Vila de Fortaleza é a capital da capitania; assento do Governo com um batalhão de tropas regulares, um juiz de fora, que é auditor da tropa e juiz da alfândega. Havia uma casa de câmara arruinada, não tinha cadeia pública; servem-se as autoridades civis de uma cadeia militar.

A vila é pobre, seu comércio de pouco vulto, ainda que o porto sofrível... Não há uma só casa de sobrado. O solo é de areia solta, o tijolo, cal e madeira são raros, e tudo concorre para ser muito dispendiosa a edificação. A estrada geral para Pernambuco é pela beira-mar...

Já o desembargador Luís Barba Alardo de Menezes, terceiro governador do Ceará independente do Maranhão, que tomara posse do cargo em junho de 1808, escreveu em sua *Memória Sobre a Capitania Independente do Ceará Grande*, datada de 18 de abril de 1814:

Na vila da Fortaleza residia o Governo, situada à beira-mar, um pouco elevada; distante uma légua do Porto de Mucuripe, seu antigo ancoradouro.

Os holandeses, durante a ocupação, residiram muitos anos na povoação da Barra do Rio Ceará, que fica para o poente, em uma distância de três léguas e meia, onde se conservam ainda vestígios de suas fortificações; porém seus moradores, vendo perdida a sua barra e que o local não era mais sadio, procuraram para a dita vila aonde já havia uma insignificante fortaleza, que por Provisão de 24 de setembro de 1745 se mandou fazer melhor.

A sua matriz tem por invocação São José de Ribamar, é grande, mas ainda imperfeita, por não estar acabada.

A Casa da Junta da Real Fazenda, Contadoria e Real Erário ficam por cima da cadeia e calabouço, com tanta impropriedade, risco e incômodo dos oficiais das

ditas que deu justo motivo aos serventuários requererem a mudança. Tem uma excelente Casa de Governo e outra igual onde os camaristas fazem as suas respectivas sessões, outra ótima da inspeção do algodão; um bom quartel de Infantaria, dentro do qual se acha a Capela de Nossa Senhora da Assunção; e com bastante perigo o Hospital Militar. Tem oito companhias de ordenanças, quatro de milícias e duas de Tropa de Linha, que é obrigada a guarnecer também os fortes de Mucuripe.

O número de seus moradores excede de três mil, e a renda de seu Conselho, segundo uma certidão do escriturário da Câmara, não passa de 154\$360 réis.

Por seu turno, *A Memória estatística do império do Brasil*, oferecida ao Marquês de Caravela, conselheiro de Estado, escrita em 1829, de autor desconhecido, publicada na Revista Trimestral do IHGB, Tomo LVIII 1895, dava para o Ceará em 1808 160.000 habitantes e, em 1823, 200.000, sendo 180.000 livres e 20.000 escravos; a Vila de Fortaleza contava no dito ano de 1808 com 3.000 habitantes.

A fisionomia de Fortaleza, capital da província, por volta de 1810, por sua vez foi assim descrita por João Brígido: “Os edifícios mais antigos eram o quartel e o Fortim de Nossa Senhora da Assunção, situado no local onde os holandeses projetaram uma fortaleza com o nome de Schoonemborch, em honra do então governador de Pernambuco.”

O fortim dominava a barra do rio que os invasores chamavam Marajaitiba, ou antes Mata de Palmeiras; por isso o fortim ficava à margem direita do regato povoado de catolezeiros. Esse regato com o correr do tempo teve os nomes de Ipojuca, Telha e por fim Pajeú.

Um documento gráfico da época dos holandeses, datado de 1649, indicava vários sítios, o quartel do Monte Marajalk, o local onde estão o quartel e o Passeio Público, o forte Schoonemborch, o armazém, o caminho para o Monte Itarema, o Ribeiro Tipoig, o Rio Ceará, o velho Forte São Bastião na Barra do Itarema, a casa do velho chefe Carajá, a casa do índio chefe Francisco Arajibá, a pequena Lagoa Imboena, a grande Lagoa Mondubim, o quartel do comissário Hendrick Van Ham, em Itaquera, roças de mandioca e milho. No fortim, residia o comandante do presídio, no início a única autoridade da região.

As águas do oceano lambiam as encostas do planalto, hoje do Outeiro, abaixo do qual presentemente se encontra todo o bairro da praia.

Em 1817, nas marés altas, as águas chegavam até o sobradinho nº 29, que foi de Bernardino Pacheco, em local escolhido pelos holandeses para seu desembarque, em 1649.

Em frente ao muro do Palácio do Governo havia um célebre cajueiro, sob cuja copa funcionava o açougue da vila, elemento da picaresca novela *O cajueiro do Fagundes*, de Araripe Júnior.

Essa anacardiácea deu azo a uma contenda. O almotacel da vila mandou derrubar a árvore, e a isso se opôs o capitão-mor José Moreira Gomes, sob a alegação de ser ela o morador mais antigo da povoação. E tal foi o vulto da demanda que acabou na Relação da Bahia, que se decidiu pela integridade do cajueiro do Fagundes, o qual veio a morrer de velho.

O governo de Luís Barba Alardo de Menezes, cujo período, iniciado em junho de 1803, terminou em 19 de março de 1812, fez levantar a primeira carta que se conhece da província, depois dos croquis feitos pelos holandeses.

O capitão de fragata Francisco Antônio Marques Geraldes procedeu a um estudo do Porto de Fortaleza. Nesse trabalho, figuram com exatidão em Mucuripe o pequeno promontório onde se construiu um fortim que servia de vigia e, em seguida, os fortes de S. João do Príncipe, Carlota e Bernardes. Ao lado do Forte Carlota, havia uma casa de pedra que servia de quartel e, junto a ela, uma outra, menor, usada como paiol de pólvora.

O quartel de Mucuripe, mandado edificar em maio de 1801, custou 545\$900 réis. Completava o sistema de fortificações da costa cearense outros pequenos redutos para o poente.

O fortim da cidade situava-se na eminência, ao lado do quartel. A ele sucedeu a atual fortaleza, já cogitada por Barba Alardo, para cuja construção fez recolher os donativos do costume. Para edificação da fortaleza, o capitão-mor dos Inhamuns, José Alves Feitosa, subscreveu, na sua administração, 700\$000, generosidade que lhe valeu o Hábito de Cristo. A obra, iniciada no governo de Sampaio,<sup>NE</sup> em outubro de 1812, foi concluída em agosto de 1822, custeada com donativos que só em dinheiro elevaram-se à soma de 16:103\$267 réis.

No curso da construção, as águas lambiam a face voltada para o mar. Hoje, a Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção fica em sítio central da cidade. No tempo de Luís Barba Alardo, o bairro marítimo da vila começou a ser

---

<sup>NE</sup> Manuel Inácio de Sampaio.

incrementado, em face do desenvolvimento do comércio direto da capitania, até então reduzido a permutas com Pernambuco.

O Alvará de 17 de janeiro de 1799, que deu autonomia ao governo do Ceará, eliminando a dependência de Pernambuco, permitiu o comércio direto com Portugal.

Em 1809, conseguiu aquele Governo que negociantes da vila despachassem o primeiro navio para Londres, levando produtos da terra e amostras de algodão.

Deu grande impulso ao plantio do algodão e enviou ao Governo amostras de tucum e croatá, na suposição de torná-los artigos de exportação. Em maio de 1811, estabeleceu-se em Fortaleza a primeira casa estrangeira de comércio direto, fundada pelo irlandês William Wara.

O algodão exportado em seu tempo regulou de 16 a 17 mil arrobas/ano.

O governador Luís Barba Alardo de Menezes organizou na Vila de Fortaleza uma fábrica de louça vidrada, no Outeiro, conseguindo produtos tão bons como os da Bahia, segundo dizia ele ao Conde de Linhares, em agosto de 1809. A iniciativa não vingou por falta de consumidores, pois a população de toda a província era apenas de 150.000 almas, como o próprio Barba Alardo calculava, e encontrava-se dispersa pelos sertões e sem comunicação com a fortaleza. Seu comércio era feito exclusivamente pelo Porto de Aracati, e o sítio onde existia a fábrica que envaidecera o governador no início do século XIX não pôde ser identificado.

A população da Vila de Fortaleza, segundo memorial endereçado ao rei, em agosto de 1814, não excedia de 3.000 habitantes.

No ano de 1810, o embarque e desembarque na vila, capital da província, era feito na cabeça de trabalhadores que para tanto entravam pelas ondas, conforme assegurou o viajante inglês Henry Koster, o qual lá esteve no final do ano. O algodão era o artigo exportado, acondicionado em sacos, que em 1810 somaram 3.385, como peso de 11.271 arrobas.

Em 30 de julho de 1808, a Câmara de Fortaleza fez um adjunto da nobreza e do clero pedindo ao príncipe regente que elevasse a vila à categoria de cidade; entretanto, sua população era insignificante para merecer a honra almejada.

Poucas eram as ruas: a do Quartel, que servia à Tropa de Linha, anteriormente denominada rua da Cadeia, pois esta estava situada no quartel; Praça do Conselho, formada pela matriz e por um grupo de casas fronteiras a ela.

O inglês Koster em sua curta permanência na vila assim a descreveu:

A cidade do Ceará está edificada em meio das areias em forma de quadrado, com quatro ruas partindo da praça. Tem ainda uma longa rua, que segue na direção paralela ao lado setentrional da praça [João Brígido].

Esta rua era a das Flores (hoje Castro e Silva) que contornava obliquamente a da Boa Vista (Floriano Peixoto), então muito frequentada pela existência de açougues, dando saída para o matadouro e para Jacarecanga.

Na praça, referida por Koster, estava o pelourinho, símbolo da comunidade, cuja edificação importava dizer que a vila se tinha inaugurado.

Por trás da matriz, demoravam o sítio e a casa do negociante português, sargento-mor Antônio Francisco da Silva; o prédio foi mais tarde convertido em palácio episcopal. Depois de vários acréscimos, o conjunto foi desapropriado e nos dias de hoje é o Paço Municipal João Brígido.

Na Fortaleza, além das festas religiosas, havia os “arruamentos de tropa”; o beija-mão, no dia do aniversário do príncipe, a 13 de maio; os jantares e reuniões do governador; os bailes que consistiam em representações intercaladas de danças e cantos. O povo tinha seus folgares, rudes como ele.

Alguns caíram em desuso: o papangu, procissão carnavalesca; o pajé, representação de cenas da vida selvagem, na qual fazia de protagonista uma serpente que acabava nas mãos dos índios; o batuque, dança africana; o fandango; cenas do mar; as touradas; as corridas à argolinha; as danças de corda nas ruas e praças. Os instrumentos usados pelo povo (alguns hoje bem raros) eram a viola, a guitarra, o rabecão machimbo etc.

As festas da igreja e quaisquer outras do mato não dispersavam o tiro de roqueira ou de bacamarte.

Os ciganos, que formavam bandos numerosos, vinham arrancar-se junto às vilas e povoados; os ouvidores, missionários e visitantes, fazendo sua entrada, com numerosas cavalgadas, eram sucesso. O povo movia-se a ver essas coisas.

À prédica dos missionários deslocavam as populações do sertão que vinham formar grandes abarracamentos, onde eles se achavam para se entregarem aos exercícios religiosos mais extravagantes, rezar, fazer pazes, penitências etc. Os frades aterravam-nos com ameaças de castigos tremendos na outra vida e lhes causavam uma impressão que resistia à ação do tempo. Ficavam

doidos os pobres de espírito, e os assassinos limpavam-se de suas culpas, confessando-as com flagelações disciplinares.

A história do Município de Tamboril recua ao início do século XVIII, entre 1740 e 1760, quando o capitão Luís Vieira de Sousa, casado com D. Ana Alves Feitosa, ali se estabeleceu com uma grande fazenda de criar e constituiu numerosa família.

Homem de grande fé, temente a Deus, afeito às duras lides do sertão, Luís Vieira idealizou a construção de uma bonita capela sob a invocação de Nossa Senhora Santana, escolhendo para isso aprazível local, conhecido como Alto da Malhada Real.

Em escritura lavrada em notas do tabelião público da diligência, lê-se:

Aos trinta dias do mês de março de mil setecentos e quarenta e nove, D. Ana Feitosa fez doação de trezentas braças de terra de comprimento e outras trezentas braças de largo, de uma só banda do Rio Acaraú, da parte sul, onde ela, doadora, tem sua casa de vivenda, com quarenta vacas situadas neste lugar ao Senhor Santo Anastácio, para patrimônio de uma capela que se pretende erigir neste mencionado lugar do Tamboril e nela colocar o dito santo.

Outra versão existe que assegura ter havido uma grande seca em toda aquela região, ocasionando grandes prejuízos à fazenda, o que levou o fazendeiro a recorrer à proteção de Santana, sendo atendido em um sonho no qual a santa aconselhou-o a construir uma barragem no Rio Acaraú. No dia seguinte, o proprietário dava início à sugerida barragem, ali ainda existente, o que proporcionou recursos para a manutenção da fazenda nos anos de forte estiagem.

No propósito de desenvolver sua propriedade e na firme deliberação de interessar novos colonos, o capitão Vieira doou vasta faixa de terra, própria para agricultura e criação de gado.

Iniciada a construção do pequeno templo, ele tratou de encomendar uma pequena imagem de Santana no intento de cumprir a promessa.

Aconteceu, porém, que, antes da chegada da imagem desejada, falecia o dinâmico fazendeiro, e, algum tempo depois, recebia sua família, para espanto geral, uma imagem, não a da santa encomendada, mas a de Santo Anastácio, destinada em verdade à localidade de Independência, distante de Tamboril cerca de 10 léguas ao sul. Deu margem à troca das imagens o

fato de que ambas, remetidas de Recife, traziam como única marca suas iniciais: S. A.

Sem maior exame, o volume com a imagem de Santana foi despachado para Independência e o que continha a de Santo Anastácio ficou e foi aberto em Tamboril.

Em face do lamentável equívoco, a família do falecido fazendeiro decidiu consultar as autoridades eclesiásticas, que autorizaram o culto a Santo Anastácio e a pleiteada transferência da construção da capela para local mais próximo da sede da Fazenda Vitor.

Passado mais algum tempo, estava levantada a prometida capela em volta da qual, com o correr dos anos, formou-se o arraial, agora sob a égide de outro santo.

A troca do orago, que no primeiro momento invocara o povo de Tamboril, acabou sendo esquecida. O certo foi que a Senhora Santana, esposa de S. Joaquim e mãe da Virgem Maria, pareceu à família do fazendeiro ser mais prestimosa do que Santo Anastácio, simples monge persa, nascido em Razech, quando recebeu o nome de Mangundat. Reza sua história que se converteu ao cristianismo em Jerusalém, sendo batizado com o nome de Anastácio. Ordenado padre, entrou para o mosteiro, de onde partiu mais tarde para Cesareia da Palestina, então sob o domínio persa. Preso e torturado pelo governador-geral, foi Santo Anastácio decapitado, depois de atrozes suplícios, no século VII.

Santo Anastácio, padroeiro de Tamboril, é festejado em 22 de janeiro.

A Fazenda Vitor, com o andar do tempo, transformou-se na povoação de Tamboril.

Afirma Maria Christina Russi da Matta Machado em seu trabalho, *Aspectos do fenômeno do cangaço no nordeste brasileiro*: “Nas fazendas maiores, a sede adquire gradativamente o aspecto de um modesto povoado. Somam-se capelas e outros edifícios, em certos casos tais núcleos são verdadeiros embriões de futuras vilas e até cidades.”

Em prosseguimento à evolução natural, em 17 de dezembro de 1853, de acordo com a Lei Provincial nº 629, criava-se a freguesia, sendo seu primeiro vigário o virtuoso sacerdote, padre Raimundo Felix Teixeira.

No governo do vigésimo presidente da província, padre Vicente Pires da Mota, que tomara posse do cargo a 11 de outubro de 1855, foi a comunidade elevada à categoria de município, com o desdobramento de uma área

pertencente ao Município de Ipu, em 4 de outubro de 1854, segundo Lei Provincial nº 664, sendo pelo mesmo diploma elevada à categoria de vila.

Na divisão territorial vigente, além do distrito sede, o Município de Tamboril conta com os de Arraial da Telha, Lagoinha, Pinheiro e Timbaúba. Localizado no estado, incluído no Polígono das Secas, situa-se fisicamente na Zona do Sertão Centro-Norte e limita-se com os municípios de Novas Russas, Santa Quitéria, Monsenhor Tabosa, Independência e Crateús. Situa-se no vale do Rio Acaraú, distando a cidade da capital do Estado, Fortaleza, que fica a NE dele, cerca de 232km em linha reta.

A altitude da sede é de 360m. O Rio Acaraú, cujas nascentes demoram cerca de 30km da sede do município, desenvolvendo pronunciada curva para o norte, avança decididamente nessa direção, indo desembocar no mar, nas proximidades da cidade de igual nome, depois de um curso de mais de 300km.

A área do município apresenta poucos acidentes orográficos, não obstante acentuadamente irrigado no período hibernal pelos afluentes dos rios Acaraú e Pinheiros, que no município têm suas nascentes. Os principais relevos são as serras Branca e Mandu, além dos outeiros Feiticeiros, Agudo, Arara, Mourão e Pedra d'Agir.

O recenseamento de 1950 consignou uma população de 21.837 indivíduos, toda ela formada de brasileiros. Os habitantes do município são denominados tamborilenses.

A palavra tamboril é designativa de pequeno tambor. Trata-se de vocábulo híbrido, corruptela indígena derivada de tambor e do diminutivo tupi mirim (pequeno). De tambor mirim fizeram os primitivos colonos a dicção inteiramente aportuguesada tamboril. O vocábulo serve também para designar uma espécie de peixe, o peixe-sapo. Em botânica, designa uma árvore de grande porte da família das leguminosas: *enterolobium timbouva*, que se acha à pequena distância da primeira casa que se levantou no local, em meados do século XVIII, segundo Antônio Bezerra, em suas *Notas de viagem ao norte do Ceará*. Existe também a espécie *peltophorum vogelianum*, uma leguminosa cesalpiniácea, vulgarmente conhecida com o nome de tamboril-bravo.

Acresce também que a árvore de cuja madeira os indígenas fabricavam seus tambores, instrumento de guerra, muito apropriada por sua leveza e porosidade, também é conhecida pelo nome de tamboril, a cuja

abundância na área do município se deveu o do povoado da colonização iniciada pelo capitão Luís Vieira de Sousa e sua mulher, D. Ana Alves Feitosa.

A família do ferreiro Antônio Ferreira de Sampaio compunha-se de oito filhos, cinco homens: o primogênito, Francisco Xavier de Sampaio, foi proprietário da Fazenda Jiboia, que deu origem ao povoado do mesmo nome, onde deixou uma capela dedicada a São Francisco Xavier; o segundo foi Antônio de Sampaio, brigadeiro, que veio a falecer em consequência de ferimentos recebidos na primeira Batalha de Tuiuti, no Paraguai; o terceiro, Pedro de Araújo Sampaio, faleceu em 1897, no Canindé; o seguinte, João, e o mais novo, Manoel, já eram falecidos quando Arthur Montenegro escreveu essas notas.

Das três mulheres, filhas do casal, uma foi casada com Lourenço Calabaça; outra, com Miguel Calabaça, e a terceira, com J. Vitorino Leite.

A propósito dos ancestrais de Antônio de Sampaio, o historiador Gomes de Freitas, a pedido do general Carlos Studart, tratou de pesquisar o assunto. Concluiu, em junho de 1966, que a origem genealógica pelo lado paterno é oriunda da família Feitosa, de Inhamuns. Adiantou que o tratado genealógico desta, de autoria de Leonardo Feitosa, assegura que o brigadeiro Antônio de Sampaio era filho de um filho reconhecido de Francisco Xavier de Araújo e como tal distinguido.

Essa assertiva não nos parece exata. Francisco Xavier de Araújo Chaves era realmente avô de Sampaio, mas pelo lado materno. D. Antônia, mãe de Antônio de Sampaio, era na verdade uma Feitosa.

Está com a razão o escritor cearense Eusébio de Sousa ao registrar no rodapé da página 23 de um seu trabalho:<sup>1</sup>

Os biógrafos não aludem ao nome da mãe de Sampaio, provinda do tronco Francisco Xavier de Araújo Feitosa, cuja individualidade está diretamente ligada à prisão de seu tio Manoel Martins Chaves, grande potentado da Ribeira do Acaraú, na opinião do Sr. barão de Studart um dos fatos mais notáveis, quicá o mais notável, na administração João Carlos Augusto Oyenhausen, segundo governador do Ceará, sem subordinação a Pernambuco, depois senador e marquês de Aracati (1796).

Muitos escritores, cearenses ou não, dão D. Antônia como filha de um filho reconhecido de Francisco Xavier de Araújo Chaves; filho reconhecido,

bem entendido. Julgamos necessário insistir nesse ponto, pois um erro de tal natureza pode seguir repetindo-se continuamente, gerando lamentável confusão.

É para lamentar que no ano do centenário da morte do brigadeiro Antônio de Sampaio se venha lançar dúvida em questão assaz conhecida e pacificamente aceita.

Causa espécie haver-se atribuído ao ferreiro de Monte-Mor, o Velho, a condição de ser um Feitosa, já que sua mulher quando solteira chamava-se Antônia de Souza Alves Feitosa.

As terras da Fazenda Vitor que o casal possuía em Tamboril provinham da mãe de Antônio de Sampaio, herdeira dos Feitosas. Isso é ponto pacífico.

Asseverava José Arthur Montenegro que o velho ferreiro, pai de Sampaio, era descendente de um português de nome Lopo Vaz de Sampaio que, aparecendo em Monte-Mor, o Velho, ali constituiu a família Ferreira Sampaio, a qual se espalhou por toda a capitania. O velho ferreiro Antônio Ferreira de Sampaio conseguira algum dinheiro com seu ofício, pois naquele tempo ia consertar obras em Sobral. Casou-se em Tamboril com D. Antônia, dona da Fazenda Vitor, havida por herança paterna, pois era filha reconhecida de Francisco Xavier de Araújo Chaves.

Assim é que Ferreira de Sampaio e sua mulher eram donos da Fazenda Vitor que, por volta de 1740-60, fora organizada pelo capitão Luís Vieira de Souza e sua esposa, D. Ana Alves Feitosa, a verdadeira proprietária.

Conta ainda Arthur Montenegro que o pai de D. Antônia, Francisco Xavier de Araújo Chaves, era conhecido pela alcunha de Xavier Redondo, homem rico e bilontra, o qual a teve de uma concubina pertencente à família Calabaça: A moça fora criada por uma tia. Aparecendo em Tamboril Antônio Ferreira de Sampaio, ferreiro de profissão, em 1804, com ela se casou.

Os velhos, diz Montenegro, eram proprietários da Fazenda Vitor, encravada no Vale de Crateús (evidente engano), pois naquele tempo Tamboril pertencia à freguesia da Serra dos Cocos.

Ainda moço, passando a ser um dos Feitosas pelo casamento, o antigo ferreiro de Monte-Mor, o Velho, conseguiu algum relevo graças ao destaque de alguns dos parentes de sua mulher, ingressando no quadro do Regimento de Cavalaria de Milícia da Serra dos Cocos.

No Arquivo Público do Ceará, existe um documento que consigna: “Listas dos oficiais do Regimento de Cavalaria da Serra dos Cocos que

têm patente confirmada, ou deste Governo... alferes Antônio Ferreira de Sampaio, da 7ª Companhia.”

A Serra dos Cocos demanda entre o Rio Jaguaribe e o Salgado, seu afluente da margem direita.

Do exame do trabalho de Nertan Macedo<sup>2</sup> apesar dos enganos e contradições e das notas deixadas por José Arthur Montenegro, pode-se definir a sucessão avoenga de Antônio de Sampaio.

Assim, D. Antônia, mãe de Antônio de Sampaio, era filha reconhecida de Francisco Xavier de Araújo Chaves com uma concubina; este, por, seu turno, era filho do coronel José de Araújo Chaves e de D. Leonor Bezerra do Vale, moradores na Fazenda Convento, em Tamboril. Ela era filha do sargento-mor João Bezerra do Vale e de Ana Gonçalves Vieira, moradores na Fazenda Cabaças, no Inhamuns. Ana Gonçalves Vieira Feitosa era filha do intemorato colonizador dos sertões do Jaguaribe, coronel Francisco Alves Feitosa, e sua mulher, Catarina da Rocha Resende Malacrina, do segundo casamento, cuja principal propriedade era a Fazenda Cococi, hoje município do mesmo nome, na margem direita do Rio Jucá, um dos formadores do Alto Jaguaribe.

A história da colonização do Alto Sertão do Jaguaribe, nos cafundós da então Capitania do Ceará-Grande, que encheu os dias dos membros da família Feitosa, é assim contada pelos seus principais historiadores.

Nos sertões dos Inhamuns, nas cabeceiras do Jaguaribe, pastavam rebanhos de um clã poderoso: a família Feitosa. Seus troncos perdiam-se nas névoas do povoamento. Era uma família de guerreiros e pastores antigos na capitania, um clã confinado em seus domínios e hábitos como não se viu outro — uma comunidade fascinante e curiosa no mundo dos criatórios secos do Nordeste.

Segundo João Brígido e o Dr. Pedro Théberge, os Feitosas eram emigrados de Sirinhaém, em Pernambuco, chegados seguramente pela estrada então chamada da Formiga.

Em 1703, por ordem do rei D. João V, o Magnânimo, veio para o Ceará o ouvidor Cristóvão Soares Reimão, apelidado Cotia, na qualidade de tombador das sesmarias concedidas nos vales do Jaguaribe e Acaraú.

Esse Reimão, como magistrado do seu tempo, não fugia à regra, deixando fama de prevaricador nos sertões, onde sua presença acirrava os ânimos, fazendo deflagrar várias lutas armadas.

Em 1725, teve o Ceará seu primeiro ouvidor na pessoa do Dr. José Mendes Machado, mais conhecido pela alcunha de Tubarão. Como os outros,

ele se incompatibilizou com o capitão-mor Manuel Francês, nomeado por Patente Régia de 26 de agosto de 1720, tomando posse a 9 de novembro de 1721 e governando a capitania até 1727. Os desentendimentos com o capitão-mor estenderam-se à Câmara e ao povo de Aquiraz. Ao partido do ouvidor aderiram os membros da família Feitosa, adversários irreconciliáveis dos Montes, outro clã importante do Alto Jaguaribe.

À posse do ouvidor Tubarão sucederam-se muitas desordens. O povo de Aquiraz levantou-se contra ele. A razão capital resumia-se no fato de que os habitantes da localidade, acostumados a se eximirem do pagamento dos impostos devidos à Fazenda Real, ao serem constrangidos ao cumprimento de seus deveres, se revoltaram.

Já por esse tempo nos sertões, batiam-se ferozmente as famílias de Francisco Alves Feitosa e a dos Montes, chefiada esta por Geraldo do Monte.

Os Montes constituíam uma família numerosa e rica, estabelecida no Jaguaribe, ao sul do lugar São João, com casa-forte em Orós, acima da confluência do Rio Salgado. Seu principal e poderoso chefe, o capitão-mor Geraldo do Monte, tinha uma irmã, viúva, de nome Isabel, casada com o coronel Francisco Feitosa. Todavia, por questão de honra de família, de que fora culpado o coronel Feitosa, ambos os chefes se tornaram inimigos.

Em consequência de atentados praticados por indivíduos das duas facções, o Governo mandou abrir devassa judicial. Convencido o coronel Feitosa da parcialidade do juiz devassante, procurou este afrontá-lo com aparato de justiça, o que determinou recurso ao ouvidor, no Acaraú. Tal ocorrência acarretou a ida deste ao Cariri, onde determinou a prisão dos Montes pelo capitão João Ferreira da Fonseca que, reunindo-se aos sequazes dos Feitosas, procedentes do Inhamuns, com silvícolas Jenipapos, haviam praticado, em maio de 1724, inauditas violências, matando e roubando os inimigos dos Feitosas, cujas mulheres não escaparam aos assaltos libidinosos da feroz turba.

Os adversários do ouvidor tomaram partido dos Montes, responsabilizando o ouvidor pelas atrocidades cometidas no Cariri, o qual, julgando-se agredido em sua autoridade, insistiu em persegui-los, embora não aprovasse os excessos que ele próprio não podia coibir.

No Aquiraz, formou-se uma onda contra o ouvidor. O capitão-mor e a Câmara de Aquiraz pediram-lhe que se retirasse da correição. Os partidários dos Montes juntaram-se aos descontentes, dando margem a um conflito que

resultou na morte de 30 pessoas, seguindo um combate em que os cabras do coronel Feitosa destroçaram os contrários. Os adversários do ouvidor conseguiram que a Câmara do Aquiraz<sup>3</sup> requeresse ao capitão-mor a prisão do juiz, como perturbador do sossego da capitania.

O capitão-mor, admitindo a gravidade da providência requerida, não anuiu ao pedido, mas afiançou que mandaria uma tropa para voltar com o ouvidor, contudo, sem prendê-lo. Em virtude dessa solução, a Câmara e o povo de Aquiraz sublevaram-se. Em face das ideias evoluídas dominantes no sertão, o povo de Aquiraz, em 3 de outubro de 1724, requereu à Câmara total rejeição à autoridade de seu ouvidor, Dr. José Mendes Machado. Diante de tal pedido, a Câmara não hesitou em expedir ordem de prisão contra o ouvidor que, sabedor da resolução, tratou de ausentar-se da capitania.

Distante do foco dos acontecimentos, sem recurso para reprimir a sedição, reconhecendo também os desacertos do ouvidor, o capitão-mor procurou temporizar e, ciente da fuga para fora da capitania do juiz, tratou de sossegar os ânimos, fazendo recolher às suas habitações os sertanejos armados pelos chefes rivais.

Os Feitosas tinham por si as tribos indígenas dos Cariris e Inhamuns, ao passo que os Montes dispunham dos Calabaços e Icós. Os chefes contendores eram oficiais superiores de milícias, circunstância essa que constituiu poderoso recurso do qual se valiam para reunir gente e armar conflitos que enlutaram o sertão do Alto Jaguaribe por cerca de uma década.

Quando tudo parecia serenado, o ouvidor voltou ao Cariri, ocasião em que Geraldo do Monte planejou acometer o séquito do ouvidor, ocorrendo vários encontros armados, assinalados pelos sítios denominados Pendência, Arraial, Batalha, Tropas, Emboscadas e Defunto.

No lugar denominado Juiz, entre Icó e Lavras da Mangabeira, mais ao sul, gente, a mando de Geraldo do Monte, assassinou o magistrado que se dirigia ao acampamento como apaziguador e conselheiro.

Vários anos passaram-se nessas estranhas correrias, nas quais a impotência do governador, encastelado no forte no litoral, não podia pôr termo.

A grande seca de 1725, prolongada até 1727, fez debandar essa massa de gente que se viu obrigada a abandonar bens e tudo o mais para refugiar-se no litoral. Enfrentaram a morte pelos caminhos e alimentaram-se de corvos, carcarás, ratos, cobras, couro de boi, xiquexique e raízes de mato, perseguida sempre pelos terríveis morcegos que infestavam a região.

Finalmente, os dois partidos esgotaram-se paulatinamente depois de muitas mortes, naqueles encontros ou combates formais, e de outros assassinatos, em emboscadas por questões particulares.

Geraldo do Monte retirou-se para sua fazenda do Boqueirão, onde faleceu; o coronel Francisco Alves Feitosa passou-se para o engenho dos Currais, no termo de Sirinhaém, em Pernambuco, vivendo ainda por alguns anos.

Por essa quadra, vagava nos sertões da Bahia um impostor que se fazia passar por parente da Casa Real, intitulado-se Príncipe do Brasil. Sempre acompanhado por um pseudofrade, com tal grosseiro embuste conseguiu extorquir boas quantias em troca de concessões de títulos honoríficos. O coronel Francisco Feitosa, depois de sua retirada do Ceará, comprou de tal farsante o perdão de seus crimes e, em paz com sua consciência, voltou às suas fazendas do Jucá, onde viveu seus últimos dias.

No fim do século XVIII, habitava no Ceará um outro Feitosa, distinguido por sua grande fortuna que segundo Nertan de Macedo era “um príncipe de uma pequena monarquia encourada, cujas armaduras e brasões eram trançados do couro de seus rebanhos”.

Era o capitão-mor dos Inhamuns, José Alves Feitosa, que, por volta de 1799, enchia o Ceará com sua prodigalidade e exibicionismo.

Em 1802, era fiador do Governo na aquisição de um imóvel para servir de palácio. Uma estada do capitão-mor José Alves no forte era um sucesso, tal a derrama de patações. Seu dinheiro andava à frente de tudo.

Em mesas de pernas grossas como as de elefante, sobre toalhas de linho, em louças procedentes do Porto, deitavam-se carnes e gorduras, doces, queijos e mil iguarias da terra, tudo comido atribuladamente de colher.

Negros e negras retintas serviam à mesa, de toalha ao ombro, com roupas de algodão e pés descalços, pois era malcriação negro andar de chinelas. Os talheres, os copos e as bandejas eram de prata, vindos do Porto ou da Bahia, além de alguns serviços de porcelana dourada, procedentes da Índia.

O luxo do tempo era caro, mas sólido. Quando se acabavam as comedorias e as bebedeiras, podiam-se engordar porcos no ladrilho; das toalhas escorriam vinho, tudo ficava na mais completa desordem.

Era nesses jantares de palácio, assistido por José Alves Feitosa, que os convidados saltavam para cima da mesa e, em pé, furibundos, bebendo e sapateando, quebravam pratos, copos, garrafas e tudo quanto lhes ficavam aos pés. Em um dia de novembro de 1805, o capitão-mor José Alves Feitosa e

sua grande família sofreram um rude golpe com a prisão e o desterro de um parente afastado e igualmente poderoso, o coronel de Cavalaria da Ribeira do Acaraú, Manuel Martins Chaves.

Era este natural da Capitania e filho de José de Araújo Chaves e de D. Luzia Gonçalves Vieira, filha de João Ferreira e de D. Luzia de Matos e Vasconcelos, e casado com sua sobrinha, Úrsula Gonçalves Vieira, filha de Ana Gonçalves, mais conhecida por D. Ana do Cococi, com quem se consorciou o tenente-coronel José do Vale Pedrosa.

D. Ana Gonçalves era uma Feitosa, filha do segundo casamento do coronel Francisco Alves Feitosa com D. Catarina Cardoso da Rocha Resende.

O coronel Martins Chaves, homem de enorme influência, advinda dos cargos os quais estava investido e da riqueza que possuía, tinha a própria importância aumentada pela dos Feitosas, família extensa e poderosa, com quem estava entrelaçado e que o reconhecia por chefe.

Colocado em tal situação de poderio, fizera de sua prepotente vontade a lei daquele sertão e para exercê-la não trepidava em cometer quaisquer atos, por mais violentos, arbitrários e reprováveis que fossem.

Sob seu patrocínio, grandes agrupamentos de malfeitores se com-praziam em depredar e perseguir a população, prontos ao serviço e submissos às determinações do despótico senhor.

Os atos de infração da lei e os ataques à vida e à propriedade, acentuando-se naquela longínqua paragem, chamaram sob tal turba desorientada e má a atenção das autoridades da Metrópole e impuseram ao poder público a obrigação de coibi-la e castigá-la, sendo nesse sentido transmitidos aos administradores e juízes da Colônia avisos, consultas e ordens régias.

O assassinato de 1795 do juiz ordinário da Vila d'El Rei,<sup>4</sup> Dr. Antônio Barbosa Ribeiro, demoveu o Governo a tomar rigorosas medidas.

Na época, o Ceará era governado por Luís da Motta Feo e Torres, nomeado por Carta Régia de 12 de janeiro de 1789. Chegou ele à Vila de Fortaleza a 4 e tomou posse do cargo a 9 de novembro do mesmo ano.

Daquele crime, com larga repercussão no sertão, foram julgados culpados como mandantes Bernardino Gomes Franco, o coronel Manuel Martins Chaves e seu sobrinho Francisco Xavier de Araújo Chaves. O primeiro, munido de largo cabedal, que a família lhe entregara para alcançar a absolvição própria e dos corrêus, conseguiu livrar-se e voltou ao Brasil. A pena que lhe impuseram foi a de não mais pôr os pés em Crateús e na Serra dos Cocos.

O coronel Martins Chaves e também Francisco Xavier de Araújo Chaves foram presos em Ibiapina pelo capitão-mor do Ceará João Carlos Augusto de Oyenhausen-Gravenburg, nomeado por Decreto de 14 de novembro de 1802 e empossado em 13 de novembro de 1803. Afilhado da rainha D. Maria I, a Louca, João Carlos Augusto foi depois governador de Mato Grosso e de São Paulo, agraciado com o título de Marquês de Aracati, ministro de Estado e senador do Império.

Deliberado a fazer as prisões, o capitão-mor João Carlos Augusto anunciou uma revista geral nos regimentos da capitania. Feita a revista da tropa da Vila Nova d'El-Rei, seu comandante, coronel Martins Chaves, e seu sobrinho, Francisco de Araújo Chaves, seguiram com a comitiva do capitão-mor até Ibiapina, onde foram presos depois da execução de um plano previamente combinado, com o concurso de cerca de 400 índios de Viçosa.

A prisão, com data incerta, deve ter acontecido entre novembro e dezembro de 1805. Presos em Ibiapina, o coronel Martins Chaves e seu sobrinho, reputado pelo capitão-mor João Carlos Augusto como o pior e o mais cruel dos dois, seguiram para Sobral sob escolta.

De lá, vieram os presos para Acaraú. Como ali não encontrassem embarcação, tampouco em Fortaleza, foram conduzidos para Aracati, de onde seguiram para Recife. Na capital pernambucana embarcaram para Lisboa.

Quando lá chegaram, foram os presos metidos nos cárceres do Limoeiro, de onde escreveram ao príncipe regente D. João e ao ministro Visconde de Anadia.

A entrada na prisão do Limoeiro deu-se a 26 de maio de 1806.

A fortuna do coronel Martins Chaves foi confiscada, e sua família ficaria na miséria se não fosse a doação que lhe fez Antônio de Sousa Carvalhedo, tio e padrinho da esposa do coronel, homem rico que a constituiu herdeira de seus haveres.

O coronel Martins Chaves faleceu no cárcere do Limoeiro, em 27 de maio de 1808. Já então, o príncipe regente D. João encontrava-se com toda a Família Real no Rio de Janeiro.

A notícia do falecimento do coronel Martins Chaves foi dada por carta de seu sobrinho e companheiro de prisão Francisco Xavier, em data de 10 de outubro de 1809.

Finalmente, Francisco Xavier de Araújo, avô materno do brigadeiro Antônio de Sampaio, que fora capitão da 5ª Companhia do Regimento de Cavalaria de Vila Nova d'El-Rei, tempos depois foi posto em liberdade e voltou ao Ceará.

## CAPÍTULO 2

A INFÂNCIA E A JUVENTUDE DE ANTÔNIO DE SAMPAIO. SUA ÍNDOLE. OS DESREGRAMENTOS DOS PRIMEIROS TEMPOS. A FAMÍLIA. OS AMORES PECAMINOSOS E A FUGA PARA A REALIDADE.

Sampaio em sua infância não teve vida diferente daquela dos meninos de sua idade no sertão em que nasceu, onde apenas os filhos dos fazendeiros mais evoluídos eram encaminhados à escola.

Seus progenitores, privados de fortuna, não puderam cercá-lo dos múltiplos brinquedos que constituem o mundo encantado das crianças bafejadas pela sorte, nem da educação necessária aos embates da vida.

Menino, Sampaio escutava, com atenção desmedida, as histórias dos violeiros e, sobretudo, as conversas de alpendre, que descreviam, com tintas vivas, os feitos dramáticos do cangaço, no sertão sem limites e sem justiça.

A cada passo, enchiam-lhe os olhos de espanto a presença dos jagunços ao passarem pela estrada a dois palmos da casa. Via-lhes as mãos rijas queimadas de sol, os cabelos revoltos e sentia vontade de ser cangaceiro também.

Certa vez, ao agradecer o caneco d'água que Sampaio lhe trouxera, um cabra mal-encarado disparou de repente o clavinote para o ar e, rápido, saltou da sela para o chão, acocorando-se ao lado do cavalo que se deitara de comprido na rua. Descansando-lhe a arma no dorso, o corpo cozido ao solo, atirou em um cupim do campo, a uns 20m de distância. A cabeça do cupinzeiro voou pelos ares, em pedaços.

Assanharam-se-lhe no coração de adolescente desejos incontidos de glória e de aventura. Seu carneiro malhado, de porte esbelto e de olhos negros, corria mais

que os carneiros dos meninos da redondeza, em disputa no pátio. E ouvia, como prêmio, elogios dessa natureza: 'Menino que carneiro não derruba será quando crescer vaqueiro ou jagunço.' Em luta corpo a corpo com rapazolas de sua idade, dificilmente se deixava dominar. A todos superava em destreza e coragem.

Vezes muitas, os vaqueiros o faziam montar em poldros bravos para verificar até aonde lhe chegava a segurança. Gingando ou saltando, upando ou escoiceando, era o animal por fim subjugado, e ele desmontava sorrindo.

Andou não poucas vezes no séquito dos comboios de burros genedores, em direção das feiras, o braço pequeno a estalar, como se fora um brinquedo, o chicote de ponta de barbante. Dormia então ao relento e tomava seu taco de carne com farinha ou rapadura à sombra das oiticicas, ao lado das cacimbas de água lodosa. Metia, como se fosse um homem, o ombro no costal enquanto os comboieiros deitavam a outra metade da carga no chão.

Melhor não podia ser a escola do esperto menino da Fazenda Vitor.<sup>1</sup>

O meio em que nascera e o cercara durante longo tempo era desprovido de mestres e de recursos educacionais.

O povo da terra, ignorante e façanhudo, chafurdado naquele paupérrimo recanto, era dado ao jogo e às disputas pessoais que quase sempre acabavam em mortes e vinditas.

Menino vivo e inteligente, dissipou o tempo em prolongadas e perigosas vadiações com os garotos de sua idade, moradores na fazenda na qual nascera ou em suas imediações. O chão de Tamboril era diariamente palmilhado em todas as direções à cata de aventuras que sua alma endiabrada formulava.

Junto com os companheiros, sem sujeição, corria em alvissareira liberdade a banhar-se nas águas represadas pela barragem que o previdente fazendeiro, capitão Vieira de Sousa, muitos anos antes fizera construir, precavendo-se contra as malditas secas que vez por outra assolavam a região, provocando o desânimo daquele decidido pioneiro.

Em suas traquinadas praticadas com os irmãos e outros meninos de sua idade, foi muitas vezes até a Ribeira do Acaraú, atirando-se em suas águas para refrescar o corpo e desenvolver seu físico, que muito lhe haveria de valer nas lutas e exigências da carreira que um dia, inesperadamente, a sorte lhe reservaria.

Excursionou um sem-número de vezes às distantes fazendas e povoados confinantes com o seu onde primeiro vira a luz do dia e que engrandecido seria

pelos feitos praticados sob a bandeira pátria em outras províncias ou em outras terras distantes, extrapátria, onde a servidão militar o levaria até a derradeira jornada, quando a glória o acolheria no seu eterno regaço.

Essas excursões inocentes, quando esticadas, levavam Sampaio e seus companheiros de vadiagem a banharem-se nas águas tidas como misteriosas da Lagoa Feiticeira. Tentou por certo, repetidas vezes, escalar o serrote de igual nome, tonificando o espírito para decisões diante do perigo a que se expunha voluntariamente, tudo para encher o tempo, que lhe parecia demais longo.

Se esteve “matriculado” no catecismo, não ia às lições e, se ia à Santa Missa domingueira obrigado, não considerava a presença de Santo Anastácio, respeitado, querido e festejado pelas almas pias do lugar.

As minguadas condições econômicas, e reconhecido atraso e o indiferentismo das atenções paternas sujeitaram o menino e, depois, o jovem Antônio a viver em ambiente do mais completo obscurantismo no bravio sertão de sua terra natal, onde, na época, não havia o menor vislumbre de progresso, pois escassos eram os meios de comunicação, e os líderes do lugar apenas sabiam desenhar o próprio nome.

A pobreza cultural do ambiente e a carência de escolas não permitiram ao jovem sertanejo ir além da instrução primária. Seu saber, nos domínios do pensamento, ficou, pois, adstrito às pobres letras que recebeu do pai ‘homem austero e de sangue limpo’, mas sem grande ilustração.

Quase inculto, lendo e escrevendo mal, na época, corria o sertão e sentia-se, sem dúvida, capaz de repelir naquele canto perdido da América os empolgantes, embora inverossímeis, feitos dos paladinos da Távola Redonda e de personagens não menores de outros ciclos épicos.<sup>2</sup>

Pessoa educada e de bom tom no sertão da Serra dos Cocos, assim eram tidos os indivíduos que sabiam tocar viola; dançar o baião bem sapateado; cantar o lê-ladrão e algumas outras modinhas em voga; jogar espadas, facas de ponta e cacetes e, finalmente, jogar com baralhos o “31” e o “21”, a “espadilha”, o “flecha” e o “trunfo”. O luxo daquela gente era mascar fumo, costume deixado pelos índios que habitaram a região, trazer uma espada de “rabo de galo” à cintura ou um par de pistolas, das de cano de bronze, nos coldres, quando estivesse a cavalo, em viagem pelo interior da província.

Em tais circunstâncias, diante do cenário o qual se abria a seus olhos, nada mais natural do que na infância e adolescência Sampaio fosse levado a praticar todos os influxos do meio no qual nascera e convivia.

Ao atingir Sampaio a idade de 18 anos, um de seus divertimentos prediletos era acompanhar os vaqueiros em andanças pelo campo.

Metido em um gibão de couro de capoeiro, as pernas apertando-lhe as coxas, o guarda-peito realçando-lhe o busto ereto, ninguém se apresentava mais firme do que ele.

Arranjou para sua montaria um cavalo acostumado ao campeio do gado, adestrado e seguro. Ao se aproximar da rês em disparada, o fazia de tal modo que o cavaleiro pudesse derrubá-la ao primeiro contato do braço vigoroso. De uma feita, saltou de cima do cavalo por sobre enorme galhada à sua frente para firmar-se de novo na sela adiante, com ligeireza de um equilibrista de circo. Outra vez, ao deitar no chão, de um soco, o garrote fugitivo, pulou do cavalo sobre o touro, comprimiu-lhe as narinas, com os dedos da mão direita, e com a esquerda dobrou-lhe o pescoço, um dos chifres no chão, até que o vaqueiro acudisse com a corda de laçar.

No pátio das fazendas vizinhas, para onde acorriam moças da redondeza, esmerava-se o esbelto rapaz em demonstrações tais de destreza que tantíssimas vezes recebeu das jovens, as quais enchiam os alpendres, verdadeiras chuvas de aplausos. E sorria contente.

E o coração lhe subia aos lábios.<sup>3</sup>

Os casos passados de que se tinha notícia, de gente de Tamboril ou das fazendas povoados circunvizinhos, só anunciavam lutas, infâmias e crimes com os competentes corretivos à mão armada por parentes ou amigos das vítimas à revelia do agente legal, praticados por seus cabras, sempre armados e sempre prontos, à feição dos realizados pelos primitivos vaqueiros colonizadores, seus ancestrais.

Dos infrutuosos e estéreis dias, vividos no regime de total liberdade, ele, seus irmãos e quase toda a malta do povoado cresceram e se tornaram incorrigíveis boêmios, apreciadores de folguedos com gente de toda a espécie que, não poucas vezes, assumiam caráter perigoso. O caminho, a meta final, nada prometia para seu futuro, senão a prisão ou a morte certa em disputa mais séria com os rivais que perambulavam pela região.

## Reporta Arthur Montenegro que

a família de Sampaio de abastada que era no seu isolamento desaprendeu e viciou-se.

A índole apresentada por Sampaio em sua adolescência não dava esperanças do que viria a ser na história do País, porquanto não era dado prever o ensejo de tirar partido de sua turbulência.

Nos rapazes, essa qualidade, às vezes, não é senão aparentemente má. Forma tosca de uma atividade que não encontra pasto suficiente no meio no qual vivem; educada e conduzida por melhor caminho, produz boas ações, estribadas na coragem individual.

## Prosseguindo, Arthur Montenegro<sup>4</sup> salienta que

Júlio César foi moço perdido; Cromwell não foi melhor. No momento, porém, em que as expansões do espírito lhes foram aproveitadas em causas nobilitantes, disciplinaram-se e, obedientes ao melhor ideal, transmudaram-se de peraltas à categoria de beneméritos.

Os vizinhos munícipes, nas diuturnas lutas de família que ensanguentaram as regiões do sopé de Ibiapaba, não deixaram de constituir um estágio para perverter os Sampaio na circunscrição em que tinham suas lavouras e criações. Isto é, junto aos Mourões do Ipu, pois nada puro poderia restar em paz e no trabalho, além de que para os Sampaio qualquer incentivo bastava.

Incansável galanteador, não havia na redondeza de seus domínios chinfrim ou forrobodó ou um arrasta-pé sem que não estivesse presente Antônio de Sampaio, dominando o ambiente, onde muitas vezes a festa terminava em luta entre os convidados, atrevidos locais ou das cercanias.

No decurso de sua adolescência, como produto acabado do meio, não teria Sampaio como fugir à regra, tornando-se consumado boêmio, apaixonado pelo violão, constante namorador, assíduo frequentador de todas as festas que se realizavam na redondeza, sempre pronto para uma luta corporal, mormente quando se tratava de defender suas namoradas, que muitas eram a lhe disputar a preferência. E como se namorava em Tamboril...

Assevera Arthur Montenegro que Antônio e seu irmão Pedro eram desordeiros. Esse último mais de uma vez enfrentou o destacamento da Tropa

de Linha. A má índole de Sampaio provinha de sua mãe, D. Antônia Feitosa, pois o pai era homem pacífico e ordeiro.

O futuro general foi, quando moço, no seu Tamboril, um elemento perdido em meio a uma população estragada; fazia parte de uma família que se dissolvia no desprestígio do empobrecimento e na desmoralização do crime.

Jogador e espadachim, vagando pelas mal policiadas povoações dos arredores de Tamboril, em estreito contato com gente da pior espécie, Sampaio tornou-se um rapaz perigoso, tal como cada homem de per si se constituía naquelas terras bravias.

Quem conheceu, desde a Independência até 1850, a lei e a moral no Município de Ipu e circunvizinhanças é que bem pode avaliar a escola em que se achara Sampaio matriculado ao atingir sua virilidade.

É ominosa a história dos Mourões e seus consanguíneos, uma nódoa de sangue enegrecido por escândalos mil na crônica do Ceará.

Sampaio foi rapaz muito temido e destemido. Conta-se que, no período já meio intenso da luta a qual acabou eliminando da terra aquela famigerada família que a tinha possuído, apresentou-se ele certa vez na Vila de Ipu<sup>5</sup> para jogar a dinheiro, exercício costumeiro dos sertanejos que amam e abusam das sensações fortes.

Era noite, jogava-se a portas fechadas, em casa do facínora EufRASINO Mourão; cada parceiro com sua faca ao quarto, parte da companhia já enfezada e terrificante, lutando contra os azares, sendo um deles o dono da casa, víbora que mordida a si mesmo.

Sampaio pediu água, e aquele deu sinal a uma preta que se apresentou com um copo sobre uma salva de prata. “Bonita salva!”, disse Sampaio, olhando para ela, com o copo quase tocando os lábios. “Sim, senhor. É muito bonita” — respondeu EufRASINO — “... é irmã de uma que seu irmão me furtou!” A essa inventiva, Sampaio rapidamente jogou-lhe na cara o copo cheio d’água e deu com a mão na vela, que alumia a mesa, deixando a sala às escuras.

Às cegas, ferveu pancadaria grossa entre os parceiros irritados, levantando-se enorme grita; a confusão reinou entre os combatentes, que não sabiam bem quem dava ou atirava facadas à ventura.

No turbilhão da luta, Sampaio conseguiu abrir a porta e saltar para a rua. Estava salvo, pois um parente de EufRASINO, seu inimigo capital, havia corrido a postar-se na calçada com uma patrulha, que dirigia como autoridade policial.

Conta Eusébio de Sousa<sup>6</sup> um fato ocorrido na mocidade de Sampaio que o conhecido escritor cearense atribui ao espírito atilado do moço.

Certo dia, Sampaio, precisando de dinheiro, foi vender um garrote ao velho ferreiro. Relutando este, em princípio, por ser bastante sovina, segundo afirmavam, diante da insistência do filho anuiu, indagando-lhe, porém: “De que cor é o teu garrote, Antônio?”

“Preto meu pai. Está ali no curral...” O velho deu-lhe a marca e mandou que o próprio Sampaio ferrasse o garrote e o soltasse no pasto.

O ladino rapaz esquentou o ferro e fez o bicho berrar para que o pai melhor pudesse certificar-se da “seriedade” do negócio. E soltou o bovino como o havia pegado.

Tempos depois, repetia-se a encenação — de ferro em brasa e berros do animal, e, pela terceira vez, do mesmo modo, Sampaio vendia ao pai um terceiro garrote.

Agora, porém, o ferreiro, desconfiado por bem conhecer as trapalhices do filho, falou-lhe paternalmente: “Antônio, tu tens muitos garrotes pretos! Vamos ferrar este.”

Ferraram... e acabou-se a história dos tais garrotes pretos, que Sampaio não os tinha de outras cores.

Sobre a questão dos amores de Sampaio, Fonseca Lobo<sup>7</sup> registra a seguinte informação que lhe forneceu um tal alferes Oliveira, natural de Ipu, asseverando haver deixado Tamboril o moço Antônio de Sampaio “por motivos delicados, de família”.

Essa história do alferes Oliveira é longa, meio discrepante, embora com algum cunho de verdade.

Sargento que fora, Oliveira certa ocasião serviu sob as ordens do grande chefe na Guerra do Paraguai, na qual, por serem conterrâneos, ele merecera certa confiança de Sampaio, que lhe dissera haver deixado sua terra natal por ter-se enamorado seriamente de uma bela sertaneja, Maria Veras, a qual lhe correspondia plenamente no amor.

Entretanto, o pai de sua amada não concordava com o casamento. Por isso, Sampaio decidiu raptá-la, o que fez com algum risco, peregrinando com ela de casa em casa de amigos, respeitando-a, porém, como verdadeira irmã.

O pai de Maria Veras, furibundo, além de não consentir que se realizasse o projetado matrimônio do jovem Sampaio com sua filha, contratou com os Mourões o assassinio do moço enamorado. Este, sentindo-se

só, sem recursos para dar combate àqueles conhecidos bandidos, decidiu abandonar Tamboril.

Antes, porém, fizera um pacto com sua querida, por sugestão da própria Maria Veras, que tinha apenas 16 anos: ficaria ela em casa de um amigo do pai até atingir a maioridade quando então Sampaio voltaria ao Tamboril para realizar o casamento. Se o pai da moça a recolhesse ao lar, em caso algum ela se casaria com outro homem. Matar-se-ia antes, para Sampaio vingá-la depois.

No fim de quatro anos, Sampaio, feito alferes e cercado de considerações de seus superiores e de amigos particulares, já havia juntado boa soma. Obteve permissão para ir ao Ceará a fim de casar-se com Maria Veras e dar combate aos famigerados Mourões, que lhe haviam movido forte perseguição, bem assim como a outros que infestavam aquela terra.

Sobre esse assunto, adianta Carlos Studart Filho:

A jovem, que pertencia ao ramo e rude clã dos Mourões, deu ao moço sertanejo um bastardo, cujos descendentes espalharam-se pelas terras interiores do Ceará, chegando aos nossos dias.

É essa a tradição ainda hoje viva e aceita pelas gentes dos sertões de Tamboril. Admitimo-la também como a expressão de uma realidade histórica, pois é a conclusão a qual chegaram os historiadores Hugo Catunda e Nertan Macedo, que modernamente estudaram o problema, e por ser aquela maneira de agir de Sampaio a que mais condiz com o seu temperamento impetuoso.

Outra, porém, é a versão mais minuciosa e contundente fornecida por José Arthur Montenegro, que sabia de tudo e deve ter esmiuçado o tal “caso delicado de família”.

Conta ele que Antônio de Sampaio teria feito mal a três moças de boas famílias residentes nas proximidades de Tamboril e com as quais tinha laços de parentesco.

A primeira, de nome Esméria, era filha de Francisco José de Souza e irmã do coronel do mesmo nome e sobrinha do célebre padre Mororó.<sup>8</sup>

Dessa ligação, houve um filho, que por volta de 1895 era o capitão Mariano Sampaio, residente em Tamboril, na fazenda do avô.

A segunda, Maria Veras, era filha de Manoel Roíz Veras, a qual anos depois se casou com Antônio Monteiro Carneiro, pernambucano, com quem

teve muitos filhos. Residiam na Fazenda Pitombeiras, distante três léguas de Tamboril. Sampaio deixou essa sua prima pejada e sem possibilidade de com ela se casar.

A terceira foi Úrsula de Faria, irmã do tenente Bento Roíz de Faria. Moravam no Sítio Bom Tempo, meia légua de Tamboril.

Assinala Arthur Montenegro que Maria Veras e Úrsula eram parentes de Antônio de Sampaio, pois o pai de Bento Roíz, que pertencia à família Rodrigues, de Ipu, casara-se com D. Tereza, da família Feitosa, à qual pertencia Francisco Xavier de Araújo Chaves, avô do lado materno de Sampaio.

Francisco José, pai de Esméria, era casado em segundas núpcias com uma irmã do pai de Bento Roíz, conseqüentemente Esméria era prima legítima de Úrsula. Bento, anos depois, casou-se com uma irmã de Esméria. Essas três ocorrências foram quase simultâneas, e Sampaio, temendo uma repressão certa e violenta, fugiu para a Vila de Fortaleza, capital da província.

O maior perigo vinha de Alexandre Mourão, indivíduo potentado, primo de Manoel Roíz Veras, filhos das irmãs Úrsula Gonçalves Vieira e Eugênia de Barros Galvão, visto que o Mourão podia decidir a questão com os bacarmartes de seus cabras.

A pena para esses crimes contra a honra de família nos sertões do Nordeste era inexoravelmente a morte, e os Sampaio sabiam aplicá-la...

Quando se deu a fuga para a capital da província, Manoel Roíz Veras já não existia; porém, o capitão Silvestre Roíz, de Cascavel, avô da moça, homem rico e influente, poderia dar cabo de Sampaio se este não abandonasse furtivamente sua terra natal. Além disso, um tio de Maria Veras, o capitão Pedro Martins Veras, fazendeiro em Morcego, distante meia légua da fazenda do velho ferreiro Sampaio, era também rico. Esses homens tinham vários jagunços às suas ordens que não trepidariam em liquidar um circunstante, se ordenados.

Depois de desfrutar perigosamente os últimos anos passados em Tamboril, via-se o moço Sampaio obrigado a deixar sua gente e sua terra, acochado pelas ofensas praticadas no curso de sua mocidade libertina e dissoluta que não o levaria ao sucesso.

Ao completar os 20 anos, porém, tomou a decisão mais conseqüente de sua vida. Apartar-se de tudo que até ali enchia sua inútil existência, viajando para Fortaleza com a alma aos pedaços, certamente ensombrado de intensa saudade por deixar o lar paterno, a terra, a fazenda, os amigos de serestas, os

parceiros nos carteados e, evidentemente, os amores que entretivera nas noites de luar em pleno sertão...

Ao chegar Sampaio à capital da província, em ato quase contínuo, apresentou-se voluntariamente no quartel do 22º Batalhão de Caçadores para assentar praça.

A escapatória, como remédio de suas atribulações, abriu ao jovem pecaminoso, embora valente, um cenário totalmente diferente do que até ali conhecera.

Carlos Studart Filho, com pleno conhecimento de causa, diz:

Não foram, pois, o nobre entusiasmo pela carreira das armas nem a ignomínia do recrutamento forçado, processo então vigente em todo o Império para obter soldados, que o levaram à vida militar. Tampouco a ele se encaminhou, atendendo ao apelo angustiado da Pátria em perigo ou ao desejo de alcançar socialmente riqueza e glórias.

Nos seus 20 anos completos, era um rapaz forte, desempenado e ágil, disposto a enfrentar com coragem os imprevistos que a nova carreira poderia lhe impor.

Do passado sem préstimos que ficara para trás, nada poderia invocar que merecesse aprovação, a não ser a intrepidez desinibida, o apreço inato em afrontar o perigo, qualidades que lhe seriam o esteio do sucesso na nobre profissão que acabava de encetar.

Fosse ou não a ideia fixa de uma represália certa o verdadeiro motivo que induzira Sampaio a transpor o umbral da caserna do 22º de Linha na procura de um abrigo seguro no Exército, esse acontecimento por si só constituiu para a Pátria, a que tanto serviria depois até cair exangue, esbanjando tanta bravura, um penhor segurança, depois que o jovem recruta passou a envergar o mesmo uniforme que honrava Caxias e o legendário Osório.

Descerrava-se a cortina da história; um novo ás surgia no largo palco da história, capaz de representar no Exército Nacional a Arma para a qual “os melhores são apenas bons...”

As Forças Terrestres na época do Brasil-Reino eram constituídas de tropas de 1ª, 2ª e de 3ª linhas. Nas de 1ª Linha, denominadas tropas pagas, servia-se permanentemente, com patente e soldo. Compunham-se de regimentos oriundos da Metrópole, além de outros de milícia, recrutados nas diversas

capitanias. Nessas organizações, os comandos eram de portugueses, ficando o brasileiro fora dos estados-maiores dessas unidades.

A tropa de 2ª Linha constituía uma milícia de reserva, somente se vencendo soldo quando convocada para o serviço ativo.

Os oficiais de 1ª e de 2ª linhas eram nomeados pelo governo da Metrópole. As tropas de 3ª Linha compreendiam as unidades de ordenanças, empregadas em funções policiais.

A presença da Corte portuguesa no Brasil, responsável por muitos atos de importância, influenciou grandemente na organização e nos quadros militares. Todavia, as providências postas em prática para evolução do Exército deixaram muito a desejar quanto à coesão e à disciplina.

As tropas provenientes de Portugal e as recrutadas no Brasil justapunham-se, mas não se uniam. A fim de atender aos aumentos constantes dos efetivos militares, foram previstas as leis referentes ao recrutamento para o preenchimento dos quadros das praças. À força, eram recrutados indivíduos considerados vadios ou desocupados, geralmente apanhados em batidas policiais periódicas ou escolhidos entre os condenados por pequenos delitos; todos deveriam servir pelo prazo de 18 anos.

Os filhos de lavradores e de pequenos comerciantes eram tratados em condições especiais e denominavam-se “semestreiros”. Os vagabundos serviam pelo prazo de oito anos.

Por sua vez, os oficiais oriundos da aristocracia rural, filhos de portugueses, os das classes dominantes da época, recebiam a formação militar dos oficiais do Reino.

Em 4 de dezembro de 1810, era criada a Academia Real Militar, destinada a preparar os oficiais para o Exército. Os filhos dos oficiais do Exército português nascidos no Brasil ingressavam na Academia Real por indicação das autoridades reais e por altas personalidades da Corte.

Uma vez proclamada a Independência, foi necessário estender a nova ordem política a todo o território nacional brasileiro e fazê-la reconhecida pelos outros governos.

Tratou-se de organizar o Exército de forma que, sendo verdadeiramente brasileiro, fizesse valer nos campos de batalha o direito de ter reconhecida a nova nacionalidade.

Mantiveram-se em suas fileiras muitos oficiais nascidos em Portugal que aderiram à independência do Brasil, e o Exército recebeu em seu seio

escravos libertos pelos senhores, criminosos que tiveram suas penas comutadas, além de mercenários contratados em outros países.

O Decreto de 1º de dezembro de 1824, que deu feição nacional ao Exército Brasileiro, estabeleceu novos uniformes; extinguiu as tropas de 3º Linha, os regimentos, os terços; criou novas unidades, com duas de mercenários estrangeiros.

A Infantaria do Exército ficou assim organizada: Batalhão do Imperador, com o efetivo de 735 homens, dividido em seis companhias; três batalhões de Granadeiros e 27 de Caçadores, todos com 717 homens e 6 companhias.

As paradas desses 31 corpos foram assim determinadas: Na Corte, o Batalhão de Caçadores do Imperador, os 1º, 2º e 3º de Granadeiros; os 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 26º e 27º de Caçadores. Em São Paulo, o 7º de Caçadores; no Desterro, o 8º de Caçadores; em Porto Alegre, o 9º de Caçadores; em Montevideú (durante a ocupação), os 10º e 11º de Caçadores (ambos de pretos libertos); em Vitória, o 12º de Caçadores; na Bahia (Salvador), os 13º 14º e 15º de Caçadores; em Maceió, o 16º de Caçadores; no Recife, os 17º e 18º de Caçadores; na Paraíba, o 19º de Caçadores; em Oeiras (então capital do Piauí), o 20º de Caçadores; em Natal, o 21º de Caçadores; em Fortaleza, o 22º de Caçadores; em São Luís, o 24º de Caçadores e, finalmente, em Belém o 25º de Caçadores.

Foi esse 22º Batalhão de Caçadores, de Fortaleza, que acolheu em 1830 nosso voluntário de Tamboril.

Nesse mesmo ano, o título de governador das Armas das províncias foi substituído pelo de comandante das Armas.

## CAPÍTULO 3

O 22º BATALHÃO DE CAÇADORES DE FORTALEZA E SEU COMANDANTE. A PRIMEIRA CRISE COM A ABDICAÇÃO DE D. PEDRO. A SEDIÇÃO DE PINTO MADEIRA NA REGIÃO SERTANEJA DO CARIRI. O BATISMO DE FOGO DO FURRIEL ANTÔNIO DE SAMPAIO EM ICÓ. O PRESIDENTE DA PROVÍNCIA NA DIREÇÃO DA LUTA. A EXPEDIÇÃO DE LABATUT DEU AO JOVEM SAMPAIO A OPORTUNIDADE PARA OBSERVAR A ATITUDE E O EXPEDIENTE DE UM CONSUMADO CHEFE. O TRÁGICO FIM DE PINTO MADEIRA. A COOPERAÇÃO DA CAVALARIA DE INHAMUNS NA LUTA.

Assentando praça voluntário em 17 de julho de 1830 no 22º Batalhão de Caçadores, da guarnição de Fortaleza, Antônio de Sampaio logo poria em evidência seu temperamento ardente e impetuoso do rijo sertanejo que era.

Na verdade, refugiando-se na caserna acertava duas vezes: cobria-se do risco de uma perseguição certa e iniciava a carreira para a qual estava verdadeiramente talhado.

A unidade do Exército que o agasalhara aquartelado no forte, que dera origem à vila, capital da província, provinha do antigo Corpo de Linha do Ceará, criado em 31 de julho de 1813, o qual, 10 anos depois, em 4 de maio de 1823, passara a ser o Corpo de Infantaria da Tropa de Linha, dando, a partir do Decreto de 1º de dezembro de 1824, expressão nacional ao Exército Brasileiro, transformando-se no 22º Batalhão de Caçadores.

Pelo citado decreto, o 22º de Caçadores passou a contar com um estado-maior, um estado-menor e seis companhias, organizado com o casco do antigo Corpo de Linha do Ceará, então formado por três companhias de Infantaria e uma de Artilharia.

Essas unidades de Caçadores, do tipo Infantaria Ligeira, estavam armadas com carabinas de pederneiras, marca Pirlot, de fabricação belga, modelo

1822, com a competente vareta, martelo, saca-trapo e uma baioneta, pela adaptação de um sabre de seção triangular ou de lâmina plana.

Anteriormente, segundo o Barão de Studart, a situação da guarnição da Vila de Fortaleza no ano de 1782, no governo de João Batista de Azevedo Coutinho de Montauri, que dirigiu o Ceará até 1789, contava ao todo com 126 homens, sendo 114 de Infantaria, formando uma companhia, e os 12 restantes de Artilharia, compreendendo 1 condestável, 1 cabo e 9 soldados. Na época, a companhia de Infantaria era comandada pelo tenente Antônio Borges da Fonseca, pois o cargo de capitão comandante estava vago havia 10 anos.

Quando Antônio de Sampaio ingressou no Exército, era ministro da Guerra o brigadeiro Tomás Joaquim Pereira Valente — Conde do Rio Pardo — português do Porto, que tomara posse do cargo em 5 de dezembro de 1829, do Gabinete de 4 de dezembro de 1828.

Em 24 de novembro de 1830, o Art. 1<sup>o</sup> § 3<sup>o</sup> da lei que fixava o efetivo das Forças Armadas para o ano financeiro de 1830-32 considerava 12.000 homens para as três armas.

Segundo o usual da época, o recruta, ao verificar praça, recebia uma esteira para forrar a dura tarimba, usada quando estivesse de folga, e teria de comprar, com seu primeiro soldo, uma tigela, um prato de barro e uma colher, além de contar com uma faca, sem ponta, distribuída pela OM para três homens.

Sampaio recebeu também sua cautela, assinada pelo major Francisco Xavier Torres, comandante interino do 22<sup>a</sup> Batalhão de 1<sup>a</sup> Linha. Com esse ato, ficaria obrigado a servir oito anos.

Um decreto de 28 de setembro de 1829 tornara sem efeito o de 14 de julho de 1828, o qual fixara em quatro anos o serviço daqueles que se alistavam voluntariamente nos corpos de 1<sup>a</sup> Linha do Exército, determinando que, a partir do novo decreto, o tempo de permanência dos alistados voluntariamente seria regulado pelo Decreto de 13 de maio de 1808, fixando em oito anos o tempo de serviço. Findo esse prazo, se lhes daria baixa, sem dependência de novas ordens, pela simples apresentação da cautela, assinada pelo comandante do corpo respectivo que, no ato de assentamento, se fornecia a todos os voluntários como um título de segurança, na forma que no mesmo decreto se continha.

Pouco depois de haver Antônio de Sampaio ingressado no Exército, o ministro da Guerra, em Aviso de 27 de outubro de 1831, declarava que o

tempo de voluntário seria de oito anos. E um o Aviso nº 180, de 16 de julho, proibia o castigo da chibata, então em vigor em ambas as forças. Declarava o ministro, coronel Manoel da Fonseca Lima e Silva (futuro Barão de Suruí), que tal castigo era ignominioso para o Exército Brasileiro; além do mais, sem fundamento em lei.

O castigo da chibata perdurou por muitos anos na Armada Nacional, provocando uma séria revolta, conduzida por inferiores da Marinha ao termo da qual o infamante castigo foi abolido.

Essa revolta, comandada pelo marinheiro João Cândido, constituiu uma dramática demonstração de repulsa. Teve início, já na República, em uma noite de novembro de 1910, no início do governo do marechal Hermes Rodrigues da Fonseca (1910-14). Durante duas jornadas, os amotinados, depois de assassinares alguns de seus oficiais, mantiveram a capital do país sob a ameaça dos canhões de 12 pol dos encouraçados recém-chegados da Inglaterra. Não possuía o Governo meios capazes de demover os revoltosos, além de a principal razão invocada pelos rebelados ser verdadeiramente justa. Afinal, foi vencida pelo Exército, cuja artilharia destruiu parte do quartel dos fuzileiros navais na Ilha das Cobras.

Em 24 de novembro de 1831, esclarecia e determinava o governo da Regência que, convencida das judiciosas razões do ministro da Guerra, em seu ofício de 23, a respeito do uso de bigodes que novamente aparecia em alguns oficiais, quando estavam em desuso em toda a classe militar desde 7 de abril do presente ano, a partir daquela data ficasse proibido semelhante distintivo (Aviso nº 429).

Entre a data do nascimento de Sampaio e a que este foi acolhido no Exército muitos acontecimentos importantes ocorreram no País. Dois anos antes de seu nascimento, a Família Real de Portugal, “assustada” com a presença ameaçadora dos granadeiros de Junot nas vizinhanças de Lisboa, mudara-se para o Brasil. Em maio de 1816, morria D. Maria I, rainha do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Em outubro de 1820, eclodia a Revolução Constitucionalista do Porto, exigindo o regresso de D. João VI para a Europa. Em consequência de tal fato, iniciou-se o governo do jovem príncipe D. Pedro, em 26 de abril de 1821.

Este, contrariando ordens expressas das Cortes, disse ao povo, em 9 de janeiro de 1822, que decidira permanecer no Brasil. Pouco depois, amuado com notícias procedentes de Portugal, proclamava nossa independência, em 7

de setembro do mesmo ano e, em 1º de dezembro, era coroado imperador, sob a designação de Pedro I. Em 25 de março de 1824, era jurada a primeira constituição do novo império. Portugal, por seu turno, em 29 de agosto de 1825, reconhecia a Independência do Brasil.

Em dezembro desse mesmo ano, o Império entrava em guerra contra as Províncias do Rio da Prata. Em 11 de dezembro de 1826, morria no Rio de Janeiro D. Leopoldina, primeira imperatriz do Brasil. O imperador, viúvo, casou-se novamente, com D. Amélia de Leuchtenberg, e ela se tornou a segunda imperatriz.

Antes de Sampaio completar o primeiro ano de arregimentado, o imperador D. Pedro I, pressionado pelo povo e pela a tropa do Rio de Janeiro, abdicou do trono na pessoa de seu filho, D. Pedro de Alcântara. Em 7 de abril de 1831, o Brasil passou a ser governado por uma regência, em nome do imperador, menor de idade.

Esses últimos acontecimentos políticos, a partir da abdicação do primeiro imperador, geraram uma década de agitações e de lutas domésticas, cabendo ao Exército, necessariamente, dominar os focos de agitação que se sucederam em diferentes províncias, notadamente nas do Norte e do Nordeste.

Sampaio, praça de 1830, encontraria já no ano seguinte excelentes oportunidades para exercitar suas qualidades inatas, então mais bem polidas pela instrução militar recebida e pela disciplina rigorosa às quais estava sujeito no corpo de tropa. Lá, desde a primeira jornada, começara a aprender a virtude de obedecer e de se fazer obedecido, alicerce das instituições militares. Disso ele bem cedo compreendeu e, em razão da força do seu Exército, passou a praticar aqueles preceitos por toda vida.

Além do Batalhão de Caçadores de 1ª Linha, aquartelado em Fortaleza, a Província do Ceará contava no período do Primeiro Império com unidades de milícias, consideradas de 2ª Linha, em total de nove regimentos, sendo seis de Cavalaria e os três restantes de Infantaria.

Os seis primeiros: os das várzeas do Jaguaribe e do Icó, o do Crato, o de Inhamuns, o da Serra dos Cocos e o de Sobral; os segundos, o das Marinhas do Ceará e Jaguaribe, o das Marinhas de Acaraí e Camocim e o dos Homens Pardos de Icó.

Na época, o Regimento de Cavalaria Auxiliar da Serra dos Cocos era comandado pelo coronel Manuel Martins Chaves, envolvido em 1795 em um assassinato. Foi preso em 1805, enviado para Lisboa e trancafiado na prisão

do Limoeiro, onde morreu em 1808. O Regimento da Ribeira dos Inhamuns era comandado pelo coronel Manuel Ferreira Ferro.

Cada um desses regimentos de Cavalaria de milícia compunha-se de 10 companhias, e cada terço de Infantaria, de 7.

O fardamento desses regimentos denunciava completa incúria em tão importante serviço, pois a tropa de 1ª Linha, de tão pequena, não poderia assegurar a ordem em todo o interior da capitania. Os soldados de milícia andavam descalços, quase nus, e os que melhor se trajavam usavam camisa e ceroula de algodão tecido no País. Formavam um bando de maltrapilhos. Os oficiais vestiam-se segundo melhor lhe parecesse, donde o espetáculo mais discordante e disparatado quando a tropa era reunida para ser passada em revista em sua sede, durante as inspeções do governador. O armamento era uma vergonha: meia dúzia de carabinas inutilizadas, amarradas com corda, cujo estado era tão “bom” quanto os soldados que, quando eram destacados em diligências, seguiam munidos de cacetes. Por isso, o emprego deles como armamento tornou-se uma generalidade.

Já, no Primeiro Império, em virtude de tabela baixada com o Decreto de 24 de maio de 1826, os regimentos de milícias do Ceará apresentaram nova organização, formando batalhões de 2ª Linha do Exército, com numeração própria.

Os regimentos das Marinhas do Ceará e do Jaguaribe formaram três batalhões de Caçadores: um na Vila de Fortaleza, com o nº 72; um em Cascavel, com o nº 73; outro em Aracati, com o nº 74; o Regimento das Marinhas do Acaraí e Camocim formaram outros três batalhões de Caçadores: um na Granja, com o nº 75; um em Sobral, com o nº 76, e o outro na Vila da Imperatriz, com o nº 77; o Regimento dos Pardos do Icó formou ali um batalhão da mesma arma, com o nº 78. Os regimentos de Cavalaria Ligeira, de 2ª Linha, foram numerados do seguinte modo: o de Sobral teve o nº 30, com parada em Fortaleza; o da Serra dos Cocos, o nº 31, na Vila Nova d’El-Rei (Campo Grande); o dos Inhamuns, o nº 32, na Vila de S. João do Príncipe; o Regimento de Icó, o nº 33, com sede nessa vila; o das várzeas do Jaguaribe, o nº 34, em São Bernardo, e, finalmente o do Crato, o nº 35, na vila de mesmo nome.

Essa era a Milícia do Ceará que desapareceu em 1831, por força de uma decisão do governo da Regência, que baixou a Lei de 16 de agosto (art. 140) e o Decreto de 20 de dezembro daquele ano, criando a Guarda Nacional, que tantos e importantes serviços prestou no Segundo Império.

A situação da tropa de 1ª Linha também não era lisonjeira. Em relatório referente ao ano de 1829 sobre tal assunto, apresentado à Assembleia Nacional por José Clemente Pereira, ministro da Guerra do Gabinete de 15 de junho de 1828, apontava este respondendo às denúncias dadas pela Comissão Especial. A primeira referia-se ao fato de ele haver ordenado o recrutamento em algumas províncias do Império e, no ano de 1829, encomendado ao negociante inglês G. Young e mandado vir de Londres, no mesmo ano, quantidade excessiva de armamento que, à vista da fatura e de onerosas condições de contrato, importava em mais de 360:000\$000.

Em sua defesa, disse o ministro Clemente Pereira que, embora o recrutamento fosse autorizado por lei, sempre lhe ficaria o remorso de o ter ordenado se ele não houvesse sido ao mesmo tempo exigido pela imperiosa necessidade das circunstâncias, pois o recrutamento em todos casos trata-se de verdadeira calamidade pública Mas pôde se convencer da necessidade pelos motivos seguintes:

1º – Aliviar as milícias do serviço tão pesado, como injusto, que estava sendo realizado em algumas províncias;

2º – Não deixar de todo aniquilar o Exército;

3º – Dar baixa do serviço a todos os voluntários e recrutados que a ela tivessem direito por lei;

4º – Finalmente, a necessidade de uma força disponível capaz de operar defensivamente, e com vantagem, nas fronteiras do Rio Grande do Sul, caso fosse preciso.

E continuava o ministro José Clemente Pereira:

Sendo estes os meus princípios inveterados e firmes, como seria possível esperar-se de mim que visse com indiferença que as milícias continuassem a ser empregadas em serviço ativo, como o estavam sendo em algumas províncias, procedendo este vexame de se acharem os corpos de 1ª Linha nelas existentes extraordinariamente reduzidos, como mostrava o mapa nº 8.

Não tendo tropas disponíveis de 1ª Linha, nem mesmo sendo compatível mandar mais de um corpo para tais províncias, entendia que o único meio que lhe restava de fazer cessar o mal era mandar recrutar para os batalhões das mesmas províncias; e esta razão, junta às mais em que se mostravam a necessidade do recrutamento, lhe determinara muito particularmente a expedir os avisos de 12 de setembro, 21 e 24 de outubro de 1829, mandando recrutar para os bata-

lhões de Caçadores n<sup>os</sup> 12, 16 e 22, nas províncias do Espírito Santo, Alagoas e Ceará, onde o serviço de 2<sup>a</sup> Linha estava sendo mais pesado.

O aviso expedido para o Ceará dava expressamente essa causa, mas nem por isso deixava de ser verdade que ela existia nas outras duas províncias porque de fato as milícias estavam àquele tempo sendo nelas empenhadas com serviço efetivo.

E arrematava o ministro da Guerra em sua exposição:

Recrutei, pois, para poder cumprir uma lei, para liberar mais de 1.500 cidadãos que, depois de terem arriscado suas vidas na defesa da Pátria, se achavam injustamente detidos contra sua vontade para salvar finalmente o Governo de um grande descrédito. Mas se por querer cumprir uma lei, e apesar de serem justos e louváveis os meus fins, vier a julgar que ofendi outra lei, o repouso de minha consciência, que ainda hoje me faz considerar o meu ato como legal e necessário, me dará consolação bastante para sofrer a minha sorte.

No caso vertente, para o 22<sup>o</sup> Batalhão de Caçadores, o Aviso de 12 de setembro de 1829 do ministro mandava recrutar para se ter o número efetivo de 245 baionetas. E com relação à denúncia sobre a compra de armamento, declarou o ministro José Clemente Pereira:

Obrigado pelo Art. 102 § 15 da Constituição a dispor, com previdente prudência de todos os meios concernentes à segurança interna e externa do Estado na forma das atribuições que a mesma Constituição dá ao Poder Executivo, eu seria altamente responsável se, por falta de cumprimento do Art. 146, que manda conservar a força existente, deixando aniquilar o Exército, a mesma segurança interna e externa viesse a perigar.

Firme nestes princípios, a Província do Rio Grande do Sul não podia deixar de chamar minha atenção porque a guerra pode ali se renovar, no fim de cinco anos, estipulados pelo Art. 15 da Convenção Preliminar de 30 de agosto de 1828. O Tratado Definitivo de Paz há de ser precedido, ou pelo menos acompanhado, da demarcação de limites entre o Estado Cisplatino e este Império, questão que pode dar lugar a contestações mais sérias e complicadas de que alguém talvez imagina. Tendo assinado a Convenção Preliminar de Paz de 30 de agosto de 1828 (com as Províncias Unidas do Rio da Prata), eu não merecia desculpa se por efeito de

omissão minha viesse a acontecer, que o Governo se achasse em circunstâncias de não poder fazer a guerra com vantagem, no caso de ela vir a romper de novo, como é possível [...].

E considerando a questão do armamento, mais adiante, o relatório do ministro Clemente Pereira, que é extenso, mencionava:

É um axioma militar que na paz se deve preparar os soldados para a guerra. É igualmente evidente e indubitável que a principal qualidade da Tropa Ligeira, ou de Caçadores, depende da eficiência ou justeza de seus fogos, sendo também óbvio conhecer-se que, sem muita prática de atirar ao alvo e sem armas adequadas e próprias, não se pode conseguir aquele desejado efeito.

Debaixo destes princípios pondero a V. Excia. que as armas de que usam os nossos corpos de Caçadores não só não têm a construção própria, mas até compradas as mais das vezes a negociantes que só atendem ao seu interesse, são imperfeitas: têm umas os canos gastos e de novo polidos em outras, as principais peças dos fechos estalam muitas vezes por serem fundidas, em algumas faltam até as molas e parafusos indispensáveis para a sua segurança, e finalmente o Brigadeiro Diretor da Fábrica da Conceição poderá dizer o sem-número de armas novas que tem entrado naquele estabelecimento para serem reparadas com peças novas, apenas com dias ou horas de serviço.

Essa era a situação lastimável na qual se encontrava as tropas de 1ª e de 2ª linhas do Exército ao tempo que Sampaio iniciava sua carreira.

Desaparelhada e necessitando atravessar agitada época quando o espírito nacional encontrava-se em plena efervescência, a vida na tropa não poderia ser das mais calmas. Assim é que na própria província natal não tardaria Sampaio a encontrar a oportunidade de pôr à prova sua intrepidez, tantas vezes demonstrada nos pagos de Tamboril, qualidade marcante exibida durante todos os atos que sua personalidade impunha.

Cedo se habituara aos entreveros que sua unidade vira-se envolvida com os sertanejos e jagunços revoltados por Pinto Madeira no sul da província quando, muitas vezes, precisou empregar-se no corpo a corpo, vivendo a máxima napoleônica: “Para os bravos a espingarda era apenas o suporte da baioneta.”

Meses depois de ter verificado praça já era cabo de esquadra, e logo no seu braço cingia as divisas de furriel, que faria honrar a 4 de abril de 1832

quando recebia seu batismo de fogo em árduo e prolongado combate nas ruas e vielas da Vila de Icó, combatendo sob a chefia do major Francisco Xavier Torres, comandante interino do 22º Batalhão de Caçadores, seu primeiro instrutor na arte de bem guerrear e um de seus melhores amigos durante muitos anos.

O major Francisco Xavier Torres já era um veterano nesse tipo de guerrilhas. Filho de um oficial de mesmo nome, nascera em Fortaleza, em 1805, e verificara praça em 1º de março de 1821 quando foi reconhecido cadete de 1ª Classe e nomeado porta-bandeira do então Corpo de Linha do Ceará.

O pai do major Torres fora sargento-mor, tendo tomado posse no Governo em 3 de novembro de 1821, na qualidade de primeiro presidente da província.

Nas fileiras do batalhão, participara Xavier Torres das expedições às províncias do Piauí e do Maranhão, em 1822, regressando ao Ceará, em 1823. Fora promovido a capitão depois de servir como tenente nas funções de secretário do Comando das Armas em Fortaleza. Capitão, foi designado para o 22º de Caçadores quando a unidade encontrava-se em campanha novamente na Província do Maranhão, 1825-28. Promovido a major, Xavier Torres foi designado para comandar o 72º Batalhão de 2ª Linha, sediado em Fortaleza. Com essa unidade auxiliar de milícia, marchou para a Comarca do Crato, no extremo sul da província, em 24 de outubro de 1829, chefiando uma expedição despachada “a fim de obstar a proclamação de um governo absolutista”.

Era, pois, o major Xavier Torres consumado veterano nessas lutas domésticas quando, em janeiro de 1832, seguiu para o centro da província, a fim de assumir o comando de todas as forças convocadas para debelar a rebelião da gente de Pinto Madeira. Para tanto, deixou o comando interino das Armas, sendo nomeado pelo presidente José Mariano de Albuquerque Cavalcante, comandante geral das referidas forças.

Ao se verificar o levante, estava a Província do Ceará sob o governo interino do vice-presidente José de Castro e Silva desde 8 de julho de 1830. Em 13 de maio de 1831, ancorava em Fortaleza o brigue inglês *Atlas*, procedente do Recife, trazendo a notícia da abdicação de D. Pedro I, ocorrida em 7 de abril.

Na Corte do Rio de Janeiro, a revolução nacionalista contra o imperador ganhara consistência no final do mês de março de 1831. A partir do dia 25 e dos primeiros dias de abril, a anarquia geral tumultuava a vida da população do Rio de Janeiro. As facções radicais, inteiramente desenfreadas, mantinham o povo em contínuo alarme. Organizaram-se militarmente em centúrias

e distribuíram-se pelos vários distritos da cidade, estacionados à frente dos quartéis para pregar a revolução, com aplausos dos soldados.

Não mais faziam caso da polícia e impunham-se às próprias autoridades. E o Governo, impassível, parecia estimular a audácia dos sediciosos.

Tão estranho e assustador tornou-se aquele estado de ânimo coletivo que os próprios liberais moderados e os homens de maior responsabilidade chegaram a sobressaltar-se com o incêndio que haviam fomentado.

Evaristo da Veiga, pelo jornal *Aurora fluminense*, não cessava de fazer sentir ao Ministério em grande clamor de rebate, como se jogasse um balde de água fria no fogaréu levantado na cidade, salientando a necessidade de atalhar o ímpeto com que os insurgentes iam alcançando no seio da tropa arregimentada.

D. Pedro percebeu que a nomeação do Ministério de 5 de abril apenas interrompera por um instante o curso dos acontecimentos e, desesperado com a desídia ou incapacidade de seus conselheiros, tão irresolutos como destituídos do necessário prestígio, resolveu exonerá-los, substituindo-os nos dias 5 e 6 de abril por “fidalgos da aristocracia titular”, homens já conhecidos, entre os quais se encontravam alguns daqueles que o haviam levado à dissolução da Constituinte, em 12 de novembro de 1823.

Já, agora, o imperador perdera a cabeça e, provocando nova violação do Estatuto, por ocasião da escolha do último Gabinete, demitia este e dava-lhe como sucessores os mais acusados dos absolutistas em foco, todos considerados “antibrasileiros”.

Os 24, que tantos eram os do grupo da *Aurora fluminense*, com Vergueiro à frente, reuniram-se e resolveram colocar a clara alternativa perante o imperador: proibir e refrear as violências de seus sequazes e obedecer à Constituição e às leis, ou ser deposto.

O imperador nenhuma atenção prestou ao aviso.

Logo, começaram a correr boatos de que os 24 iriam ser presos e que se tomariam medidas contra a imprensa.

Convocou-se uma assembleia popular no Campo de Santana — hoje Praça da República. As tropas da guarnição mantinham-se solidárias com o elemento civil. D. Pedro enviou mensagem, prometendo obedecer às leis, mas o documento foi rasgado pela população enfurecida.

Três juízes de paz partiram para São Cristóvão a fim de, em nome do povo, exigirem a recondução dos antigos ministros. O imperador, taxativo,

respondeu que tal medida não tomaria. No próprio Palácio Imperial, a deserção teve início. As tropas de sua guarda juntaram-se à população já reunida revolucionariamente no Campo de Santana. D. Pedro sentiu-se sozinho com sua família; todavia, não houve qualquer violência ou prova de desconsideração à pessoa do imperador. Era completa, unânime e veemente a repulsa do País em relação ao Absolutismo.

Resistindo deliberadamente a aceder à vontade do povo e à tropa confraternizados, D. Pedro entregou ao major Miguel de Frias uma folha de papel aberta com sua abdicação em favor do primogênito, então menor, D. Pedro de Alcântara. Punha-se fim àquela grave crise!

A notícia espalhou-se por toda a cidade rapidamente, com grande manifestação de alegria.

Os liberais moderados, grandes responsáveis pelo acontecimento, reagiram energicamente contra as facções desavindas. Um conselho de notáveis procedeu à eleição de uma regência provisória que logo assumiu o governo em nome do menino imperador.

Foi aclamado presidente da Assembleia o Marquês de Caravelas; em seguida, apresentou-se e foi introduzido no recinto o brigadeiro Francisco Lima e Silva, comandante das Armas da Corte, encarregado de entregar ao Poder Legislativo o ato da abdicação. O primeiro procedimento da regência foi reintegrar o Ministério que D. Pedro demitira em 5 de abril.

No dia 8, publicava a Assembleia um manifesto à Nação, dando-lhe conta do que fizera e pedindo confiança no governo provisório, constituído em nome do soberano infante, que governaria até a Assembleia Geral eleger a Regência Permanente. Dias depois, declarava a Regência ao instalar a Assembleia Geral em 3 de maio “que o 7 de abril fora um dia faustíssimo, data memorável para o Brasil, pelo heroísmo de seus filhos, triunfo da liberdade constitucional e derrota dos inimigos da Independência.”

Nas províncias, continuava-se a lavrar o mesmo espírito de anarquia.

Parecia, com efeito, que se havia tramado para o final de 1831, de setembro em diante, vasto plano de perturbação no País, preparado para eclodir quando surgisse um acontecimento imprevisto. Logo, se registraram sérios distúrbios, particularmente nas províncias do Norte e do Nordeste do Império, com acontecimentos no Pará, Maranhão, Ceará e Paraíba do Norte.

Ao chegar a Fortaleza a notícia da abdicação do imperador, em diversas localidades da província comemorou-se esse acontecimento de modo

curioso, plantando-se árvores as quais davam o nome de *árvores da liberdade*. Em Fortaleza, por exemplo, foi plantado um coqueiro na Praça do Palácio e, na Vila de Quixeramobim, uma cajazeira, na Praça da Matriz.

Em Fortaleza, na noite de 15 de maio, alguns patriotas, no seu entusiasmo pelo 7 de abril, dirigiram-se ao Campo da Pólvora, ora Passeio Público, e derrubaram a machadadas a forca ali erguida por ordem da Comissão Militar. Na jornada seguinte, o vice-presidente José de Castro e Silva, em exercício, oficiou às diversas câmaras, expondo os acontecimentos ocorridos no Rio de Janeiro, por ocasião da abdicação de D. Pedro, e os festejos ocorridos em Fortaleza, para evitar qualquer distúrbio com manifestações públicas pelo acontecimento.

Mencionava o documento:

Tendo no dia 13 do corrente mês chegado ao porto desta capital o brigue inglês *Atlas*, do capitão Edward Higginson, vindo de Pernambuco, a horas da noite do mesmo dia se espalhou o boato de ter baqueado do Trono o Imperador D. Pedro I, e esta notícia, ainda não verificada, deu lugar a que me empregasse em saber os motivos de tal publicação, e pelas minhas diligências pude conseguir do inglês Pedro Foucks o *Diário de Pernambuco*, nº 97, com a exposição do qual e de outros papéis públicos entrei no conhecimento de tais novidades e de ter o Imperador abdicado a Coroa no dia 7 de abril último para seu augusto filho o Sr. D. Pedro II, que foi aclamado Imperador no dia 9 de abril último e de ter seu pai seguido para a Inglaterra.

Para acautelar o gênio do mal com as arguições do acontecimento não retardei um instante em participar ao público esta gloriosa notícia; convoquei o Conselho Administrativo, autoridades constituídas e cidadãos probos com quem tomei as providentes medidas para manutenção da boa ordem, e pelo entusiasmo que divisei no semblante de todos que apressadamente concorreram a Palácio entoei os vivas análogos sobre tal objeto tão lisonjeiro para o Brasil que foram correspondidos debaixo da boa ordem com patrióticos sentimentos dos brasileiros.

Logo depois, se apresentou a artilharia na Praça Pública onde se deu 101 tiros de peça, correspondidos pela Fortaleza, e com isto, e com a proclamação junto que remeto a Vosmecês para lhe darem a devida publicidade se conhecer este agradável ato, que continuou a ser aplaudido nas três noites sucessivas, iluminando-se toda a cidade e ao som de instrumentos bélicos se reuniram os cidadãos

amantes de sua pátria e entoaram o Hino Nacional pelas ruas desta capital sem a menor novidade, ou motivo de desgosto, de maneira que com recíproca harmonia se ultimou este festejo e se preparam para outros, quando aparecer as participações oficiais.

Portanto é de esperar dos partidos sentimentos de vosmecês que, reunidos com as autoridades locais, tomem as necessárias providências que evitem qualquer mal ou discórdia que se possa tramar a respeito da tranquilidade pública que se deve observar e que ligando-se a uma só vontade deem as demonstrações de júbilo de que devem estar todos possuídos por tão gloriosa até a Elevação do Sr. D. Pedro II ao Trono que os brasileiros com tanto sacrifício levantaram para o merecimento e a virtude.

Deus Guarde a vosmecês.

Palácio do Governo do Ceará, 16 de maio de 1831.

(a) José de Castro e Silva, V. P.

Em 29 de maio, reunia-se extraordinariamente a Câmara Municipal de Fortaleza para aclamar imperador o Sr. D. Pedro II. Presidiu o ato Joaquim Lopes de Abreu, com a presença do vice-presidente José de Castro e Silva.

Contudo, o estopim da sedição, em 16 de julho, chegava a Fortaleza com ordem da Regência, transmitindo o decreto de 4 do mesmo mês, relativo ao coronel Pinto Madeira.

Já a esse tempo, o governo do Império estava afeto à Regência Permanente, eleita em 17 de junho de 1831, composta dos deputados José da Costa Carvalho, João Bráulio Muniz e do brigadeiro Francisco Lima e Silva.

O documento do Governo, vindo às mãos do vice-presidente Castro e Silva, assinala textualmente:

Acha-se verificado que Joaquim Pinto Madeira fora ilegalmente promovido ao posto de tenente-coronel comandante do Batalhão nº 78 de Caçadores de 2ª Linha do Exército por patente do ex-comandante das Armas Conrado Jacob de Niemeyer, depois disso tivera o acesso ob-reptício e sub-reptício ao posto de coronel; manda a Regência, em nome do Imperador, por Decreto de 4 de julho do corrente que; ficando sem efeito o Decreto de 1º de outubro de 1827, pelo qual o dito Joaquim Pinto Madeira foi promovido ao posto de coronel, se lhe dê baixa do serviço de 2ª Linha; o que se participa pelo secretário de Estado dos

Negócios da Guerra ao comandante das Armas da Província do Ceará para seu conhecimento e execução.

Palácio do Rio de Janeiro, 16 de julho de 1831.

José Manoel de Moraes, cumpra-se e registra-se.

Quartel do Comando das Armas, no Ceará, em 16 de outubro de 1831. (a) Silveira.

Nessa ocasião, era ministro da Guerra o coronel Manuel da Fonseca Lima e Silva, depois Barão do Suruí, que nascera no Rio de Janeiro, tio do futuro Duque de Caxias.

Em 7 de outubro, o capitão-mor José de Castro e Silva passava o governo da Província do Ceará a seu irmão, 2º vice-presidente, major João Facundo de Castro Menezes, e, em 5 de dezembro, um decreto da Regência mandava suprimir o Comando das Armas do Ceará, criado em virtude do Decreto das Cortes Portuguesas de 1º de outubro de 1821.

A força militar nos tempos coloniais estava inteiramente subordinada aos capitães do presídio e aos governadores.

Com a extinção das antigas milícias e a criação da Guarda Nacional, em virtude da Lei de 18 de agosto de 1831 e da Lei de 10 de outubro, que submeteu aos presidentes de províncias à Força Pública, esta ficou circunscrita à autoridade dos comandantes das Armas, outrora governadores das Armas.

Em 8 de dezembro de 1831, tomou posse do cargo de presidente da Província do Ceará o tenente de Artilharia reformado José Mariano de Albuquerque Cavalcante, nomeado por Carta Imperial de 29 de agosto. Antes, interinamente, esteve à testa da administração por alguns dias Miguel Antônio da Rocha Lima, que assumira a função a 8 de outubro.

Em 14 de dezembro de 1831, começava no Ceará a campanha motivada pela sedição levantada pelo ex-coronel comandante do 78º Batalhão de Caçadores de 2ª Linha, do Icó.<sup>NE</sup>

Em pleno sertão do nordeste adusto, travou-se luta dramática, com propósito restaurador, provocada pelo velho oficial português Joaquim Pinto Madeira, rico fazendeiro na zona do Jardim, de acordo e com o apoio do padre Antônio Manuel de Souza, do ouvidor, do juiz de fora, dos escrivães e de alguns oficiais da milícia do Crato.

---

<sup>NE</sup> Figura 2 do Caderno de Ilustrações.

Era isso o que afirmava o povo da referida vila no levante de 7 de junho de 1831, reunindo-se a um destacamento de linha na representação à Câmara e ao presidente da província, pedindo demissão daqueles funcionários e o auxílio das forças contra Pinto Madeira, sobrecarregado de velhos ódios naquela região, mas forte pelo prestígio religioso que lhe emprestava o vigário, o qual se tornou mais tarde um quase santo para a religião místico fetichista daquela gente.

A Câmara suspendeu logo os funcionários, e, como recurso de ocasião, os legalistas pediram auxílio ao povo de Icó, área mais rica da província.

Pinto Madeira era pessoa poderosa e influente, possuidor de grande prestígio na zona sertaneja do Cariri, especialmente na Vila do Jardim, situada na margem do Riacho Jardim, um dos formadores do Rio Salgado, nos contrafortes da Chapada do Apodi, extremo sul do Ceará.

Dois fatores são considerados na explicação dessa revolta sertaneja: a tendência restauradora, responsável na mesma época pela agitação dos caramurus no Rio de Janeiro; a Abrilada no Recife e a luta dos cabanos no interior de Pernambuco e Alagoas, além do velho antagonismo existente entre o povo das vilas vizinhas do Crato e do Jardim. Acresce-se ainda o estado de constante rivalidade entre os chefetes locais, separados não tanto por diferenças ideológicas mas por questiúnculas particulares, criadas na vigência do coronelismo patrial e mandonista.

A sedição ganhou algum volume por contar Pinto Madeira com o decidido e valioso apoio do vigário Antônio Manuel de Souza, conhecido em toda a região por padre benze-cacete. Os pendores reacionários do velho coronel português eram notórios pela participação em acontecimentos anteriores e mais recentemente resultante do decreto que lhe dera baixa do serviço de 2ª Linha, conseguido pelo grande número de rancorosos inimigos. Estes se aproveitaram da reviravolta política e começaram a hostilizá-lo abertamente, inclusive, como se propalava, pleiteando o decreto regencial que o eliminaria da milícia.

Alguns adversários, escreveu Irineu Pinheiro, enciumados com a importância do caudilho cratense, que o povo apelidara governador do Centro, esforçaram-se por afastá-lo definitivamente do campo político de qualquer maneira.

A luta ganhou terreno e estendeu-se pelos anos de 1831-32, conflagrando uma boa área do sul da província, obtendo os rebeldes inicialmente alguns

êxitos, chegando a conquistar o Crato, cuja comarca fora criada por alvará régio de 27 de junho de 1816; dominou a região do Cariri e pôs em polvorosa vasta região sertaneja não somente no território do Ceará como na vizinha Província de Pernambuco, onde encontrara aderentes, com, possivelmente, decidido apoio dos cabanos.

A situação ia-se tornando grave, pois se chegou a admitir que a Abrilada houvesse sido precipitada para ajudar a sedição de Pinto Madeira, pelo menos para retardar a remessa de um corpo expedicionário pernambucano ao Ceará, já prestes a seguir na direção do teatro de operações.

Em 9 de janeiro de 1832, a Câmara de Aracati recebeu um ofício do coronel Agostinho José Tomás de Aquino, participando-lhe que Joaquim Pinto Madeira e o vigário Antônio Manuel de Souza haviam entrado em 27 de dezembro na Vila do Crato, procedentes do Jardim, com uma força armada a “proclamar contra o sistema adotado pela Nação”, e pedindo socorro “a fim de pôr barreira a tantas maldades”.

A Câmara resolveu participar ao presidente da província os movimentos denunciados para que, o quanto antes, pusesse em prática medidas salutareis à salvação pública ameaçada, bem como, no mesmo sentido, oficiou ao juiz de Paz para que tomasse medidas de segurança em favor do sossego do município. Comunicou também ao comandante do Batalhão de Caçadores 74, de 2ª Linha, para ter o corpo de seu comando em estado de defesa.

Além disso, a Câmara de Aracati, mediante requisição do juiz de paz enviou à povoação de São João dois barris de pólvora, com quatro arrobas, dois quintais<sup>NE</sup> de chumbo para munição e alguns cavalos. Tratou também de aprontar uma força de 50 milicianos a ser enviada contra os sediciosos.

O presidente da província despachou para a região da sedição o comandante das Armas, coronel Tomás Antônio da Silveira, sem que nada, no entanto, obtivesse em benefício de uma razoável pacificação.

A ação dos denominados cabras, reputados pelo comandante das Armas “perfeitos cossacos que não temiam a lei e a religião”, intranquilizou as autoridades civis e o próprio comandante das Armas, que sugeriu colocar-se com a máxima urgência na Vila do Crato, a mais arriscada a qualquer tentativa dos jardinenses, uma força de 60 praças (dois pelotões) de 1ª Li-

---

<sup>NE</sup> Antiga unidade de medida de peso que equivalia a quatro arrobas (cerca de 60kg), segundo o Dicionário Caldas Aulete.

nha, comandada por um oficial de conceito. Um efetivo disponível do 22º Batalhão de Caçadores foi despachado de Fortaleza; com ele seguiu o furriel Antônio de Sampaio.

Referindo-se a Antônio de Sampaio, escreveu Escragnolle Dória:

Levou para o tirocínio dos acampamentos alguma coisa de áspero e forte como a natureza agreste do berço natal, e, que além do mais, possuía alguma coisa de inflexível e severo, à semelhança daquelas rochas que existem de pé, fragmentadas pelos planaltos de sua terra a desafiar o tempo e o espaço.

O roteiro seguido pela força de Linha não foi assinalado pela crônica da época, mas deveria ter seguido de Fortaleza por Pacajus, Russas, Jaguaribe e imediações de Icó, na margem do Rio Salgado, em percurso total de aproximadamente 370km.

No curto período do governo de Manuel Antônio da Rocha Lima, foi ordenado ao ouvidor do Crato que procedesse a uma devassa contra os habitantes do Jardim. Essa determinação por si só constituiu ato de extrema imprudência, acabando por provocar o conflito armado entre as duas localidades caririenses, de relações já então tensas.

Começaram daí as hostilidades, com os dois lados a reunir fortes contingentes de sertanejos, os quais, na falta de armas de fogo, em grande parte muniram-se de cacetes em cujo manejo eram bastante adestrados.

O padre Antônio Manuel ia-os bezendo aos montes e distribuindo-os aos cabras. Formou-se um contingente irregular de quase dois mil homens, sob o comando de Francisco Xavier de Souza. Como não se mostrasse à altura da empreitada, assumiu a direção dessa força o próprio Pinto Madeira, que, em 23 de setembro, logo marchou contra a Vila do Crato, distante cerca de 10 léguas ao norte,

No dia 27, perto da Vila de Barbalha, no Sítio Buriti, ocorreu o primeiro encontro dessas forças. A do Crato, comandada pelo tenente Luís Rodrigues Chaves, sofreu sério revés. Pinto Madeira penetrou com seus homens sem qualquer resistência, na capital caririense, na jornada seguinte, sem que o comandante dos rebelados pudesse evitar que seus comandados saqueassem a vila e cometessem os maiores desatinos.

Uma força guiada por Francisco Xavier Matos, vulgarmente conhecido por Veneno, matou José Pinto Cidade, da força do Governo. Tal ocorrência foi

a causa mais tarde de pretexto jurídico para condenar à morte o chefe do movimento, coronel Pinto Madeira.

Esses acontecimentos no Sul da província chegaram à Câmara de Aracati, e o presidente da província, em Fortaleza, tomou as providências que o caso requeria.

Os sediciosos já se haviam postos em marcha de Lavras da Mangabeira para Icó, com o propósito de bater os cratenses que ali tinham se refugiado.

Nas imediações, o major Francisco Xavier Torres, veterano de muitas pelepas desse tipo, assumiu o comando de todas as forças ali reunidas, inclusive as do Crato que para aquele ponto haviam refluído. Reanimou-se a luta com fornecimento de armamentos e alguma munição, dispondo-os para o combate.

No dia 4 de abril de 1832, sucedeu-se o primeiro choque nas ruas da Vila do Icó quando os rebeldes obtiveram êxito. Entretanto, o major Xavier Torres interveio com todos os seus elementos, reforçados por voluntários do Batalhão de Caçadores 72, de 2ª Linha, de Fortaleza. Desfechou, então, inesperado ataque de frente, com ação pelo flanco direito, jogando os rebeldes sobre o Rio Salgado, desalojando-os em seguida de uma trincheira que haviam ocupado atrás da igreja. Tal ação ocasionou grande número de baixas aos sediciosos.

O combate nas ruas e casario de Icó assumiu feição desesperadora, com duração de seis horas. Nessa investida, uma força comandada pelo furriel Antônio de Sampaio teve saliente ação, conduzida com determinação por seu comandante, que se empenhou em luta corpo a corpo contra numerosos adversários.

Acontecera o batismo de fogo de Sampaio nessa luta contra seus conterrâneos desavindos, os quais ele bem conhecia. Portara-se com inaudita bravura, animando seus homens e dando-lhes o exemplo de sangue-frio e iniciativa no fragor da luta. Era o prólogo de sua sagração como herói, chamando sobre sua pessoa a atenção de seus superiores em relação a suas possibilidades, tal o destemor em situações difíceis nas quais a bravura calculada dera resultados positivos.

O combate de 4 de abril de 1832 foi um marco venturoso que propiciou ao jovem furriel uma brilhante carreira nas fileiras do Exército Imperial.

Prosseguindo, as forças nucleadas pelo 22º Batalhão de Caçadores, com o major Xavier Torres, atacaram novamente os rebeldes nas imediações de São Miguel, afluente da esquerda do Rio Salgado. Por esse confronto

o furriel Antônio de Sampaio foi elogiado pela maneira com que se portara nos combates de Icó e de São Miguel.

As oportunidades dessa campanha fizeram nascer em Sampaio certa afeição por seu comandante, major Francisco Xavier Torres, e tal sentimento, consolidado no ardor das refregas, iria levá-lo a um grande constrangimento no ano seguinte.

Alguns prisioneiros feitos no Icó foram mandados para Fortaleza sob a responsabilidade do capitão Francisco Martins de Almeida Galucho; entretanto, não chegaram ao destino, pois foram liquidados no caminho...

Os combates do Icó e de São Miguel são analisados como os mais ferozes da história cearense.

Em face da violência das ações, o próprio presidente da província, em 20 de março, decidiu assumir a direção da campanha, partindo para a região da luta em penosa viagem, por causa da quadra invernososa. Chegou a Icó no dia 20 de abril e dessa vila seguiu para a do Crato, onde Pinto Madeira e o padre Antônio Manuel haviam estabelecido seu reduto, depois de serem batidos no Icó.

Relata Luís Barba Alardo em sua *Memória sobre a Capitania Independente do Ceará*, de 1814, referindo-se à Vila do Crato, chamada antigamente por essa povoação de Cariris Novos, como ainda muitas vezes se intitula seu distrito onde habitavam os índios da nação Calabaça

[...] está situada na margem do Rio Salgado, distante 36 léguas para o sul. Tem algumas grandes povoações, como Missão Velha, Jardim e Milagres. As suas preciosas nascentes de água a fazem muito procurada dos povos nas ocasiões da seca, motivo por que vai sendo muito povoada e desenvolvida. Confina com o Rio São Francisco na parte que pertence a Pernambuco e por essa razão merece uma vigilante polícia e toda a energia em que se desenvolva os dois preciosos ramos da Agricultura e Comércio, de que é assaz susceptível pela sua mimosa situação. Nossa Senhora da Penha é o orago da sua matriz. Tem um Regimento de Cavalaria miliciano, composto de 10 companhias, e outro de ordenanças.

Em prosseguimento, já outros encontros haviam acontecido em Coité e em Missão Velha.

Por essa ocasião, chegava à província o general Pedro Labatut à frente de uma expedição despachada pelo governo da Regência.<sup>1</sup> Essa foi a oportunidade

para que Antônio de Sampaio conhecesse pela primeira vez um chefe militar de verdade. O brigadeiro enviado ao Ceará já era um nome feito. Francês de nascimento, fora durante algum tempo o comandante em chefe do Exército Brasileiro durante a Guerra da Independência na Bahia e agora, mais uma vez, chamado a pôr ordem na Província do Ceará.

Conta Pedro Theberge que a 7 de agosto a Câmara do Icó recebera um ofício do secretário do Governo, dando parte da chegada do general Labatut. Junto com o documento, vinham, do mesmo militar, impressos que se mandava afixar em todo o termo da comarca.

Três dias depois, a Câmara reunida tratou de arranjar “casa de aposentadoria” para o presidente da província, bem como para o general Labatut e sua tropa à espera dos quais estavam as autoridades da vila.

Em 7 de setembro, o general Labatut requeria providências à Câmara sobre gado de corte e mais gêneros para subsistência de sua tropa ali estacionada.

O presidente, que partira de Fortaleza a 20 de março de 1852, demorou-se três dias no Aquiraz e outros tantos no Cascavel em virtude das chuvas. Desse ponto, expediu ordens de marcha a certos comandantes da província e das vizinhas. No dia 28, chegava a Aracati e na jornada de 1<sup>o</sup> de abril, em São Bernardo; a 4, a São João; a 8, nas Torres e a 10 atingia Icó. A viagem fora delongada por causa do expediente, das chuvas e dos maus caminhos.

No Icó, a permanência foi extensa por todo o resto de maio e cinco dias do mês seguinte, segundo escreveu ao seu secretário, padre Pinto, em razão de doenças e da necessidade de fazer chegar as tropas, que custavam muito.

Na Vila do Icó, recebeu mensagem que, a 20 de abril, as tropas do Inhamuns, sob ordens de Francisco Fernandes Vieira, José do Valle e João de Araújo Chaves haviam tomado São Mateus, onde os rebeldes deixaram oito mortos, entre os quais se achava seu chefe, Inácio de Freitas, por alcunha Mariataca. Ficaram de posse dessa vila, por onde desceram os rebeldes com a sua ala esquerda, enquanto a ala direita avançara pela Ribeira do Salgado.

Em 6 de maio, o presidente partiu para Lavras, onde chegou a 11 do mesmo mês. Nesse ponto, demorou-se quatro semanas. Durante todo esse tempo, tanto no Icó como nas Lavras, fez marchar as tropas. Como Pinto Madeira marchara em três colunas, uma pela Ribeira do Salgado e a Serra de São Pedro, formando o centro; outra, pela Ribeira do Cariú e a terceira que, reunida à gente do Rio do Peixe, veio até a Vila do Souza, o presidente quis concentrar suas forças na Ribeira do Salgado, por onde pretendia entrar no

Cariri. Entretanto, desejou primeiramente segurar seus flancos a fim de poder avançar afoitamente pelo centro. Para tanto, determinou a 11 de maio duas brigadas marcharem em observação aos rebeldes pela Ribeira do Salgado, servindo de guarda avançada, e cobrir as forças concentradas no Icó e nas Lavras.

Na mesma data, enviou duas outras brigadas, sob as ordens do coronel Agostinho, para São Mateus pela direita do Quixelô, com a missão de varrer os rebeldes que tinham fortes partidas nessas duas localidades, onde deveriam se reunir as forças do Inhamuns e Piauí para repelirem para o Cariri as fortes partidas que ocupavam a Bacia do Cariú.

Como não pretendesse ir ao Rio do Peixe, colocou no Umari, povoação em meio caminho entre Icó e esse termo, forte reserva para observação do inimigo por esse lado e cobriu o Icó e sua retaguarda, visando prevenir um golpe de mão.

Em fins de maio e princípio de junho, concentrou no Salgado todas as forças de que pôde dispor e partiu em 18 de junho com elas para o Cariri. Em 22, chegou nas Emboscadas com todas as cautelas por andar em “país inimigo”, sujeito a ser enganado pelos moradores, quase todos pintistas.

Lá, teve o presidente conhecimento de que o inimigo estava emboscado a sua espera no desfiladeiro. Evitou a cilada; rodeou por outro caminho, procurando Missão Velha, onde chocou-se com o inimigo. Nesse ponto, se travou renhido combate no qual saíram vitoriosos as forças do governo, com perda de alguns homens e grande número de feridos.

A gente de Pinto Madeira retirou-se na direção do Jardim, deixando grande número de mortos no campo. Depois desse combate, o presidente conservou um destacamento no povoado e fez avançar elementos para observar os fugitivos, que em grande parte se debandaram, e seguiu para o Crato, entrando em 24 de junho, onde encontrou uma vila deserta e no desamparo.

Na jornada de 26, destacou respeitável força para a Serra de São Pedro, na esteira de forte partida de rebeldes a qual não foi encontrada. Essa força voltou para o Crato no dia 29.

As forças do Inhamuns enviadas pelo presidente do Piauí, reunidas a alguns elementos, marchando Cariú acima, tiveram a 13 de junho um encontro, no lugar denominado Cobra, com o caudilho Queiroz, chefe de uma força que foi batida e dispersada, resultando na morte desse indivíduo. Tais forças continuaram sua marcha até Poço dos Cavalos, onde estacionaram

até receberem notícias da chegada do presidente ao Crato, quando então marcharam para a ele se reunirem. Ao chegarem ao local não mais o encontraram e prosseguiram a fim de fazer junção na Vila do Jardim, em 10 de junho.

O presidente partira do Crato para Jardim em 5 de julho, encontrando no dia 8 a localidade completamente abandonada. No dia 9, fez marchar duas brigadas em seguimento dos rebeldes, e, na jornada seguinte, reuniram-se-lhe as tropas do Inhamuns e Piauí.

Em seguida, ao receber notícias de que os rebeldes, em grande número, se achavam em Brejo, na ribeira do Riacho dos Porcos, para lá marchou em 12 de julho. Todavia, chegando às Porteiras soube haverem-se evadido dali e que suas duas brigadas iam a seu alcance em direção ao Rio do Peixe. A 15, saiu de Porteiras para Jardim, onde chegou a 16. Deteve-se ali por algumas jornadas e no roteiro nada mais achou. Em 29, despachou em Santa Rita.

Nesse dia, 29 de julho, o coronel José Teixeira da Fonseca, depois de haver sido obrigado a fugir de São José das Piranhas, acometeu a Vila de Souza onde bateu os rebeldes, obrigando-os a se retirarem.

Em 31, estava o presidente na Baixada Grande. Desse ponto, veio no dia 1º de agosto para os Macacos; a 4 estava na Várzea das Crioulas, onde recebeu ofício do secretário, dando parte da chegada do general Labatut, em 23 de julho.

Na mesma jornada de 4 de agosto, expediu ordem ao general determinando que marchasse imediatamente para o centro da província a fim de tomar a direção das operações. No regresso, a 6, estava em Missão Velha, de onde seguiu para o Crato.

Em ofício ao secretário, o presidente relatou que o inimigo, incessantemente perseguido, havia-se dividido em bandos. Estes evitavam se encontrar com suas tropas, embrenhando-se nas matas, onde não podiam ser perseguidos em razão da falta de gente para servir de guia.

Certa vez, o major Clementino perseguiu tão próximo um grupo deles, no qual estavam Pinto Madeira e o padre Antônio Manuel, que, percebendo o perigo de caírem prisioneiros, abandonaram as cavalgadas e se entranharam no mato.

A 7 de agosto, o presidente enviou o major Francisco Fernandes Vieira, com as forças de Inhamuns, para debelar um efetivo rebelde que aparecera de novo na Ribeira do Cariú e nas imediações de São Mateus. O major Fernan-

des Vieira encontrou-se com os revoltosos e conseguiu desalojá-los de dois pontos que ocupavam, nas jornadas de 10 e 12 de agosto.

A 18 de agosto, o presidente deixou o Crato em direção ao Icó; a 19, estava em Missão Velha; a 20, nas Tropas; a 21, na Passagem do Rato, e, a 23, chegava à Vila do Icó, onde se demorou à espera do general Labatut.

O comandante das forças expedicionárias chegou ao Icó a 31 de agosto e recebeu o comando das operações. O presidente deixou Icó a 4 de setembro; esteve no Frade a 6, demorando-se por dois dias, saindo em seguida para Baturité, onde entrou a 12 do mesmo mês. A 16, finalmente; chegava à capital.

Uma vez no teatro de operações, o general Labatut passou a agir com elevação militar, muito tino e sabedoria no sentido de apaziguar os espíritos agitados de ambas as partes. Como a força expedicionária contasse com grande contingente de negros oriundos da Bahia e do Rio de Janeiro, os sertanejos cearenses passaram a cantar esta trova:

Fecha a porta.  
Lá vem Labatut  
com tropa de negros  
que parece urubu.

A atitude sensata de Labatut evidentemente não agradou à facção legalista, ávida por vingança; entretanto, o brigadeiro, com a força na mão e as instruções da Regência, agiu imparcialmente, mantendo procedimento justo e impecável.

Chegando ao Cariri, em proclamação datada de 22 de setembro, convidou os rebeldes a se renderem e não demorou que o fizessem cerca de 700 sertanejos na Vila de S. Mateus (hoje Jucás) e no Sítio do Cotovelo e logo outra partida de 800, no seu acampamento no Correntinho.

Investido de plenos poderes, o general Labatut fez-se ouvir pelos vencidos. Falou-lhes do dever em que reconhecia estar, de lhes garantir a vida, e aconselhava-os que tivessem confiança no governo do país, mostrando não estar associado aos rancores dos partidos.

Foi assim que conseguiu desarmar os grupos dispersos e fazer que Pinto Madeira e seu amigo padre Antônio Manuel se apresentassem com mais de mil homens em seu acampamento do Correntinho.

Antes de atingir esse local, já havia recebido carta e mensagens verbais de Pinto Madeira e do padre Antônio Manuel que se o brigadeiro assegurasse

suas vidas e os mandasse incontinentemente para o Rio de Janeiro, à disposição do regente do Império, se entregariam no Correntinho.

Labatut prometeu cumprir o que pediam em nome do imperador, e assim fez. Entregues os cabeças da sedição, foram enviados para Jardim de onde seguiram para Recife, guardados pelo capitão José Joaquim da Silva Santiago, oficial da confiança do comandante da expedição.

Como Pinto Madeira e o padre, seu comparsa, viessem acompanhados de inúmeras famílias, o brigadeiro e a pouca tropa que o acompanhava viram-se cercados por mais de mil pessoas de todos os sexos e idades. Os que tinham armas da Nação foram desarmados, e todos foram conduzidos para a Vila do Crato.

Já, em 12 de outubro, a Câmara de Icó recebia um ofício do tenente Chaves, comandante do destacamento de Crato, participando o estado de susto da população da cidade em razão de reuniões de partidários de Pinto Madeira, notadamente por Baião Machado, conhecido pela alcunha de Quebra Bunda.

Do Recife, Pinto Madeira e o padre, em cujos cárceres padeceram, foram enviados para o Maranhão, em agosto de 1833, a bordo do brigue *Vinte e Nove de Agosto*.

No ano seguinte, Pinto Madeira foi levado para o Ceará; o padre, por estar doente, ficou em São Luís.

Seu inimigo político, o presidente José Martiniano de Alencar, fazia nove dias que havia assumido o governo da província. Ele encaminhou Pinto Madeira para o Crato, bem guardado por forte escolta, fazendo ao comandante desta, tenente João da Rocha Moreira, seu ajudante de ordens, rigorosa recomendação sobre a integridade do preso, a qual julgava sagrada. Pinto Madeira chegou àquela vila em 23 de novembro e foi entregue à justiça local. Julgado por um júri faccioso, no dia 26 do mesmo mês foi condenado à morte por enforcamento, não propriamente pelo delito de sedição, mas pelo assassinato de Joaquim Pinto Cidade, morto por um de seus lugares-tenentes nas guerrilhas de 1831, e do qual fora impronunciado em última instância pela Relação de Pernambuco.

Ao réu foi negado o comezinho e legal direito de apelar, e, daquele tribunal iníquo, apenas mereceu a indulgência de ser fuzilado, em vez de enforcado, isso a instantes protestos seus. O arcabuzamento efetuou-se na manhã de 28 de novembro de 1833, no subúrbio da vila, denominado Alto

Vermelho. Por mais de 20 anos, ali permaneceu a força que se lhe destinara e na qual foram pendurados outros réus comuns. Em 1856, foi ela destruída.

De igual injustiça escapou o padre Antônio Manuel de Souza, pois ao ser julgado, em 17 de julho de 1837, já o tempo desmanchara as prevenções, e as exprobrações à sentença de Pinto Madeira funcionaram como advertência.

Mereceu o padre benze-cacete a absolvição e veio morrer muitos anos depois pobre e cego, desiludido dos seus pendores absolutistas.

Nessa luta doméstica, no adusto sertão cearense, teve boa participação a Legião dos Inhamuns. Ao antigo Regimento de Cavalaria 32 surgira uma legião de dois batalhões, um em Tauá; outro em São Mateus. Esta possuía extraordinária mobilidade. Sem maiores complicações dispensados aos “altos”, deslocava-se facilmente de sua sede.

A corporação dos Inhamuns era formada de sertanejos de boa raça, de vaqueiros, valentes e nobres, hábeis na técnica do pastoreio e acostumados aos perigos das corridas desenfreadas pelas caatingas brutas. Quando se encontravam em missão de guerra, faziam prodígios.

Na primeira metade do século XIX, o Cariri era uma cratera vulcânica em intermitentes erupções. Inflamados pelas armas e pelas ideias, eles largavam as várzeas do Salgado, sem olhar perigos, sem divisar barreiras na impetuosidade de sua marcha.

Por seu turno, também pelas armas e pelas ideias, vezes repetidas os vaqueiros dos Inhamuns terçaram armas.

Quando, no expirar do ano de 1831, as hordas de Pinto Madeira marchavam como um rolo compressor, a todos esmagando, levando na vanguarda dois padres, as populações da zona do Cariri e todo o sertão cearense se assustaram.

Em 27 de dezembro daquele ano, o coronel Luís Rodrigues Chaves viu-se fragorosamente derrotado pelo condestável do Cariri.

No começo do ano seguinte, um copioso inverno alagava os caminhos do sul da província, formando nos brejos verdadeiros sumidouros. Procedente de Santana, o coronel Manuel de Barros Cavalcante, famoso cabo de guerra que lutara contra Fidié, no Maranhão, caía em emboscada, vendo amargurado seus soldados, quando não varados de bala, sepultados vivos nos brejos traiçoeiros. Os governistas sofriam ao mesmo tempo nova derrota na Serra de São Pedro. E como uma mole imensa, inebriada com sucessivas vitórias, as

hostes de Pinto Madeira, calculada em 2.000 homens, divididas em duas colunas, investiram contra São Mateus e Icó.

Nas proximidades de São Mateus, feriu-se o primeiro combate. Os pintistas cederam terreno às tropas dos Inhamuns, deixando no campo de batalha oito mortos, entre eles José Inácio de Freitas, um dos braços fortes do chefe revolucionário. Uma semana antes, os soldados do major Xavier Torres, em renhido choque com os rebeldes, já entrincheirados nas ruas de Icó, recuaram para detrás de uma igreja, onde prepararam nova carga, agora de Cavalaria, ao mesmo tempo que os fustigaram com tiros de canhão. Os pintistas, com 36 baixas e muitos feridos, foram obrigados a evacuar a vila.

A tropa de 1ª Linha, do major Xavier Torres, avançou no encalço dos fugitivos pelas margens serpenteantes do Salgado, enquanto a Legião dos Inhamuns, mais para a direita, perseguia de perto a outra coluna, na tentativa de atingir a Serra do Araripe.

Dois meses depois, em 13 de junho, forças dos Inhamuns, sob o comando do major Francisco Fernandes Vieira, encontraram-se no lugar denominado Cachoeira, na estrada que liga Santanópolis a Assaré, com numeroso troço de pintistas, dirigido pelo cabecilha Queiroz, que foi morto em combate. Nessa luta, grandes foram as perdas dos fugitivos. O inimigo dispersou-se, e muitos entregaram-se às forças legalistas; outros demandaram às províncias vizinhas em busca de abrigo seguro.

Terminava a luta fratricida que enlutara muitos lares sertanejos. A missão fora cumprida, tratando os legionários de Inhamuns de retornar a seu lares. Na ânsia de rever os seus, marcharam dia e noite, sem mostras de fadiga, pelo milagre da “saudade de casa”. A caminhada de volta foi realizada pelas várzeas do Salgado, tendo Icó como passagem forçada.

Depois dessa sua primeira campanha, quando o furriel Antônio de Sampaio contava ano e meio de serviço militar, o governo da Regência baixava a Lei nº 61, comunicando, em Aviso do Ministro da Guerra, de 27 de fevereiro de 1832, à Guarnição de Fortaleza a “Tabela dos dias festivos”, que entrava em vigor; com recomendação de que em todos as datas inframencionadas no documento haveria Bandeira Nacional içada nas fortalezas, desde o despon-tar da aurora até o pôr do sol.

Elas eram as seguintes: Janeiro 1 — Circuncisão, Primeiro Dia do Ano; 6 — Epifania; 20 — São Sebastião, Padroeiro da Cidade. Fevereiro 17 — Natalício de S. A. Senhora Princesa D. Paula. Março 11 — idem, idem, idem

Senhora Princesa D. Januária; 25 — Aniversário do Juramento da Constituição. Abril 7 — Devolvimento da Coroa ao Sr. D. Pedro II. Maio 3 — Abertura da Assembleia Geral Legislativa. Agosto: Natalício de S. A. Senhora Princesa D. Francisca. Setembro 3 — Encerramento da Assembleia Geral Legislativa; 7 — Aniversário da Proclamação da Independência do Império; 19 — Dia de São Januário. Dezembro 2 — Natalício de S. M. o Imperador; 8 — N. Sa. da Conceição, Padroeira do Império; 25 — Dia de Natal; 31 — Último Dia do Ano.

Observação: festas, cujo mês e dia não figuram por serem móveis: Sábado de Aleluia, Domingo de Ramos, Ascensão, Domingo do Espírito Santo e Corpo de Deus.

## CAPÍTULO 4

A QUARTELADA DO 22º DE CAÇADORES EM FORTALEZA. A INICIATIVA DO GOVERNO DA PROVÍNCIA. A PRISÃO DOS IMPLICADOS. O JULGAMENTO NO RECIFE. O PROCEDIMENTO DO FURRIEL ANTÔNIO DE SAMPAIO. O ARQUIVAMENTO DO PROCESSO.

Nos derradeiros meses de 1833, terminada a campanha contra os sertanejos de Pinto Madeira na região do Cariri, o 22º Batalhão de Caçadores recolheu-se a seu antigo quartel no forte que dera nome à vila, capital da província. Entretanto, seus dias estavam contados...

O Exército Brasileiro já não era mais o dos anos da Independência quando sua Infantaria contava com 30 batalhões, 3 de Granadeiros e 27 de Caçadores.

Um dos primeiros atos da Regência Trina, que tomara as rédeas do Governo depois da abdicação de D. Pedro I, foi o de reduzir e reorganizar o Exército de 1ª Linha, expedindo para tanto o Decreto de 4 de maio de 1831, o qual fixava a tropa da Arma de Infantaria em 16 batalhões de Caçadores.

As províncias da região do Nordeste passaram a contar apenas com quatro batalhões: O 11º BC, em Alagoas, e o 12º, 13º e 14º, em Pernambuco.

Em consequência, naturalmente, o 22º Batalhão do Ceará foi extinto. Todavia, ao ser posta em execução a lei, o 22º de Caçadores estava empenhado, de armas na mão, procurando restabelecer a ordem pública, seriamente conturbada no sul da província. A emergência obrigara dilatar sua existência por mais dois anos. A Regência, procurando diminuir ainda mais as despesas, decretara que as forças de terra para o ano financeiro de 1833-34 iria passar a

contar com menor número de batalhões. Reduziu-os, então, de 16 para 8 e extinguiu a Legião de Mato Grosso.

A medida era de ordem política, pois, além de visar à economia, procurava debilitar certos focos de rebeldia, surgidos em diversas províncias com envolvimento da tropa local.

Além do mais, forçoso era reconhecer: a classe política daquela agitada quadra, sobretudo os liberais, jamais se acomodara com a existência de uma força militar permanente, disciplinada e profissional, ou seja, com a existência de um exército nacional. Sua preferência sempre fora para uma milícia civil, uma força de cidadãos, soldados sob comando regional. A abdicação do imperador na crista de uma rebelião militar forneceu à classe política a oportunidade de virtualmente licenciar o Exército, sob o pretexto da indisciplina militar que ela própria fomentara, e criar a Guarda Nacional. A política antimilitar, posta em prática pela elite política após a abdicação, podia ser avaliada pela drástica redução dos efetivos da tropa de Linha em 1831. Na verdade, com exceção de 1864, data do início da Guerra do Paraguai, só se retornou ao nível de 1830 após a Proclamação da República.<sup>1</sup>

A Regência Permanente, eleita a 17 de junho de 1831, era composta pelos deputados José Coelho de Carvalho, José Bráulio Muniz e pelo brigadeiro Francisco de Lima e Silva. Para o cargo de ministro dos Negócios da Guerra foi nomeado o coronel Manoel da Fonseca Lima e Silva, tio do então major Luiz Alves de Lima e Silva, o futuro Duque de Caxias.

Em 10 de novembro de 1833, eclodia uma quartelada na caserna do 22º Batalhão de Caçadores, encabeçada pelo próprio comandante, major Francisco Xavier Torres, que interinamente, havia anos, vinha comandando a unidade da guarnição de Fortaleza. A insatisfação de parte da oficialidade e de quase a totalidade das praças voltara-se contra o então presidente da província, José Mariano de Albuquerque Cavalcante, que tomara posse do cargo em 8 de dezembro daquele ano de 1831. Este, por uma simples coincidência, fora tenente do Exército e, na qualidade de presidente da província, dirigira por algum tempo as ações militares contra Pinto Madeira até a chegada da expedição comandada pelo brigadeiro Pedro Labatut, destinada a debelar a desordem que irrompera na região do Cariri.

O major Xavier Torres, que já prestara bons serviços em diversas províncias, não se conformando com a dispensa, sobretudo porque o ato da

Regência se dera quando ele ainda se encontrava empenhado contra os bandos de Pinto Madeira no Alto da Bacia do Salgado, em pleno sertão sul da província, estava à frente dos sublevados...

Certo de sua dispensa haver partido do presidente José Mariano, que tomara tal deliberação sob o pretexto de cumprir ordens da Regência, a qual mandara dissolver seu batalhão, o major Torres, em razão de diferenças com ele, rebelou-se, levando parte de sua unidade.

A medida, na verdade oriunda da Regência, no caso específico do comandante do 22º de Caçadores, era injusta, precipitada, sem levar em linha de conta os relevantes serviços por ele prestados.

O certo era que, em novembro de 1833, o comandante do 22º BC e a própria unidade já não existiam no papel, pois não haviam sido consideradas nas duas leis anteriores que regulavam o assunto. A unidade só permanecera com seu efetivo por força das circunstâncias, empenhada como estava em debelar a série de desordens que agitava o sul da província.

Em Fortaleza, no final daquele ano de 1833, já terminada a campanha contra os bandoleiros de Pinto Madeira, registrou-se um acontecimento que muito aborreceu o presidente José Mariano, já em fim de mandato: uma quartelada do 22º Batalhão de Caçadores.

A raiz do acontecimento prendia-se à chegada do brigadeiro Labatut à região central da província, à testa de uma coluna destinada a pacificar o sertão. O major Francisco Xavier Torres, comandante do 22º de Caçadores naquela campanha e que anos depois viria a falecer no posto de brigadeiro reformado, apreciara e aderira à política de moderação posta em prática pelo extraordinário comandante em chefe da expedição pacificadora das hordas de Pinto Madeira. O procedimento do general Labatut, que tanto influenciara o major Torres, havia desgostado José Mariano, levando-o a dar por finda a comissão do comandante do 22º Batalhão, mandando-o que se recolhesse à capital.

A fé de ofício de Francisco Xavier Torres referente a esse episódio registra o seguinte:

Por ofício do comandante das Armas de outubro de 1833 [não consigna o dia] foi mandado recolher-se à Vila do Icó com o Estado-Maior do 22º Batalhão de Caçadores de 1ª Linha, que interinamente comandava, e louvado pelo zelo e atitude demonstrada. A 25 de outubro recolheu-se à capital. A 18 de novembro daquele

ano deixou o comando do Batalhão nº 22. Em virtude de ofício do presidente de 13 ainda desse mês, seguiu preso para a Província de Pernambuco e recolheu-se solto à capital do Ceará a 10 de dezembro seguinte.

As alterações do major Xavier Torres não se referem ao motivo da sua prisão.

Ele, como era natural, molestou-se com a decisão do presidente Mariano por não haver sido reintegrado no comando do batalhão que sempre comandara; não obstante, José Mariano asseverava haver recebido ordem da Regência para dissolver o batalhão ou reduzi-lo a três companhias, atendendo à situação então vigente na província.

Esse ressentimento levou o major Torres a tramar a discórdia contra o presidente da província, a quem considerava responsável por sua demissão, tanto que seu substituto estava prestes a chegar ao Ceará, insinuando dever a tropa impor sua reintegração, sob pena de deposição do presidente. É possível que o major Torres desconhecesse a decisão da Regência que cancelara a existência de sua antiga unidade.

Os companheiros do comandante, partidários de um desforço, foram mais longe, insuflando a soldadesca a prender logo o presidente José Mariano, mandá-lo para bordo do brigue de guerra *Patagônia*, surto no porto, e saquear o comércio da capital.

Com efeito, às 22h de 10 de novembro, ouviram-se gritos partidos da caserna do 22º, com vivas ao major Torres, abaixo o presidente Mariano, de modo que, durante toda aquela noite, a população e o comércio de Fortaleza passaram em sobressaltos. A soldadesca, já desenfreada, tentou saquear as casas de comércio; todavia, felizmente, o vandalismo não prosseguiu graças à pronta e extraordinária energia desenvolvida pelo furriel Antônio de Sampaio, o qual, valendo-se da confiança que inspirava em seus camaradas, pôde afinal contê-los com risco de ser vítima da fúria dos amotinados.

Esboçava-se o líder que a partir de então surgia nas fileiras do Exército Imperial, pronto a se desdobrar em outras regiões do país e do exterior.

O desassossego dos habitantes de Fortaleza foi ainda maior por se encontrar ausente o presidente José Mariano que, ao voltar na jornada seguinte de uma viagem à vizinha Vila de Maranguape, distante 22km, de tudo ciente, tratou de abafar a quartelada, antes que ganhasse maior amplitude, apoiada e fomentada pela política contrária. O expediente que pareceu mais acertado a José Mariano foi reunir os oficiais alheios à baderna, os quais

pareciam solidários com o Governo, e fazer chegar aos sublevados, no quartel, a seguinte proclamação:

Camaradas! Que delírio é o vosso? Como é possível que queirais manchar a vossa honra com um ato de insubordinação, desamparando vossos honrados e bravos oficiais, arrojando-vos a exigências ilegais e declarando-vos desobedientes às ordens do Governo legítimo!

Que pretendeis, briosos defensores da Pátria amada? Coagir o Governo e transigir com o crime a que talvez vos levem pérfidas seduções dos vossos inimigos, dos inimigos da ordem e da legalidade, sobre quem já fizestes sentir vosso inimitável valor?

Desamparai os traidores, sede fiéis ao Governo, não executeis nem presteis leve atenção às sedutoras palavras dos que querem lançar sobre vós a ignomínia e a desonra, de que são [sic] dignos, só procuram elevar-se à custa do opróbrio, que vos pode ficar da insubordinação, que, pela primeira vez, entre vós aparece.

.....  
 Vinde apresentar-vos ao vosso Governo; ele conhece que vós fostes iludidos; ele saberá perdoar-vos. A ilusão, sempre que é conhecida e desprezada, não envergonha o iludido. Se dela vos deixastes possuir e rompestes em excessos, abandonando os ilusores, tranquilizai-vos.

Depois que depuserdes as armas, ratificardes o juramento da vossa obediência, sempre manifestada em vossos atos e na vossa conduta toda louvável, o Governo atenderá às vossas súplicas e vos deferirá com justiça.

Não maculeis vossa honra, não assusteis e consterneis vossos concidadãos, não violenteis o Governo a tomar sobre vós qualquer medida de rigor para vos fazer conter e entrar em vossos deveres. Refleti, soldados, filhos da Pátria! Esta por quem já sacrificastes a vossa vida, vos conjura pelo seu sossego.

Sede fiéis ao Governo, descansaremos na paz e na fruição deste dom inapreciável, entoaremos nos doces transportes do nosso júbilo:

Viva a Nação brasileira!

Viva o governo legítimo!

Vivam os defensores da lei e da ordem!

Viva a briosa tropa da província!

A exortação aos amotinados, procedente do palácio do governo, foi levada à vetusta caserna do 22º de Linha e lida aos desavindos pelo tenente

Jamaracu, oficial pagador da unidade, que gozava de numerosas amizades entre seus camaradas. Apesar de tudo, o expediente falhou em virtude da ampla admiração e respeito que a oficialidade e as praças devotaram ao major comandante, as quais com ele se manifestaram solidários, obstinados em exigir sua reintegração no comando do batalhão.

Desapontado, o presidente José Mariano não se deu por vencido. Contando com integrantes do Exército para fazer valer sua autoridade, apelou ainda para o concurso do primeiro-tenente da Marinha Luís Sabino da Silva, comandante do brigue *Patagônia*, que se encontrava no porto, em trânsito para Belém do Pará.

O tenente Sabino da Silva prontamente desembarcou um contingente de marinheiros que, com os elementos disponíveis do Exército, teve a felicidade de sufocar o levante.<sup>2</sup>

A presença de uma força estranha à tropa do 22º de Caçadores, além da insignificância da “causa” pela qual se levantaram, contribuiu para a capitulação dos amotinados sem maiores problemas.

O desembargador Paulino Ferreira, em *Presidentes do Ceará*: período da Regência, escreveu que o comandante Xavier Torres ao ser preso escapou de ser batido com um cinturão pelo cabo de esquadra de nome Morais, conhecido na tropa pela alcunha de Ratatau, seu antigo ordenança no Crato.

Foram encarcerados os cabeças da quartelada: major Francisco Xavier Torres, os tenentes João da Silva Pedreira, João Antônio de Noronha, José Joaquim Soares e o ajudante Felipe da Silva Santiago, além do cadete Marcos de Castro e Silva e vários inferiores. Depois de relacionados, os presos foram levados sob escolta para Recife a fim de serem processados.

O furriel Antônio de Sampaio, envolvido com seus companheiros, ainda não totalmente cômico da disciplina militar prestante, aderira ao movimento por puro espírito de solidariedade ao seu antigo comandante, primeiro chefe que o conduzira ao combate; contudo, não se deixou prender de imediato, pois tratou de ganhar o seu sertão, metendo o pé na estrada.

Um cronista da época escreveu que Sampaio fora aprisionado pouco depois quando, sedento, pretendia desalterar a sede em uma cacimba de gado nas bandas do Canindé, então pequeno povoado da Comarca de Maranguape, ao sul de Fortaleza:

Uma vez no Recife, foi procedido de forma acelerada o sumário de culpa e o julgamento dos implicados na baderna de novembro. O comandante

Xavier Torres e demais oficiais negaram de forma peremptória a participação no crime, e alguns, inclusive o ex-comandante, atribuíram suas prisões à perseguição movida pelo presidente José Mariano, o qual na data já havia sido substituído no governo da província pelo tenente-coronel Inácio Correia de Vasconcelos, que tomara posse do cargo em 26 de novembro daquele ano de 1833.

Nosso furriel sertanejo, amante da liberdade, que seria de peleja em peleja uma das glórias do Exército Nacional, com assombro dos circunstâncias que assistiam ao julgamento, não só confessou o que de real acontecera naquela trágica noite de 10 de novembro em Fortaleza como também relatou minuciosamente tudo, sem ninguém comprometer.

Sedicioso sim, pela primeira e última vez, unicamente imbuído do espírito de solidariedade com seu antigo comandante, chefe e amigo que o havia conduzido com sucesso à luta na sua província natal; gesto, atitude, qualidade que em muitas oportunidades são relevantes e dignas de encômios. Praça ainda em começo de carreira, soube o furriel Sampaio, com muita dignidade, aceitar a culpa, sem atirá-la à cabeça de seus superiores.

Por ocasião do julgamento, forte corrente popular, representada pelos mais considerados comerciantes, logo manifestou-se em favor dos envolvidos, notadamente em favor do jovem Antônio de Sampaio, que agira com desmedida e proverbial bravura em defesa do comércio de Fortaleza, ameaçado de ser saqueado totalmente por uma malta, chefiada pelo cadete Marcos de Castro e Silva, tido como “doido varrido”, a quem a família, por não mais suportar suas façanhas, conseguira fazer-lhe assentar praça no 22º de Caçadores.

O processo da quartelada foi arquivado; não passou de um grande susto para a pacata população da vila, capital do Ceará, e de seu então presidente José Mariano de Albuquerque Cavalcante.

Arrematando esse acontecimento, o povo do Ceará, escarnecendo o fracasso da sedição engendrada pelo antigo comandante, major Xavier Torres, passou a cantar esta quadra:

Viva Zé Mariano  
de Albuquerque Cavalcante,  
presidente da província,  
da mãe Pátria filho amante.

## CAPÍTULO 5

A CABANAGEM NA PROVÍNCIA DO PARÁ. O CENÁRIO GEOGRÁFICO DO TEATRO DE OPERAÇÕES. SAMPAIO PARTICIPA DA LUTA, INTEGRANDO O CORPO EXPEDICIONÁRIO DO CEARÁ. A AÇÃO EM TURIAÇU. O COMANDO MILITAR ENTREGUE AO MAJOR XAVIER TORRES, CHEFE DAS FORÇAS CEARENSES. A AÇÃO FINAL DO BRIGADEIRO SOARES DE ANDREA.

**C**abanagem é a designação dada à sedição irrompida em 1835 na Província do Grão-Pará.

Desmembrada do Maranhão em 1772, o Grão-Pará estendia-se por toda a vasta área amazônica, que englobava os atuais estados do Pará, Amazonas e Acre e os territórios federais do Amapá, Rio Branco e Rondônia, com suas fronteiras externas ainda não perfeitamente configuradas.

Sua população concentrava-se — como ainda hoje — nos arredores de Belém e em pequenos núcleos à margem dos numerosos rios e igarapés e nas incontáveis ilhas do estuário. De resto, duas constantes panorâmicas: os rios e a selva.

A floresta densa, luxuriante, inunda grandes faixas marginais — o igarapé —, alteia-se, aqui e ali, galgando pequenos desníveis — os tesos —, atingindo afinal a terra firme, cobrindo tudo de maneira compacta.

Tribos de índios, notadamente rebeldes ao jugo do branco, habitavam, então, algumas daquelas paragens a cavaleiro dos rios de penetração.

O cenário geográfico da insurreição<sup>NE</sup> desenvolveu-se desde o litoral paraense pelas ilhas do arquipélago de Marajó, o litoral escassamente habitado, pelo

---

<sup>NE</sup> Figura 3 do Caderno de Ilustrações.

Amapá, o Baixo Amazonas, pelo Tocantins e Xingu, Santarém, no Tapajós, e Borba, no Madeira, Manaus, junto ao Rio Negro. Remontando o Solimões atingiu Tabatinga. De outra parte, subindo o Rio Negro alcançou Santa Isabel ou Tapuruquara.<sup>1</sup>

O sentido social da Cabanagem: cabanos eram primitivamente chamados os revoltosos de Pernambuco e Alagoas, durante o movimento restaurador de 1832. Foram a seguir os paraenses, que se levantaram em armas no ano de 1835 contra o presidente da província Bernardo Lobo de Souza.

Cabano vinha a ser, pois, o apelativo com que designaram no tempo da Regência os revolucionários de condições humildes originários das cabanas, palhoças, tejumpares ou ranchos de sapê, como diz Basílio de Magalhães, em seu *Estudos de História do Brasil*.

A denominação depreciativa de cabanos, segundo ainda o autor, deve haver partido dos soldados da legalidade que combateram os modestos revolucionários nordestinos. Todavia, para distinguir os dois movimentos rebeldes, de origem totalmente diversa aos primeiros, de Alagoas e Pernambuco, convencionaram os cronistas chamar de Cabanada. Quanto ao segundo, o paraense, passou à história com o nome Cabanagem.

Distinguindo-se sobremaneira de sua homônima de Pernambuco e Alagoas, a Cabanagem no Pará, na afirmativa justa e correta de Caio Prado Júnior, talentoso estilista da *Evolução política do Brasil*, foi um dos mais, senão o mais notável, movimento popular do Brasil.

Dominando quase por completo a província, pois poucos municípios resistiram a sua perigosa infiltração, os cabanos se assenhorearam das funções públicas, constituindo um governo à revelia da Regência, a qual acusavam como o principal responsável pelos males que afligiam a província.

Analisando os sucessos políticos que desde 1833 agitaram o Pará, com as sangrentas disputas dos partidos Caramuru e Filantrópico, ou seja, o restaurador ou reinol e o nativista, constituído aquele de portugueses e este de brasileiros, há quem atribua a tais acontecimentos as raízes da Cabanagem. Essa insurreição foi, não resta dúvida, um cruento ajuste de contas entre os antigos dominadores da metrópole paraense e os nacionalistas destemidos da época da emancipação nacional.

Foi ela produto dos intransigentes métodos políticos introduzidos na província pelo impulsivo presidente Lobo de Souza. A reação popular, qual

águas revoltas das cachoeiras, não pôde ser contida. Arrastou na furiosa arrancada as mais tenazes resistências.<sup>2</sup> Vivia a Província do Grão-Pará completamente isolada do restante do País, mas com muito maior e estreito contato do que qualquer outra com o governo da metrópole. Até a Independência, recebia diretamente da Corte de Lisboa toda a orientação política e administrativa por meio de ordens, leis, alvarás e regimentos. Assim, também procediam os governantes provinciais, entendendo-se com o governo de Portugal à revelia dos poderes constituídos no Rio de Janeiro.

O mecanismo do governo provincial funcionava à base de juntas, nomeadas pelo Reino, elegendo a província representantes junto às cortes, em Lisboa.

Depois da Independência, os presidentes de província passaram a ser nomeados pelo governo do Rio de Janeiro.

A escassa demanda de mão de obra livre e remunerada nas áreas de produção e de trabalho submetia as camadas inferiores da população ao pauperismo generalizado, sem poder aquisitivo, na dependência, pois, de limitadíssima capacidade de produzir para o próprio consumo.

O escravo negro africano não oferecia maior expressão no quadro social da extensa província. Os trabalhadores nas atividades agrícolas e pastoris, o braço das cidades e vilas, o remador, o soldado das milícias eram os índios. Esse sim constituía a grande e respeitável massa, violentamente recrutada para a escravidão, em sucessivas operações de captura, os chamados *descimentos*, os quais arrastavam tribos inteiras, submetendo-as ao trabalho servil, dominado e dirigido pelo colono branco.

Longo período de agitações iniciou-se, ligando, em princípio, o acolhimento e integração da província ao novo sistema constitucional vigente em Portugal. Simultaneamente, as facções mais radicais, insatisfeitas ainda com a presença de reinóis do governo provincial, passaram a insuflar a opinião pública, propugnando pelo direito de os nacionais gerirem seus próprios negócios.

O sentimento autonomista espalhou-se e ganhou corpo, alimentado pelas contradições e compromissos de sucessivas juntas, inseguras e incapazes de dominarem a situação, ciosas tão somente de resguardarem os interesses da Coroa e dos poderosos senhores da terra e da escravaria.

O clima de independência gerou inquietação popular, assumindo proporções alarmantes. As populações do interior, progressivamente convocadas a participar das divergências, seja pelos patriotas que desenvolviam sua

propaganda com amplitude seja pelo recrutamento militar compulsório, ordenado pelos comandantes das Armas para o qual não havia solidariedade, identificavam-se pouco a pouco com o campo que ideologicamente encarnava suas mais elementares reivindicações materiais e espirituais: a sobrevivência e a liberdade.

Desde a Revolução do Porto de 1820, passando pela Independência, em 1822, e a abdicação de D. Pedro, em 1831, a Província do Pará viu-se constantemente a braços com agitações que envolveram a tropa da guarnição local.

Em abril de 1832, a força da comarca do Rio Negro sublevou-se com o propósito de desligar-se da Província do Grão-Pará. Na luta, foi morto seu comandante, coronel Joaquim Felipe dos Reis.

A sublevação foi debelada em agosto daquele mesmo ano, ficando à testa da província o tenente-coronel José Joaquim Machado de Oliveira, que tomou posse do cargo em fevereiro de 1832, na qualidade de sexto presidente.

Em 12 de setembro de 1831, fora nomeado presidente o desembargador José Mariani, que viera acompanhado do tenente-coronel Inácio Corrêa de Vasconcelos, comandante das Armas, para pôr fim à anarquia em que se debatia a província. Por aquele ser considerado defensor dos portugueses, armou-se sério conflito com mortes e ferimentos. Em razão disso, o desembargador Mariani retornou no mesmo navio que o levava a Belém, sem tomar posse do cargo, que continuou com o tenente-coronel Machado de Oliveira.

Reduzidos eram então os recursos militares da guarnição da província: uma ala do 4º Batalhão de Caçadores, do Maranhão; o 5º de Caçadores, do Pará, e o 5º Corpo de Artilharia, todos reunidos não somavam 100 homens. O 4º BC, do Maranhão, era o antigo 15º e o 5º, do Pará,<sup>3</sup> o antigo 16º, resultantes da transformação determinada pela Lei de 4 de fevereiro de 1831.

Em 5 de setembro de 1833, era nomeado presidente o Dr. Bernardo Lobo de Souza, que tomou posse a 4 de dezembro do mesmo ano.

Este, responsável pelo recrudescimento da luta, homem enérgico, com opinião, agitado e intempestivo, mostrou-se de estreita visão e de total inabilidade na conduta dos acontecimentos. Não foi capaz de perceber a extensão da explosão prestes a eclodir e começou abrindo incidente com o bispo D. Romualdo de Souza Coelho, varão respeitabilíssimo, espírito fraternal de quem se valiam os governadores nas horas de abertura.

A causa fundamental fora uma pastoral na qual D. Romualdo condenava a maçonaria, sob o fundamento de que o documento continha doutrina

revolucionária. O bispo, conciliador, retirou sua pastoral, mas o cônego João Batista Gonçalves de Campos, de grande influência na política provincial, contrariando o procedimento do bispo, estampou o documento nas colunas do jornal *Sentinela maranhense na guarita do Pará*.

O ato do cônego Gonçalves de Campos, não autorizado por D. Romualdo, foi o estopim de uma luta desenfreada que se alastrou por toda a província.

O presidente determinou a prisão daquele religioso, que fugiu para Vila Acará, onde prosseguiu lançando proclamações contra o presidente. Sentindo-se perseguido, o cônego fugiu para o campo, vindo a falecer de uma espinha arruinada.

O acontecimento levou seus partidários a mover uma sedição para derubar o governo odiado de Lobo de Souza.

Félix Malcher, que se congregara com o cônego Batista de Campos, tratou de reunir todos os adversários do presidente, sendo ajudado por Francisco Pedro Vinagre e Eduardo Francisco Nogueira, homem de muita coragem, que se havia notabilizado na repressão dos motins de 1832. Esse Eduardo Nogueira adquirira o cognome Angelim, tirado de uma madeira amazônica muito resistente.

Félix Antônio Clemente Malcher era um antigo alferes da tropa de Linha, envolvido desde o início nas articulações políticas que, com o correr da luta, seria o primeiro presidente cabano. De espírito irritável, pouca cultura e atitudes dúbias, possuía caráter sombrio e impetuoso, severo, chegando à perversidade.

Na sedição, destacaram-se substancialmente os irmãos Vinagres, que eram três: Francisco Pedro, Antônio e Manoel, jovens lavradores na Ribeira do Itapecuru, os quais constituiriam as mais notáveis figuras da insurreição paraense. O mais velho, Francisco Pedro, era inculto, mas inteligente, intrépido, robusto e muito disposto à luta, perfeitamente identificado com a massa da população e suas aspirações, bem como na conduta violenta dos processos de atuação terrorista em que se destacava seu irmão Antônio. Sem nenhum conhecimento militar, porém extraordinariamente corajoso e astucioso, conduzia com notável habilidade e energia a guerra de guerrilhas, os golpes de mão e outras ações arriscadas, graças a seus minuciosos conhecimentos das peculiaridades do terreno e da própria cidade de Belém.

A partir desses desentendimentos, a província tornou-se palco de tremenda anarquia. Na luta que tomara conta de Belém, foram mortos o presidente

Bernardo Lobo de Souza, o tenente-coronel José da Silva Santiago, comandante das Armas, e o comandante da corveta *Defensora*, Guilherme Inglis.

Clemente Malcher, reunido aos irmãos Vinagres, a Eduardo Angelim e a outros passaram a liderar grupos sediciosos que, afrontando violentamente as forças legais de terra e mar, deram início à Cabanagem.

Em 7 de janeiro de 1835, os cabanos conseguiram se apoderar de Belém. O presidente Lobo de Souza e o comandante das Armas, tenente-coronel Silva Santiago, foram assassinados. Clemente Malcher, então, tomou posse do governo, e Francisco Vinagre, o mais velho da trindade, foi feito comandante das Armas. Os cabanos deliraram com a fácil vitória. Entretanto, a alegria não durou muito, e logo surgiram desavenças entre os cabanos, separando Clemente Malcher dos irmãos Vinagres.

Em 19 de fevereiro, chocaram-se as duas forças. Clemente Malcher, sentindo-se perdido, refugiou-se a bordo da escuna *Bela Maria*, comandada pelo primeiro-tenente José Eduardo Wandenkolk.

Em 21 de fevereiro, Francisco Pedro Vinagre assumiu o governo da província e, considerando Clemente Malcher destituído das funções, tornou-se o segundo presidente cabano.

A luta prosseguiu. O tenente Wandenkolk determinou que a Força Naval bombardeasse os portos ocupados pela gente de Vinagre. Este detinha o mando de Belém e declarou que a província deixava de integrar o Império até a declaração da maioria de D. Pedro II, pois, aos olhos dos cabanos, à Regência cabia a responsabilidade de todos os infortúnios que se abateram sobre o extremo norte do Império.

Em face dos acontecimentos, o presidente do Maranhão, senador Antônio Pedro da Costa Ferreira, temendo que a sedição paraense pudesse comprometer a unidade nacional, expediu uma Força Naval, cujo comando foi entregue ao capitão-tenente Pedro da Cunha.

Essa força fundeu em Belém em 17 de abril de 1835. Era constituída pela fragata *Imperatriz* e pelos brigues *Constança* e *Moderado*, transportando um destacamento de 600 homens. A força de Pedro da Cunha foi recebida com demonstrações de fidelidade pelo poderio naval de Wandenkolk, que se vinha mantendo sob forma ambígua.

Diante de uma força mais poderosa, Pedro Vinagre tentou consertar a situação com o comandante Pedro da Cunha. Contudo, as negociações fracassaram, e Vinagre acabou intimando o comandante da Força Naval a aban-

donar o porto. Pedro da Cunha não considerou a intimação e preparou seus navios para a luta.

Nessa ocasião, acabara-se de realizar em todo o Império as eleições para a Regência Una e para as Assembleias Provinciais, prescritas no Ato Adicional. No Pará, obteve maior votação o Dr. Angelo Custódio Correia, de Cameté, importante vila da margem esquerda do Tocantins, a quem, como presidente da Assembleia Legislativa, competia substituir o presidente da província.

O eleito encontrava-se em Cameté, de onde era filho. Ciente, Pedro Vinagre prontificou-se a entregar o governo a seu legítimo detentor, mas os esforços para restauração da ordem pública falharam. Choques verificados em vários pontos da vasta província perturbaram e inutilizaram os propósitos de paz.

Considerando a persistência das ações dos cabanos, o governo regencial nomeou presidente da província e comandante das Armas o marechal de campo Manoel Jorge Rodrigues, mais tarde Barão de Taquari, que se dirigiu a Cameté onde recebeu de Angelo Custódio o governo da província, em 25 de junho. O governo legal passou a contar com novos elementos. Para chefiar a Força Naval destacada no Pará, nomeou chefe de divisão João Taylor, que acumulou essa função com a de comandante da corveta *Campista*.

Desde 5 de maio de 1835, o Grão-Pará passou a contar com dois governos: um cabano, em Belém; outro legal, na Vila de Cameté, cerca de 150km a sudoeste de Belém.

No Rio de Janeiro, em 14 de maio, o ministro dos Negócios da Guerra, Barão de Itaipuru, em seu Relatório à Assembleia Geral Legislativa, assinalava:

Primeira parte. Calamidades são, Augustos e Digníssimos Senhores, os mais tristes espetáculos de mútuo fratricídio dos filhos do lamentável Pará!

Não lhes aproveitou a oferta de paz que o paternal Governo de Sua Majestade lhe enviou naquela salutar Lei d'Anistia que prudentemente decretastes!

O Governo, portanto, concentrado em um presidente apto, atribuições ainda mais amplas concedidas pela novíssima lei, com as interinas mui limitadas de comandante das Armas, e a direção geral de uma expedição que determinou pelos meios ao seu alcance, mandou por esta Repartição de Guerra pôr à disposição da mesma autoridade o marechal Manoel Jorge Rodrigues, além de outros artigos, ministrados nesta Corte. também as de qualquer natureza, e especialmente...

O novo presidente, marechal Manoel Jorge Rodrigues, depois de firmar trégua com os cabanos, desembarcou em Belém, reiniciando a administração imperial na capital. Contudo, essa situação não se prolongou por muito tempo. Vontades ocultas trabalharam para que a guerra civil reacendesse. Logo começou a sangueira.

Na luta, foi morto o capitão Jerônimo Herculano Rodrigues, filho do marechal presidente. A violência foi tal que este foi obrigado a abandonar a capital e estabelecer a sede de seu governo na Ilha Tatuoca. Francisco Pedro Vinagre fora morto em combate no dia 17, e Angelim fez-se aclamar chefe do governo da província em 24 de agosto de 1835. Era o terceiro governo cabano intruso.

Esse Eduardo Francisco Nogueira Angelim era um cearense de apenas 21 anos de idade. Possuía uma vontade férrea a serviço de uma causa que considerava sagrada e pela qual devotou todo o seu vigor e entusiasmo.

As forças legais perderam vários pontos-chaves e viram-se reduzidas a poucas povoações. O próprio marechal presidente, com seu governo na Ilha Tatuoca, fundamente ferido pela perda do filho, já não reunia condições para prosseguir na luta.

Nessa altura dos acontecimentos, o presidente do Ceará, padre José Martiniano Pereira de Alencar, atendendo ao apelo partido do Pará, providenciou tanto quanto lhe foi possível a remessa de um auxílio militar. De início, fez seguir a 25 de setembro de 1835 para o teatro da luta um pequeno contingente formado com elementos da Polícia Provincial, então reorganizada, e um contingente do Exército de 1ª Linha, no total de 101 homens, sob o comando do veterano major Francisco Xavier Torres.

Dessa pequena força expedicionária, fazia parte o primeiro-sargento Antônio de Sampaio, já bastante identificado com o chefe da expedição, seu antigo comandante no 22º Batalhão de Caçadores, então extinto.

Procurando elucidar uma passagem não muito clara da presença de Sampaio na força policial provincial do Ceará, voltemos ao início do ano de 1835.

Em janeiro do referido ano, Antônio de Sampaio era ainda cabo de esquadra e se encontrava na Vila de Quixeramobim, no vale do rio do mesmo nome, que hoje é um dos formadores do Açude Banabuiú, cerca de 140km ao sul de Fortaleza. Fazia parte de um destacamento comandado pelo alferes Francisco Pedro do Rego Barreto.

É possível que, com a extinção do 22º Batalhão de Caçadores, Sampaio houvesse ingressado por aproveitamento nas fileiras da Força Policial da Pro-

víncia. Essa assertiva originou-se do ofício de 5 de janeiro de 1835, no qual o presidente do Ceará, José Martiniano Pereira de Alencar, havendo decidido mandar prender alguns facínoras e desordeiros que infestavam o interior da província, dirigiu-se ao comandante do Destacamento Policial de Quixeramobim e determinou:

Ficam expedidas ordens para ser elevado a segundo-sargento o cabo Sampaio, atendendo à requisição que vosmecê me fez em seu ofício de 15 de outubro passado e habilitando assim o referido Sampaio para melhor posto prestar conjuntamente com todo o destacamento os importantes serviços que dele exijo.

Tempos depois, assumindo o segundo-tenente José Félix Bandeira o Destacamento de Quixeramobim, o juiz de direito da Comarca, José Antônio Pereira Ibiapina, no julgado de Maria Pereira, expedia um ofício ao tenente Félix Bandeira, pedindo um reforço para “certas operações” de maior interesse público em São João do Príncipe, hoje cidade de Tauá, cerca de 160km de Quixeramobim.

Em resposta a essa requisição do Dr. juiz, dizia o tenente Félix Bandeira “[...] nesta ocasião segue a apresentar-se a V. Sa. o sargento Antônio de Sampaio com 15 praças”.

Pouco depois, uma partida, sob o comando do tenente Félix Bandeira, foi despachada em diligência para a Vila do Príncipe Imperial de Piranhas com a missão de prender indivíduos da família Mourão, conhecidos bandidos. Da pequena força policial fazia parte o alferes Joaquim Gregório Pinto e o furriel Antônio de Sampaio. Chegando à Vila de Piranhas, o tenente Bandeira ordenou ao alferes Gregório Pinto que marchasse para Sobral, conduzindo alguns presos à cadeia da vila e tratasse de capturar os dois facínoras José de Barros Mourão e Joaquim da Silva Mourão, os quais se achavam ocultos em casa do tenente-coronel Diogo Gomes Parente. Solicitou-lhe, então, que quando efetuasse tais prisões voltasse imediatamente com seus homens para Piranhas, a fim de cooperar na prisão de mais alguns bandidos dos quais já tinha notícia, entre eles o tenente-coronel Luís Lopes, até deliberação do presidente da província a respeito.

Contra as medidas prescritas pelo tenente Félix Bandeira, insurgiu-se o juiz de paz, deputado à Assembleia Provincial, Francisco Paulino Galvão, que representou contra os dois oficiais ao presidente Martiniano de Alencar,

acusando-os de arbitrariedades praticadas contra sertanejos inocentes. O alferes Gregório Pinto, defendendo-se das acusações do juiz de paz, em longa exposição ao presidente da província, em 24 de maio de 1835, declarava tudo não passar de imputações caluniosas do deputado, despeitado por haver ele cumprido à risca as ordens recebidas para agir contra os Mourões, parentes de seu acusador.

Nesse documento, o alferes Gregório Pinto denunciava articulações de vários cidadãos de Vila Nova e da Serra dos Cocos para lançar fora do governo o padre presidente, como fizera o capitão da Guarda Nacional Vicente Gomes Parente, com tal excuso propósito.

Pouco tempo depois, em 27 do mesmo mês de maio, o tenente Félix Bandeira, em resposta à interpelação que lhe fizera o presidente, enviou-lhe o seguinte ofício:

Ilmo. e Exmo. Sr.

Tenho presente o ofício de V. Excia., datado de 7 do corrente [maio de 1835], acompanhado da ordem de uma representação, que contra mim e o alferes Joaquim Gregório Pinto fez Francisco Paulino Galvão, a qual me deixou bastante aflito, e cheio de grande sentimento, pelas grandes 'horribilidades' de que faz menção a mesma representação, as quais nunca se praticaram.

Nesse documento, o tenente Félix Bandeira confirmava haver prendido o oficial de justiça Manoel da Cruz, por ser ele do séquito dos mesmos Mourões, conforme já participara em seu ofício de 3 de maio. Sobre a prisão dele, asseverava o tenente Bandeira que, ao cercar a casa do velho Mourão, saiu aquele armado com um bacamarte, querendo fazer fogo contra a sua tropa. Ao chegar dessa diligência, fora informado pelos habitantes da vila ser o referido oficial de justiça responsável por várias mortes e um dos que ajudaram a assassinar um tal Meireles. Por isso, foi preso na cadeia da vila, sendo resgatado por seu amo, Joaquim Danado.

Além de se justificar das imputações sobre a revista que passara na Fazenda Jardim, sem atenção às senhoras presentes, tratou também da prisão do tenente José de Barros à ordem da Regência e da liberdade deste "graças à prata e bens que generosamente se desfez", garantindo ao presidente que ele, tenente Bandeira, achando-se na referida Fazenda Jardim, ali apareceu o tenente José de Barros, com um guarda-costas, ambos armados, e logo que se desapareara do

cavalo dirigiu-se a ele, perguntando-lhe, com palavras arrogantes, “quem lhe dera autorização para penetrar na província e que ele apresentasse o mandado que tinha do juiz de paz para correr aquela casa e nela fazer prisões”. O tenente Bandeira respondeu-lhe que “sobre isso não tinha satisfação a dar-lhe”. Ao mesmo tempo, sendo informado pelo sargento Sampaio que aquele homem era sobrinho e genro do velho Mourão, homem de grande séquito e criminoso de morte, tratou de prendê-lo à ordem da Regência e o conduziu para a vila “conservando-o com alguma decência”. Porém, ao receber convite dos facínoras para com eles se bater no campo da Fazenda Jardim, como já participara ao presidente da província, aconteceu a evasão do preso do quartel em que se achava, por entre seus parentes e amigos que ali foram ter para se despedirem do preso. Isso ocorrera porque o tenente não se lembrava dele naquela ocasião, nem os oficiais inferiores, pela “grande influência em que estavam todos de irem bater os facínoras”. Esse fora o motivo da evasão de José de Barros

[...] e não por peita que lhe fizera, nem ele seria capaz de aceitar, não só por ser um procedimento covarde e indecoroso por mim, um oficial de quem V. Excia. confiou importante diligência de ordem da Regência, como porque era notório que o tenente Barros é um homem pobre que não tinha dinheiro e nem bens que o pudesse comprar, e nem mesmo os seus parentes, pois ele estava persuadido que os ditos Mourões eram pessoas de grandes possuídos; porém pelo contrário, são uns pobretões, que não possuem coisa alguma, então como poderiam comprar-me?

Na verdade eram eles uns assassinos, que só vivem do que roubam e quando não vão pessoalmente, mandam seu séquito, pois é um clamor na Vila de Crateús de negociantes que venderam as suas fazendas e quando cobram, são ameaçados de morte e, por temor não usam dos meios judiciais, e até mesmo é debalde procurá-los, porque os próprios juízes são os que mais roubam, pois são da mesma família.

Sobre esses acontecimentos e outros que se deram no curso das diligências contra os Mourões, afirmava o tenente Félix Bandeira:

Tudo o mais que menciona a dita representação é calúnia que me imputam; foi o único meio que eles descobriram para me aterrorarem e igualmente iludirem

V. Excia. a fim de mandar retirar as tropas e poderem eles continuar com seus horríveis atentados.

E, argumentando a seu modo, o tenente Bandeira, indignado com a representação que Paulino Galvão fizera ao presidente da província, perguntava-lhe:

Exmo. Sr., por que não representa esse mesmo caluniador Paulino Galvão contra os seus malvados parentes e seu séquito? Há pouco foram a casa do pai do sargento Sampaio e atacaram o pobre velho e toda a sua família com palavras injuriosas, sem a menor atenção à sua companheira e filhas donzelas, com ameaças de levarem tudo a fio de espada, pois entraram todos eles casa adentro, conduzindo todas as armas de fogo e de corte que nela acharam; tudo isso por vingança, por andar na nossa tropa o citado sargento Sampaio.

Finalmente, Exmo. Sr., todo o papel desta vila seria pouco para relatar a V. Excia. os assassinios, despotismo e arbitrariedades que se têm posto em prática pelos ditos malvados em todos esses lugares de Crateús e Serra Grande.

É quanto tenho de responder a V. Excia a tal respeito; que mandará o que for servido.

Deus guarde a V. Excia.

Quartel na Vila do Príncipe de Piranhas, em 27 de maio de 1835.

(a) José Félix Bandeira, 2<sup>o</sup> tenente

Desafiado pelos Mourões para um encontro “a peito aberto” no campo da Fazenda Jardim, o tenente Félix Bandeira não só aceitou o desafio como chegou a redigir uma proclamação a sua tropa, em apelo patético, cujo fecho era o seguinte:

É tempo de seguir a nossa marcha para o campo indicado pelo califa, o qual será da nossa glória.

Camaradas, se eu avançar, avancai comigo, se eu retirar, segui-me, se eu correr, matai-me, e se morrer, vingai-me a morte. Viva a Religião Católica! Viva o Senhor D. Pedro II!

Viva a Nação Brasileira!

Esta notícia foi publicada no jornal *O povo*, de Fortaleza, em edições de 21 e 22 de maio de 1966: “Heroísmo assanhado e de resto perdido porque os

Mourões apenas queriam perturbar os movimentos de seus perseguidores, dentro da melhor tática guerreira da caatinga.”

Já, em 10 de junho de 1835, o tenente Félix Bandeira enviava outro ofício ao presidente, padre Martiniano de Alencar, participando-lhe haver prendido sete homens dos mais poderosos da família Mourão e que o sargento Antônio de Sampaio “tinha tido fogo com os facínoras”.

Entretanto, ele próprio, tenente Bandeira, nada aproveitara da marcha que empreendera naquela oportunidade contra os Mourões. Vasculhara os lugares de Crateús e da Serra Grande e, desanimado, recolhera-se novamente à Vila de Piranhas sem que tivesse notícias para onde se tinham evadido os facínoras.

Reclamava ainda o tenente Bandeira do presidente a remessa de numeração para o pagamento de sua força, a qual, segundo ele, passava “malissimamente sem dinheiro algum para pagamento de seus vencimentos”.

Ainda destacado no interior do Ceará, em 26 de junho de 1835, o presidente da província chamou o tenente Bandeira, estacionado em Quixeramobim, dizendo-lhe que poderia trazer em sua companhia o sargento Antônio de Sampaio, além de três ou quatro soldados.

Em Fortaleza, o tenente José Félix Bandeira recebeu a árdua tarefa de capturar alguns bandidos do clã dos Mourões, que assolavam uma área no vale do Rio Acaraú, região que deveria ser bem conhecida de Sampaio.

Partindo da capital da província, seguiu o tenente Bandeira com forte contingente, bem armado e do qual fazia parte o sargento Antônio de Sampaio. Geralmente, essas diligências, pela importância de que se revestiam, recebiam animais de montaria para todo o seu efetivo.

Pouco depois, em ofício do quartel da cidade de Sobral, o tenente Félix Bandeira participava ao presidente Martiniano de Alencar as ocorrências no curso das diligências de que fora encarregado.

Ao terminar seu relato, adiantava o comandante do destacamento: “Lembro-me de participar a V. Excia. que no fogo que teve o sargento Sampaio com os facínoras morreu um dos malvados do séquito, por antonomásia Condão.”

Certo é que no desempenho dessas tarefas no sertão de sua província natal Sampaio ainda servia no corpo policial, já com a graduação de primeiro-sargento, segundo ofício datado de 27 de outubro, do primeiro comandante do corpo policial, capitão Tomás José Rebolço Castro, o qual

mencionava: “[...] cumpre informar a V. Excia. que tenho eu dado ordem ao 1º sargento Sampaio[...]

A Polícia Militar da Província do Ceará foi criada em 24 de maio de 1835 pelo presidente, padre José Martiniano Pereira de Alencar, por sinal na data natalícia de Antônio de Sampaio.

Em 11 de julho de 1836, já em serviço no Maranhão, o comandante da Força Expedicionária cearense, major Xavier Torres, recebia um ofício do presidente Martiniano de Alencar informando-o haver oficiado ao presidente do Maranhão mandando substituir o alferes Manoel Rocha Moreira pelo alferes José Maria de Oliveira e o sargento Antônio de Sampaio pelo sargento Antônio Joaquim d’Oliveira Castro.

Essa alteração não foi do agrado do presidente do Maranhão, e Martiniano de Alencar, aquiescendo, consentiu que o alferes Moreira e o sargento Antônio de Sampaio permanecessem no destacamento cearense em ação contra os cabanos no Maranhão, onde seus serviços eram muito necessários.

No curso da Cabanagem, Antônio de Sampaio foi nomeado alferes da polícia do Ceará. Servia então como sargento mestre do Corpo Expedicionário e, nessa condição, terminada a luta, reverteu às fileiras do Exército de 1ª Linha.

Essa situação é refutada por escritores cearenses, mas se torna evidente, de forma incontestável, em face do teor do seguinte ofício do presidente do Ceará, Manuel Felizardo de Souza e Melo, ao capitão Tomás Lourenço da Silva Castro, comandante do Corpo Policial da província:

Palácio do Governo do Ceará, 10 de janeiro de 1838.

Ao comandante do Corpo Policial desta capital [Fortaleza].

Junto achará Vosmecê as guias das praças do Corpo Policial de seu comando que há pouco chegaram da Província do Pará.

Tendo passado para um dos corpos de 1ª Linha do Pará o alferes da 1ª Companhia do Corpo de seu comando, Antônio de Sampaio, há pouco nomeado, ordeno que fique de nenhum efeito aquela nomeação, fazendo-se no Livro competente a devida alteração.

Deus Guarde a Vosmecê.

(a) Manuel Felizardo de Souza e Melo.<sup>4</sup>

O alferes Antônio de Sampaio, em fins do ano de 1837, ainda na campanha contra a Cabanagem, retornou ao Exército, sendo incluído no estado

efetivo do 9º Batalhão de Caçadores; possivelmente por influência do major Xavier Torres.

O 9º Batalhão de Caçadores fora criado por decreto de 28 de fevereiro de 1837 quando a sedição paraense estava por terminar. Por esse documento, a Infantaria do Exército Imperial passaria a contar com 12 batalhões de Caçadores.

Por ocasião da passagem por São Luís com destino ao Pará, o presidente do Maranhão, senador Costa Ferreira, julgou mais acertado reter o corpo expedicionário do major Xavier Torres, pois também sua província se encontrava sob o regime de desordem. Desejava, então, empregá-lo contra os rebeldes que ameaçavam a Vila de Turiaçu antes de liberá-lo para atuar no Pará contra os cabanos.

Em face dessa decisão do presidente do Maranhão, a força do major Torres marchou no encalço dos rebeldes e conseguiu batê-los sem grandes dificuldades nas proximidades da vila maranhense de Turiaçu.

Dado o ataque de surpresa pela retaguarda, com o auxílio da escuna *Dona Francisca*, comandada pelo primeiro-tenente Luís Sabino da Silva, que colocou seu navio diante da vila, os sediciosos não tiveram tempo de fazer fogo e fugiram em debandada.

Duas jornadas antes, os rebeldes haviam praticado verdadeiros desatinos, deixando as casas da povoação destelhadas, sem portas nem janelas. Grande parte deles fugira em direção à Fazenda de Pirucana e para outros pontos onde pretenderam repetir suas condenáveis proezas. No entanto, essa ação criminosa não teve prosseguimento em virtude da presença da força cearense do major Xavier Torres na região.

O certo é que o primeiro-sargento Antônio de Sampaio tivera oportunidade de entrar em ação na Vila de Turiaçu como elemento da força policial do Ceará.

Voltando a esse assunto, conta Nertan Macedo: “Os facínoras a que Sampaio combatia [no solo do Ceará] foram à casa do ferreiro de Tamboril, pai de Sampaio, ‘e atacaram ao pobre velho e toda a sua família’.”<sup>25</sup> (Exposição do tenente Bandeira ao presidente Alencar, em data de 27 de maio de 1835).

Observa ainda Nertan Macedo:

No período durante o qual Sampaio perseguia os cangaceiros que infestavam o sertão cearense, foi promovido a 2º e a 1º sargento com poucos meses de

intervalo. Isso não ocorreria se seus serviços nessa campanha não fossem verdadeiramente excepcionais.

Por outro lado, o ataque dos Mourões aos seus familiares indica-nos que aqueles o faziam em represália à ação decidida de Sampaio na luta de morte para exterminá-los. Também é muito significativa a permissão do presidente da província ao tenente Bandeira quando este recebia nova missão de levar em sua companhia o sargento Sampaio, citado nominalmente.

Em carta de Lei de 26 de agosto de 1835, a Regência fixava as forças de terra para o ano financeiro de 1836-37, na seguinte base: “Art. 1º § 1º: Dos oficiais e mais praças de 8 batalhões de Caçadores, de 4 corpos de Cavalaria, e o Corpo Ligeiro da Província de Mato Grosso, não podendo o estado efetivo destes corpos excederem a 6.040 praças.”

A Província do Pará não fora contemplada com um desses oito batalhões de Caçadores, embora estivesse a braços com a sedição dos cabanos. Todavia, pouco depois, o Decreto de 2 de novembro de 1835 ordenava que em todas as províncias do Império se procedesse ao recrutamento de 4.040 indivíduos e acrescentava:

Urgindo a necessidade de elevar-se a força do Exército ao seu estado completo para concorrer de pronto à segurança e tranquilidade do Império infelizmente assaltado em alguns pontos por feroz anarquia. O regente, em nome do imperador, determina que se proceda ao recrutamento de 4.040 indivíduos, estabelecendo o número de recrutas designados: Pará 120, Maranhão 160, Piauí 80, Ceará 320 e Pernambuco 500.

Agravando-se a luta contra a Cabanagem, o governo da regência de Diogo Antônio Feijó, em Lei de 22 de setembro do mesmo ano de 1835, autorizava ao presidente do Pará a admitir mais 200 voluntários, além das praças que tocavam à província.

A incorporação desses contingentes permitiu formar batalhões provisórios que muito auxiliaram no restabelecimento da ordem pública.

O presidente do Pará agradeceu ao do Ceará a presença da Força Expedicionária. Em ofício de 16 de outubro de 1835, o marechal Manoel Jorge Rodrigues, em certa altura de seu ofício, assinalava:

E se no apurado aperto em que a província, por seus desígnios impenetráveis me quis colocar, permite algum alívio e consente que eu aviste alguma esperança

lisonjeira, é certamente Exmo. Sr., neste ato de V. Exa. em acudir a este Governo com os cem bravos cearenses, cujo número multiplicado pelo seu valor, por sua experiência e virtudes, tendo a frente um bravo chefe, que já no sangue sente o nobre vigor de seus ilustres predecessores e no coração os abalos dos brasileiros distintos por seus serviços e conhecimento dará tanto em Turiaçu, como junto de mim, toda a honra de os comandar, o resultado feliz de desagravarem o honroso nome de brasileiro e de submeterem à lei os monstros que atrozmente abriram o abismo a esta província, que segundo entendo ameaça o Império.

Ao chegar à Vila de Turiaçu, no fundo da baía de mesmo nome, no Maranhão, o major Francisco Xavier Torres, comandante da Força Expedicionária do Ceará, em 8 de outubro, enviou o seguinte ofício ao presidente Costa Ferreira.

Ilmo. Exmo. Sr.

Tendo saído de São Luís no dia 6 do corrente, chegamos próximos a esta vila ontem, pelas 4 horas da tarde e hoje pelas 5 horas da manhã efetuou-se o desembarque da tropa distante um quarto de légua; em seguida nos apoderamos da vila sem grande resistência da parte dos salteadores, morrendo 8 deles e fazendo nós 17 prisioneiros, que estão a bordo da mesma escuna. Dos mortos dizem que um era o 2º comandante dos rebeldes.

Ao tempo que, atacamos a retaguarda; a escuna que se tinha fez-se de vela e colocou-se em frente à ilha.

Antes de ontem à noite mais de 50 salteadores partiram daqui em uma gambarra e algumas embarcações miúdas com os roubos e se destinam à Fazenda Perucana, de José Gonçalves Teixeira, para roubar e destruir o que encontrassem, como já têm praticado em várias outras fazendas.

Esta Vila [Turiaçu] acha-se reduzida a casas sem portas, nem janelas, sem móveis e algumas sem telhado. O que esta gente vil e perversa não pôde roubar de gêneros e fazendas, cortou e queimou; vinho e aguardente e algodão estão espalhados pelas ruas. Por esta parte a horda de celerados mostrou-se pior que cafres; tem sempre levado consigo o ferro e o fogo e a desolação: sequer pouparam um miserável velho, cego que não lhes mereceu compaixão; horríveis e duplicadas [sic] mortes têm praticado no caminho do Pará para aqui, reunindo novos tigres na crueldade.

Pretendemos partir hoje ou amanhã para Perucana,<sup>6</sup> e por prudência deixarei este ponto guarnecido, para o que, nesta data oficiamos ao alferes Pedro

Alexandrino, a fim de mandar para aqui 50 praças da força que está no ponto da Boa Vista.

Um juiz de paz eleito pela vil canalha, depois que o padre João Felipe se retirou, tratamos de prendê-lo por termos conhecimento que coadjuvara e amparara a cáfila dos malvados, elevando-se por isso a 18 o número dos presos a bordo da escuna.

Nenhum ferido tivemos da nossa parte.

Precisamos de espoletas e velas místicas.

Pedimos a V. Excia. nos remeta mantimentos, cartuchame de mosqueteria, pederneiras e 40 armas para substituir as que se foram inutilizando.

Deus Guarde a V. Excia.

(a) Francisco Xavier Torres, major comandante do Corpo Expedicionário do Ceará.<sup>7</sup>

Alarmado com a situação em que se debatia o Pará, o regente Feijó, inteirado por correspondência dos presidentes do Maranhão e do Ceará, certo de que a sedição poderia ganhar maior amplitude, ordenou a expedição de uma força para conjurar a situação naquela província, nomeando com poderes especiais de presidente e comandante das Armas o brigadeiro Francisco José de Souza Soares de Andrea, futuro Barão de Caçapava, que levou consigo o capitão de fragata Frederico Mariath, o qual por sua vez deveria substituir o chefe de divisão João Taylor. Com o novo presidente, seguiram os primeiros-tenentes Francisco Manuel Barroso da Silva, futuro herói de Riachuelo em 1865, e Joaquim Marques Lisboa, depois Marquês de Tamandaré e patrono da Marinha de Guerra.

Essa expedição, composta dos patachos *Januária*, do brigue-escuna *Dois de Março* e das escunas *Pelotas*, *Dezenove de Outubro*, *Porto Alegre* e *Rio Grande*, chegou ao porto de Belém no dia 9 de abril de 1836. A partida, que se dera a 2 de janeiro do mesmo ano, levou um contingente de tropa o qual foi aumentado de dois batalhões de Caçadores recebidos na Bahia.

O brigadeiro Soares de Andrea tomou posse do cargo na qualidade de nono presidente do Pará a 11 de abril. Era o sétimo, depois de 1833, a partir de Bernardo Lobo de Souza, quando eclodiu a revolução. Quatro desses foram cabanos intrusos. O novo presidente encontrou os cabanos em fase de desânimo, não só pelos reveses sofridos como pela falta de provisões, consequência dos bloqueios da capital e portos ainda em poder dos rebeldes.

Terminada a guerra de Panelas,<sup>NE</sup> o presidente de Pernambuco, Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, fez seguir para o Pará uma força de 505 homens, formando dois batalhões de Caçadores e uma companhia de Artilharia, esta comandada pelo tenente Felix Pereira Dourado e aqueles pelo major Francisco Sérgio de Oliveira, com o 1º Batalhão de Caçadores Provisório, e o major Manoel Muniz Tavares, com o 2º Batalhão da mesma natureza. Essa tropa viajou no brigue *Pirajá*, sob o comando do capitão-tenente Bartolomeu Hayden, e no navio *Constância*, comandado pelo primeiro-tenente Jesuíno Lamego da Costa. Ambos, em 15 de novembro, fundearam no ancoradouro de Tatuoca. Na jornada de 25 de abril, a povoação de Viseu, à margem esquerda do Gurupi, limite com o Maranhão, era tomada dos rebeldes pela força do major Francisco Xavier Torres, apoiada pela escuna *Dona Francisca*,<sup>8</sup> comandada pelo primeiro-tenente Luís Sabino da Silva. Esse oficial veio a falecer em combate, em 27 de maio do mesmo ano, na tomada da povoação de Ourém.

As forças procedentes do Ceará, sob a chefia do major Xavier Torres, da qual fazia parte Antônio de Sampaio, passaram a ocupar todas as povoações do litoral, entre Viseu e Tracuateua, da comarca de Bragança.

Nas jornadas de 4 a 6 de novembro de 1835, cerca de 300 cabanos executaram violento ataque à Vila de Abaeté (hoje Abaetetuba), junto à foz do Tocantins, sendo repelidos com grandes perdas. Na jornada de 20, levaram a efeito um ataque à Vila de Breves, extremo oeste da Ilha de Marajó, onde foram novamente repelidos.

Em vários outros pontos da província, houve combates, oportunidade na qual os cabanos foram batidos.

Em 10 de março de 1836, estes, em grande número, embarcados, renovaram o ataque à Vila de Abaeté. Foram rechaçados, deixando em poder da força legal um iate com oito canhões, quatro de bronze e quatro de ferro.

Enquanto os navios da força naval de Mariath desenvolviam intensa luta contra os pontos ainda em poder dos rebeldes, o presidente cabano, Eduardo Angelim, empregava desesperados esforços para entrar em acordo com o brigadeiro Soares de Andrea a fim de pôr termo à luta sem desonra para sua gente.

Uma comissão enviada pelo presidente cabano entregou ao brigadeiro Andrea a bordo da fragata *Defensora* um ofício do bispo D. Romualdo, solicitando

---

<sup>NE</sup> Região localizada em Pernambuco.

permissão para que os cabanos se retirassem para o Amazonas, onde pretendiam esperar a anistia que iriam pedir à Regência. Soares de Andrea negou essa pretensão, sob o fundamento de que não tinha autoridade para conceder tal medida. Angelim, diante da resposta, ameaçou incendiar Belém; entretanto, Soares de Andrea, com imperturbável serenidade, indicou ao chefe cabano que devia recolher-se, sem maiores ameaças, à Fazenda Carnagipó.

Descrentes de prosseguirem na luta, os cabanos, com Angelim à frente, abandonaram em barcos e canoas a capital, em busca da Vila de Cameté, na margem esquerda do rio de mesmo nome, mas foram surpreendidos na fuga. Depois de alguma resistência, terminaram destroçados pelo fogo dos canhões da esquadilha legal, fazendo-os fugir, já disseminados, pelos furos e rios mais próximos, logrando Angelim atingir o Acará.

Na própria noite e já ao romper da madrugada de 13 de maio, a mando de Soares de Andrea, o major Joaquim José Luis de Souza e o capitão de fragata Frederico Mariath, com forças de Uarapiranga, prepararam-se para ocupar Belém, abandonada pelos rebeldes.

A guerra civil não terminara com a ocupação dessa cidade, em 13 de maio de 1836, pelas forças de Soares de Andrea. Dispersos pelo interior da província, os cabanos continuaram agindo com surtidas.

Presos os chefes mais graduados, inclusive Eduardo Angelim, capturado no Acará, os cabanos elegeram outros, sem a mesma projeção nem maiores serviços à causa dos sediciosos.

Conhecendo o interior da província, os revoltosos meteram-se pelos rios de águas profundas, bem como pelos igarapés, furos e lagos, assediando vilas e povoações com guerrilhas, apoderando-se de algumas onde saqueavam e matavam seus habitantes, em tremenda vingança sobre todos aqueles que entendiam responsáveis pelo sofrimento imposto às populações do interior.

Soares de Andrea compreendeu não poder aquela guerra ser conduzida com os métodos normais da estratégia militar, mas de acordo com os imperativos fisiográficos da região. Por certa liberdade que fosse aos poucos dando a perceber aos rebeldes os quais não deveriam continuar em armas, agia energeticamente e, ao mesmo tempo, com decidida habilidade.

Em vez de fortes esquadilhas navais, de substanciais contingentes do Exército, passou a empregar em algumas oportunidades corvetas, brigues e destacamentos volantes, forças irregulares de patriotas, organizadas nas vilas

e povoados, conduzidas por caudilhos os quais se improvisavam, constituindo-se em expressão segura de êxito pelo prestígio de que dispunham e pelo amplo conhecimento da região.

Verificando ser impossível organizar com a celeridade que as circunstâncias exigiam os três batalhões de Caçadores, bem como a Artilharia de posição e os esquadrões de Cavalaria que o regente lhe permitira, criou da capital um corpo de polícia, em substituição aos permanentes; estabeleceu em Cachoeira um esquadrão de Cavalaria e dividiu a província em nove comandos militares, assim constituídos: 1º, compreendendo todo o município de Belém; 2º, de Vigia, abrangendo Colares, São Caetano, Curuçá, Cintra e Salinas; 3º, de Bragança, incluindo Viseu, Turiaçu e Ourém; 4º, de Marajó, englobando toda a ilha; 5º, de Macapá, abrangendo toda a margem esquerda da Foz do Amazonas até encontrar o 1º Comando; 6º, de Cametá, envolvendo Tocantins, Oeiras, Portel e Melgaço; 7º, de Porto de Moz ou Gurupá, limitado com os de Macapá, Marajó, Cametá e Santarém; 8º, de Santarém, limitado com o 7º e com o Alto Amazonas, ou Rio Negro, e, finalmente, o do Rio Negro, Guarda da Fronteira.

Para o 3º desses comandos militares foi nomeado o tenente-coronel Francisco Xavier Torres,<sup>9</sup> de cuja tropa fazia parte o alferes Antônio de Sampaio. Esse Comando Militar era responsável pela vigilância e segurança da área delimitada pelo Rio Gurupi, a leste, até o igarapé que deságua ao sul do Rio Capim, interessando particularmente à Vila de Bragança, onde o tenente-coronel Torres instalara a sede do comando, estendendo a vigilância às povoações de Viseu, Turiaçu e Ourém, esta na margem do Rio Capim.

No Rio de Janeiro, em 10 de março de 1837, o ministro da Guerra, Conde de Lajes, ao apresentar o relatório de sua pasta à Assembleia Geral, referindo-se aos corpos de Linha e corpos de Artífices, referia-se:

Tendo sido indispensável a continuação do recrutamento porque necessário era a elevação da força dos corpos ao estado completo.

Sua execução era contudo rigorosa, e caminhando a par da morte e da deserção acontecia que sempre se tinha recrutado, e nunca se preenchiam os corpos, se se não acudisse às medidas legislativas.

A lei da Guarda Nacional deixava para o recrutamento do Exército somente aqueles indivíduos que têm de renda menos de duzentos mil réis; os conselhos de qualificação muitas vezes eram iludidos e qualificavam os de menor renda, e

depois das isenções da lei e dos abusos dos conselhos, qual seria a massa dos recrutas? Era aquela que, geralmente falando, era tão destituída de educação primária que se torna até dificultoso a nomeação de oficiais inferiores.

Prosseguindo em sua exposição, o ministro analisou a situação do País naquela quadra, especialmente nas províncias do Pará e do Rio Grande do Sul. Referindo-se especialmente ao Pará, que agora nos interessa, mencionava:

A Divina Providência tem armado o braço da legalidade para exterminar os desvairados, que possuídos das encontradas idéias de mandar e desobedecer, têm ali profanado o santuário da lei. O Governo tem ministrado os auxílios de todo o gênero para que foi habilitado pela Assembleia Geral Legislativa por Decreto de 26 de agosto e 31 de outubro de 1835, 10 e 17 de outubro de 1836 e pode hoje ter a satisfação de comunicar-vos que no Pará a lei já impera e que as manchas anárquicas que nodoavam tão bela província em breve se esvaecerão e reinará a paz, a tranquilidade de que antes gozava.

Depois da simulada recepção feita ao general Rodrigues viu-se este subitamente atacado na cidade de Belém e obrigado depois de sete dias de desesperada resistência a abandoná-la e a refugiar-se a bordo dos navios de guerra. Neste estado mandou o Governo reunir mais forças no Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Ceará e Maranhão, as quais, ao mando do general Andrea, entraram na cidade a 13 de maio passado. Começaram as operações deste general, e expedições se fizeram para ocupação do Rio Negro, Turiaçu e Vigia, que foram coroadas com os melhores resultados.

Foram colhidos os caudilhos Vinagre e Eduardo os quais estão nos ferros da justiça para responderem por suas malfetorias. Com a prisão daqueles chefes acabou o espírito de resistência, e muitos iludidos por eles têm vindo apresentar-se para entrarem de novo em seus lares como pacíficos habitantes.

Guarnições têm sido postas na Ilha de Marajó, Santarém, Vigia e outros muitos pontos interessantes para a conservação da paz.

O comércio tem restabelecido suas relações e, com ele, tem vindo a abundância à capital e mais parte da província onde o pé da anarquia tinha pisado todos os recursos e todas as esperanças.

Vós conheceis, senhores, quanto custa ao coração brasileiro uma guerra fratricida. O braço deve descarregar o golpe que o coração repugna, e doloroso é o triunfo da lei sobre a amizade. Juntos a tão penosas idéias, as mar-

chas, os combates, as privações têm tornado a força da legalidade digna do maior louvor.

Generais, chefes e mais tropa, tanto regular como provisórias, têm preenchido os seus deveres e obrigações; careço de não acabar este breve quadro sem apresentar-vos, senhores, a heroica Vila e Distrito de Cameté. Sempre atacada; sempre invicta, tem dado com seu digno juiz de paz, o padre Prudêncio José das Mercês Tavares, o mais belo exemplo de valor e amor à ordem que o Governo espera ver por toda a parte imitado se por desgraça o gênio do mal ainda tenha de nos visitar.

A força de 3.000 homens continua a ser ali necessária para as guarnições.

Continuando, os acontecimentos no Pará, cedendo aqui, ali e acolá, sentindo o infrutífero de toda e qualquer resistência, convocados os chefes cabanos à colaboração com o Império na reconstrução da província, mercê de uma anistia decretada a 4 de novembro de 1839 à instância do presidente Soares de Andrea, os cabanos se foram entregando aos bandos.

O último grande grupo de 980 rebeldes, a 25 de março de 1840, rendeu-se em Lussa, hoje Maués, na Comarca do Alto Amazonas.

A guerra civil da Cabanagem custara cerca de 30.000 vidas à Amazônia, uma profunda sangria em suas energias, já de si tão precária.

A Cabanagem ensejara ao alferes Antônio de Sampaio conhecer outro grande chefe militar da época: o brigadeiro Francisco José de Souza Soares de Andrea,<sup>10</sup> comandante enérgico, disciplinador, competente e capaz. Já Sampaio, nos sertões de sua província natal, tivera a oportunidade de acompanhar os recursos empregados pelo brigadeiro Labatut, outro grande chefe de sua época que, em 1823, fora o comandante em chefe na Guerra da Independência na Bahia.

Na abertura da Primeira Sessão da Assembleia Provincial do Pará, em 2 de março de 1838, assinalava o presidente, brigadeiro Soares de Andrea:

Não tardou que começasse o restabelecimento da ordem pública no interior da província, sendo perseguidos e debandados os rebeldes nas suas principais fortificações. Chegavam quase diariamente à capital numerosas levadas de presos que ou eram recolhidos e conservados nas cadeias e navios de guerra ou embarcados para a Corte como recrutas, morrendo muitos nas prisões e hospitais. Censurou-se como despótica a reação operada pela força legal.

Mais adiante, justificando os meios empregados na pacificação da província, adiantava o brigadeiro Andrea:

O estado de guerra tem autorizado a atacar o inimigo por todos os lados até aniquilar-lhe a força, e para isto ter efeito é preciso prescindir das formalidades com que a lei escuda os criminosos. Todo o homem que é acusado de algum crime tem a certeza de ser procurado e preso sem se lhe dar tempo de evadir-se. Todas as desordens têm sido corrigidas com prisões que, pela maior parte das vezes, recaem em militares porque os seus autores podem sempre ser considerados tais. As revistas domiciliares ou buscas nas casas, hoje tão odiosas pela ofensa feita ao asilo sagrado do cidadão, têm sido procedidas por necessidade pública; têm posto em susto todos os malvados, ficando por este modo mais um escudo do crime quebrado a favor da razão e da justiça; têm-nos feito cair nas mãos nesta cidade, como em toda a província, muitos rebeldes que se acham presos ou têm acabado seus dias nas prisões e nos hospitais, se tivessem soltos, nos teriam inquietado como ainda nos inquietam alguns. A prisão de quantos revolucionários tem aparecido, feita a despeito das leis existentes e continuada contra todas as regras da segurança individual, não tem concorrido pouco para o estado de paz em que nos achamos. Nada disto se poderia fazer a não ser tomado por norma, chegar a justo fins por meios seguros.

O brigadeiro Soares de Andrea, expondo por tal modo com admirável franqueza as medidas que tomara contra os facciosos, não quis declinar de si a responsabilidade de seus atos, e força é reconhecer que nas condições deploráveis nas quais se achava a Província do Pará seria improfícuo o emprego de qualquer meio coercitivo que não fosse de suma energia e rigor.

Adianta o cronista:

Não contestamos que os agentes do Governo abusassem do poder arbitrário que se lhes deu, praticando e consentindo que se praticassem atos criminosos contra inúmeros infelizes. Era uma triste consequência da guerra civil que, gerando na população profundos sentimentos, devia criar odiosidades e desejos de vingança quando ainda sangravam as feridas abertas no coração de tantas vítimas.

Houve muitos e graves abusos cometidos pelas forças legais, sabemos nós, e com sinceridade os condenamos sem nenhuma restrição. Mas não devemos lançá-los em conta somente a que se encobria a verdade dos fatos; é de justiça

declarar que Andrea, tenteando com perícia a chaga cancerosa que corroía as entranhas da sociedade paraense, conheceu-a em tempo de poder cauterizá-la como exigia a natureza e a gravidade do mal. Desde que tomou posse da administração, ele sentiu a deficiência da força para restabelecer a ordem pública na província. A tropa estava em completo estado de insubordinação. Os três batalhões de Artilharia, Caçadores e Permanentes, além de muito reduzidos, se haviam transformados em auxiliares dos movimentos sediciosos.

Os corpos de 1ª Linha — disse-o ele — entregues à filosofia do tempo tornaram-se salteadores, fizeram-se odiosos e temíveis e desapareceram. Aqui adquiriram o uso de fazerem uma ou duas revoltas por ano; e foi das suas fileiras que saíram os assassinos de seus próprios oficiais e os que ajudaram ao assassinio da primeira autoridade em janeiro de 1835.

O Corpo de Permanentes, onde os princípios da moda tinham arraigado a indisciplina, principiou no dia 6 do mesmo mês os seus bons serviços por irem atacar a casa de seu comandante, deram-lhe uma descarga e retiraram-se, julgando que o tinha morto. A Guarda Nacional, pela boa qualidade de seus oficiais de nomeação popular, foi tão prejudicial em quase todos os lugares desta província que a Assembleia Geral do Império autorizou o Governo a extingui-la por 3 anos, o que é um reconhecimento tácito da inconveniência de sua instituição.

Nenhum exagero há nessas autorizadas palavras de Andrea. E nem era só no Pará que se sentia a influência perniciosa da soldadesca: o país inteiro sofria havia muito a desenvoltura da tropa, transviada por chefes facciosos e ignorantes de seus deveres. Inúmeros fatos o demonstram.

Em 8 de abril de 1839, assumia o governo da Província do Pará, na qualidade de seu décimo presidente, o Dr. Bernardo de Sousa Franco, que a encontrou pacificada.

Antônio de Sampaio, que muito cooperara já como oficial para a pacificação do sertão sul de seu Ceará, agora, como oficial, contribuía para o restabelecimento da ordem pública no Pará. Sua folha de serviços aumentava à medida que ia ganhando notabilidade militar.

## CAPÍTULO 6

A BALAIADA NO MARANHÃO. O EPISÓDIO INICIAL NA VILA DE MANGA. RAIMUNDO GOMES RECEBE A ADESÃO DE FERREIRA BALAIÃO. DESEMBARCA EM SÃO LUÍS UM DESTACAMENTO PROCEDENTE DO CEARÁ, VINDO COM ESSA FORÇA O SARGENTO ANTÔNIO DE SAMPAIO. A CIDADE DE CAXIAS É OCUPADA PELOS BALAIOS. O TENENTE-CORONEL SÉRGIO DE OLIVEIRA MARCHA SOBRE CAXIAS. O COMBATE DE AREIAS, ONDE SAMPAIO TEVE DESTACADA ATUAÇÃO. A NOMEAÇÃO DO CORONEL LUIZ ALVES DE LIMA E SILVA. O TENENTE-CORONEL SÉRGIO DE OLIVEIRA ENTREGA O COMANDO DA 1ª COLUNA. SAMPAIO PASSA A PERTENCER A ESSA FORÇA. RAIMUNDO GOMES É DESTROÇADO NO BOQUEIRÃO, BAIXA FRIA, OLHO D'ÁGUA E TABOLEIRO PELO TENENTE SAMPAIO. A INVASÃO DO ACAMPAMENTO REBELDE DE JUÇARA. COMBATES DE SALITRE, CAPIVARA E CORREDOR. SAMPAIO ATINGE A FAZENDA VEADO E ATACA OS REBELDES NA FAZENDA CONTENDAS, ONDE É MORTO JOÃO SAPATEIRO. A AÇÃO NA FAZENDA SANTO ANTÔNIO. A PROCLAMAÇÃO DO CORONEL ALVES DE LIMA, DE 19 DE JANEIRO DE 1841, DANDO POR FINDA A SANGUINOLENTA GUERRA CIVIL. SAMPAIO PASSA A COMANDAR OS DESTACAMENTOS DE PASSAGEM FRANCA E DE VILA DE PASTOS BONS. EXTINTO O 7º BC, SAMPAIO PASSA A PERTENCER AO 5º BATALHÃO DE FUZILEIROS. SEU REQUERIMENTO PEDINDO AO IMPERADOR PROMOÇÃO A CAPITÃO.

O movimento armado conhecido com o nome de Balaiada que ensanguentou a Província do Maranhão<sup>NE</sup> teve início em uma escaramuça de tropeiros com soldados de polícia, na perdida Vila de Manga, nas proximidades de Vargem Grande.

Ia o boiadeiro Raimundo Gomes Vieira Jutahy, por apelido Cara Preta, tangendo o gado do rico fazendeiro, padre Inácio Mendes de Moraes e Silva,

---

<sup>NE</sup> Figura 4 do Caderno de Ilustrações

seu patrão, procedente de Acari para a feira de Vargem Grande quando, passando pelo lugarejo de Manga, teve alguns de seus homens presos pelo contingente policial sob o pretexto de recrutamento para o Exército. Também seu irmão e companheiro de tropelias, José Gonçalves, foi detido e encarcerado, acusado de homicídio. Raimundo Gomes pediu ao juiz de paz que soltasse seus homens. Diante da recusa deste, o atrevido jurou soltá-los à força na manhã seguinte.

Ciente da ameaça, o juiz armou 42 homens e os pôs no edifício da cadeia.

Mal rompeu o dia, Raimundo Gomes entrou na povoação com um bando de amotinados e, em seguida, descarregou suas armas contra a inexperienced guarnição do presídio, quase toda em repouso.

Acordados com os tiros, os homens do juiz de paz correram em disparada. Muitos se atiraram no Rio Parnaíba, atravessando-o para a margem direita, onde estariam a salvo da feroz horda assaltante. Por fim, Raimundo Gomes arreventou a porta da cadeia e deu liberdade ao irmão, bem como a todos os criminosos, em número de 8 ou 10, que se achavam reclusos.

A Província do Maranhão por essa quadra vivia um clima de intranquilidade, uma luta inglória e sem quartel por posições de governo e influências.

Nas disputas políticas, formaram-se dois partidos: o dos cabanos e o dos bem-te-vis, que se combatiam a ferro e fogo, sem na realidade defenderem um ideal, e agrupando-se em torno de homens ou clãs, cheios de recalques e sedentos de vingança. E o simples incidente de Manga tornou-se sério caso político, degenerando-se em cruel guerra fratricida.

De modo geral, os grandes proprietários do sertão, atentos às investidas do gentio, tinham sua escravatura armada com espingardas, pequenos canhões e munição de guerra, de forma que a capitania, ao tempo da Colônia, encerrava em sua área elementos combustíveis para a mais terrível explosão, pois a população indígena, que incomodava, elevava-se a algumas dezenas de milhares. Por isso, nada menos do que 2.000 escravos dispunham de armas, o que poderia atear um espantoso incêndio.

Além disso, aumentando o perigo, pelos sertões perambulava uma malta de ex-combatentes da Independência com o gosto de liberdade na alma, antigos escravos promovidos a soldados, temidos e respeitados, compelidos a regressar à anterior situação de peças do oitão e dos engenhos. Em geral, gente que, envolvida na guerra, distanciara-se de suas terras e não podia, ou não

pretendia, a elas voltar, seja porque, depois de tantos acontecimentos, olhos de tantas vistas, braços de tantos feitos, pesava-lhe a ideia do retorno à monotonia da rotina quotidiana seja pela frustração da prometida mudança, da sonhada felicidade diferente com que lhe acenava a Independência. Outros, aventureiros, recrutados no sertão e tornados soldados da fortuna, viam-se, terminada a campanha, mercenários sem clientes, mas dispostos a continuarem, e continuaram, engajados nos movimentos de 1824 e 1831.

Enquanto isso, as ideias andavam pelo ar, vagas, imprecisas. Nem os líderes tinham perfeita consciência do que representavam, mas delas se serviam conforme as necessidades e conveniências para desforços e vinganças. A palavra liberdade ganhara conteúdo mágico e, embora escapasse à compreensão daquelas gentes rudes, incendiara-lhes a imaginação e lhes entrava pelo peito a largos haustos, como o próprio ar, como a própria vida.

O trabalho consciente ou inconsciente da oposição — o povo é sempre sensível aos apelos contra o governo — transformou-se em instrumento dos liberais e republicanos, os bem-te-vis, contra os conservadores, os reacionários do partido português, os cabanos. E, inocentes, orgulhavam-se disso, tanto que um, o chefe Cosme, intitulou-se pomposamente de Tutor e Imperador da Liberdade. Por todos os lados, a política de aldeia, o despotismo dos todo-poderosos chefes municipais e distritais pedia uma ação de revanches, e o cheiro de liberdade embriagou aqueles seres brancos, reclamando músculos inativos. A Lei dos Prefeitos, instituindo pequenos régulos e concentrando em suas mãos poderes de juiz de paz e delegado de polícia, foi a gota d'água.

*O Bem-Te-Vi* — jornal do Partido Liberal — empolgou a atenção do público e andava de mão em mão pela província. Era de fácil leitura, a todos acessível. Não dirigida para doutos, segundo Antônio Lajes, em *História da imprensa*.

Já, o governador Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca, pelos idos de 1819, advertia que a capitania reunia dentro de si “elementos combustíveis para a mais terrível explosão”, referindo-se principalmente aos 2.000 escravos armados, que poderiam atear um incêndio espantoso.

Reagindo, Raimundo Vieira, vaqueiro do chefe bem-te-vi, à arbitrariedade do subprefeito cabano, José de Brito, libertou à força seus companheiros, com a adesão do destacamento local, composto de 23 homens. Na verdade, os policiais e os boiadeiros eram o mesmo povo sofrido e enganado, explo-

rado e desprezado, aquele povo cuja ausência o Morgado de Matéus e Louis Conty, citados por Gilberto Freyre, reclamavam, assinalando a existência de um vácuo entre senhores e escravos.

Donos da vila, ficaram atônitos sem saber o que fazer da “autoridade” conferida a eles pela vitória. Teriam se retirado com a boiada caso não houvesse dado pressa o prefeito de Itapecuru em mandar combatê-los com 40 homens, aos quais se juntaram 30, vindos de Munim.

De fato, tão desorientados ficaram que, em louca correria, foram primeiro para leste, em Chapadinha; depois para o norte, em Miritiba; logo, para oeste, até Icatu, e, finalmente, outra vez para leste, para Tutoia, percorrendo distâncias enormes até que, no extremo da província, passaram para o Piauí.

Ali, se configurou o conflito, e os perseguidos atraíram simpatia, receberam adesões de injustiçados negros fugidos dos cativeiros; de vaqueiros, sem eira nem beira; de bandoleiros, corridos da sombra da Justiça. Entretanto, em Barra Longa, o prefeito piauiense de São João do Parnaíba “aniquilou os desordeiros, restituindo a mais completa tranquilidade”, segundo afoitamente anunciou o presidente Pires de Camargo.

Raimundo Gomes, no entanto, escapou a essa derrota, refugiando-se em Mocambo, não muito longe de Manga, e assumiu integralmente seu papel de chefe, atraindo outros bandos, formados, como o seu, a partir de uma violência, de uma infâmia.

A horda começara a estruturar-se em exército, com seus lugares-tenentes, os patriotas Corisco, Sete Estrelas, Tigre, Relâmpago, Caninano, Andorinha, Muluguete e tantos outros. O Governo organizou uma força expedicionária, sediada em Icatu, sob o comando de um major. Reconhecia, assim, que os “desordeiros” estavam vivos e ativos. Nos primeiros combates, a vantagem foi dos rebeldes, com os legalistas perdendo até um capitão, Pedro Alexandrino. A coisa engrossava. Dentro em pouco, metade do norte da província, entre o Mearim e o Parnaíba, pertencia aos balaios, nome pelo qual passaram a ser conhecidos, advindo do apelido do chefe Manoel Francisco dos Anjos Ferreira, que fabricava balaios.

Esse balaio entrara na luta porque o capitão governista, Raimundo Guimarães, lhe prostituíra duas filhas. Para vingar a injúria, levantou o povo de Pau de Estopa e juntou-se aos demais. Vieram também os pretos do Cosme, os fugidos à sanha do despotismo do Visconde de Parnaíba — Manuel de

Souza Martins, o Francia do Piauí, como o chama Gardner — e os remanescentes da fracassada Confederação do Equador.

Outros interessados na empreitada, às claras, como o alferes Lívio Lopes Castelo Branco, à frente de 600 soldados, e Milhomem, com 400, ou nos bastidores, anônimos, forneciam-lhes armas e mantimentos, acoitando-os, dando-lhes informações preciosas, auxiliando-os de tal forma para comprar-lhes vinditas ou contratar-lhes o braço contra os inimigos pessoais.

Provocada e insuflada, armada e municuada, a massa desembestou infrene. Dela se poderia dizer o que afirmou Joaquim Nabuco, em *Um Estadista do Império*, acerca da revolução liberal mineira de 1842: “Um turbilhão popular, violento, indiferente a leis e a princípios.”

Os que seriam de fato seus chefes naturais, os que a motivaram, os que lhe dariam um sentido, os oposicionistas bem-te-vis, jornalista José Cândido de Moraes e Silva, João Francisco Lisboa e Estevam Rafael de Carvalho, falecido o primeiro e receosos os outros, deixaram-na entregue à própria sorte, explodindo em ódios de ancestrais humilhações, sem alguém mais esclarecido para canalizar-lhes os intentos, fixar-lhes os objetivos.

Os líderes da oposição tiveram medo da massa rebelada. Cheios de preconceitos, de costas ficaram nesse estado de neutralidade culposa.

Ficaram a discutir e a lavar as mãos como Pilatos, inocentando-se todas as vezes que o agulhão de Sotero dos Reis os acusava pela imprensa. Mas nem assim se libertaram da responsabilidade que lhe ficou perante a história. De outro lado, Pires Camargo, no Governo, armou, com a violência e a Lei dos Prefeitos, a revolução. Sotero dos Reis acirrou os ânimos com os artigos na imprensa.

A Balaiada foi um grande, um formidável desabafo, um protesto contra a espoliação, o despotismo e o furto apoiado na “lei”, a luta contra os ricos e a autoridade corrupta, contra a polícia a serviço do coronel, contra o feitor cruel e subserviente. Constituiu-se em uma luta de origens profundas na formação social do Maranhão, com acentuadas características liberais, mesmo oferecendo capítulos brutais de violência e de rapinagem. O que faltou aos balaios foi a orientação intelectual dos responsáveis morais que a predicaram. Isso sim é que deu origem a aparecerem no cenário da luta afoitos matutos, os sertanejos rudes, pois escondidos ficaram os autores intelectuais do levante.

Os nove boiadeiros que invadiram a cadeia de Manga, naquele dia 13 de dezembro de 1838, cresceram para 100, 500, 2.000, que sete meses depois

renderam e saquearam Caxias, a principal cidade, depois da capital. Com a tomada de Caxias, a revolução evidenciou seu caráter político. Já defendia um *princípio*; reivindicava um *direito*.

Dominavam os bem-te-vis a mais vasta região da província, segundo o Visconde de Araguaia, um dos historiadores mais intransigentes da condenação dos balaiois, e, em Caxias, apreenderam muito armamento e abundante munição.

Tudo isso dera aos rebeldes uma soma de poderio enorme e uma situação capaz de se considerarem com o direito de impor condições ao Governo.

Eram “as nativas forças desencadeadas, liberais por fora, anárquicas no seu conteúdo”, tal como as do Recife na Revolução de 1817.

Em 2 de janeiro de 1839, Raimundo Gomes entrou na Vila do Brejo. Lá, recebeu a adesão de Manoel Francisco dos Anjos Ferreira, vulgo Manoel Balaio, nomeado comandante em chefe das forças bem-te-vis. Registraram-se as primeiras atrocidades; por onde passava a malta chefiada pelo caudilho Balaio, levava tudo a fogo e sangue. Entrou na Vila do Rosário, na margem esquerda do Itapecuru, cuja população espavorida refugiou-se na Fortaleza da Vera Cruz.

Do Itapecuru Mirim partiu o capitão Pedro Alexandrino de Andrade, com uma força, a fim de embargar o passo do grupo de Raimundo Gomes. Este, com numeroso bando, seguiu de Miritiba sobre a povoação de Tutoia, no litoral, onde entrou com 180 homens. Depois seguiu para leste, com o propósito de atacar a Vila de Parnaíba, no Piauí.

O prefeito de Parnaíba, Miranda Osório, à frente de 120 praças de 1ª Linha, um piquete de Cavalaria e um reforço de Guardas Nacionais, correu em defesa da vila e, junto à Barra do Longá, bateu uma partida dos rebeldes.

Raimundo Gomes, apertado do Piauí, transpôs o Parnaíba e voltou ao Maranhão onde, à frente de 200 homens, atacou e se apossou da povoação de Chapadinha, na Bacia do Munim, depois de vencer forte resistência do juiz de paz local.

Em março, os ânimos em São Luís viram-se exaltados com a possibilidade de ser a capital assaltada. A imprensa local pregou abertamente a revolução. O chefe balaio contava então com cerca de mil homens.

Em 3 de março, tomou posse do governo do Maranhão o capitão Manuel Felizardo de Souza e Melo, nono presidente da província, substituindo Vicente Tomás Pires de Figueiredo Camargo. Os rebeldes vasculharam

as matas do Brejo, Itapecuru, Tutoia e Chapadinha, onde cometeram terríveis atentados contra a vida e a propriedade de pacíficos cidadãos.

Do Brejo, partiu uma força de 1ª Linha, sob o comando do capitão Pedro Alexandrino, para bater o contingente reunido de Raimundo Gomes e Balaio. Perseguidos, os rebeldes passaram por Chapadinha e, na Fazenda dos Angicos, conseguiram cercar a força legal que, depois de três jornadas de porfiada resistência, foi forçada a render-se. O tenente-coronel João José Alves de Souza e o capitão Pedro Alexandrino foram barbaramente assassinados.

Em seguida, os bandidos ameaçaram a Vila do Brejo. Parte de sua população refugiou-se no Piauí, passando o Parnaíba. A vila assistiu atônita ao incêndio das propriedades. Seus filhos foram barbaramente mortos, e suas filhas, desonradas. A revolta, que começara fraca, ganhara considerável incremento, insuflada pelos diretores dos jornais da capital.

Em 15 de março, o major Feliciano Antônio Falcão foi nomeado comandante em chefe das forças legais na Província do Maranhão.

Tropas da capital da província partiram para Munim e Icatu.

Em abril, os rebeldes contavam já em suas fileiras com milhares de seguidores. A cidade de Caxias, empório do comércio do sertão, encontrou-se cercada por mais de 600 balaaios, chefiados por Lívio Lopes e Raimundo Gomes.

Os presidentes do Maranhão e do Piauí prepararam-se para bater com energia a revolta; porém, a falta de meios retardou as providências. Nessa quadra, grupos de facínoras do Piauí atravessaram o Parnaíba e juntaram-se a Raimundo Gomes, o Balaio.

Em maio, forças de São Luís, comandadas pelo major Feliciano Falcão, foram despachadas em auxílio de Caxias, sitiada. Na época, essa cidade já era grande e rica; possuía 100 lojas de fazenda e tabernas, bem como 3 boticas. A um médico, por nome José Caetano Vaz, os moradores, por uma obrigação por eles assinadas, pagavam 2.000 réis; havia 3 cirurgiões, 3 templos menos maus, e seus prédios de residência eram bons. Contava com uma guarnição de tropa de Linha.

A distância até Itapecuru Mirim era de 18 léguas.

Pouco depois de explodir a Balaiada, vamos encontrar Antônio de Sampaio em plena ação no Maranhão. Seus chefes, havia muito, tinham descoberto seu elevado espírito de luta em suportar os entreveros nas duras guerras no sertão.

Na sexta-feira, 17 de maio de 1839, desembarcou em São Luís, procedente de Fortaleza, no Ceará, um contingente de 102 praças de Linha, requisi-

tado pelo presidente Manuel Felizardo de Souza e Melo. Com essa força, viera o sargento vagomestre Antônio de Sampaio; logo, a 20 de maio, nomeado alferes em comissão pelo presidente do Maranhão.

Depois de tomada a Vila do Brejo, os revoltosos dirigiram-se a Miritiba,<sup>1</sup> que ocuparam, praticando ali as costumeiras atrocidades. Como houvesse receio de que fizessem o mesmo em Icatu,<sup>2</sup> o Governo resolveu marchar no dia 13 de junho à noite para aquele lugar uma força de 80 homens de 1ª Linha, comandada pelo alferes Antônio de Sampaio.

Novos boatos de que os rebeldes tentariam apoderar-se da capital obrigaram o presidente a determinar o regresso das forças que haviam seguido para Caxias; esta, então, ficou entregue à própria sorte.

Um grupo de 170 balaaios marchou rapidamente sobre a Vila de Pastos Bons e colocou-a em apertado cerco. Em 27 de maio, a vila foi invadida; sua cadeia, arrombada, sendo soltos os presos que ali se encontravam. Em poucas horas, o número de revoltosos subiu para 300, comandados por Militão Bandeira, Manoel Milhomem e outros. Uma partida forte de 200 homens marchou de Pastos Bons em auxílio a Balaio, que sitiava Caxias. Lívio Lopes veio do Piauí para engrossar o cerco da vila.

Em junho, a revolta tomava proporções gigantescas. Nada menos do que seis localidades — Brejo, Miritiba, Itapecuru, Pastos, Passagem Franca e Caxias — estavam sob domínio dos rebeldes.

Parte da população do Piauí foi tomada da febre revolucionária que se alastrou na vizinha Província do Maranhão; a insólita administração do Barão da Parnaíba — brigadeiro Manuel de Sousa Martins —, que governava a província pela terceira vez, trazia sua população debaixo da mais horrível pressão.

No domingo, 30 de junho, afinal Caxias caía sob o domínio dos rebeldes que, em número de 1.600, comandados pelos caudilhos Balaio, Ruivo, Mulungueta, Pedregulho, Cook e vários outros autorizaram o saque e o assassinato de muitos de seus habitantes.

A guarnição de 400 homens rendeu-se com o tenente-coronel, seu comandante.

Ao se dar a perturbação da ordem no Maranhão, foi o tenente-coronel Francisco Sérgio de Oliveira nomeado comandante das Armas e, a 5 de julho de 1839, comandante em chefe das forças em operações na província, onde chegou no mês de julho. Depois da ocupação de Caxias, em 10 de julho, partiu

para a capital uma deputação de balaios a fim de impor condições ao presidente e concertar os meios de pôr fim a revolta.

Na jornada de 10 de julho ao amanhecer, saindo o alferes Sampaio, com 50 praças e 27 paisanos, para reconhecer um grupo que, segundo informações, calculava ele fosse de 100 facínoras, encontrou-se a quatro léguas da vila com cerca de 300 rebeldes. Ele, com denodo e valor, os fez recuarem por grande espaço, encerrando-os no Curral do Meio, onde de certo seriam todos aprisionados se novo grupo de mais de 100, que acabava de chegar, não atacasse o bravo alferes por um dos flancos.

Nessas circunstâncias, foi preciso se retirar, fugindo os paisanos logo no começo da ação.

Os rebeldes picaram a retirada da força legal por espaço de 3 léguas, o que deu lugar a caírem 9 feridos, os quais não foram abandonados em grande parte em razão da firmeza da retaguarda, composta de 12 praças, comandadas em pessoa pelo destemido alferes Sampaio (Ordem do Dia do presidente Manuel Felizardo, de 11 de julho de 1839).

Depois do insucesso dessa surtida, deu-se o abandono da Vila de Icatu pelas forças legais, que não puderam mais ali permanecer por penúria de mantimentos e água, além do cansaço por incessantes combates nas últimas jornadas. Apoderaram-se os rebeldes de casas abandonadas e tropeçavam em cadáveres já em decomposição, quase todos de gente que fora sua. A brava tropa passou então para a ponta de Guarapiranga.<sup>3</sup>

Na jornada de terça-feira, desembarcavam na Vila Velha do Icatu 400 praças que haviam partido de São Luís, tirados da Guarda Nacional, da tropa de 1ª Linha e do Corpo de Paisanos, Voluntários, denominados Batalhão D. Pedro II.

Depois de organizar sua força em 6 de agosto, o tenente-coronel Sérgio de Oliveira marchou para a Vila de Icatu, que se achava sitiada por terra pelos balaios. Dominavam então os sediciosos todo o território entre Munim e Jacareí.

Na jornada seguinte, acampou na Vila Velha, a três léguas de Icatu, onde se achavam dois batalhões de Linha, comandados pelo major Feliciano Antônio Falcão e o capitão Ernesto Emiliano de Medeiros.

No dia 8, toda a tropa que se achava ali reunida formou em parada geral, tendo passado revista nela o tenente-coronel Sérgio de Oliveira, que assim, investido no seu comando em chefe, deu as necessárias ordens para pôr

em execução o plano de ataque aos rebeldes na Vila de Icatu, de combinação com o capitão-tenente Boldts. O ataque realizou-se na jornada de 9, travando-se renhido combate com a vanguarda às ordens do major Falcão no lugar denominado Areias.

Por Decreto de 2 de setembro de 1839, era Antônio de Sampaio confirmado no posto de alferes, como recompensa pelos serviços prestados da pacificação da província.

O combate de Areias: no dia 6 de agosto, o presidente do Maranhão pôs-se a marchar para a Vila Velha, levando vários elementos de Linha e voluntários, no total de 400 homens. Lá, se juntaram aos dois batalhões que ali se encontravam. Ao amanhecer do dia 8, foi investido no comando geral de todas as forças o tenente-coronel Francisco Sérgio de Oliveira.

Mandou este que o alferes Sampaio, com um troço de tropa do 3º Batalhão, fosse explorar o caminho que do acampamento fosse ter ao lugar da Ribeira. Não havia decorrido muito tempo quando se ouviu um tiroteio. Em seguida, ocorreu o regresso da partida de exploradores, com o simples resultado da tomada de uma arma de fogo e do ferimento por um bago de chumbo no braço direito do vaqueiro de Antônio Pinto, de nome José Valérios de Oliveira. Vulgarizou-se então no acampamento a notícia de que os facínoras haviam sido desalojados do lugar.

A 9 de agosto de 1839, cerca de duas léguas da Vila Munim, acampavam as forças rebeldes, escolhendo para isso uma eminência chamada Areias, onde a estrada para Munim fazia um cotovelo. Lá, se fortificaram, construindo entrincheiramento de pau a pique, com quatro pés de altura, revestimento de espessa rede de paus roliços, circundada externamente por um fosso.

Logo que tiveram aviso de que as tropas legais aproximavam-se, agacharam-se por trás desses roliços e aguardaram silenciosos os acontecimentos. Uma força, sob o comando do major Feliciano Antônio Falcão, destacada do grosso do tenente-coronel Sérgio de Oliveira, aproximou-se e tratou de abordar a posição dos balaios.

Um vivíssimo fogo acometeu os homens do major Falcão, os quais receberam em cheio e a descoberto os certos tiros dos rebeldes. No entanto, apesar da inesperada e mortífera fuzilaria, acompanharam os soldados seu comandante na bravura. Ficaram na primeira descarga cerca de 30 homens fora de combate. Nem por isso desaminou o major Falcão, senão fez avançar sempre sua tropa. O estoico militar não recuava, apesar de já tropeçar entre

mortos e feridos apinhoados no caminho. Quis a vanguarda retroceder, tão desalentada que estava, mas o comandante a conteve e forçou-a à nova investida. Os balaios cederam e começou a perseguição.

No curso da ação, caiu ferido o comandante Falcão, vítima de uma emboscada. O desânimo apoderou-se da tropa legal, em vista da numerosa baixa em suas fileiras, entre mortos e feridos.

Precisamente na ocasião em que os balaios se apresentavam mais numerosos e atrevidos, recebeu o alferes Antônio de Sampaio a missão, destacado da retaguarda, para, com “um novo cordão de flanqueadores”, atacar por ali a posição balaia de Areias a fim de obrigar a fuga ou a rendição dos rebeldes.

Foi nessa oportunidade que Sampaio destacou-se em razão de lances de extraordinária firmeza e sangue-frio. Com voz firme e eletrizante, ordenou a seus adestrados soldados abrirem fogo inopinado contra as tocaias inimigas.

A surpresa da fulminante investida levou os balaios a supor que se tratasse de um ataque em massa, os quais, aturdidos, abandonaram seus rústicos abrigos, fugindo agachados pelo mato.

Revistou o alferes Sampaio as posições desguarnecidas e nada mais encontrou senão faixas úmidas de sangue, cofres cheios de arroz e objetos de pouca importância.

No combate de Areias, a tropa legal teve 60 mortos e cerca de 100 feridos, evidenciando a tenacidade e o valor da posição dos rebeldes.

A ação do alferes Antônio de Sampaio no combate de Areias foi tão singular que mereceu registro nas efemérides do Barão do Rio Branco:

Ataque de Areias, Porto de Icatu, Maranhão, em que a vanguarda legalista, comandada pelo major Falcão — depois brigadeiro —, Feliciano Antônio de Falcão, repellido a princípio, conseguiu afinal desalojar os rebeldes das suas posições. Falcão é ferido. Distingue-se muito nesse combate o então tenente Antônio de Sampaio. Os legalistas tiveram cerca de 60 mortos e mais de 100 feridos.

César Augusto Marques, comentando essa ação, adianta:

Areias, pequeno lugar distante duas léguas da Vila de Munim, tristemente célebre pelo sanguinolento combate que em 9 de agosto de 1839 aí houve entre as forças legais, a descoberto, e os rebeldes balaios, abrigados em uma trincheira de 3 pés de altura, construída de paus e folhas, torneadas externamente por um fosso com

fundo bastante para cobrir um homem agachado e de onde ocultos fizeram vivíssimo fogo que tão prejudicial foi ao Exército. Ali fizeram prodígios de valor o intrépido major Feliciano Antônio Falcão, distinto maranhense, que nasceu no Quartel do Campo de Ourique, em 31 de maio de 1810,<sup>4</sup> e faleceu já brigadeiro, no Recife, em 19 de julho de 1855, e o tenente Antônio de Sampaio, valente e destemido oficial do Exército, que faleceu brigadeiro na campanha do Paraguai.

Depois da vitória de Areias, o grosso das tropas do tenente-coronel Sérgio de Oliveira prosseguiu e ocupou a Vila de Icatu.<sup>5</sup>

Verdadeiramente impressionado com o valor do movimento sedicioso nas Províncias do Maranhão — balaio — e no Rio Grande do Sul — farroupilha —, o ministro da Guerra, deputado Sebastião do Rego Barros, do Gabinete de 19 de setembro de 1837, em seu Relatório à Assembleia Geral Legislativa, em 1838, propunha que as forças de terra, para o ano financeiro de 1839-40, contasse com 12.000 praças de Pré e 4 companhias de Artífices. Seriam 10.000 praças da força de Linha e 2.000 de forças fora de Linha.

Essa resolução viria a alterar substancialmente a lei que fixara o efetivo do Exército para o ano financeiro de 1836-37, a qual determinava taxativamente que esse número, nos corpos de Linha, não poderia exceder de 6.320 praças.

Adiantava o ministro deputado que, entre outubro de 1837 e 31 de janeiro de 1838, o Governo Imperial havia comprado no exterior 4.033 espingardas, com baionetas adarme 17; 737 pistolas adarme 12 e 559 clavinadas adarme 12.

Na sexta-feira, 17 de agosto, desembarcaram em São Luís mais 360 homens e duas bocas de fogo, com a respectiva guarnição, oriundas de Pernambuco. Era um batalhão de Caçadores que em 1842 forneceria seus elementos para a criação do 4º Batalhão de Fuzileiros daquela província. Essa tropa, provisória, pernambucana, deslocara-se sob o comando do capitão Antônio Gomes Leal, que tanto viria a se distinguir na campanha.

No dia 12 de setembro, chegava a corveta *Dois de Julho*, com 200 praças da Bahia, do 3º Batalhão de Caçadores e, finalmente, a 16 do mesmo mês, o vapor *Maranhense* trazia a bordo o capitão-tenente Joaquim Marques Lisboa, depois Marquês de Tamandaré, que assumiria o comando das Forças Navais.

Em 19 de agosto de 1839, o major Clementino entrou com sua tropa na Vila de Pastos Bons e desse ponto seguiu para Mirador, no Alto Itapecuru; nessa marcha, topou na jornada de 21 com uma força rebelde de 200 homens que foi destruída, ficando no campo alguns mortos e feridos.

Em 28, os balaios entraram em Tutoia. Na quinta-feira, 29, o major Clementino designou um destacamento para ocupar Passagem Franca; dirigiu-se à Vila de São José dos Matões, quase no limar do Piauí, e entrou nesta sem encontrar o menor embaraço.

Em 5 de setembro, o tenente-coronel Francisco Sérgio de Oliveira, nomeado comandante em chefe das forças legais no Maranhão, lançou uma proclamação, convidando os rebeldes a deporem as armas. Não foi atendido, e o movimento revolucionário redobrou de intensidade.

Em 10 de setembro, a cidade de Caxias foi ocupada pelas forças legais, sob o comando do tenente-coronel José Dias Carneiro.

Raimundo Gomes foi batido pelas forças do major Falcão à pouca distância do Itapecuru.

Na jornada do sábado, 14 de setembro, o major Clementino marchou com todas as suas forças contra os rebeldes que se encontravam na Mata da Conceição e teve um encontro com eles no Baixão. Esse comandante da força legal investiu impetuosamente contra os balaios, que também responderam com denodo e valentia. A luta tornou-se encarniçada e feroz. O major Clementino, que já vislumbrava mais uma vitória, foi ferido gravemente no baixo-ventre, sucumbindo pouco depois, com o profundo pesar de seus comandados. O inimigo abandonou o campo, deixando 9 mortos e 30 feridos. Entretanto, a morte do major Clementino ocasionou uma lacuna nas forças imperiais de difícil preenchimento.

Em 9 de outubro, Raimundo Gomes entrou novamente em Caxias à frente de 2.000 rebeldes. Pela segunda vez, a população da cidade presenciou horrorosas cenas. Parte de seus habitantes comprou a própria vida e as dos seus a peso de dinheiro; outros morreram a golpes dos celerados. Depois de haverem saqueado pela segunda vez a rica cidade, os rebeldes a abandonaram.

Em São Luís, acusavam severamente de fracasso o comandante em chefe, tenente-coronel Francisco Sérgio de Oliveira. Entretanto, o major Manoel Clementino, que atravessara o Parnaíba, ordenado pelo presidente do Piauí, conseguiu bater os balaios em Manga e em Veado, desalojando-os de Pastos Bons, Mirador, Passagem Franca e São José dos Matões. Subiu depois para colaborar na expulsão dos rebeldes em Caxias, que, porém, voltou a cair em mãos destes, acarretando então pesadas represálias.

A imprensa da capital abriu suas colunas contra o Governo Imperial, contra o presidente da Província e, principalmente, contra o comandante das Armas. “Forte azêmola cá nos mandaram”, bradou o jornal *O despertador*, de

27 de setembro de 1839, ressaltando a incompetência do tenente-coronel Sérgio de Oliveira “espantalho militar; uma nulidade na sua profissão”.

A luta generalizou-se; brigava-se com crueza e ferocidade por toda a zona oriental do Maranhão. Os balaios foram derrotados em Formiga, Boa Vista, Mandacuru, Cajueiro, Pindoba, Lagoa do Carneiro e Buriti Cortado, da mesma forma em Bacabal e Barro Vermelho.

A fereza da disputa aumentava, e os combates tornavam-se cada vez mais sangrentos. Em Maravilha, Nazaré, Areias, Ribeira, Guanaré Grande, Moquém e no Riacho Coroatá, os sediciosos foram derrotados, mas se desforraram em Lagoa do Morcego e Anajá.

O Governo estava tenso; não havia um plano militar. Lutava-se e voltava-se a combater nas mesmas localidades, e os balaios pareciam renascer dos próprios cadáveres de seus companheiros. Por fim, o presidente e o comandante das Armas se desavieram, acossados ambos pelos virulentos ataques da imprensa da província, ocasionando eco alarmante na Corte.

Em 2 de dezembro de 1839, era Antônio de Sampaio promovido ao posto de tenente para o 7º Batalhão de Caçadores, do Pará. O conceito desfrutado entre seus superiores, por ser tão grande, possibilitava adivinhar o futuro promissor desse predestinado soldado do império.

Contava ele com vinte nove anos e meio de idade e nove de serviço.

Por essa ocasião, o Governo Imperial, reconhecendo o agravamento constante e crescente da situação maranhense, resolveu nomear a 12 de dezembro de 1839 o coronel de Infantaria Luiz Alves de Lima e Silva presidente da Província do Maranhão e comandante das Armas, cumulativamente.

Abria-se, por fim, a terceira e última fase da campanha da Balaiada. O coronel Luiz Alves de Lima e Silva tomou posse no Governo na sexta-feira, 7 de fevereiro de 1840, como o décimo presidente do Maranhão. Ao assumir seu elevado cargo, o coronel Alves de Lima fez publicar em seguida uma proclamação na qual se lia a célebre frase: “Maranhenses! Mais militar que político, eu quero até ignorar os nomes dos partidos que entre vós existem!”

Organizou seu instrumento de ação: a Divisão Pacificadora do Norte, composta de colunas volantes, as quais deveriam operar nos pontos convenientes para dar caça aos revoltosos, que se moviam rapidamente, impelidos sempre pela insânia das depredações.

Logo tratou de restabelecer a ordem administrativa e pôr termo às desinteligências políticas que tanto haviam concorrido para a situação na

qual se encontrava a província. Somente depois disso, o novo Governo entrou de fato no exercício do Comando das Armas.

Dividiu sua tropa, já em total de 8.000 homens, em 3 colunas. A primeira passou a ocupar a área entre Caxias e Pastos Bons, às ordens do tenente-coronel Francisco Sérgio de Oliveira; a segunda, sob o comando do tenente-coronel José Tomás Henrique, foi responsável pelo setor de Vargem Grande e Brejo e a terceira, sob a chefia do tenente-coronel Luís Antônio Paula, depois do major Feliciano Antônio Falcão, ocupar-se-ia da zona entre Icatu e Miritiba.

O plano era fazer convergir sobre o Brejo, onde se encontravam os balaios, enquanto a reserva estratégica evitaria a fuga dos que escapassem ao cerco. Para isso, foi deixado o tenente-coronel Manuel de Sousa Pinto de Magalhães à frente da guarnição de São Luís. Reforçaram-se as de Parnaíba, no Piauí; Tutoia, Preá, Icatu, Rosário, Itapecuru Mirim, Aldeia Velha, Mearim, Anajatuba, Santo Antônio, Caxias, Vargem Grande, Rio Alpercatas e Pastos Bons, no Maranhão.

Entretanto, os revoltosos, com astúcia, assaltaram Miritiba, em momento no qual a movimentação das tropas lhes ofereceu melhor oportunidade. Contavam os balaios com cerca de 9.000 homens em armas, inclusive os negros de D. Cosme.

Na ocupação de Codó, no dia 25 de dezembro de 1839, ocorreram dois encontros, nos quais os balaios tiveram dois mortos e seis prisioneiros. O tenente Antônio de Sampaio destacou-se bastante na ação. Codó era uma vila da margem esquerda do Itapecuru Mirim, distante 60 léguas da capital, a 600 braças do rio que lhe dá o nome. Foi elevada à vila em 19 de abril de 1833. Localizada abaixo da cidade de Caxias, é o ponto mais comercial e importante da Ribeira do Itapecuru. Na época, era parada do 22º Batalhão de Caçadores da Guarda Nacional. A população acusada era de 8.200 habitantes, sendo 3.700 brancos e o restante escravos.

Nos últimos dias de dezembro de 1839, o tenente-coronel Francisco Sérgio de Oliveira marchou sobre Caxias. A importante posição fora ocupada pelos balaios. Estes, diante da pressão da força legal, não resistiram, mas deixaram nas ruas e nos lares a terrível marca de sua ferocidade. A cidade ficara arrasada, com tudo saqueado. Dada a importância do ponto, o coronel Alves de Lima e Silva determinou que a posição fosse fortificada e bem guardada. Para a cidade foi alguma artilharia, armamento suficiente, provisões e um engenheiro para dar às obras de fortificação um cunho de rigor.

Isso evitou que o importante centro tornasse a ser objeto de qualquer nova tentativa dos balaios.

Já, no final de 1839, uma séria divergência surgiu entre o tenente-coronel Sérgio de Oliveira e o presidente da província, Manoel Felizardo de Sousa e Melo, capitão do Exército. Com a posse da Presidência do coronel Luiz Alves de Lima e Silva, em 7 de fevereiro de 1840, Sérgio de Oliveira, coronel de 2 de dezembro de 1839, deixara o comando em chefe das forças e assumiu o da 1ª Coluna, que logo marchou para a cidade de Caxias, ocupada pelos rebeldes, conseguindo recuperá-la.

Depois da ocupação desta, em 23 de janeiro de 1840, o inimigo fugiu e ocupou várias fazendas em torno da cidade. Na jornada de 28, uma partida comandada pelo tenente-coronel Francisco Dias Carneiro conseguiu debandar considerável força dos rebeldes que, sob o comando de Ruivo, fugira daquela cidade e achava-se reunida na Fazenda Monteiro. Os sediciosos sofreram as seguintes baixas: 18 mortos, 13 prisioneiros, 17 cavalos, 3 mulas, 12 bois, além da apreensão de toda a bagagem. Fatal foi para o inimigo essa derrota, pois entre os mortos estavam dois de seus oficiais, bem como um entre os prisioneiros. Teve a tropa legal 1 soldado morto e 16 feridos, sendo 9 levemente, inclusive o tenente de Artilharia José Alves Pinto de Almeida.

Esse ano de 1840 haveria de ser afanoso para o tenente Antônio de Sampaio. Já conhecedor dos processos postos em prática pelos jagunços do Maranhão e dominando os recursos da tática de sua arma, participou de grande número de combates, sempre vitorioso.

Na quinta-feira, 30 de janeiro, o tenente Sampaio, com pequena partida para explorar as margens do Ouro, atacou os rebeldes no Bacabal, causando-lhes o prejuízo de três mortes e três prisioneiros.

Em meados de março de 1840, Raimundo Gomes e a gente de sua facção ocupavam excelente posição no Boqueirão, Baixa Fria, Olho d'Água e Tabuleiro, um pouco distante do Brejo. Na jornada da segunda-feira, 23 de março, foram destroçados pela partida comandada pelo tenente Antônio de Sampaio, pertencente à 1ª Coluna. Esses combates custaram à força legal o leve ferimento em três praças na sustentação de um vivo fogo por parte dos rebeldes. Estes tiveram as baixas de 2 mortos e 7 prisioneiros, os quais um intitulava-se capitão; outro, alferes, além da apreensão de 6 armas, 50 cartuchos, uma carga de balas e outra de enxofre e salitre. Raimundo Gomes procurou evadir-se, tomando a direção da Vila do Brejo, e a maior parte dos seus satélites atravessou

o Parnaíba. (Ordem do Dia nº 30, do Quartel do presidente e comandante das Armas do Maranhão, de 18 de abril de 1840).<sup>6</sup>

A Vila de Itapecuru Mirim foi escolhida para base de operações, logo provida dos necessários elementos. De lá, o comandante em chefe poderia socorrer eficazmente os pontos ameaçados, tratando ele de expedir partidas para Ribeira, Miritiba e outras localidades. Em breve, estas ficaram livres de seus cruéis ocupantes em razão da energia e perseverança das tropas imperiais, que não lhes davam trégua.

Na segunda-feira, 23 de março de 1840, Raimundo Gomes, um dos principais chefes da rebelião, com seus comandados foram batidos e desalojados das excelentes posições que ocupavam no Boqueirão, Baixa Fria, Olho d'Água e Tabuleiro por partida comandada pelo valente tenente Antônio de Sampaio, pertencente à 1ª Coluna, do coronel Sérgio de Oliveira. Depois desse ataque, aqueles facínoras evadiram-se e tomaram a direção do Brejo, atravessando o Parnaíba. (Ordem do Dia nº 30, de 18 de abril de 1840.)

O tenente Sampaio fazia parte da coluna que no princípio de maio fizera várias partidas na direção do Carnaubal, nas imediações de Cascavel e Calenque, onde os rebeldes foram destruídos.

Segundo o Relatório de 30 de abril de 1840, do ministro da Guerra, João Vieira de Carvalho, 1º Conde de Lajes, as forças do Exército, existentes na Província do Maranhão, constavam de 798 homens de Infantaria e 64 de Artilharia, além do 2º Batalhão de Artilharia a Pé, que para lá fora destacado. Aludia uma nota: “A maior parte desta força consiste de expedições de outras províncias.”

Ainda em sua exposição à Assembleia Geral Legislativa de 1840, o mesmo ministro da Guerra, referindo-se ao tópico *Comando das Armas*, afirmava:

O Governo ainda insta pela autorização, que na vossa última sessão vos pediu para poder nomear estes empregados naquelas províncias, onde forem necessários, e lembra a necessidade de um regimento próprio, em que se marquem com precisão suas atribuições, distinguindo os tempos de paz e de guerra, suas relações com as autoridades civis e judiciárias, e ajuda de custo por um tal exercício, parecendo muito justo que estas cresçam com a importância do serviço, e as distâncias forem maiores.

Referindo-se às sedições existentes nas Províncias do Maranhão, Santa Catarina e São Pedro do Rio Grande (farrapos), adiantou o ministro Conde de Lajes:

Ainda que lamentável tenha sido a necessidade de organizar forças militares extraordinárias naquelas províncias, o Governo respeitou a obrigação de aniquilar por meio dessas forças a rebelião, que infelizmente tem ali existido, e como medida preventiva, e auxiliar, cuidou igualmente em pôr em estado de defesa as fronteiras daquelas províncias pelos lados confinantes com as do Piauí, Ceará e São Paulo. No Maranhão tem o Governo organizado uma força suficientemente forte para lhe restituir a paz, e para ali tem convergido tropas do Pará, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba, Ceará, Alagoas e Bahia e o necessário fornecimento de armas, munições e tudo quanto é preciso à manutenção da mesma força. Os bandos, que têm hostilizado parte daquela Província, os quais jamais tiveram divisa política, foram ultimamente expelidos das margens do Itapecuru e da cidade de Caxias. Seus chefes estão, pela maior parte, mortos, ou arrependidos, e os restos vagam em diversas direções, procurando escapar-se das valentes tropas imperiais que ativamente os perseguem. Na data das últimas participações feitas naquela província existia como mais considerável grupo de dissidentes no Brejo, e para ali se dirigia o digno presidente da província com forças suficientes para estabelecer a ordem.

Combate de Carnaubal, sexta-feira, 8 de maio de 1840: Nos sangrentos encontros com a tropa da legalidade no Salitre, Rodeio, Capivara e Corredor, Raimundo Gomes sofreu duros reveses. Agora, no Carnaubal, entrincheirado na mata, longe da vista dos que passavam pela estrada lá embaixo, esperava recuperar-se das perdas sofridas e prevenir-se contra novos ataques.

Os homens que exerciam nas fazendas de origem o ofício de vaqueiro esfolavam bois laçados no campo para suprimento do bando; outros cortavam palmitos, ração preferida dos cavalos de montaria e dos burros de carga.

Na segunda jornada de permanência em Carnaubal, ocorreu episódio que deve ser contado.

Era meio-dia e muitos rebeldes, moídos de cansaço, com os estômagos refeitos do almoço, ressonavam sobre esteiras de animais estendidas no chão. O próprio Raimundo Gomes dormia a sono solto.

Subitamente, reboou um tiro na mata.

Os soldados gritaram para os que estavam de vigia. E correram todos a tomar seus trabucos e carabinas, saltando para as trincheiras.

Na situação que envolveu o acampamento, foi fácil perceber os passos de alguém que avançava apressadamente. Muitas bocas de armas apontavam

na direção do ruído. Iria começar o tiroteio quando surgiu, com expressão de pavor no rosto, um dos homens, que ficara de atalaia na orla da mata.

Mastigava, nervoso, a batata da teiú que guardava no bernal: “Uma ‘danada’ me mordeu! Matei ela com um tiro e comecei a engulir a batata santa que, abaixo de Deus, é quem salva a gente, como vocês sabem.”

E foi salvo, em verdade!

Grande calma no resto do dia.

Na manhã seguinte, apenas raiou o sol, um balaio acordou estremunhado porque a seus ouvidos chegaram sons longínquos de um clarim, tocando “vançar”: “Acordem! Aí vem a tropa do Governo!”

Todos esticaram os ouvidos para o som que vinha de longe, na asa do vento. João Pontaria advertiu, rindo: “Mas aquilo nunca foi toque de corneta! É o canto do curupião trepado nalgum pé de cajazeira.”

Todos riram do engano...

Eram duas da tarde. De súbito, as sentinelas avançadas abriram fogo. A tropa imperial iniciava o ataque. Sabiam os insurretos que o tenente Sampaio, comandante de uma partida, vinha combatendo-os havia vários meses. Conheciam o destemor e a bravura dele. Prepararam-se em vista disso para o combate decisivo, tomando posições.

A troca de tiros, fraca no início da investida, aumentou de volume à proporção que os homens de Sampaio conquistaram terreno, e os rebeldes se revelaram com seus tiros de carabinas, embeiradas no barro das trincheiras. Assim, protegidos, revidaram os tiros da tropa que ora se escondia atrás de troncos ou pedras, ora atacava de peito aberto. O inimigo começou a diminuir seus disparos como se estivesse atraindo os atacantes para uma emboscada fatal.

Enquanto isso, Sampaio e seus destemidos soldados deslocavam-se para a direita e para a esquerda, em cerrado tiroteio contra a posição dos balaios.

Depois de duas horas de fogo, a tropa de Sampaio investiu com fúria, obrigando o inimigo a fugir na direção da Barriguda. O saldo do ataque foi de um morto e vários prisioneiros.

Na sexta-feira, 22 de maio, saíram várias partidas de Morro Alegre, onde se encontrava uma força com o alferes Guilherme Leopoldo de Freitas, despachado em seguimento de Raimundo Gomes que, segundo constava, achava-se em Juçara — aldeiola perdida nas cabeceiras do Rio Munim, com meia dúzia de casas de palha, residências que eram de modestos caboclos.

Água pura corria-lhe dos planos, onde algumas juçaras justificavam-lhes a escolha do nome.

Era um lugar propício para repouso, com muito farto pasto para os animais. Aproveitou-se dele Raimundo Gomes a fim de refazer seu bando, já com muitos claros. Além do cansaço que a todos abatia, alguns de seus asseclas encontravam-se feridos; e o que era pior, sem recursos médicos.

Ele, que exercia sobre seus comandados invulgar ascendência, usava meios inteligentes para animá-los. Prometia-lhes o ouro encontrado nas fazendas a serem assaltadas. Disso tinha ele ciência pela boca dos escravos foragidos e cheios de ódio contra seus desalmados senhores.

As promessas do famoso chefe assanhavam no coração chucro de seus seguidores o instinto de rapina, acrescido do intenso desejo de riqueza.

Ali, em Juçara estavam eles estendidos em redes sujas, enquanto as mulheres — poucas — preparavam as refeições do bando. Ameaçados de morte se fugissem, os moradores do lugar entregavam-se de corpo e alma no trato dos cavalos amarrados às cercas ou à sombra das árvores.

Ao quartel-general da tropa do Governo chegaram notícias de que Raimundo Gomes encontrava-se na Vila de Currealinho, onde cometera toda a sorte de desatinos. Entretanto, um caboclo fugitivo revelou que o bando-leiro acampava em Juçara e ali recebia reforços de toda a parte.

Para Currealinho foi despachado imediatamente o alferes Guilherme Leopoldo de Freitas, chefiando uma partida. Ato contínuo, o tenente Antônio de Sampaio seguiu para Juçara à frente de uma segunda partida. Ambos receberam ordem de atacar de surpresa de modo a apanhar vivo ou morto o chefe rebelde.

Depois de exaustiva marcha, atingiu Sampaio as vizinhanças de Juçara.

Era manhã cedo. Logo percebeu que os balaios ainda dormiam e abriu fogo com todas as suas armas contra o reduto. Atordoados pela intensa fuzilaria, pouca resistência ofereceram os insurretos, que se dispersaram, em rápida fuga, pela mata adentro, deixando no acampamento 1 morto, 3 prisioneiros e 17 armas.<sup>7</sup>

A Ordem do Dia nº 48, da Divisão Pacificadora do Norte, consignava o seguinte:

A partida comandada pelo Sr. tenente Antônio de Sampaio, reunida à do alferes Chagas e ao destacamento de Morro Alegre, pertencentes à 1ª Coluna, explorando

Salitre, Capivara e Corredor, bateram no dia 2 de junho próximo passado os rebeldes desses lugares, capitaneados por Raimundo Gomes e por outros chefes. Desalojaram-nos desde Corredor até Carnaubal, onde estavam entrincheirados em denso cocal. Daí, fugiram para Barriguda, deixando um morto e alguns prisioneiros na ação que por duas horas sustentaram. Outra partida, comandada pelo Sr. tenente Adrião Rosendo Cantanhede, que procurava reunir-se ao tenente Sampaio, que estava no Retiro da Cruz, sabendo que no Bacabal<sup>8</sup> se achava o Tempestade, com mais de 300 homens, roubando a fazenda daquele sítio, dividiu sua partida por duas estradas, sofreu dos rebeldes enguerrilhados vivo fogo desde as sete horas da manhã até as duas da tarde, mas resistindo com valor, conseguiu debandá-los, ficando em seu poder 7 espingardas e 20 cavalos.

#### Segundo César Augusto Marques:

No domingo, 14 de junho de 1840, em Itapecuru, por ocasião da revolução dos balaios, por falta de pagamento do soldo sublevou-se a guarnição desta vila e prendeu alta noite os seus oficiais.

O presidente da província e comandante das Armas, coronel Lima e Silva, saiu da capital; apenas soube dessa ocorrência, no dia 16, a bordo do vapor *Fluminense* com destino a esta vila, onde chegou com 16 horas de viagem.

Não fosse essa revolta abafada tão rapidamente, ela acarretaria bem tristes consequências.<sup>9</sup>

Na sexta-feira, 19 de junho, a partida do tenente Sampaio, tendo-se encontrado na jornada com o bando dirigido por Raimundo Gomes, na Vereda, entre Munim e o Jaraguá, bateu-o fortemente, do que resultou na morte de 5 rebeldes, ferimento em muitos e a prisão de 8, além de algum armamento apreendido, 40 cavalos e alguns escravos, que foram enviados às fazendas vizinhas daqueles lugares, de onde haviam sido roubados. A partida teve 4 baixas, 1 morto e 3 feridos. De Vereda, seguiu o tenente Sampaio para Cantinho, onde constava achar-se o facínora Cândido (da Ordem do Dia nº 63 do Quartel do presidente e comandante das Armas de 12 de novembro de 1840, na cidade de Caxias).

O combate de Vereda, ocorrido na sexta-feira, 19 de junho, deu-se quando o tenente Sampaio desbaratou o bando de Raimundo Gomes; na terça-

feira, 23 do mesmo mês, novo sucesso teve a partida, comandada pelo oficial no lugar Cantinho contra o bando do balaio Cândido.

Em 24 de junho de 1840, o tenente-coronel Sérgio de Oliveira, do quartel da sua coluna de operações, na cidade de Caxias, dirigiu o seguinte ofício ao tenente Sampaio, comandante de uma partida de exploração:

Acuso recebido hoje o seu ofício de 21 do corrente, escrito de Rodeio, e inteirado do que ele contém tenho de agradecer-lhe e louvar o brioso desempenho que V. Sa. com a força de seu comando em tornar a perseguir o caudilho Raimundo Gomes e sua quadrilha que, além de seus enormes crimes, continua a perpetuar o incêndio, roubo e o assassinato em pessoas desarmadas no Morro Alegre; V. Sa. fará presente os meus agradecimentos ao Sr. capitão Manuel Inácio Cantanhede e a todos que concorreram para a debandada de semelhantes bandoleiros. Os cavalos tomados em ação devem ser remetidos para esta cidade e só serão entregues os que pertençam a alguns dos indivíduos da força de seu comando, outros donos que requeiram para então lhes ser entregues, assim como os escravos devem ser remetidos para a requerimento de seus senhores se lhes entregar. Espero os prósperos resultados da ação de V. Sa. foi dar no Cantinho, e assim em qualquer parte da Comarca que compete a V. Sa. se eles se tornarem a reunir. Como V. Sa. diz que eu resolva a respeito da força que aí existe, aguardo ordem do capitão Quadros que regresse a esta cidade e V. Sa. demore-se ainda algum tempo, até que sejam os rebeldes debandados inteiramente, e que da Vargem Grande se ponha um ponto no Cascavel, que eu requisitei ao Exmo. Sr. presidente, pretendo colocar os pontos em lugares que V. Sa. julgar conveniente, reunindo como está a sua força com a do alferes Chagas, faça a exploração desses matos, tendo sempre atenção que os rebeldes não se aproximem à margem do Itapecuru, e que os pontos estejam colocados em distância que, em caso de serem acometidos, possam socorrer-se mutuamente, e V. Sa. não sairá dos limites da comarca, senão em perseguição dos rebeldes e, concluído o serviço, voltará logo.

Os doentes que diz ter, mande-os para esta cidade, do contrário desfalcará nossas forças, porque os que saem desta para outras colunas são considerados excluídos dela.

Mande V. Sa. com brevidade o sargento Raimundo dos Prazeres Rocha para ser empregado na escrituração da Pagadoria. Informe-me da força que seja bastante para conservar a estrada das boiadas transitável, e os lugares que devam

ser ocupados, e qual o número, contando com sua força volante que percorra esses lugares que devem ser ocupados, e qual os efetivos, contando com sua força volante.

Constando-me que fazendas de escravatura aí existentes sem os senhores delas e seus feitores, peões e escravos auxiliam e servem aos bandoleiros, V. Sa. ou os envie para esta cidade, ou nomeie dentre eles um mais capaz, que lhes sirva de feitor e cuide dos interesses das fazendas, até que sejam disto avisado os senhores das mesmas, e V. Sa. ou os comandantes de pontos se incumbirão de vigiar se eles estão obedientes, e se trabalham, ordenando ao feitor que lhes comunique o que ocorrer em contrário a esta disposição.

Faça V. Sa. por prender os desertores que deles tiver notícia para serem remetidos e receber o castigo de seus crimes.

Deus Guarde a V. Sa.

Quartel do Comando da Coluna de Operações na cidade de Caxias, 24 de junho de 1840.

(a) Francisco Sérgio de Oliveira, tenente-coronel.

Joaquim de Jesus Dourado afirma:

Junho de 1840. A Balaiada está juncando de cruces os caminhos dos sertões maranhenses. Feitoria de Morro Azul.

A casa-grande, fincada no meio do pátio, era ampla e varrida dos ventos. Em semicírculo, as mansardas de babaçu dos escravos. À frente da casa, duas ou três árvores de copa escassa. Na retaguarda, os telheiros de arroz, milho e algodão. Mais longe, roçados a se perder de vista.

O sol despertava o sertão para a vida. Os escravos, ainda sonolentos, deixavam os casebres, tomando a direção da casa-grande, a fim de escutar a ordem dos trabalhos do dia; nos leitos começara o corte do arroz, e os grandes plantios da fazenda pareciam, brilhando ao sol no ouro dos cachos maduros, ao toque da brisa, um manto imenso de seda a se movimentar lentamente. No telhado da cozinha, sem paredes, mucamas, de músculos de homem, pilavam, a quatro mãos, em pilões de bocas enormes, o milho do cuscuz, do café e o arroz da travessa do almoço. Na casa do alambique fermentava, espumante, em gamelas de mais de quatro metros de comprimento, o sumo da mandioca destinado ao fabrico da tiquira. Vermes asquerosos movimentam-se dentro do amarelado líquido que, mais tarde, converter-se-ia na finíssima bebida, delícia dos escravos.

Tudo era quietude e paz, quando, de repente, apontou, longe, denso grupo de cavaleiros, os canos dos trabucos e clavinotes repontando sobre as cabeças altivas: Eram os balaios!

Logo, o temeroso bando irrompeu em galope estrepitoso, armas em riste, como se fosse para um combate de vida e morte. Soltando gritos medonhos, riscam os assaltantes à frente da casa-grande, em cujo alpendre ninguém permanecera. Soubera Raimundo Gomes, o mais perigoso dos bem-te-vis, que o dono da feitoria cedera, de bom grado, cavalos e mantimentos de boca à tropa federal que passara rumo do Brejo. Não só isto. Empréstara-lhe escravos que lhe servissem de guias pelos caminhos dos campos, de muitas trilhas, e difíceis de serem identificados pelos que palmilhassem pela vez primeira.

E, apressados na execução da cruel empresa, os facínoras saltaram dos cavalos, e começaram, de casa adentro, a chacina: estes ateavam fogo nos paióis; aqueles disparavam as lazarinhas contra os indefesos moradores; aqueles outros assassinavam, friamente, os escravos: homens, mulheres e crianças. Velha escrava, de olhos fundos e corpo recurvado, caía de joelhos, aos pés do cabra que lhe apontava a arma assassina, e de mãos postas, pediu-lhe, a voz trêmula: ‘Não mata, preta veia, sinhô, deixa a preta veia viver’.

Como resposta, o bárbaro assaltante pôs-lhe o cano da arma no descarnado peito e acionou o gatilho para o tiro fatal. O corpo da velha escrava rolou sobre os pés e caiu num baque surdo, banhado de sangue.

Incendiada a feitoria, mortos seus pacatos habitantes, o bando partiu sob densa nuvem de pó na direção do Iguará.<sup>10</sup>

O tenente Antônio de Sampaio, sabedor das atrocidades de Raimundo Gomes e de seu bando no Morro Alegre, partiu imediatamente em sua perseguição, conseguindo alcançá-lo e aos seus na sexta-feira, 19 de junho, no lugar Vereda, entre Munim e Iguará, e carregou sobre eles, desbaratando-os completamente. Temendo cair em poder da força legal, Raimundo Gomes, depois de hora e meia de resistência tenaz, sob açoitado fogo, fugiu, deixando toda a bagagem, 40 cavalos roubados às fazendas, escravos de ambos os sexos, 8 prisioneiros, e no campo 1 morto e 15 feridos, havendo da força legal 1 morto e 3 gravemente feridos. (Ordem do Dia nº 48, de 5 de julho de 1840, do comandante da Divisão Pacificadora do Norte).

Ainda em junho, o coronel Lima e Silva, à frente de 200 homens da 1ª Coluna, foi até Vargem Grande. Na ocasião, travou-se um combate com um

grupo de rebeldes na Lagoa Amarela. Encontrava-se ainda Lima e Silva em seu quartel-general de operações, em Vargem Grande, quando foi surpreendido por um despacho da Corte, o qual lhe informava a nova da Maioridade de D. Pedro II.

No mesmo instante, mandou que a tropa sob seu comando formasse em grande parada, e, aos brados de viva ao imperador, da sua alma de patriota exaltado, começaram as salvas de canhão.

Dia de grande júbilo! À tarde, o padre de Manga rezou no adro da igreja do morro, presente o grosso da tropa, um *Te Deum*.

Os sinos tocavam festivos. E a alegria da terra refletiu-se no céu, no esplendor faiscante das estrelas, naquela memorável noite de agosto de 1840.

Vargem Grande foi uma das primeiras cidades que não caíram ao assédio da horda de rebeldes.<sup>11</sup>

É possível que, durante a estada do coronel Lima e Silva na cidade de Caxias, tivesse o tenente Antônio de Sampaio a oportunidade de apresentar-se ao comandante da Divisão Pacificadora do Norte, já que o oficial cearense, renomado pelo seu destemor e bravura, era considerado um dos mais valerosos oficiais empenhados na campanha contra os balaaios.

Vargem Grande ou Vila de Manga do Iguará, povoação, freguesia, vila e município da Comarca de Itapecuru; foi nesse lugar criada em freguesia com a invocação de Santo Antônio de Manga do Iguará, pela Lei provincial nº 13, de 8 de maio de 1835. Foi também parada do Batalhão de Itapecuru nº 20 da Guarda Nacional, pertencente ao comando superior de Itapecuru Mirim. É voz corrente que existe uma montanha junto ao lugar Ourives que todos os anos sofre explosões, acompanhadas de violentos estrondos ouvidos à grande distância de até oito léguas, por cujo motivo lhe chama o povo o Morro de Arrebetado porque as explosões abrem grandes fendas em suas encostas, arrojando pedras com tanta força que até têm matado alguns animais.

Cita César Augusto Marques:

Desperta bem triste recordação a história desta vila porque foi nela que em 13 de setembro de 1838 se apresentou Raimundo Gomes, homem de cor escura, e, acompanhado de nove de sua raça, arrombou a cadeia da vila, soltou os criminosos, e daí partiu o facho da revolução do balaio, sem importância em seu princípio, feroz em seu desenvolvimento, e que só terminou depois de deixar muitas famílias na mais completa miséria, a província coberta de luto e de dor em todos os corações.

Raimundo Gomes, humilde boiadeiro do Arique que sem querer dera início ao movimento de tamanha envergadura, tentou inutilmente uma reação, reunindo suas últimas forças, e buscou desesperadamente o auxílio de Matrauá, velho caudilho das lutas da Independência. Entretanto, tudo estava consumido. Condenado ao desterro em São Paulo, morreu na viagem, ignorando a valia do seu gesto e o que viria a representar na história do Maranhão.

Em ofício de 21 de julho de 1840, o coronel Luiz Alves de Lima e Silva participava ao ministro da Guerra, brigadeiro Salvador José Maciel, a atuação do tenente Sampaio nos seguintes termos:

A partida comandada pelo tenente Antônio de Sampaio, reunida com a do alferes Chagas e o destacamento do Morro Alegre, que pertence à Primeira Coluna e explorava os lugares Salitre, Rodeio, Capivara e Corredor, bateu os rebeldes que tinham como chefe Raimundo Gomes. Alguns rebeldes foram mortos e outros presos. (Arquivo Nacional, Caixa 808 *O Duque de Caxias no Maranhão*).

Em ofício de 1º de julho de 1840, o tenente-coronel Francisco Sérgio de Oliveira, comandante da 1ª Coluna em Operações em Caxias, dizia ao tenente Antônio de Sampaio:

Tendo recebido seus dois ofícios de hoje, e inteirado de seus conteúdos, respondo em que Ordem do Dia tenho agradecido e louvado o seu empenho com que tem sabido atacar e perseguir os rebeldes no mês de junho último em três ataques, tornando-se V. Sa. cada vez mais merecedor da minha confiança e das Graças do Governo. (Arquivo Histórico do Exército).

Consciente de seu valor, pronto para todas as missões difíceis, Sampaio não se olvidava, todavia, de cobrar de seus superiores, de quem dependia diretamente, o reconhecimento de suas atuações. Disso ele fazia ponto básico. Mais tarde, já conhecido sobejamente, dirigiria petições ao próprio imperador, pedindo graças de que se julgava merecedor. Isso foi traço marcante de sua personalidade. Parece que tinha pressa em galgar todos os postos que a profissão lhe dava direito, calçado nos feitos invulgares nos campos de ação, onde era o exemplo vivo para seus subordinados, que muito o estimavam.

Na jornada da terça-feira, 20 de outubro de 1840, o tenente Sampaio, à frente de uma partida de 100 praças, pertencentes à 1ª Coluna, encontrou-se na

Fazenda Santo Antônio com 300 salteadores, restante dos 1.200 que foram derrotados no ataque de Pastos Bons empreendido pelo Sr. coronel Diogo Lopes de Araújo Salles e o primeiro-tenente Isidoro José da Rocha Brasil, de que fizera menção a Ordem do Dia nº 59, e que, capitaneados pelo intitulado major Pio, desceram para essa comarca.

Na jornada da sexta-feira, 6 de novembro de 1840, o tenente Sampaio, comandando outra partida de 30 praças, reuniu-se na Feitoria das Freicheiras com uma força de 100 homens do alferes Guilherme Leopoldo de Freitas, também pertencente à 1ª Coluna, o qual já havia debandado alguns grupos de rebeldes, com prejuízo para eles de três mortos e alguns feridos, e, marchando juntos as duas partidas pela Mata do Brejo e vencendo vários obstáculos, chegaram à Fazenda Veado; aí dissolveram dois acampamentos inimigos com mais de 300 barracas, que foram incendiadas.

Receando o tenente Sampaio que os salteadores se furtassem ao combate, mandou que o alferes Alfredo Chaves, com alguns homens, fosse lhes cortar a saída pela Fazenda Contendas, e, começando o fogo, morreram naquele sítio os intitulados major Pedro Polidoro, alferes Francisco José da Silva de Moraes e mais cinco salteadores; muitos foram os feridos, a julgar-se pelos vestígios de sangue que deixaram. Procurando os fugitivos a Fazenda São João, do Mesquita, para descansar, foram os rebeldes recebidos com o fogo da partida do tenente Sampaio, e ali morreu o intitulado capitão João Sapateiro e mais três salteadores; muitos foram os feridos, fugindo os balaios em completa debandada. (Ordem do Dia nº 63, do Quartel da Presidência e Comando das Armas na cidade de Caxias, 12 de novembro de 1840).

A Ordem do Dia nº 63, de 12 de novembro de 1840, registra:

Nesse sítio, travou-se o combate e, fugindo os bandidos da nossa partida, os seguiu até o Rio Itapecuru e, no lugar denominado Seco das Mulatas, carregou de novo vigorosamente sobre eles que, após curta resistência, recuaram até a Mata do Salgado, deixando em todo o caminho 30 mortos e, além desta perda, ficaram em poder dos nossos 15 armas, alguns cavalos, 1 prisioneiro e 2 mulheres dos fugitivos que, sempre acossados, entregaram-se 6 para escapar com vida.

O professor José Ribeiro do Amaral relata:

A fim de reconhecer de perto, a real situação da grande Comarca de Caxias — porta de oiro do sertão maranhense — o coronel Luiz Alves de Lima e Silva deixou

São Luís na segunda-feira, 12 de outubro de 1840. Viajando, parte em modesta gambarra até onde lhe permitia as águas do Rio Itapecuru Mirim, parte a cavalo, jornada através de terras conflagradas foi longa e penosa, com não pequeno perigo à própria vida.

Foi o coronel Alves de Lima e Silva recebido na segunda capital da província com todas as demonstrações de alegria, não só pela tropa da 1ª Coluna, comandada pelo tenente-coronel Francisco Sérgio de Oliveira, ali acampada, como também pelos habitantes, ainda cobertos de luto, e que, apesar disso, festejaram com três noites de luminárias a primeira visita de um presidente àquela cidade do sertão, que um ano antes estivera salpicada de sangue, de cadáveres insepultos e vira suas casas servidas de abrigo aos salteadores.<sup>12</sup>

Por essa época, era o tenente Antônio de Sampaio nomeado comandante do destacamento da Vila de Passagem Franca. Relatando sem a proverbial concisão das ordens militares, o monsenhor Joaquim de Jesus Dourado, maranhense e conhecido historiador, escrevia:

Fazenda Santo Antônio. Alto sertão, Município de Pastos Bons.

No pátio da fazenda, centenas de cavalos, peados de pé e mão, tosam a grama que o gado não comeu. De quando em quando um relincho. Outros se sucedem nervosos. Os cavalos erguem o dorso ensofrido [sic], olhos esticados para o fim do pátio onde passa, aos pinotes, um pequeno lote de animais de cria.

Na casa da fazenda, os parapeitos cobertos de sela e arreios. No alpendre, sentados uns, recostados à parede outros, mais de 300 rebeldes balaios. Estão cansados, e a seu tanto aborrecidos.

A derrota de Pastos Bons, que lhes reduzira o elevado número de 1.200 homens para aquele resto de combatentes, destilara-lhes no coração fel bem amargo. Lá ficaram mortos dois valentes companheiros e até parentes próximos. Muitos outros eram agora prisioneiros do coronel Diogo Lopes de Araújo. Havia oferecido resistência hercúlea, mas a união das forças do coronel Diogo com os aguerridos soldados do tenente Isidoro da Rocha castigou-os de modo brutal, obrigando-os à fuga desesperada.

Mais de 20 reses foram abatidas para o almoço do dia. Na cozinha, as mulheres que acompanham o grupo pilam arroz, passam café ou atiçam os panelões de carne. Balaios em redes armadas no corredor, alguns rebeldes gemem, feridos. Os demais enchem de balas os bornais ou limpam os pesados trabucos. Sabem,

por experiência, que o inimigo não descansa. Em verdade, no quartel da Força Imperial, o comando deseja que não se deixem os insurretos em repouso. Chegam, além disso, notícias de que eles estão na Fazenda Santo Antônio, recuperando-se do fracasso. Sabe o comando da legalidade que o tigre, ainda ferido, resiste e ataca.

Por outro lado, Sampaio vem demonstrando, desde o princípio da campanha, ser o homem indicado para o ataque aos rebeldes acampados na Fazenda Santo Antônio.

Por incrível que pareça, a partida que Sampaio deveria comandar constava apenas de 100 praças. É bem verdade que todos os soldados de 1ª linha, isto é, destemidos e experientes no fogo das refregas.

Ouve-se um tropel de cavalos na estrada. É a partida de Sampaio que sai. Havia os rebeldes deixado dentro do mato, à certa distância da fazenda, uma sentinela, que devia disparar sua arma à aproximação de qualquer tropa da legalidade e escapular para o acampamento.

Na casa da fazenda foi ouvido, de repente, um tiro disparado, seguido de curto tiroteio. Ao disparar a sentinela sua arma, os homens de Sampaio fuzilaram a mata na direção de onde partira o tiro. Sem resposta, prosseguiram cautelosos. Não demorou, apareceu adiante o pátio da Fazenda Santo Antônio.

Já os rebeldes, escondidos atrás do parapeito, começaram a atirar. Sampaio dividiu seus homens em pequenos grupos de combate e arremeteu decidido, deixando livre a saída da estrada, do lado oposto do ataque.

Travado este, eis que, subitamente, os rebeldes começaram a fugir a toda pressa nos seus árdegos cavalos, enquanto Sampaio dava ordens a seus homens para que os perseguissem. Saem estes em sua perseguição até alcançá-los na margem do Rio Itapecuru, no lugar denominado Seco das Mulatas, onde carregam sobre eles sem perda de tempo. Os fugitivos tomaram, incontinentemente, posição de defesa. Mas, pressionados pela chusma de balas que lhes atingiam os corpos, infligindo-lhes baixas, retrocederam para a mata do Salgado, onde se embrenharam, deixando 30 mortos, duas mulheres, muitas armas e vários cavalos.

Tão assinalado feito deu motivo a que Sampaio merecesse elogiosa citação de combate, em acréscimo às muitas que já recebera desde o início de sua participação na balaiada.<sup>13</sup>

Em janeiro de 1841, dois árduos anos se haviam escoado e mais de 10.000 homens haviam pegado em armas. Mais uma vez o povo era traído, sacrificado

às ambições e vaidades de meia dúzia de políticos. Em 19 de janeiro, o coronel Luiz Alves de Lima, presidente do Maranhão e comandante das Armas e da Divisão Pacificadora do Norte, declarava pacificada a província.

Toda a razão assiste a Caio Mendia ao formular a seguinte quadra, como sátira popular, que declarava:

A lei é teia de aranha,  
meu pouco saber explica:  
não a teme a gente rica  
e todo aquele que manda,  
pois rasga-a o bicho que é grande  
e só o pequeno fica.

A histórica Ordem do Dia nº 68, do coronel Luiz Alves de Lima, de 19 de janeiro de 1841, declarava que a Província do Maranhão estava definitivamente pacificada, com o término da sangrenta luta.

Quartel-General da Presidência e Comando das Armas na cidade de São Luís, 19 de janeiro de 1841.

S. Excia. o Sr. coronel, presidente e comandante das Armas da Província do Maranhão tem a satisfação de anunciar à Divisão Pacificadora de seu comando que findou a guerra contra os rebeldes nesta província. Perseguidos constantemente em todos os lugares pela tropa da legalidade e derrotados sempre em todos os combates, esgotados todos os seus recursos e cheios de remorsos, os rebeldes depuseram finalmente as fraticidas armas, abrigando-se à benéfica sombra da anistia, que tão liberalmente lhes foi outorgada pelo nosso magnânimo imperador. Mais de 3.500, com seus respectivos caudilhos, se têm apresentado nos últimos dias em diferentes pontos, e o seu denominado comandante em chefe, Raimundo Gomes Vieira Jutahy, apresentou-se também em Miritiba no dia 15 do corrente ao Exmo. Sr., que dois dias antes, no Icatu, tinha mandado desfilar em sua presença para deporem as armas o chefe Pedrosa com mais de 800 sequazes. Não havendo, pois, nesta província um só grupo de rebeldes armados e desejando S. Excia. aliviar desde já a lavoura dos gravames que tem sofrido durante a guerra, manda que os corpos provisórios, que são compostos de praças de 1ª Linha, sejam imediatamente reduzidos à metade de sua força, licenciando-se a outra metade pelo que diz respeito a praças de pré,

sem vencimento algum, dando-se preferência aos administradores, feitores, vaqueiros, mestres de barcos, que porventura ainda estejam servindo e, depois destes, os casados, viúvos com filhos, e os que há mais tempo servem e melhores serviços têm prestado.

Outrossim, ordena o mesmo Exmo. Sr. que os seguintes pontos militares fiquem reduzidos à força, que lhes vai designada a saber: Miritiba, 1 capitão, 2 subalternos, 2 sargentos, 4 cabos, 1 corneteiro e 46 soldados; Viana, 1 subalterno, 1 sargento, 2 cabos e 18 soldados; Bragança, 1 sargento, 2 cabos e 12 soldados; Estiva, Quebra-Potes e Vila do Paço, 1 sargento, 2 cabos e 12 soldados; Guarapiranga, Anajatuba etc., 1 sargento, 1 cabo e 12 soldados, ficando desde já dispensados os correios.

(a) Manuel de Souza Pinto de Magalhães, coronel encarregado da Repartição do Ajudante e Quartel-Mestre General.

Depois das providências tomadas em São Luís, o coronel Luiz Alves de Lima e Silva solicitou dispensa dos cargos de presidente e comandante das Armas.

Pela Carta Imperial de 2 de abril de 1841, o imperador atendeu-o. E a 13 de maio transmitia o cargo ao sucessor, bacharel João Antônio de Miranda, 11º presidente do Maranhão.

Em seu Relatório relativo à repressão da sedição da Balaiada, o ministro da Guerra, deputado José Clemente Pereira, assinalava o efetivo disponível da tropa existente no Maranhão, que era o seguinte:

Caçadores de Linha . . . . .	387
Artilharia . . . . .	382
Depósito (reserva à disposição do Cmdo) . . . . .	1.780
Guarda Nacional . . . . .	2.661

Sobre o Comando das Armas, relatava o ministro José Clemente:

Os frequentes conflitos de jurisdição suscitados entre os comandos das Armas e os presidentes têm obrigado o Governo a reunir os dois lugares em a mesma pessoa nas províncias onde as circunstâncias exigem que a ação da Força Armada pudesse obrar livremente de qualquer obstáculo.

Mas esta acumulação de jurisdição absolutamente diversa se favorece o serviço

militar, prejudica consideravelmente o outro ramo do serviço público. Estas graves considerações fazem lembrar a necessidade de definir as atribuições dos comandantes das Armas, por forma que possam obrar livremente sem encontrar embaraços na autoridade dos presidentes, salva a superintendência que a estes deve essencialmente competir sobre todas as outras autoridades da província. As gratificações concedidas aos mesmos comandantes não são suficientes para o decente tratamento que sua elevada categoria requer, como a vossa experiência não poderá deixar de reconhecer.

Sobre o recrutamento, dizia o ministro:

Cabe aqui ponderar a necessidade de uma Lei de Recrutamento que remova as dificuldades que oferecem as Instruções de 10 de julho de 1822, tão cheias de isenções, aumentadas pelas da Guarda Nacional, que apenas deixam sujeitos ao recrutamento indivíduos pobres e vadios, criando-se por esta forma um Exército que não pode ser o que mais convém ao Império! E este mal começa já a sentir-se, pois que os corpos do mesmo Exército ressentem-se da falta de oficiais inferiores por ser impossível encontrar-se entre os recrutados quem esteja nas circunstâncias de poder ser nomeado para tais postos. Dignai-vos, senhores, fazendo uma Lei de Recrutamento capaz de dar ao Exército soldados de todas as classes, que pela Constituição nenhuma é excetuada: e só por esta forma poderá ele defender o Império interna e externamente e praticar feitos gloriosos, dignos dele e do nome brasileiro.

Em 3 de abril de 1841, o ministro da Guerra, José Clemente Pereira, baixava o Decreto nº 72, que criava o Livro Mestre, na Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, para matrícula de todos os oficiais do Exército. Mencionava o documento:

Queremos assegurar aos oficiais do Imperial Exército a certeza de seus sucessos, sem o inconveniente de preterições, que é das intenções de Minha Indefectível justiça se não pratiquem: Hei por bem ordenar, que na Secretaria d'Estado dos Negócios da Guerra se crie hum Livro Mestre, no qual se matriculem todos os oficiais do mesmo Exército, lançando nele suas promoções, e notas de seu bom ou mau serviço, segundo as instruções que com este baixam, assinadas por José Clemente Pereira, do Meu Conselho, ministro e secretário d'Estado dos Negócios

da Guerra, o qual o tenha assim entendido, e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro, em três de abril de mil oitocentos e quarenta e hum, vigésimo da Independência e do Império.

Com a Rubrica de Sua majestade o imperador.

(a) José Clemente Pereira.

Em maio de 1841, pouco depois de ser dada por terminada a campanha dos balaios, o Exército Imperial tinha em armas 21.974 homens.

Em 5 de junho de 1841, o tenente Sampaio era nomeado comandante do Destacamento da Vila de Passagem Franca; pouco depois, por necessidade do serviço, assumia o comando das forças que guarneciam a Vila de Pastos Bons, mais ao sul da província. Assumiu em 6 de julho do mesmo ano, de acordo com a Ordem do Dia nº 8, da mesma data.

Sobre Passagem Franca, distante 128 léguas da capital e 48 da cidade de Caxias, onde o comandante da 1ª Coluna tinha seu quartel, escreveu César Augusto de Mesquita em 1970:

Sem ter tido aumento no passado e nem esperanças de haver no futuro, esta vila participa da sorte de quase todas as povoações do interior, as quais, não obstante algumas condições favoráveis, se debatem contudo na miséria e decadência por causa das dificuldades dos meios de transporte.

Foi parada do 29º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional. O município pertence à Comarca de Pastos Bons e se compõe da Freguesia de São Sebastião da Passagem Franca, sede do município, e da de Nossa Senhora da Conceição da Manga, que é o 2º distrito. Dista de Caxias 58 léguas, da qual foi desmembrada. A comarca, composta dos municípios de Pastos Bons e Passagem Franca, foi criada por Lei provincial nº 7, de 29 de abril de 1835. O município se compõe das freguesias de S. Bento de Pastos Bons e S. Félix das Balsas.

Na sedição dos balaios, em 8 de março de 1838 foi tomada por 500 sectários da revolução, que arrombaram a cadeia, queimaram o tronco, apoderaram-se de muitas casas, fizeram algumas mortes, roubaram, incendiaram e assaltaram toda a comarca, deixando apenas sua matriz, chamada pelo falecido presidente Olímpio Machado<sup>14</sup> ‘o melhor templo do interior’.

Em 27 de agosto, era o tenente Antônio de Sampaio exonerado do comando da Vila de Pastos Bons e assumia o comando das forças destacadas na

Vila da Chapadinha, pertencentes ao 7º Batalhão de Caçadores. Em 24 de agosto de 1841, a Lei nº 190 fixava as forças para o ano de 1842-43.

O Exército passaria a contar com 13.000 homens de Pré, de 1ª Linha em circunstâncias ordinárias, e de 16.000 em extraordinárias; 2.000 praças de Pré fora de Linha, além de 4 companhias de Artífices.

Em 16 de outubro do mesmo ano de 1841, a Lei nº 224 mandava executar a Resolução da Assembleia Geral Legislativa, que autorizava o Governo a destacar até 5.000 homens da Guarda Nacional a fim de suprir a falta de Força de Linha nos lugares onde seria preciso.

Pouco depois, o Decreto nº 244, de 30 de novembro, autorizava o Governo a criar nas imediações da Corte um Asilo para Inválidos da Pátria. Segundo o Art. 2º dessa lei, só poderiam ser admitidos no Asilo de Inválidos indivíduos militares do Exército do Brasil que, por ferimentos ou moléstias adquiridas em consequência dos trabalhos e fadigas do serviço, se achassem inabilitados para continuarem a servir e prover por outros meios seu necessário sustento; assinava o documento o ministro José Clemente Pereira.

Segundo uma tabela fixada para o ano de 1841, um capitão tinha de soldo 50\$000, além de uma gratificação de 10\$000.

Em Ofício nº 1.353, de 25 de outubro de 1841, o presidente e comandante das Armas do Maranhão ordenava o regresso do tenente Antônio de Sampaio a seu batalhão de origem. Na data, era o 7º de Caçadores. Entretanto, as exigências do serviço retiveram-no por mais algum tempo no comando do destacamento que guarnecia Passagem Franca.

Em Aviso da Secretaria da Guerra, de 7 de outubro de 1841, o major Feliciano Antônio de Barros Falcão tornava-se comandante do 7º Batalhão de Caçadores de 1ª Linha; a Unidade tinha sua parada em operações na cidade de Caxias. Esse 7º Batalhão de Caçadores era originário do antigo 23º Batalhão da mesma designação da organização, de 24 de dezembro de 1824, na cidade de São Luís.

Quando estava ainda no Comando do Destacamento de Passagem Franca, o tenente Sampaio recebeu o seguinte ofício do tenente-coronel José Vicente de Amorim Bezerra, então comandante da Guarnição de Caxias:

Foi recebido neste Comando o seu ofício de 30 de novembro findo a respeito dos esclarecimentos que pede quanto aos fornecimentos; direi que oportunamente

ser-lhe-ão remetidos as convenientes ordens; no entanto prossiga Vossa Mercê com o mesmo objetivo como até a presente data.

Foram remetidos os 22 presos recrutados de que constam do seu ofício de 1º do corrente, voltando a escolta que os acompanhou.

Deus Guarde a Vossa Mercê.

Quartel da Guarnição de Caxias, 12 de dezembro de 1841.

Em ofício de 17 de dezembro de 1841, o tenente-coronel Feliciano Antônio Falcão comunicava ao tenente Sampaio que em 15 do mesmo mês assumira o Comando da Guarnição de Caxias e que na data lhe fora presente o ofício no qual o tenente Sampaio remetera 43 recrutados ao qual ele se referia. Pedia a Sampaio que operasse com toda a diligência na continuação do recrutamento em face do que o exigia o coronel comandante das Armas.

Em adendo, foi feito o seguinte esclarecimento:

O Artigo 9º das Instruções de 10 de julho de 1822 isenta do recrutamento os tropeiros e boiadeiros; por isso o tenente Sampaio devia isentar os indivíduos que estivessem nestas circunstâncias; e isso mesmo deveria divulgar que os indivíduos que estivessem nestas situações não corriam o risco de serem perseguidos.

Em dezembro de 1841, o efetivo do Exército Imperial atingia o nível de 24.172 homens, sendo 17.023 de 1ª Linha; 1.769 fora de Linha e 5.380 da Guarda Nacional convocada; desse efetivo, mais da metade — 15.545 — achava-se na Província do Rio Grande do Sul, na luta contra a Revolução Farroupilha; seguindo depois o Rio de Janeiro, com 2.398; Pernambuco, com 1.492; Maranhão, com 1.448, e Pará, com 1.302; o restante encontrava-se nas outras províncias.

No final do ano de 1841, em Decreto de 1º de dezembro, era mandado organizar no prazo de um ano o Quadro dos Oficiais do Exército e da Armada, com a designação do número que deveria haver em cada posto e marcando os soldos e mais vantagens dos mesmos oficiais.

Regulava a lei:

Hei por bem sancionar e mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembleia Geral Legislativa,

Art. 1º O Governo, dentro do prazo de um ano que correrá da data desta lei, organizará o Quadro dos Oficiais do Exército e o da Armada, marcando o número que deve haver em cada posto e distribuindo os oficiais existentes em

quatro classes, a saber: primeira, dos oficiais efetivos, que constituirão os Quadros do Exército e Armada; segunda, dos oficiais agregados; terceira, dos oficiais avulsos; quarta, dos oficiais reformados.

§ 1º Só poderão pertencer à primeira classe os oficiais capazes de todo o serviço de paz e de guerra. Os que estiverem nestas circunstâncias e excederem os limites do respectivo quadro ficarão na segunda classe e na terceira os que puderem ainda prestar serviços moderados ou não estiverem em circunstâncias de obter reforma.

§ 2º A qualificação e distribuição dos oficiais se farão públicas em ordens do dia.

Art. 2º Depois de organizados os quadros de que trata essa lei, começarão a ter vigor as seguintes disposições.

§ 1º Quando o Governo entender que deve passar algum oficial da primeira para a segunda classe, o não poderá fazer, senão em virtude de decreto e por algum dos motivos seguintes:

1º Estar empregado por mais de um ano em serviço alheio de sua profissão; 2º Moléstia continuada por mais de um ano que o impossibilite para prestar serviço ativo; 3º Achar-se prisioneiro de guerra e estar por isso ausente por mais de um ano.

§ 2º Os oficiais da quarta classe não poderão voltar para alguma das outras nem os da terceira para alguma das duas primeiras; mas nenhum oficial passará para a classe dos avulsos senão por decreto do Governo e por algum dos motivos seguintes:

1º Enfermidade incurável declarada tal por uma Junta de Facultativos;

2º Falta grave de serviço ou contrária à disciplina militar pela qual seja o oficial condenado a um ano ou mais de prisão.

§ 3º O Governo poderá reformar qualquer oficial por motivo do mau comportamento habitual, ouvido primeiramente a opinião de um Conselho de Inquirição, composto de três oficiais de patente igual, ou superior, e precedendo Consulta do Conselho Supremo Militar.

§ 4º Nenhuma promoção poderá ter lugar senão para preencher as vagas que houver nos quadros; e enquanto existirem oficiais agregados prontos para o serviço, serão as vagas preenchidas por eles nas mesmas armas, e sem acesso.

Art. 3º Os oficiais que houverem de ser reformados por ocasião da organização dos quadros se-lo-ão com o soldo que tinham antes desta lei, por inteiro, ou com o melhoramento que lhes possa competir, conforme o disposto no Alvará de 16 de dezembro de 1700.

Art. 4º Os soldos dos oficiais da primeira, segunda e terceira classes constarão da tabela junta. Os oficiais de qualquer classe, quando efetivamente empregados em serviço militar, terão além do soldo a gratificação adicional designada na

mesma tabela e perceberão em campanha, além dos mais vencimentos, uma gratificação igual à terça parte do soldo. Os oficiais da Armada, quando embarcados em navios armados, terão as maiorias de embarque também constantes da mencionada tabela; e quando empregados em terra, ou embarcados em transportes ou navios desarmados, perceberão gratificações, ou maiorias, as mesmas quantias marcadas antes desta lei.

Art. 5º Só têm direito às gratificações marcadas nesta lei os oficiais que estiverem empregados no serviço do Exército, ou em tempo de paz, ou no de guerra, e vencerem por isso ordenado ou gratificação marcada em lei; não acumularão a esse ordenado ou gratificação inerente ao emprego algum outro vencimento que não seja o seu soldo.

Art. 6º Os vencimentos dos oficiais do Corpo de Artilharia de Marinha serão em tudo regulado com os dos oficiais da primeira classe do Exército: porém quando embarcados, em lugar da gratificação adicional, terão as maiorias do embarque, como os oficiais da Armada.

Art. 7º As vantagens dos novos vencimentos se farão efetivas desde a data desta lei, ainda antes de feita a qualificação; ficando, porém, salva a disposição do artigo terceiro relativamente aos oficiais que por ocasião da organização dos quadros houverem de ser reformados: e os que na soma geral de soldos e gratificações recebido maior quantia do que a regulada por esta nova tarifa continuarão a gozá-la até que por acesso ou exercício os novos vencimentos igualemente ou excedam aos que tinham antes.

Art. 8º Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

José Clemente Pereira, do Meu Conselho, ministro e secretário d'Estado dos Negócios da Guerra, assim o tenha entendido, e faça executar com os despachos necessários. Palácio do Rio de Janeiro, em um de dezembro de 1841, vigésimo da Independência e do Império.

Com a rubrica de Sua Majestade o Imperador.

(a) José Clemente Pereira.

Durante a sua permanência no comando do Destacamento de Passagem Franca, o tenente Antônio de Sampaio recebeu o seguinte ofício do tenente-coronel Feliciano Antônio Falcão:

Remeto a V. Sa. por cópia o ofício do Exmo. Sr. presidente da província, nº 833, datado de 21 de março pp, o que me foi remetido com o do Sr. brigadeiro coman-

TABELA DOS VENCIMENTOS DOS OFFICIAES DO EXÉRCITO E ARMADA A QUE SE REFERE O ARTIGO QUARTO DO DECRETO DESTA MESMA DATA

POSTOS DO EXERCITO	POSTOS DA ARMADA	VENCIMENTOS POR MEZ		
		Soldo dos Officiaes do Exército e Armada	Gratificação adicional dos Officiaes do Exército	Maiores de Embarque dos Officiaes da Armada
Marechal do Exército	Almirante	250\$000	50\$000	300\$000
Tenente General	Vice-Almirante	200\$000	30\$009	200\$000
Marechal de Campo	Chefe d'Esquadra	150\$000	30\$000	150\$000
Brigadeiro	Chefe de Divisão	120\$000	30\$000	120\$000
Coronel	Capitão de Mar e Guerra	100\$000	20\$000	70\$000
Tenente Coronel	Capitão de Fragata	80\$000	20\$000	60\$000
Major	Capitão Tenente	70\$000	20\$000	50\$000
Capitão	Primeiro Tenente	50\$000	10\$000	30\$000
Tenente ou 1º Tenente	Segundo Tenente	35\$000	10\$000	25\$000
Alferes ou 2º Tenente		30\$000	10\$000	

Todos os Officiaes, e empregados militares do Exército e Armada, não especificados na presente Tabella, terão os Soldos correspondentes aos seus pastos ou graduações, que por lei lhas competirem. Os segundos-tenentes do Corpo de Artilharia da Marinha, quando embarcadas, terão de maiores as mesmas quantias, que percebião antes desta lei.

Palacio do Rio de Janeiro em 1 de dezembro de 1841. — José Clemente Pereira.

dante das Armas, nº 365, datado de 31 de março, e relativo à promessa de um conto de réis a quem capturar Félix Pascôa; é provável quem o matar terá esta oferta. Deus Guarde a V. Sa.

Quartel do Comando da Guarnição e Comando das Forças em Caxias, 25 de abril de 1842.

O jornal, publicado em São Luís, *O maranhense*, nº 10, edição de 15 de março de 1842, publicou a Ordem do Dia nº 73, do Comando das Armas do

Maranhão, de 25 de fevereiro de 1842, que extinguiu os batalhões provisórios nºs 1 e 2; este estacionado em Caxias e o 1º, na Vila do Brejo.

Os oficiais e praças que faziam serviço naqueles batalhões passaram a adidos ao 7º Batalhão de Caçadores de 1ª Linha; os que serviam no 2º Batalhão de Caxias e os do 1º Batalhão, ao Corpo de Depósito, em São Luís.

O tenente-coronel Feliciano Antônio Falcão, do 7º Batalhão de Caçadores e Guarnição de Caxias e Pastos Bons, ficou autorizado a proceder as modificações nos destacamentos que se fizessem necessárias. Idêntica autorização foi dada ao capitão comandante da guarnição do Brejo.

Mapas foram solicitados com os nomes dos oficiais e praças com as suas origens. A ideia era normalizar a situação dos militares, pois a confusão gerada com a campanha era grande.

Em Decreto de maio de 1842, o governo da Regência elevava a 16 os 12 batalhões de Caçadores, e passavam a existir mais 3 batalhões provisórios na Província do Ceará, São Paulo e Minas Gerais, além de companhias também provisórias em Alagoas, Sergipe, Rio Grande do Norte e Paraíba.

O decreto que trazia essa reorganização era datado de 14 de maio do mesmo ano. A figura de Jerônimo Coelho — a espada sábia — já aparecia no cenário da vida política; e, em 1844, propugnava por uma reforma da Escola Militar, mudança levada a efeito no ano seguinte. Entretanto, a Lei de 25 de junho de 1846 autorizou o Governo a proceder outra organização ao Exército. Na época, era instituído o título de bacharel aos estudantes militares que satisfizessem umas tantas condições ou exigências do ensino.

Por Decreto de 12 de novembro de 1842, publicado na Ordem do Dia nº 2, do Comando das Armas, datada de 4 de janeiro de 1843, foi o tenente Antônio de Sampaio novamente designado para o 7º Batalhão de Caçadores; pela extinção deste, em virtude do Aviso da Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, de 20 de março de 1843, publicado na Ordem do Dia nº 39 do Comando das Armas, passou para o 5º Batalhão de Fuzileiros, criado com a dissolução daquele corpo.

No final do ano de 1842, o tenente Antônio de Sampaio, ainda servindo na Província do Maranhão, prendeu um desertor que indevidamente fora incluído em um dos batalhões da Guarda Nacional da província.

Esse ato deu lugar à troca de ofícios entre o comandante daquele batalhão e o presidente da província. A resposta deste último não só esclareceu o acontecido como deu plena razão ao tenente Sampaio. Mencionava o ofício em questão:

Ao Sr. tenente-coronel Militão Barbosa de Barros. Respondendo ao ofício que Vossa Mercê dirigiu a esta Presidência na data de 13 de dezembro do ano findo, em que se queixa do tenente Antônio de Sampaio por ter mandado prender como desertor a Manuel Celestino de Souza, sargento da 1ª Companhia da Guarda Nacional de seu comando, e suplica que se mande examinar nos livros respectivos se há alguma nota contra o mesmo Manuel Celestino, tenho a responder a Vossa Mercê que muito bem fez o tenente Antônio de Sampaio em capturá-lo porque, além de desertor qualificado, é indigitado como assassino do major Belleza e outros, na qualidade de capitão rebelde, que foi entregue a 30 de outubro do ano próximo findo, segundo informações do comandante das Armas da Província, em ofício de 26 do corrente mês.

Deus Guarde a Vossa Mercê.

Palácio do Governo do Maranhão, em 12 de janeiro de 1843.

(a) Jerônimo Martiniano Figueira de Melo.

Pelo Aviso da Secretaria da Guerra, de 20 de março, publicado na Ordem do Dia nº 39, de 28 de março do sobredito ano de 1843, foi o tenente Antônio de Sampaio considerado incluído na 1ª Companhia do 5º Batalhão de Fuzileiros. Era na época comandante da Unidade o tenente-coronel Feliciano Antônio Falcão, que bem conhecia o valor do tenente Sampaio na campanha dos balaios, há pouco terminada. O quartel do 5º de Fuzileiros situava-se no Campo do Ourique em São Paulo.

## CAPÍTULO 7

SAMPAIO, AJUDANTE DE ORDENS DO PRESIDENTE DO MARANHÃO. SUA PROMOÇÃO A CAPITÃO. O INCIDENTE COM O DEPUTADO JANSEN PEREIRA. NA CAMPANHA FARROUPILHA, PELA SEGUNDA VEZ SOB O COMANDO DO BARÃO DE CAXIAS. O PROCESSO PARA RECEBER OS MEIOS SOLDOS ATRASADOS. O CASAMENTO EM JAGUARÃO COM D. JÚLIA DOS SANTOS MIRANDA. A TRANSFERÊNCIA PARA O 5º DE FUZILEIROS. EMPENHADO CONTRA A SEDIÇÃO PRAIEIRA EM PERNAMBUCO. A TRANSFERÊNCIA PARA O 2º BATALHAO DA CORTE E A VIAGEM COM ESSA UNIDADE PARA O RIO GRANDE DO SUL.

Em 5 de maio de 1843, Antônio de Sampaio era nomeado pela Ordem do Dia nº 44, do ajudante de ordens do comandante das Armas do Maranhão e, a 27 do mesmo mês, a ajudante de ordens do presidente da província, o então bacharel Jerônimo Martiniano Figueira de Melo, que assumira o Governo a 23 de janeiro de 1842, como 13º presidente do Maranhão.

Pouco depois, em 14 de junho era o tenente Sampaio nomeado instrutor parcial da Guarda Nacional da capital da província, na Ordem do Dia nº 81, de 13 de novembro do mesmo ano.

Em 11 de setembro de 1843, depois de 13 anos de serviço e com a idade de 33 anos era nosso tenente promovido ao posto de capitão.

O imperador decidira deferir o requerimento que recebera dele, alegando os numerosos combates que enchiam sua folha de alterações. A notícia fora publicada com muito atraso no nº 144 de *O maranhense*, de 20 de novembro daquele ano de 1843, na seguinte conformidade:

No expediente do governo da província consta: Ao comandante das Armas. Tendo S. M. o imperador por Decreto de 11 de setembro último promovido o

tenente do 5º Batalhão de Fuzileiros Antônio de Sampaio ao posto de capitão para o 4º Batalhão da mesma Arma, em atenção aos valiosos serviços por ele prestados nesta província, como me foi comunicado em Aviso de 12 do mesmo mês, assim o participo a V. Sa. para sua inteligência.<sup>1</sup>

Antes, em junho de 1843, apresentara um requerimento ao brigadeiro comandante das Armas do Maranhão o tenente Sampaio:

Ilmo. Senhor.

Diz Antônio de Sampaio, tenente do 5º Batalhão de Fuzileiros desta província, que se lhe faz mister a bem dos seus direitos que V. Sa. se digne ordenar por seu respeitável despacho que a Secretaria do Comando das Armas lhe ateste se na respectiva Secretaria existe algum processo que faça crime ao suplicante.

Maranhão, 26 de junho de 1843.

(a) Antônio de Sampaio.

O despacho do comandante das Armas foi o seguinte:

Como pede.

Em consequência do despacho retro do Ilustríssimo Senhor comandante das Armas da província, em data de hoje, lançado no presente requerimento, certifico que no Arquivo desta Secretaria não consta que o suplicante Antônio de Sampaio tenha passado por algum processo.

Secretaria do Comando das Armas do Maranhão, 1º de julho de 1843.

(a) Miguel Ferreira Cabral, capitão secretário.

Em julho de 1843, apresentava o tenente Antônio de Sampaio novo requerimento, com o seguinte teor:

Diz o tenente Antônio de Sampaio que para bem de seus direitos precisa que o Sr. tenente-coronel Feliciano Antônio Falcão, que comandou a Guarnição da Comarca de Caxias e Pastos Bons, lhe dê, por certidão, o ofício que o suplicante lhe dirigiu na qualidade de comandante do destacamento estacionado na Vila de Passagem Franca, datado de 21 de junho de 1842, acerca de ter-se evadido para a Província de Goiás o malvado Félix Pascôa.

Maranhão, 8 de julho de 1843.

(a) Antônio de Sampaio.

O comandante do 5º Batalhão de Fuzileiros forneceu o seguinte certificado:

Feliciano Antônio Falcão, oficial da Ordem da Rosa, Cavaleiro da Militar Ordem de São Bento de Aviz, tenente-coronel efetivo e comandante do 5º Batalhão de Fuzileiros da 1ª Linha do Exército, atualmente na Guarnição da Província do Maranhão, certifica que no maço competente se acha arquivado o ofício de que faz menção o suplicante na petição retro, cujo teor é o seguinte: ‘Depois de ter escrito a Vossa Senhoria, que informado por pessoa verdadeira, que encontrou o malvado Félix Pascôa, com trinta e tantos rebeldes, na fazenda denominada Alpercatas, adiante logo da travessia, que vai-se à Província de Goiás, em três dias, distante daquele, mais de setenta léguas, isto no dia sete do corrente mês, sendo que Vossa Senhoria determine que eu siga, dar-me-á ordens a respeito que exatamente cumprirei.

Deus Guarde a Vossa Senhoria.

Quartel do Destacamento na Passagem Franca, 21 de junho de 1842, (a) Antônio de Sampaio, tenente comandante.’

É o que consta do referido ofício, a cujo original me reporto.

Quartel do 5º Batalhão de Fuzileiros de 1ª Linha do Exército, no Campo do Ourique, 8 de julho de 1843.

(A) Feliciano Antônio Falcão.

Encaminhando a petição do tenente Sampaio ao presidente da província e comandante das Armas assim se manifestou:

Ilmo. e Exmo. Sr. Dr. Jerônimo Martiniano Figueira de Mello, presidente da província. Os serviços do suplicante constam dos documentos anexos àquele requerimento em que implora a graça de ser promovido a capitão do Batalhão de Fuzileiros 5º, a que pertence.

Foram muitos e valiosos aqueles serviços, e muito dignos de recompensa, mas ainda deve acrescentar que o suplicante por seu profundo respeito e lealdade para com o Monarca e o Governo, firmeza de caráter, obediência aos seus superiores, exemplar conduta civil e militar e atividade e inteligência para o serviço faz-se muito merecedor da Graça implorada.

Deus Guarde a V. Excia. muitos anos.

Quartel-General do Comando das Armas do Maranhão, 15 de julho de 1843.

(a) brigadeiro Manuel de Souza Pinto Magalhães.

Instruindo do documento ao dirigi-lo ao ministro da Guerra, a Secretaria do Estado dos Negócios da Guerra escreveu:

Antônio de Sampaio, tenente do 5º Batalhão de Fuzileiros, pede ser promovido a capitão para o mesmo batalhão em atenção aos seus serviços prestados na pacificação da Província do Maranhão.

Informa o brigadeiro comandante das Armas daquela província que foram mui valiosos aqueles serviços e muito dignos de recompensa e que o suplicante com seu profundo respeito e legalidade para com o Monarca e o Governo, firmeza de caráter, obediência aos seus superiores, e exemplar conduta civil e militar, e atividade e inteligência para o serviço, faz-se muito merecedor da Graça implorada.

O suplicante é tenente de 2 de dezembro de 1839 e o 3º em antiguidade na sua arma.

Ao justificar seu requerimento, o tenente Sampaio juntou várias certidões que comprovavam seus serviços.

Declarava que servira na passada guerra que assolara a Província do Maranhão pelo espaço de quase três anos e que nela correu todos os perigos de arriscados e desiguais combates com rebeldes e assassinos, sem cuidar de sua pessoa, sem antepor à conservação de sua existência aos deveres de militar brioso e obediente.

E foi na convicção que o suplicante tinha tais sentimentos e sabia desempenhar denodadamente suas obrigações, tendo a honra de ser escolhido pelos seus superiores para comandar as partidas e diligências importantes.

Em documento anexo ao requerimento, sob nº 2, passado ao comandante da 1ª Coluna em Operações, o coronel, já então brigadeiro Francisco Sérgio de Oliveira, fora o suplicante elogiado em diferentes oportunidades em Ordem do Dia.

Não se limitaram, porém, a esses serviços que o suplicante prestara ao Império. Terminada a guerra, em fevereiro de 1841, ou pelo menos declarada tal pelo então presidente da província, Barão de Caxias, foi o suplicante nomeado, estando na capital da província, pelo comandante das Armas, para bater e prender o rebelde e malvado Félix Pascôa, que a 120 léguas assolava com todo o gênero de atrocidades a Comarca de Pastos Bons, o que conseguiu, prendendo muitos de seus sequazes, afugentando os habitantes daqueles lugares das correias de tão importante facínora, para cuja prisão se oferecera um conto de réis.

Lembrava que, na qualidade de comandante do destacamento instalado na Vila de Passagem Franca, recrutara 113 indivíduos no espaço de 2 meses, fazendo assim importante serviço nas atuais circunstâncias do Império.

Finalizando, pedia o tenente Sampaio ao imperador sua promoção ao posto de capitão de Infantaria para o 5º Batalhão de Fuzileiros, ou de qualquer outro Corpo, com preferência aos estacionados na Província do Rio Grande do Sul.

A simples leitura desse documento evidencia que Antônio de Sampaio, embora um simples tenente, já possuía elevado grau de moral, estribado nos inúmeros combates de que tomara parte na finda campanha dos balaios. No período de 1839 até a conclusão da luta, em janeiro de 1841, assistira a 50 combates, não comandando pessoalmente apenas 4.

Muitos desses estão consignados neste capítulo, por meio de enxertos de várias notas e publicações diversas, posto não haver conseguido o autor obter a coleção completa das Ordens do Dia do Comando das Armas do Maranhão daquela campanha.

Entrando na referida operação como alferes de comissão, segundo se dizia, teve a confirmação nesse posto; em seguida, foi promovido a tenente para dois anos depois receber os galões de capitão.

Por fim, a campanha da Balaiada ensejou a Antônio de Sampaio conhecer o maior comandante de todos os tempos do seu Exército, o então coronel de Infantaria Luiz Alves de Lima e Silva, na qualidade de pacificador do Maranhão, galardoado com o nobiliárquico título de Barão de Caxias e promovido ao posto de brigadeiro em 18 de julho de 1841.

Atendido seu pedido com a promoção a capitão, vencia Antônio de Sampaio praticamente a etapa mais difícil de sua carreira militar. Valente e destemido soldado de Infantaria, nunca recusara as mais difíceis missões que lhe eram destinadas. Demonstrara por meio de numerosas ações pleno vigor na fé de sua profissão, abraçada em momento constrangedor de sua existência, danosa, inútil, quando vegetava mergulhado no sertão de Tamboril, que não lhe podia oferecer os encantos das jornadas perigosas para si e para a Pátria estremeçada.

Havia, nesses 13 anos de constante atividade no honrado mister, conquistado como simples praça e como oficial a admiração de seus subordinados, além da confiança e da estima de todos os seus superiores e, por fim, a gratidão do Governo Imperial pela eficaz contribuição na pacificação dos

ânicos nas lutas domésticas nas três províncias do Ceará, do Pará e do Maranhão. Apesar de tudo, sua estrela ainda não atingira o zênite de sua trajetória; isso porque não tivera ainda a ventura de bater-se fora das fronteiras do Império contra exércitos estrangeiros. Atuara sempre engolfado nos adustos sertões pátrios, ignorado pela grande maioria dos brasileiros.

Lutara, na verdade, boas peijas em todas as campanhas que sua Unidade fora chamada a intervir nas áreas mais agrestes e desoladas, onde a pobreza e a miséria caminham de mãos dadas como companheiras inseparáveis.

Pelo simples fato de precisar lutar entre patrícios desavindos com a lei, caboclos e sertanejos como ele próprio fora, vira-se na necessidade de caçar feras com vara curta, tendo de enfrentar, não poucas vezes, facínoras desalmados, malta de assassinos cruéis, quando, de tocaia ou de emboscadas traiçoeiras, pretenderam-lhe embargar o passo no caminho do dever.

Por tudo isso, ganhara Sampaio sólida experiência, atilada visão dos pontos mais vulneráveis do inimigo matreiro, valente e disposto à luta como ele próprio. Aprendera a guerrear em um sem-número de combates sem ter lido nos livros ou manuais da arte, pois nunca seus fundilhos bruniram os bancos da academia militar. Sua “ciência” emanava da assimilação dos princípios táticos da sua Infantaria no tabuleiro dos campos de ação, em correrias desenfreadas, em atoleiros suspeitos, na transposição de rios a nado, galgando elevações ou varando matas intrincadas em luta de vida ou de morte contra um inimigo de mau bofe.

Rapidamente, se fizera hábil guerreiro; aprendera a colocar-se sempre em posição mais vantajosa para que a derrota nunca lhe fosse possível, garantindo-lhe o almejado instante para destroçar o inimigo, sem apelação!

Agora, capitão, já era consumado chefe de pequena unidade, orgulho de seus conterrâneos e segurança dos chefes e das autoridades constituídas.

Ainda, em setembro de 1843, o capitão Antônio de Sampaio solicitou permissão para ir até o Ceará. Servindo na Presidência da província, não lhe foi difícil obter essa justa recompensa pelos serviços prestados. Essa alteração foi publicada no jornal *O maranhense*, nº 123, de 27 de setembro daquele ano.

Noticiava o jornal:

No expediente do Governo da Província consta: Ao Sr. brigadeiro comandante das Armas. Tendo concedido ao capitão do 5º Batalhão de Fuzileiros, Antônio de Sampaio, em atenção ao que me apraz e ao que V. Sa. informa, cinquenta

dias de licença de favor para ir à Província do Ceará, assim o comunico a V. Sa. para sua inteligência.

Não se tem notícias dos passos dados pelo capitão Sampaio no curso de sua licença para ir a sua província. Naturalmente, desembarcou em Fortaleza e dirigiu-se a Tamboril, com seu novo uniforme de capitão de Infantaria, para visitar seus familiares, receber a bênção paterna e, por certo, saber de seus velhos amores ali deixados; lembranças dos tempos de adolescência...

Aqueles pagos, antes tão queridos, já não despertavam no jovem capitão os mesmos atrativos; sua vida mudara completamente, ganhara ele nova mentalidade; suas ambições eram outras, muito mais positivas.

Em seu Relatório de maio de 1844, o ministro dos Negócios da Guerra declarava:

Foram suprimidos os comandos das Armas das Províncias do Maranhão e Ceará, em atenção que tais comandos podiam ser dispensados sem prejuízo do serviço, e com vantagem na economia. Também com o fito nesta, o pessoal dos comandos das Armas nas demais províncias foi limitado a um ajudante de ordens, um secretário e um amanuense.

Na época, o efetivo do 5º Batalhão de Fuzileiros, no qual servia o capitão Sampaio, registrava 1 tenente-coronel; 1 major; 1 ajudante; 1 quartel-mestre; 1 secretário; 1 capelão; 1 cirurgião-mor; 1 dito ajudante; 8 capitães; 8 primeiros-tenentes; 12 segundos-tenentes e alferes, no total de 807 homens, inclusive uma banda de música, com um mestre e 12 figurantes.

Em fevereiro de 1844, o capitão Sampaio, nas funções de ajudante de ordens do vice-presidente em exercício, viu-se envolvido em desagradável incidente, que muito o aborreceu.

Pretendendo falar com o presidente, na ocasião o vice, Bernardino de Sousa Figueiredo, o deputado Jansen Pereira, um dos chefes da oposição local, foi ao palácio, sendo recebido pelo capitão Sampaio.

Havia o presidente dado instruções a seu ajudante de ordens que não queria receber ninguém, sob qualquer pretexto, pois “tinha assuntos importantes para estudar”.

Ao chegar, foi o deputado devidamente informado da ordem do presidente; não obstante, insistiu o recém-vindo em avistar-se com Sousa Figueiredo.

O capitão Sampaio fê-lo ver que estava no cumprimento de uma ordem taxativa. Entretanto, o deputado não considerou as justificativas do ajudante de ordens e, ato contínuo, pretendeu “na marra” ingressar na sala de audiências, proferindo palavras menos respeitadas contra o presidente.

Foi infeliz. O capitão Sampaio, curtido de tantas lutas e que, quando era jovem, nunca aceitara qualquer ameaça dos mais temíveis bandidos do seu sertão, não seria agora — homem feito e com um bom nome a zelar — que se deixaria intimidar. Atracou-se com o inconformado e valente deputado para que obedecesse o desejo do presidente. E, aos trancos e barrancos, rolaram escada abaixo, indo pararem na calçada.

Inferior na luta, o deputado Jansen Pereira deu parte do ocorrido na repartição de Polícia e submeteu-se a exame de corpo de delito.

Como era natural, o caso tornou-se o “prato do dia” na cidade de São Luís.

Por seu turno, o capitão Sampaio relatou em parte escrita os acontecimentos ao presidente da província, de quem dependia diretamente.

Este, após ouvir seu ajudante de ordens, oficiou ao comandante das Armas, brigadeiro Manuel Bernardino de Sousa Figueiredo, remetendo a parte do capitão Sampaio e consultando sobre a forma pela qual este seria julgado.

Registrando o acontecimento, o folhetim *A constituição*, que se publicava em São Luís, de propriedade de Manoel José de Medeiros, noticiou o seguinte:

Por ter ido ao Palácio no dia 24 solicitar uma certidão, por ter sido mandado assentar praça um seu escravo, foi o Sr. deputado Dr. Manuel Jansen Pereira expulso pelo capitão Antônio de Sampaio, ajudante de ordens, que o espancou, arrastando-o até as escadas, ficando o deputado com o vestuário rasgado e sem chapéu.

Seguiu-se longa e estéril discussão entre autoridades civis e militares, procurando cada um decidir por qual tribunal deveria correr o processo, pois o caso tornara-se político. O julgamento acabou sendo procedido na Alçada Militar, respondendo o capitão Sampaio a um Conselho de Guerra, sendo no final absolvido.

Em consequência desse escândalo, segundo Arthur Montenegro, Sampaio foi obrigado a deixar o Maranhão precipitadamente, parecendo certo de que o agrado e a estima de potentado político seguiram-no por toda a parte, tornando auspiciosa sua classificação em um Corpo de Tropa do Império.

Em 25 de fevereiro de 1844, o secretário de Polícia oficiava ao presidente do Maranhão, Figueira de Melo, pedindo o comparecimento do capitão Sampaio a sua Secretaria, nos seguintes termos:

Rogo a V. Excia. se digne expedir suas ordens para que o capitão Antônio de Sampaio, ajudante de ordens de V. Excia., compareça amanhã às dez horas na Secretaria de Polícia, a fim de assistir à inquirição de testemunhas da formação de culpa de ofensas físicas cometidas na pessoa do deputado Jansen Pereira.

São Luís, 25 de fevereiro de 1844.

(a) José Mariani.

O capitão Sampaio, em documento escrito, no mesmo dia participou ao presidente da província, que, por sua vez, comunicou ao brigadeiro comandante das Armas seu recolhimento ao estado-maior do 5º Batalhão de Fuzileiros, à disposição.

O incidente acarretou um conflito de jurisdição entre o chefe de Polícia da província e o brigadeiro comandante das Armas, cada qual propugnando para que o suposto crime fosse respectivamente qualificado como civil ou militar.

Em 26 de fevereiro de 1844, o comandante das Armas oficiava ao vice-presidente em exercício nos seguintes termos:

Ilmo. Exmo. Sr. Recebi o ofício que V. Excia. foi servido dirigir-me em data de ontem, acompanhado da parte dada pelo capitão Antônio de Sampaio, ajudante de ordens de V. Excia., relativa ao fato ocorrido no Palácio do Governo, no dia 24 do corrente mês, entre o dito capitão e o deputado Manuel Jansen Pereira, porque à vista da referida parte é evidente que o mesmo capitão deve ser julgado militarmente, e constando-me que houve procedimento de corpo de delito pela repartição de Polícia, vou rogar a V. Excia. que se digne fazer que esta me seja remetida para base do Conselho de Guerra, pois do contrário mandarei proceder a Conselho de Investigação para aquele fim.

Deus Guarde a V. Excia.

Quartel-General do Comando das Armas, 26 de fevereiro de 1844.

Baseado na Lei de 3 de outubro de 1834 e à vista dos pareceres do Conselho, do presidente da Relação e do desembargador procurador da Coroa, o presidente da província em despacho exarado determinou que o fórum fosse o

militar. Em despacho de 4 de maio de 1844, o presidente da província remetia ao relator da Junta de Justiça o processo do Conselho de Guerra, referente ao capitão do 4º Batalhão de Fuzileiros, Antônio de Sampaio, a fim de ser julgado.

Em Ordem do Dia nº 26, expedida do Palácio do Governo do Maranhão, em 30 de agosto de 1844, era declarado:

S. Excia. o Sr. presidente da província manda publicar para conhecimento da Guarnição Militar a sentença, abaixo transcrita, do réu capitão Antônio de Sampaio, e a decisão da Junta de Justiça que anulou a referida sentença. ‘Vendo-se nesta cidade de São Luís do Maranhão e Quartel do Campo de Ourique o processo verbal do réu, capitão do 4º Batalhão de Fuzileiros Antônio de Sampaio, auto de corpo de delito, interrogatórios, defesa e provas dadas pelo mesmo réu, assentou o Conselho por pluralidade de votos que a culpa de que é acusado o réu não se acha provada, e nem ele dela convencido à vista dos depoimentos das testemunhas, porquanto deles vê-se que o réu só depois de esgotados os meios brandos foi que lançou mão da força, e desta tão somente a necessária para poder executar a ordem do Governo, e por isso o absolveu.

Maranhão, 8 de maio de 1844.

(a) José Mariano Correia de Azevedo Coutinho e Feliciano Antônio Falcão, tenente-coronel.

Por conselho de seus superiores, antes mesmo da sentença final, o capitão Sampaio viajou para a Corte.

Uma vez no Rio de Janeiro, procedente do Maranhão, Sampaio providenciou o seguinte requerimento:

Capitão de 1ª Linha do Exército, Antônio de Sampaio, achando-se livre de um processo contra ele instaurado, por crime de ofensas físicas, que se dizia por ele praticado, no exercício de suas funções militares, vem submissamente pedir a S. M. I. a graça de o empregar da maneira que for mais conveniente ao serviço de S. M. I. Rio de Janeiro, 9 de outubro de 1844.

Essa petição mereceu a seguinte informação:

O capitão de Infantaria de 1ª Linha acha-se livre de um processo que contra ele pendia na Província do Maranhão pede a S. M. o imperador a graça de empregá-lo como for mais conveniente ao serviço. O suplicante chegou aqui vindo diretamente

da Província do Maranhão a 17 do mês passado e, por Aviso de 18 do dito mês, foi desligado do 5º Batalhão de Fuzileiros a que pertencia, ficando para ter destino logo que se concluísse o processo a que o suplicante se refere; sendo sua vaga preenchida pelo capitão do 4º Batalhão de Fuzileiros André Pinto Duarte da Costa Pereira, em virtude do Aviso de 25 do citado mês.

Ele apresenta a inclusa certidão das sentenças do Conselho de Guerra a que respondeu e da Junta de Justiça da Província do Maranhão: o Conselho absolveu-o da culpa de que era acusado; e a Junta de Justiça anulou esta sentença porque, não sendo o crime do suplicante expressamente compreendido nas leis militares, segundo regra estabelecida na Provisão de 20 de outubro de 1834, deverá o processo de formação de culpa ser feito no Foro Comum, e nele definitivamente julgado; portanto à vista destas circunstâncias S. M. o imperador resolverá sobre a pretensão do suplicante o que julgar conveniente ao serviço. Quartel-General da Corte, 10 de outubro de 1844.

(a) Manoel Jorge Roiz.

O despacho dado pelo imperador D. Pedro II foi: “Haja por bem deferir-lhe na forma do requerido.”

Uma vez na Corte, desembaraçado do Conselho de Guerra e livre da perseguição de indivíduos da oposição do Maranhão, o capitão Antônio de Sampaio requereu o pagamento do meio soldo que deixara de receber enquanto estivera *sub judice*.

Essa questão exigiu avultado expediente que chegou à autoridade do imperador.

Antes, o desembargador João José de Moura Magalhães, 14º presidente do Maranhão, empossado em 17 de maio de 1844, tivera a iniciativa de oficiar ao ministro da Guerra, fazendo-lhe ver a conveniência de manter o capitão Antônio de Sampaio afastado do Maranhão, onde os ânimos se achavam exarcebados contra esse oficial.

Em 25 de outubro de 1844, no Rio de Janeiro, o capitão Sampaio, então adido ao 1º Batalhão de Fuzileiros, alegando haver respondido a Conselho de Guerra no Maranhão, o qual declarara nulo o processo por incompetência do Juízo, pedia ao imperador a necessária ordem para que lhe fossem pagos os meios soldos que deixara de receber.

Na mesma data, o comandante do 1º Batalhão de Fuzileiros, tenente-coronel Antônio Fernandes Padilha, cuja Unidade achava-se aquartelada no

Campo de Santana, encaminhando o requerimento ao comandante das Armas da Corte, informava que o requerente, adido ao batalhão de seu comando, pedia a S. M. o imperador a graça de lhe mandar pagar os meios soldos que deixara de receber em consequência do Conselho de Guerra ao qual respondeu, tendo sido este declarado nulo por incompetência do Juízo, como consta de documento que afirma o suplicante ter feito subir à augusta presença de S. M. o imperador.

Informava ainda que o suplicante viera adido para seu batalhão (1º de Fuzileiros), em consequência da Ordem do Dia do Quartel-General, de 11 de outubro a fim de seguir para o Rio Grande do Sul com as praças do 4º Batalhão de Fuzileiros, que se achavam adidas ao seu batalhão. Ignorava se o suplicante respondeu ou não a Conselho de Guerra e, que a ser verdade o que alegava o capitão Sampaio, julgava atendível em sua pretensão.

Por seu turno, o comandante das Armas da Corte, ao encaminhar ao ministro da Guerra, depois de repetir o assunto pertinente aos motivos alegados por Sampaio, disse que o suplicante era do 5º Batalhão de Fuzileiros e, tendo vindo para a Corte, foi aqui desligado de sua antiga Unidade para ter novo destino, tão logo ficasse livre do processo em que se achava comprometido. O requerente foi por ele informado em 10 de outubro e que na mesma data recebera o Aviso de 9, no qual lhe era ordenado que mandasse adir o suplicante ao 1º Batalhão de Fuzileiros, a fim de seguir para o Rio Grande do Sul com as praças do 4º Batalhão de Fuzileiros em ocasião oportuna. Adiantava que o suplicante tinha sua guia na Pagadoria das Tropas da Corte. Finalmente, que julgava justo, à vista da informação, isto é, que o capitão Antônio de Sampaio fosse pago do meio soldo que lhe era devido, continuando a receber por inteiro o soldo que for vencendo.

O documento foi assinado no Quartel-General da Corte, em 26 de outubro de 1844, por Manoel Jorge Roiz.

Por ordem do imperador, o processo foi encaminhado ao Conselho Supremo Militar, o qual opinou que o requerente tinha direito a ser pago dos meios soldos não percebidos.

Pouco depois desse despacho, o capitão Sampaio fazia o seguinte requerimento ao imperador:

Antônio de Sampaio, capitão do 4º Batalhão de Fuzileiros, tendo pedido a V. M. I. para lhe mandar satisfazer os meios soldos que deixou de receber quando

esteve em Conselho de Guerra e que continue ele a receber seus soldos por inteiro, visto estar livre do Conselho de Guerra e até o presente não tenha sido deferido, e como o suplicante tem de se reunir ao batalhão a que pertence, amanhã, seguindo para a Província de São Pedro, por isso pede a S. M. I. haja de lhe mandar pagar o que acima fica dito, bem como abonar-lhe o que marca o Art. 14º das Instruções de 10 de janeiro de 1843, pelo que espera. Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1844. (a) Antônio de Sampaio.

Em 6 de novembro, o capitão Antônio de Sampaio seguia para o Sul, distanciando-se definitivamente para sempre do seu Ceará, que nunca mais tornaria a ver, que tanto amava, transferido que fora para o 4º Batalhão de Fuzileiros.<sup>2</sup>

Deixara, contudo, um rebento nascido no Maranhão, em 6 de março de 1844, registrado com o nome de Olegário Antônio de Sampaio, que seguiria a mesma carreira do pai.

Já veterano de tantos entreveros nas nossas guerras crioulas, não poderia o capitão Sampaio deixar de figurar na mais longa das lutas fratricidas que a nossa história militar registra.

Os combates no Sul estavam em sua derradeira fase. Quando eles começaram e se alastraram por toda a província sul-rio-grandense, nosso denodado e incansável infante encontrava-se mergulhado em lutas semelhantes nas províncias do Pará e do Maranhão, cooperando para debelar sucessivamente a Cabanagem e a Balaiada.

Em 6 de novembro de 1844, o capitão Antônio de Sampaio apresentava-se ao Comando do 4º Batalhão de Fuzileiros; sua nova Unidade estava estacionada na cidade de Caçapava, no Rio Grande do Sul.

Na época, as Forças Imperiais, já então dirigidas pelo Barão de Caxias desde novembro de 1842, estavam na iminência de impor derrota final às forças republicanas rio-grandenses. O comandante em chefe das forças legais contava aproximadamente com 12.000 homens, 7.000, empregados nas ações ofensivas contra os farrapos, e os 5.000 restantes, ocupados em guarnecer os pontos-chaves conquistados do adversário.

Desde o primeiro instante de seu comando, o Barão de Caxias formulara plano de ação para enfrentar com energia os republicanos, tendo sempre em vista a pacificação real da província; estancando todas as fontes de abastecimento dos revoltosos; sitiando-os nas repúblicas platinas favoráveis aos in-

surgentes; tirando o máximo proveito desses recursos em favor das tropas legais; comprando sua remonta em territórios fronteiriços da confederação.

Os pontos capitais de seu plano de ação ele conseguiu realizá-los por meio de entendimentos oficiais entre o Rio de Janeiro e Buenos Aires, e ordens foram dadas a Oribe pelo ditador argentino.

Dessarte, combateu a revolução com as próprias armas desta, forças montadas, abundância de cavalos, perseguição sem trégua, que não permitia a reunião de colunas numerosas. A isso ele próprio acrescentou seu valor pessoal, um comando mais esclarecido e previdente; capacidade técnica maior; senso mais agudo da tática e da estratégia a ser posta em prática naquela conjuntura, além do seu inigualável prestígio.

Finalmente, os republicanos não possuíam Infantaria digna de menção para pelo menos ocupar e conservar os pontos de interesse operacional; e sua artilharia era somenos e mal servida, incapaz de conquistar êxitos duradouros ou manter triunfos transitórios. Em ambas as Armas, Caxias tinha a superioridade e dela estava consciente. Também sabia usar de tais vantagens.

Bento Manuel, único general do Império que havia constantemente batido os rebeldes, até que aderiu à revolta, por despique, em 1837, e arrependido de sua deserção havia publicamente manifestado sua nova orientação, pedindo anistia e retornando a seu lugar nas fileiras legais. Passou em seguida a cooperar eficazmente com o general chefe. E tanto se impôs por seus esforços e justificar a confiança novamente nele que foi posto à frente da coluna de maior importância do marechal Barão de Caxias, quase contando com o dobro do efetivo que o próprio comandante em chefe comandava.

Dilacerados por dissensões internas, os republicanos encontravam-se em situação desesperadora e não podiam mais resistir, pois lhes escasseavam o entusiasmo e a energia dos primeiros anos da guerra civil.

A partir de 1843, começaram a perder a posse permanente das cidades e povoações que dantes haviam ocupado e viram-se forçados a peregrinar pelas coxilhas com um ou outro pouso, quase sempre pontilhados por combates em que via de regra não levavam a melhor.

Escasseavam-se os víveres e outros recursos, cercados que eram pelas colunas do Barão de Caxias; isso os fez perder a fé na causa a qual defendiam, confiança que gradualmente foi desaparecendo até extinguir-se...

Naquele ano de 1844, sentiam-se definitivamente vencidos pela direção da campanha tão ativa; incessantemente perseguidos. As Forças Imperiais não

lhes davam tréguas nem tempo para descanso. Incapazes de fazer frente para resistir, não logravam reunir-se, e apenas conseguiam vagar pelas campinas, em grupos de 30 a 40 cavaleiros, com as lanças imperiais a rastrear-lhes as pegadas.

Em 14 de novembro de 1844, no sopé do Cerro de Porongos, travou-se o último grande combate da campanha, que vinha se prolongando desde 1835.

O brigadeiro David Canabarro, apesar de sua incansável vigilância, fora surpreendido e fragorosamente derrotado. Mais alguns encontros seguiram-se à epopeia de Porongos. Em 15 de novembro, o tenente-coronel João Propício Menna Barreto vencia no Passo do Leão a coluna do coronel Joaquim Teixeira Nunes.

Antes do colapso final, os mais ardorosos farrapos tentaram operar um milagre contra as forças do Barão de Caxias, que os vencia a cada encontro. Finalmente, o definitivo combate travou-se no solo oriental, à margem esquerda do Quaró. O major Vasco Alves Pereira conseguiu surpreender e bater o coronel Bernardino Pinto que naquele ponto aguardava os acontecimentos para voltar à luta. Esse último desastre ocorreu na jornada de 29 de dezembro de 1844; o coronel Bernardino foi ferido gravemente e muitos de seus homens, mortos.

Os republicanos já não tinham condições de prosseguir na luta que tanto ensanguentara o solo dadivoso sul-rio-grandense.

Já, em 2 de outubro de 1844, apresentara-se ao Barão de Caxias o caudilho Ismael Soares, dizendo-lhe, em nome de Bento Gonçalves, Antônio Netto e de outros chefes, que os rebeldes estavam dispostos a depor as armas, esperando que o Império assegurasse o pleno esquecimento do passado, com essa garantia a todos comprometidos na revolta. Um emissário foi enviado à Corte do Rio de Janeiro a fim de expor tais reivindicações ao Governo. O Barão de Caxias recebeu deste instruções reservadas sobre o assunto.

O governo republicano decidiu convocar um conselho geral de oficiais, realizado em 25 de fevereiro, em Poncho Verde, ao qual compareceram as figuras mais representativas da revolução, menos o Bento Gonçalves e Gomes Jardim. Sem longos debates, votou o conselho unanimemente pela paz.

Em 28 de fevereiro de 1845, terminava felizmente a mais longa e mortífera guerra entre irmãos ocorrida em solo pátrio. Assim, se desfechava ali o derradeiro golpe dessa tão prolongada série de combates, escaramuças, investidas e assaltos, que começara pelo encontro de Arroio Grande, em 14 de outubro de 1835.

A paz foi firmada em 1º de março de 1845, mediante as seguintes condições: anistia geral e plena para todas as pessoas envolvidas na rebelião; isenção do serviço militar e da Guarda Nacional também para todos; concessão de

honras inerentes aos respectivos postos a todos os oficiais rebeldes; transferência para o patrimônio do Estado de todos os escravos que tinham servido como soldados da república, assumindo o Governo Imperial a obrigação de indenizar os antigos senhores.

Sem haver sido empenhado efetivamente em combates, o capitão Sampaio assistiu aos derradeiros lances para a pacificação dos espíritos na Província do Rio Grande do Sul. Era a segunda vez que naquela oportunidade tinha por comandante em chefe o Barão de Caxias.

Sampaio estava longe, e na Corte do Rio de Janeiro o processo sobre os meios soldos, que deixara de receber, prosseguia...

Em documento datado de 9 de dezembro de 1844 mandou o imperador, por Portaria expedida pela Secretaria do Estado dos Negócios da Guerra, em data de 13 de outubro do mesmo ano, remeter ao Conselho Supremo Militar o requerimento de Antônio de Sampaio, capitão de Infantaria de 1ª Linha, acompanhado da cópia inclusa da sentença da Junta Militar de Justiça, relativa ao suplicante, a fim de consultar sobre a pretensão dele.

Alegava o suplicante que tendo respondido a Conselho de Guerra, o qual já fora ultimado, sendo o processo declarado nulo por incompetência do Juízo e havendo-se-lhe descontado na forma da lei os meios soldos de sua patente, pedia que estes fossem mandados pagar, continuando-se-lhe, mensalmente, o pagamento por inteiro dos soldos que fosse vencendo.

Da sobredita sentença da Junta de Justiça se vê ter esta haver sido anulada e o processo do Conselho de Guerra porque, não sendo o de acordo com a opinião do tenente-coronel, conselheiro de Guerra e comandante interino das Armas da Corte, e a do inspetor da Pagadoria da Corte que tendo sido declarado nulo o processo feito ao suplicante no Conselho de Guerra pelas autoridades competentes, ele teria direito ao pagamento dos meios soldos que deixara de receber quando se achava respondendo ao mesmo Conselho e a continuar-se-lhe o pagamento por inteiro dos soldos que depois disso fosse vencendo. O documento foi datado no Rio de Janeiro, em 9 de dezembro de 1844, assinado por Moreira, Callado, Alvim, Pereira Pinto, Vasconcellos e Gonzaga.

Em face dessa resolução, o ministro da Guerra endereçou o seguinte ofício a José Joaquim de Lima e Silva:

Ilmo. e Exmo. Sr. De ordem de Sua majestade o imperador passo às mãos de V. Excia. para serem presentes à Seção de Marinha de Guerra do Conselho de Estado

o requerimento de Antônio de Sampaio, capitão de 1ª Linha, que pede o pagamento dos meios soldos que lhe foram descontados durante o tempo em que esteve respondendo a Conselho de Guerra, por ter sido nulo o processo, bem como a consulta do Conselho Supremo Militar sobre este objeto, a fim de que a tal respeito consulte a mesma Seção no dia que lhe for designado.

Deus Guarde a V. Excia.

Paço, em 21 de janeiro de 1845.

(a) Jerônimo Francisco Coelho, então deputado e ministro de Estado dos Negócios da Guerra.

Na Sessão de 24 de janeiro de 1845, expondo o ministro que o réu, capitão Antônio de Sampaio, se achava com efeito pronunciado no foro civil, mas que o presidente do Maranhão lhe participara havê-lo remetido para a Corte, a fim de livrá-lo de ser assassinado pelo partido adverso ao oficial; portanto que o ministro o empregaria naquela Corte, não sendo conveniente enviá-lo para o Maranhão a fim de ser ali julgado.

Assentou-se, pois, que ficasse adiado esse negócio até ulterior deliberação.

Na verdade, o capitão Sampaio nunca fora processado no foro civil pelo incidente com o deputado Jansen Pereira, no Maranhão. Já informava o desembargador Moura Magalhães, em ofício endereçado ao ministro e secretário dos Negócios da Guerra, Jerônimo Francisco Coelho:

Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Excia. a inclusa cópia da Ordem do Dia nº 26, datada de 30 de agosto findo, em que vai incerta a sentença da junta de justiça, a que respondeu o capitão Antônio de Sampaio, por se considerar civil, e não militar, o crime de que era acusado, à vista do que V. Excia. deliberará o que julgar de justiça.

Fazendo esta participação a V. Excia., como é do meu dever, deve acrescentar que as razões ponderadas em meu ofício de 5 de agosto último acerca do predito oficial ainda subsistem, e que acho inoportuna, e mesmo perigosa a sua vinda para esta província, visto ter sido promovido a capitão da 7ª Companhia do 5º Batalhão de Fuzileiros, como noticia o *Jornal do Commercio* nº 195, relativamente às promoções havidas no Exército por ocasião do aniversário da coroação de S. M. o imperador. Se esse oficial aqui aparecer muito temo que exacerbem os ânimos das pessoas que têm na ofensa por ele feita. como objeto do partido, e em tal caso reputo inevitáveis novas desordens, que podem produzir bem maus

resultados; não ignora V. Excia. que o oficial de que se trata ainda está sujeito à ação criminal perante a justiça ordinária, mas tudo isso se evitará, conservando-se ele fora desta província, onde a sua presença não provoque o ressentimento dos seus adversários. Estas reflexões são ditadas pelo irresistível desejo que tenho de ver inalterável a paz e a ordem na província confiada à minha administração, e destarte creio que advogo a causa desse oficial.

V. Excia. tomando em consideração o que deixo expendido decidirá em sua sabedoria o que julgar mais acertado.

Palácio do Governo do Maranhão, 5 de setembro de 1844.

(a) João José de Moura Magalhães.

Esse ponderado officio do desembargador Moura Magalhães ao ministro da Guerra Jerônimo Francisco Coelho<sup>3</sup> abriu as portas do tribunal civil ao capitão Antônio de Sampaio. O crime considerado de cunho político provincial maranhense nunca mais lhe incomodou, sendo esquecido para sempre...

Em 5 de março de 1845, era o capitão Sampaio destacado com sua companhia (150 homens) para a Vila de Canguçu, ponto que sua força deveria assegurar a execução do acordo de paz. Canguçu era distrito de Piratini, que foi a primeira capital da república dos farrapos. A posição era excelente para prevenir qualquer movimento naquela região serrana.

O capitão Sampaio instalou seu PC no edifício da antiga cadeia, mandada construir muitos anos antes pelo chefe legalista coronel Francisco Pedro Buarque de Abreu, depois Barão do Jacuí, e demolida em 1930. Em seu lugar ergueu-se a atual Prefeitura de Canguçu.

Vila na época da Guerra dos Farrapos, hoje cidade, Canguçu situa-se sobre o rio de igual nome, que deságua na Lagoa dos Patos. Na época, sua matriz em invocação da Virgem Maria tinha em seu redor apenas algumas casas. Puseram-lhe tal nome lembrando uma espécie de tigre de pequeno porte comum nas suas vizinhanças. A paróquia foi elevada à categoria de freguesia por Resolução de 31 de janeiro de 1812.

Em 1814, a população da freguesia era de 3.806 habitantes. A partir dessa data, foi ela progressivamente aumentando, e, em 1835, a Assembleia Provincial conferiu-lhe o título de vila. Antes da revolução que assolou a província, avaliava-se o número de seus habitantes em cerca de 5.000 almas. Entretanto, esse número diminuiu muito com o flagelo da guerra civil.

A companhia do capitão Sampaio não se demorou muito em Canguçu, pois em 13 de abril terminava sua missão nessa vila e ele se recolhia a Caçapava, a sudeste de Pelotas. Distante 55km estava estacionada uma ala do 7º Batalhão de Caçadores, sob o comando do então major Guilherme Xavier que, no posto de marechal de campo, comandou interinamente o Exército Imperial, antes da assunção do Conde d'Eu, em janeiro de 1869.

Pouco depois, o 4º Batalhão de Fuzileiros marchou para a Vila de Jaguarão, onde tomou quartel de tempo de paz.

Por essa ocasião, a população de Jaguarão deveria girar em torno de 5.000 almas no município; cerca de 2.000 na vila. Já era importante entreposto comercial da fronteira, fazendo triangulação com Pelotas e Rio Grande. Em seu porto fluvial, afluíam grande número de iates e um barco a vapor, notadamente, com mercadorias oriundas do Rio Grande, muitas das quais importadas da Europa. De Jaguarão eram elas distribuídas a todas as vilas da província, por meio de carretas, cujas rodas alcançavam Bagé e municípios circunvizinhos. No retorno dos barcos, Jaguarão exportava para o Rio Grande e daí para o Centro e Norte do Império produtos da pecuária como graxas, couros, charque, peles de animais etc.

A vila mantinha comunicação com Montevidéu por meio de um serviço de diligências que partiam duas vezes por semana da vila fronteira de Artigas, hoje Rio Branco, no Estado Oriental do Uruguai.

No ano de 1845, o Exército Brasileiro contava no seu efetivo com 18 generais, que tantos compunham seu Estado-Maior Geral, à frente do qual estava o tenente-general João Crisóstomo Callado, português naturalizado, combatente na Europa, na Guerra Peninsular, e no Brasil, na Campanha do Prata, e Manoel Jorge Rodrigues, também português naturalizado e soldado da Guerra Peninsular. Como Callado, recebeu o título de barão.

No Estado-Maior Geral de 1845, figuravam entre os marechais de campo o Barão de Caxias. Aos serviços da tríplice jugulação das revoltas do Maranhão, São Paulo e Minas Gerais, além da pacificação do Rio Grande do Sul, foi lhe dado o ensejo de ascender de barão a conde.

Enquanto pacificava no Sul, Caxias, comandante das Armas no Rio de Janeiro, era substituído no cargo pelo tenente-general Manoel Jorge Rodrigues.

Em 1845, a oficialidade do Exército achava-se classificada nos quadros do Estado-Maior de 1ª e 2ª classes, no Imperial Corpo de Engenheiros, bem como nos quadros das três Armas: Infantaria, Cavalaria e Artilharia, repre-

sentadas pelos corpos chamados de 1ª Linha, assistidos por um Corpo de Saúde ao qual se ajuntavam capelães militares.

A força de Infantaria na época compunha-se de oito batalhões de Fuzileiros, o primeiro deles aquartelado na Corte; os demais no Rio Grande do Sul, com seis, e no Maranhão, com um. Sete batalhões de Caçadores integravam a arma de Infantaria; seis, no Rio Grande do Sul, e um, no Pará.

Nas províncias do Piauí, de Goiás e do Mato Grosso estacionavam corpos fixos de companhias de Caçadores.

O 1º Regimento de Cavalaria Ligeira tinha sua parada na Corte; dois outros regimentos da Arma estavam no Rio Grande do Sul.

A Arma de Artilharia era servida em 1845 por quatro batalhões de Artilharia a Pé e um Corpo de Artilharia a Cavallo. Dois alojavam-se na Corte, o primeiro no Quartel do Largo do Moura, nas vizinhanças do Hospital Grande da Santa Casa da Misericórdia, outro batalhão tinha sua sede na Ilha das Cobras, os outros dois no Pará e em Pernambuco e o Corpo a Cavallo no Rio Grande do Sul, com parada em São Gabriel.

Na Corte, o Quartel-General do Exército localizava-se no Campo da Aclamação ou Praça da República ou ainda Campo de Sant'Ana, que centralizava muitos serviços militares.

No sobrado da frente, funcionava a Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, dirigido em 1845 por um oficial maior, Francisco de Paula Vieira de Almeida.

No canto da Rua de Sant'Ana, depois João Ricardo, tinha sede o Conselho Supremo Militar e de Justiça, nominalmente presidido pelo imperador. O Comando das Armas na Corte ocupava a frente do quartel-general, na esquina da Rua São Lourenço, atual Visconde da Gávea.

No quartel-general, também conhecido na tropa por Quartel Grande, no pavimento inferior da parte sul, ficava o Arquivo Militar: No perímetro inferior do quartel-general, sobre a Secretaria da Guerra, funcionava a Pagadoria das Tropas.

O Arsenal de Guerra, no Largo do Moura, nome esse oriundo do regimento português ali aquartelado no tempo do príncipe regente D. João, e a Imperial Fábrica de Pólvora, no sopé metropolitano da Serra da Estrela, completavam o conjunto militar de 1845 na Corte. O orçamento votado para o exercício financeiro de 1845-46 previa a receita em 21.000 contos de réis e a despesa em quase 25.000. O ministro da Fazenda, senador Manuel Alves Branco,

do Gabinete Liberal de 2 de fevereiro de 1844, informava à Assembleia Geral acreditar que em breve o déficit desapareceria por meio de pequenas contribuições sobre as fábricas de tabaco, elevados em 60% de importação estrangeira do fumo. Circulavam moedas nossas de ouro, do valor de 20\$000 e 10\$000. O Ministério da Guerra era contemplado com quase 7:000 contos destinados a atender às despesas das forças de terra.

No Rio Grande do Sul, segundo mapa existente, datado de 15 de abril de 1847, o efetivo concentrado era de 8.780 homens, sendo 7.128 de 1ª Linha.

A tropa ali destacada estava constituída em quatro brigadas e duas guarnições. O 4º Batalhão de Fuzileiros, no qual servia o capitão Antônio de Sampaio, estava localizado na Vila de Jaguarão. Pertencia à 2ª Brigada de Infantaria, comandada pelo coronel Manoel Marques de Souza. Na data, o 4º de Fuzileiros contava com um único major, que o comandava interinamente. O efetivo real daquela Unidade era de 529 homens.

Essa Grande Unidade era constituída pelo 4º Batalhão de Fuzileiros, em Jaguarão, pelo 5º Batalhão de Caçadores, em Pelotas, e pelo 1º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional, além de uma Bateria de Artilharia a Cavalos, no Arroio do Telho, junto a Jaguarão. Tinha ainda a 2ª Brigada anexa à sua tropa o 2º Batalhão de Fuzileiros, em Jaguarão.

Os anos de 1846 a 1848 passou-os o capitão Sampaio com a força de ocupação na Província do Rio Grande do Sul, classificado no 4º Batalhão de Fuzileiros, Unidade que comandou por algum tempo em caráter interino.

Em 15 de abril de 1847, segundo Relatório do ministro da Guerra, a tropa então existente no Rio Grande do Sul contava com 8.780 homens, sendo 7.128 de 1ª Linha.

Em 10 de abril de 1848, o Exército de 1ª Linha apresentava um efetivo de 19.794 homens, com 2.235 guardas nacionais destacados.

Em 8 de abril de 1849, obtinha o capitão Antônio de Sampaio, já com 39 anos de idade, 40 dias de licença para contrair núpcias com D. Júlia dos Santos Miranda, que passou a assinar-se Júlia Miranda de Sampaio. O enlace matrimonial realizou-se na Vila de Jaguarão, fronteira com a República Oriental do Uruguai, aos 30 dias do mês de abril de 1849.<sup>NE</sup>

A certidão de casamento<sup>NE</sup> do capitão Antônio de Sampaio foi assim redigida:

<sup>NE</sup> Figura 5 do Caderno de Ilustrações (cópia do livro original com o registro do casamento).

<sup>NE</sup> Figura 6 do Caderno de Ilustrações (cópia da certidão de casamento).

Câmara Eclesiástica do Bispado de Pelotas, Rio Grande do Sul.

Diocese de Pelotas – Paróquia Divino Espírito Santo – Jaguarão.

Certifico que revendo os Livros 1 de assentamento de casamento da Paróquia Divino Espírito Santo de Jaguarão à folha 083 acha-se o seguinte registro: A trinta de abril de mil oitocentos e quarenta e nove, nesta freguesia, Matriz Divino Espírito Santo da Vila de Jaguarão, preenchido as três canônicas admoestações e as diligências prescritas pelo Santo Concílio Tridentino, e a Constituição do Bispado, em casa de João Vicente dos Santos, com licença do Reverendo Juiz da Cúria, com minha presença e das testemunhas Tenente-Coronel Carlos Augusto de Oliveira, e o Tenente da Marinha Vitório José Barbosa, por palavras de presentes receberam-se em matrimônio o Capitão Antônio de Sampaio, solteiro, natural do Ceará, filho legítimo de Antônio Ferreira de Sampaio e Dona Antônia Araújo Sampaio, com Dona Júlia dos Santos Miranda, solteira, filha legítima de João Vicente dos Santos e Bernardina Joaquina dos Santos. Logo lhes conferi as bênçãos nupciais na forma do Ritual Romano. E para constar fiz este assento que assinei. Pároco Encomendador João Themudo Cabral Diniz.

Terminada a licença, o capitão Sampaio apresentou-se em seu batalhão e pouco tempo depois era obrigado a deixar a Província do Rio Grande do Sul, pois em cumprimento ao Aviso do Ministro da Guerra, de 22 de novembro, publicado na Ordem do Dia nº 155, do tenente-general presidente da província e comandante do Exército, de 1º de dezembro de 1849, foi ordenado ao capitão Antônio de Sampaio que seguisse para a Corte com urgência, “a fim de ser empregado em outra província”.

Ao chegar ao Rio de Janeiro, enquanto aguardava classificação, ficou o capitão Sampaio adido ao 2º Batalhão de Fuzileiros e pouco depois seguia para a Província de Pernambuco.

Uma vez no Recife, ficou adido ao 5º Batalhão de Fuzileiros.

Na época, governava a província o conselheiro Honório Hermeto Carneiro Leão, empossado no cargo em 2 de julho de 1849, na qualidade de seu 20º presidente. Anos depois receberia o título de Marquês de Paraná.

A Província de Pernambuco encontrava-se então às voltas com a Revolução Praieira.

Essa revolta, como a generalidade das insurreições no Nordeste durante a vigência da Regência e início do governo de D. Pedro II, fermentou-se em motins desenvolvidos por motivos eleitorais entre os partidos Liberal e o

Conservador, regionalmente denominados, o primeiro de Praieiro; o segundo de Gabiru ou Miguelista.

O conflito delinear-se com a publicação no Recife de um manifesto dos deputados praieiros, responsabilizando o referido presidente pela sequência de uma luta fratricida.

O Governo Imperial pretendeu evitar o confronto, substituindo Ferreira Pena pelo desembargador Manuel Vieira Tosta, mais tarde Barão, Visconde e Marquês de Muritiba, o qual assumira o Governo em 25 de dezembro de 1848, como seu 19º presidente.

Logo, quando Sampaio chegou à província, os combates já se prolongavam, espalhando-se por muitas localidades ao norte e ao sul da província.

O 5º Batalhão de Fuzileiros, do Maranhão, que iria regressar a sua guarnição em Campo do Ourique, em São Luís, recebeu ordens de permanecer em Pernambuco para auxiliar a debelar a sedição, na qual teve destacada atuação.

A situação dos praieiros a partir de fevereiro de 1850 era a seguinte: João Roma fora morto em Pau Amarelo; Nunes Machado tombara na Soledade, por ocasião do ataque ao Recife; o Dr. Felipe Lopes Neto e Vilela Tavares encontravam-se presos no Recife; Antônio Afonso abandonara a luta; Lucena, Leandro César, Feitosa e Feliciano Joaquim definhavam nas prisões da capital da província.

Um ano antes, em 2 de fevereiro de 1849, quando feriu-se o memorável ataque contra Recife, a vitória por várias horas ficou indecisa, pronunciando-se, enfim, completamente em favor das armas imperiais, graças à oportuna intervenção do general José Joaquim Coelho,<sup>4</sup> comandante em chefe das forças legais.

Depois do fracassado ataque à capital da província, o efetivo dos praieiros, que era de 1.500 combatentes, estava reduzido à metade. Mesmo assim, resolveram atacar pela segunda vez Goiana, no norte. Esta cidade era um verdadeiro arsenal do Governo. O tenente-coronel Feliciano Antônio Falcão seguiu de Igarassu a coluna dos sediciosos com o 5º Batalhão de Fuzileiros.

Somente em 6 de fevereiro de 1850, o general José Joaquim Coelho pôde organizar uma coluna de 600 homens para perseguir o exército liberal, pondo-a em princípio sob o comando do coronel João do Rego de Barros Falcão e, depois, do tenente-coronel Feliciano Antônio Falcão, comandante efetivo



Figura 1 – Cidade de Tamboril, no Estado do Ceará.



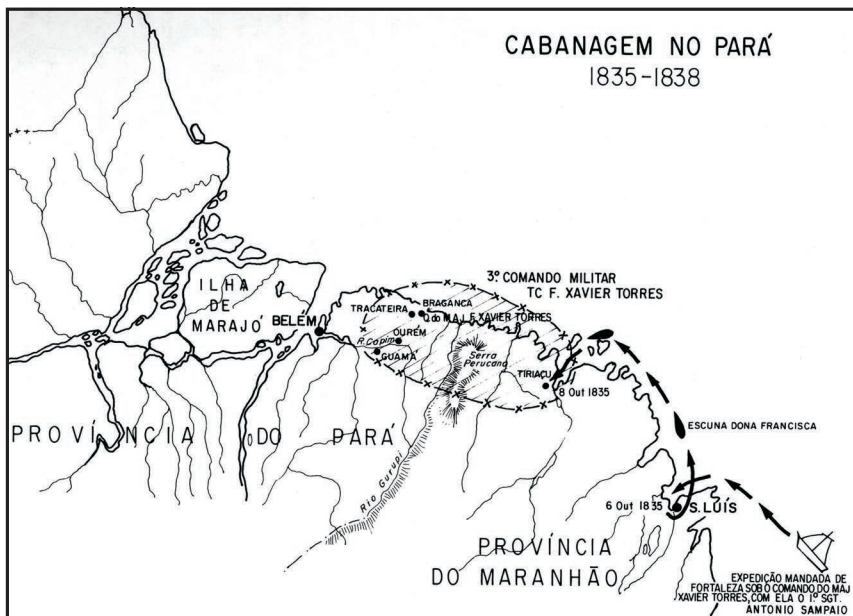


Figura 3 – Área de atuação de Sampaio na Cabanagem, no Estado do Pará.

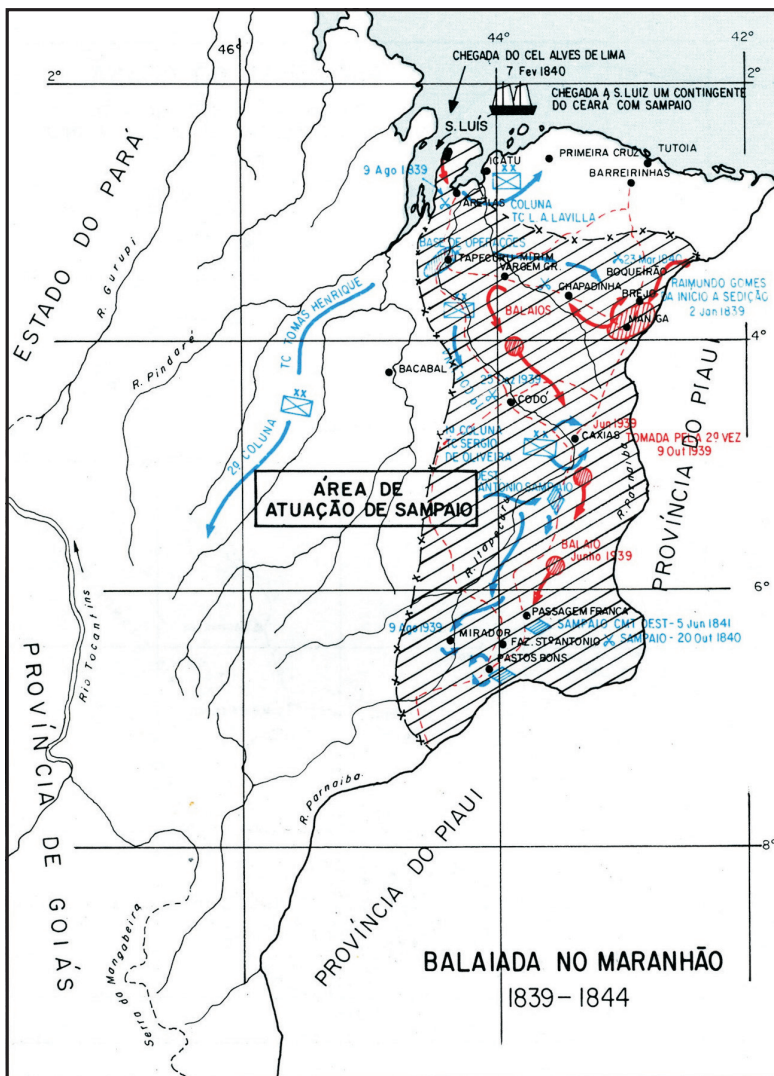


Figura 4 – Área de atuação de Sampaio na Balaiada, no Estado do Maranhão.

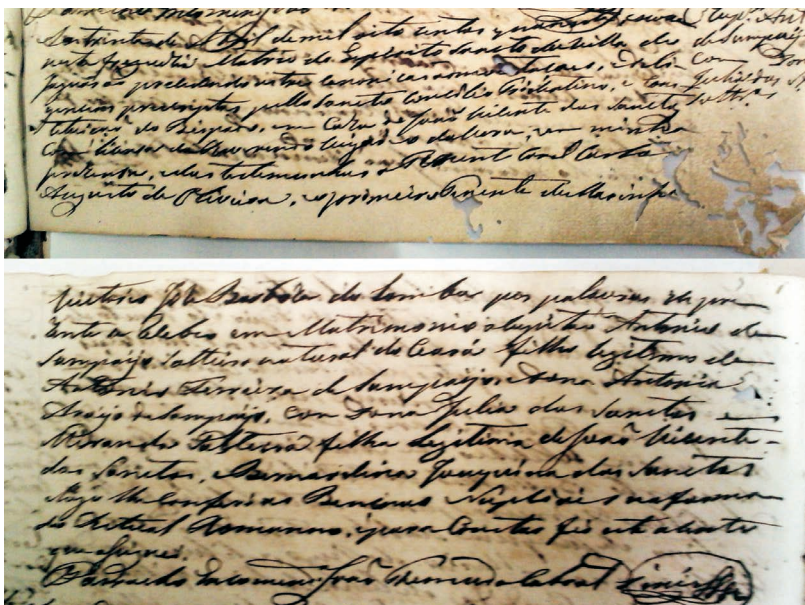


Figura 5 – Cópia do livro de registro do casamento de Antônio de Sampaio com Julia dos Santos Miranda, ocorrido em 30 de abril de 1849 na Matriz Divino Espírito Santo da Vila de Jaguarão, no Estado do Rio Grande do Sul. (Fotos de Ubiratan Pereira Pillar/Nov 2009).



## DIOCESE DE PELOTAS

Paróquia Divino Espírito Santo - Jaguarão

### CERTIDÃO

CERTIFICO que no livro **04** de assentamento de **casamento** de Paróquia **Divino Espírito Santo** de **Jaguarão**, à folha **083** acha-se o seguinte registro:

*A trinta de abril de mil oitocentos e quarenta e nove, nesta freguesia Matriz Divino Espírito Santo da Villa de Jaguarão, prehenchido as três canônicas admoestações e as diligencias prescritas pelo Sancto Concilio Tridentino e a Constituição do Bispado, em casa de João Valente dos Sanctos, com licença do Reverendo Juiz da Cúria, com minha presença e das testemunhas Tenente Coronel Carlos Augusto Oliveira, tenente da Marinha, e Victorio José Barboza por palavras de presentes receberam-se em matrimônio o **CAPITÃO ANTONIO DE SAMPAIO**, solteiro, natural do Ceará, filho legítimo de Antonio Ferreira de Sampaio e Dona Antonia Araújo Sampaio, com **JULIA DOS SANCTOS MIRANDA**, solteira, filha legítima de João Vicente dos Sanctos e Bernardina Joaquina dos Sanctos. Logo lhes conferi as bênçãos nupciais na forma do Ritual Romano. E para constar fiz este assento que assignei Parocho Encomendador João Themudo Cabral Diniz. x.x.x.x.x.x.x.x.*

Inteiro Teor

Observações: *Esta certidão é para fins civis.*

E nada mais consta.

O referido é verdade e dou fé.

Pelotas, 15 de outubro de 2009

Ass. ....

Pe. Mario Prebianca

Vigário Geral da Diocese de Pelotas



Carimbo

Figura 6 – Certidão do Registro do Casamento.

(Cortesia de Ubiratan Pereira Pillar/Out 2009).

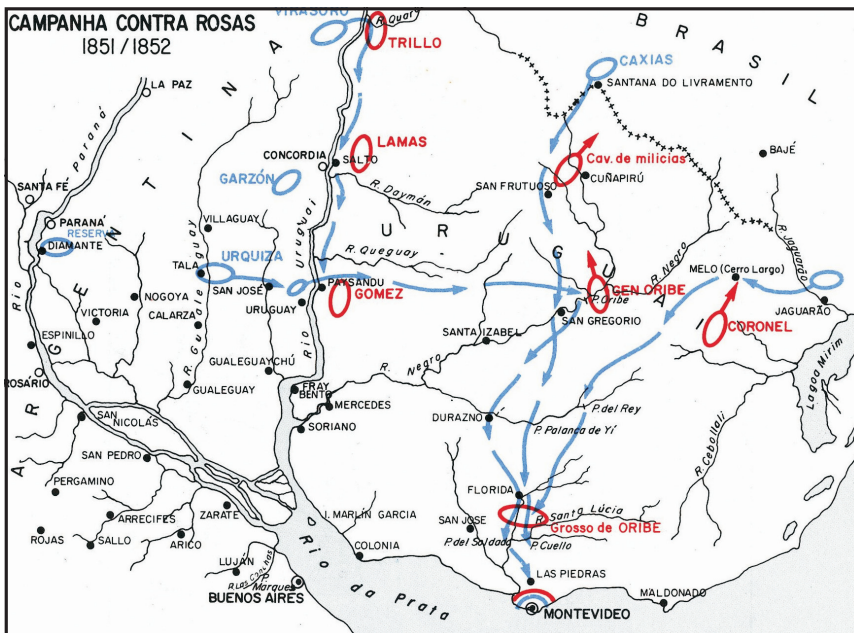


Figura 7 – Campanha contra Rosas – Marcha do Exército Imperial no interior do Uruguai até a Colônia do Sacramento.



Figura 8 – O Imperador D. Pedro II tal como o conheceu o Coronel Antônio de Sampaio, em 1859.



Figura 9 – Atanásio Cruz Aguirre (1801-75), Presidente da República Oriental do Uruguai.

(Foto da Intendência Municipal de Montevidéu).



Figura 10 – Brigadeiro D. Venancio Flores, chefe dos colorados. Museu Histórico Nacional, Montevidéu. (Oléo de Juan Manuel Blanes – 1864).



Figura 11 – Vista da Cidade de Paissandu. Desenho de Carlos M. Vittone, 1880, extraído do livro *Paysandú en escorzo histórico*, de Anibal Barrios Pinto. Intendência Municipal de Paissandu, 1979.



Figura 12 – Na campanha do Uruguai (dez 1864-fev 1865), Sampaio no comando da 1ª Brigada que entrou em Montevideú.



Figura 13 – Retrato de Leandro Gómez.

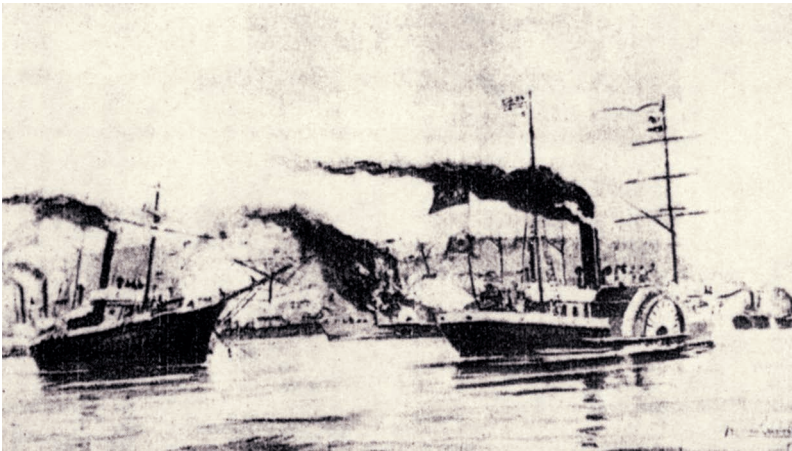


Figura 14 – Navio da Força-tarefa de Tamandaré diante de Paissandu, em dezembro de 1864. Em primeiro plano, à direita, a corveta *Recife*, capitânea, construída na Ponta da Areia. Ao fundo, em chamas, o navio oriental *Cidad Del Salto*.

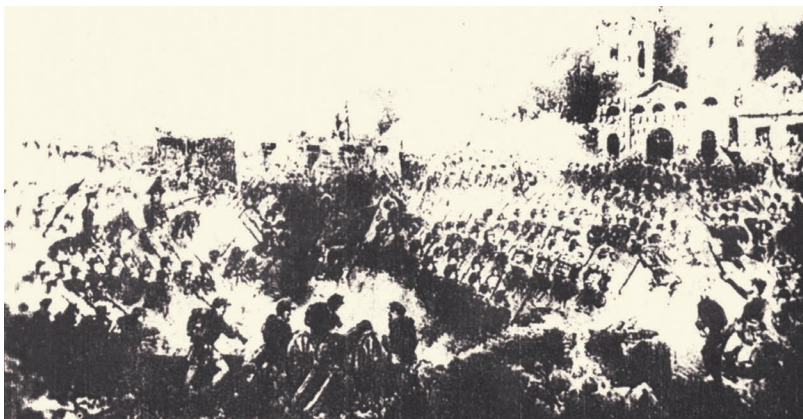


Figura 15 – Ataque a Paissandu pelas forças imperiais. Gravura da época, extraída de *Paysandú en escorzo histórico*, de Anibal Barrios Pinto.

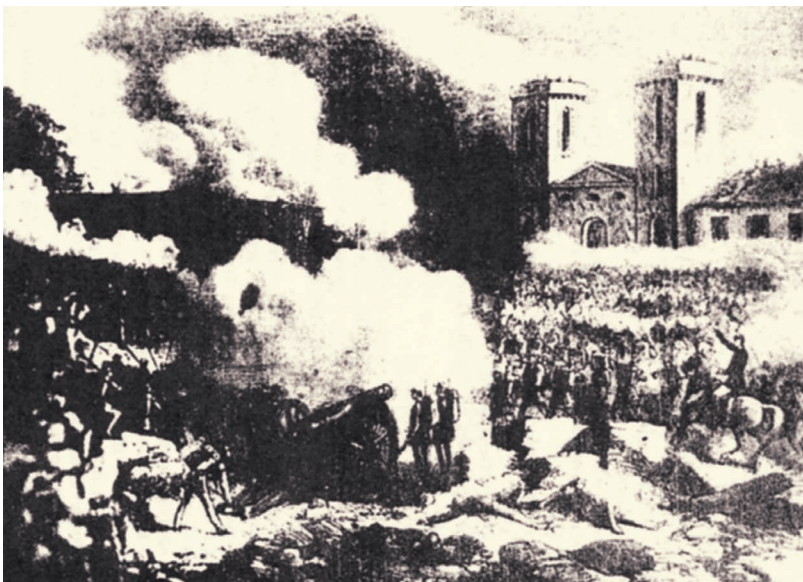


Figura 16 – Ataque final contra Paissandu. Gravura da época, extraída de *Paysandú en escorzo histórico*, de Anibal Barrios Pinto.

## Postos e Graduações

Em 1825, ficou estabelecida a seguinte escala hierárquica para o Exército:

### 1) Oficiais

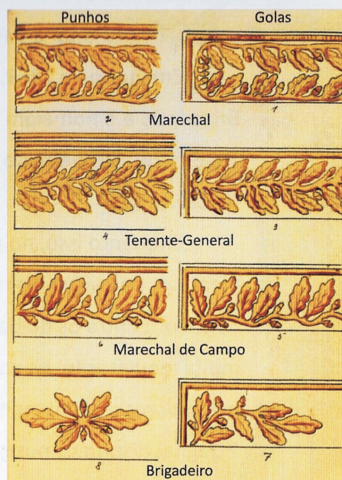
- Alferes (Aspirante-a-Oficial). Na Artilharia, o

Primeiro posto era de 2º Tenente e não o de Alferes.

- Tenente. Na Artilharia, Primeiro-Tenente.
- Capitão
- Major (anteriormente era Sargento-Mor)
- Tenente-Coronel
- Coronel (anteriormente Mestre de Campo)
- Brigadeiro (General de Brigada)
- Marechal-de-Campo (General de Divisão)
- Tenente-General (General de Exército)
- Marechal de Exército (Marechal)

### 2) Praças

- Praça de Prê (soldado)
- Anspeçada
- Cabo de Esquadra
- 3º Sargento (na Infantaria e Artilharia). Na
- Cavalaria chamava-se Furiel.
- 2º Sargento (na Banda de Música ou Fanfarra,
- Trombeta-Mor ou Tambor-Mor)
- 1º Sargento (somente na Infantaria)
- Não havia subtenente.



Uniformes de Oficiais-Generais (1852)



Exército Brasileiro (1852) - Uniformes de Oficiais-Generais - Desenhos de J. W. Rodrigues

Figura 17 – Postos e graduações do Exército Imperial a partir de 1825. Uniformes de oficiais-generais em 1852.

(Desenhos de José Wash Rodrigues)



Figura 18 – Brigadeiro Sampaio, responsável pela instrução das unidades de infantaria do 1º Corpo de Exército, inspecionando a tropa em marcha e a formação de quadrados para receber a cavalaria (1865).

Gravura do livro *História do Exército Brasileiro*, de 1985.



Figura 19 – Deslocamento do 1º Corpo de Exército de Osório para Concórdia.



Figura 20 – 15 de julho de 1865 – A 3ª Divisão de Infantaria transpõe o Rio Juqueri-Grande em território argentino, sobre uma ponte improvisada com barcos de comércio. Na frente da tropa, o Brigadeiro Sampaio e seu Estado-Maior. Osorio assiste ao desfile.



Figura 21 – Combate da Laguna Sirena, em 17 de abril de 1866. Também conhecido como o Combate da Confluência. Ilustração da época.

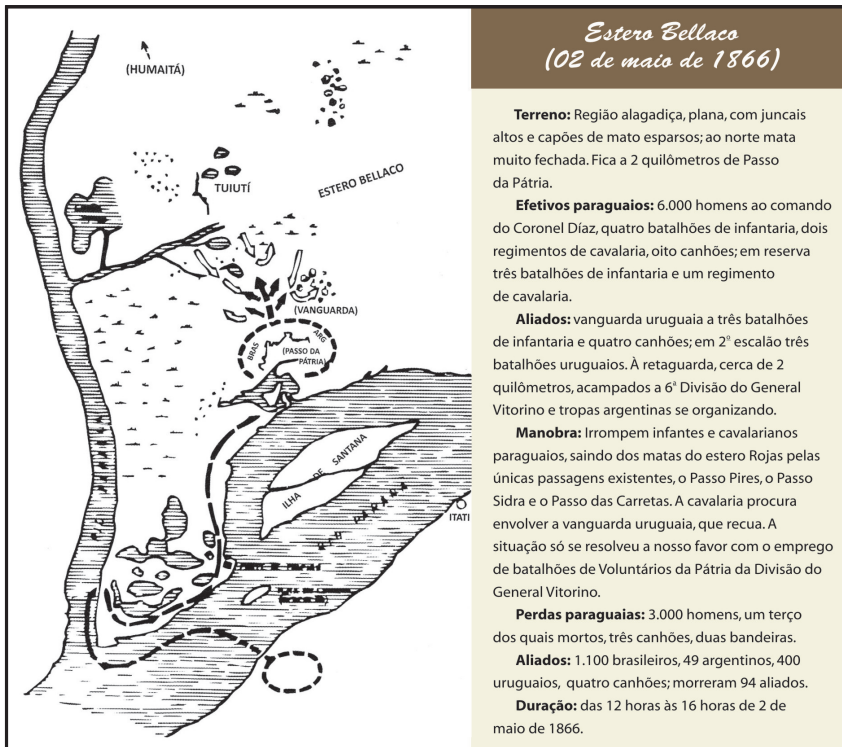


Figura 22 – Combate do Estero Bellaco, em 2 de maio de 1866.

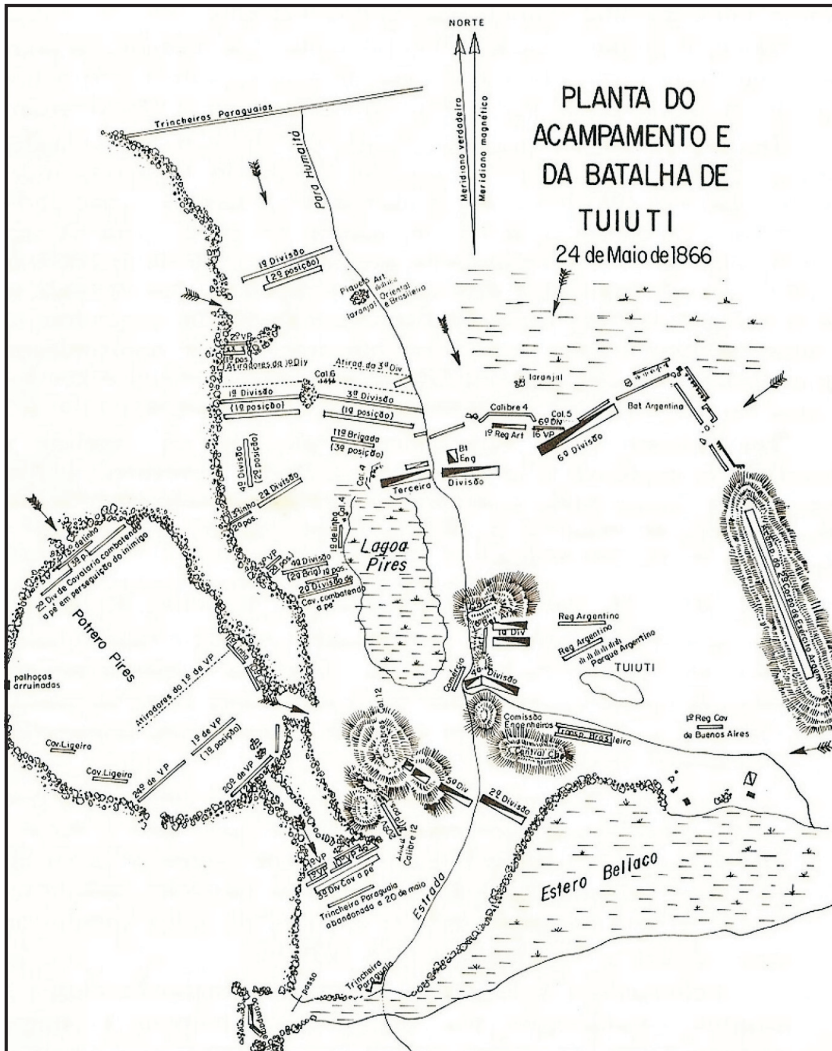


Figura 23 – Planta do acampamento e da Batalha de Tuyuti, em 24 de maio de 1866.



Figura 24 – Igreja do Bom Jesus da Coluna do Asilo dos Inválidos da Pátria, com sua cripta na qual o corpo de Sampaio permaneceu depositado de 20 de dezembro de 1869 a 14 de novembro de 1871 até seguir para o Ceará.

(Foto cedida por Cláudio Rosty – Rio de Janeiro – 19 de agosto de 2009).



Figura 25 – Fachada do Asilo dos Inválidos da Pátria em cuja capela (atual Igreja do Bom Jesus da Coluna) o corpo de Sampaio permaneceu depositado em uma cripta, de 20 dezembro de 1869 a 14 novembro de 1871.

Abaixo o Brasão do Império alusivo à inauguração da edificação.

(Foto cedida por Cláudio Rosty – Rio de Janeiro – 19 de agosto de 2009).





Figura 26 – Brigadeiro Sampaio de corpo inteiro.  
Da coleção de José Artur Montenegro.  
Biblioteca Sul-Rio-Grandense.



Figura 27 – Mausoléu de Sampaio no Cemitério de São João Batista, em Fortaleza. O corpo de Sampaio permaneceu nesse local de 25 de outubro de 1873 a 5 de maio de 1966, quando foi trasladado para a Avenida Bezerra de Menezes, em frente ao quartel do CPOR de Fortaleza. O túmulo foi erguido na primeira quadra, à esquerda da entrada principal da necrópole, identificado pela inscrição, gravada em uma lápide da frontaria (lado norte): “Aqui jazem os restos mortais do benemérito General Antônio de Sampaio, natural da província do Ceará, morto na batalha de 24 de maio em Tuyuty.”

(Foto da 10ª Região Militar).



Figura 28 – Estátua do brigadeiro Sampaio na Praça Castro Carreira em Fortaleza. Foi inaugurada solenemente em 24 de maio de 1900. (Foto da 10ª Região Militar).



Figura 29 – Estatueta do Brigadeiro Sampaio, doada pela turma de 1936 da Escola Militar do Realengo.

(Foto: C Inf/AMAN – 29 Abr 2009).

Abaixo, o autor em visita ao C Inf/AMAN na década de 1980.



Durante visita à AMAN, o Exmo. Sr. Gen Paulo de Queiroz Duarte, primeiro Instrutor Chefe do Curso de Infantaria dessa escola, e o Ten Cel Gabriel Felix Balbuena Alvez, atual Instrutor Chefe, ladeado a estatueta histórica, trazida da antiga Escola Militar do Realengo, junto a um grupo de instrutores do Curso de Infantaria.



Figura 30 – Estandarte histórico da Divisão Encouraçada (3ª Divisão de Exército – Santa Maria – Rio Grande do Sul).



Figura 31 – Estandarte histórico do Regimento Sampaio – 1º Batalhão de Infantaria Motorizado (escola), Rio de Janeiro.

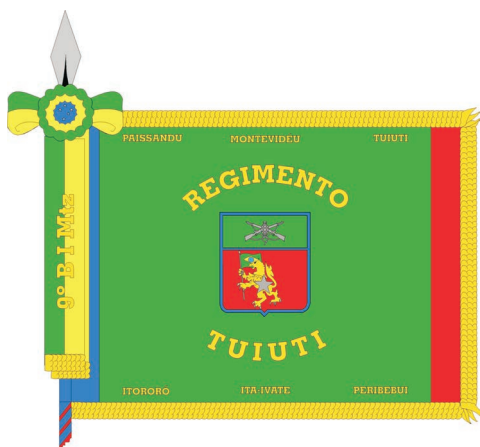


Figura 32 – Estandarte histórico do Regimento Tuiuti – 9º Batalhão de Infantaria Motorizado, Pelotas, Rio Grande do Sul.



Figura 33 – Medalha Sangue do Brasil é destinada aos militares e civis feridos em operações de combate e foi criada em decreto-lei de 5 de julho de 1945 (as três estrelas esmaltadas em vermelho na medalha lembram os três ferimentos recebidos pelo brigadeiro Sampaio em Tuiuti).



Características: Anverso: Sabre das Armas da República. Três estrelas vermelhas, representando os três ferimentos recebidos pelo brigadeiro Sampaio, no dia 24 de maio de 1866, na Batalha de Tuiuti. Dois ramos de pau-brasil, orlando a medalha, lembram a Pátria e as origens de seu nome glorioso. Uma faixa arqueada está inscrita – Sangue do Brasil. Reverso: esfera da Bandeira Nacional, envolvida pelos dois ramos de pau-brasil. A fita é de cor vermelha, com um friso central, dividido em três partes iguais: amarelo, verde, amarelo (Cores Nacionais).



Figura 34 – À esquerda, selos comemorativos dos correios alusivos ao Centenário da Batalha de Tuiuti, em 24 de maio de 1966, e de homenagem ao General Sampaio – Herói de Tuiuti –, em 24 de agosto de 1967, à direita.



Figura 35 – Urna com os despojos de Sampaio é transportada do Cemitério de São João Batista em uma carreta, sob a guarda de cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras, para a Avenida Bezerra de Menezes, local onde foi depositada na cripta de seu monumento – 24 de maio de 1966.

(Foto da 10ª Região Militar).



Figura 36 – Placa colocada em um marco na Fazenda Vitor, local de nascimento de Sampaio, em Tamboril, no Ceará – 19 de maio de 1966.

(Foto da 10ª Região Militar).



Figura 37 – Igreja de Santo Anastácio, em Tamboril, no Ceará.  
(Foto da 10ª Região Militar).

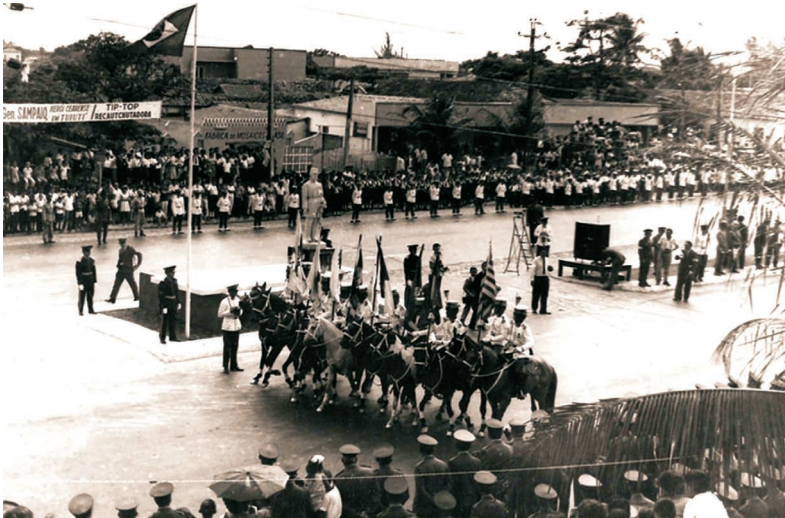


Figura 38 – Cortejo fúnebre é aberto por alunos do Colégio Militar de Fortaleza, montados, empunhando as bandeiras históricas – 24 de maio de 1966.  
(Foto da 10ª Região Militar).



Figura 39 – Monsenhor Joaquim de Jesus Dourado, Capelão Militar, diante da urna funerária de Sampaio procede à encomendação religiosa – 24 de maio de 1966.

(Foto da 10ª Região Militar).



Figura 40 – O governador do Ceará, Virgílio Távora, e o comandante da 10ª RM, General Itiberê, colocam a urna contendo os despojos de Sampaio na cripta de seu monumento – 24 de maio de 1966.

(Foto da 10ª Região Militar).



Figura 41 – O governador do Ceará, Virgílio Távora, e o comandante da 10ª RM, General Itiberê, assistem, com outras autoridades, ao desfile militar em homenagem a Sampaio.

Abaixo os dizeres da placa da cripta.

(Fotos da 10ª Região Militar).



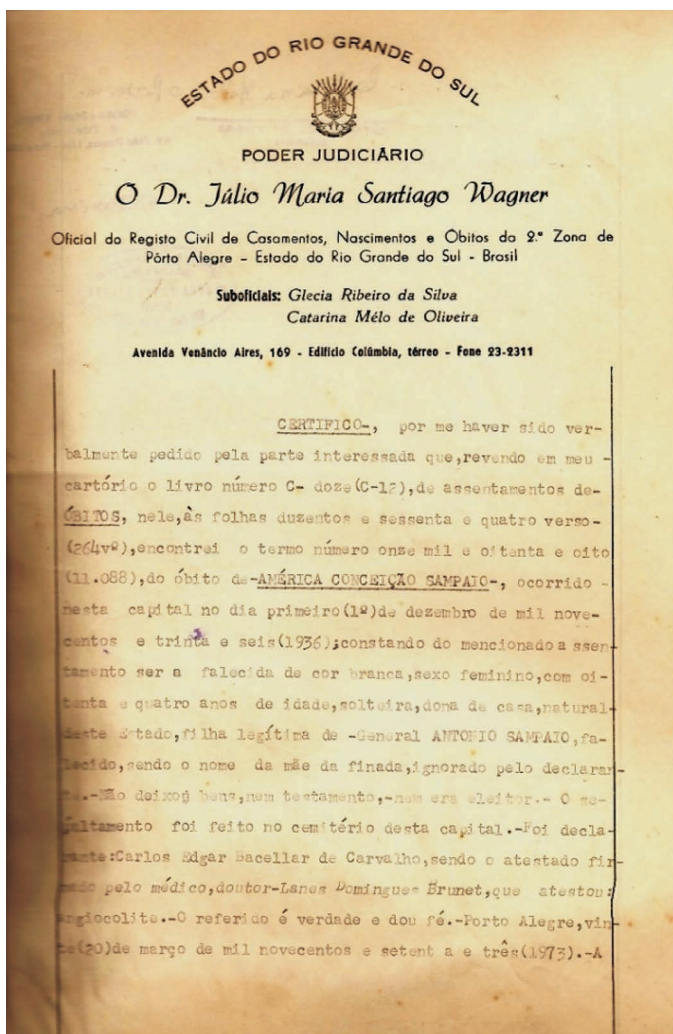


Figura 42 – Certidão de óbito de América da Conceição, filha de Sampaio.

Pedro Carolino Pin-  
to de Almeida, Ma-  
jor Comandante interino  
do 1.º Regimento de Batalhões de In-  
fanteia.

Ex.º Sr.º 1861, que o official abaixo mencionado  
tem no Archivo do Batalhão os assentamentos de seu  
seguinte, os quaes são extractados por motivo de sua  
Reforma.

Estado Maior.

Tenente-Coronel, Olegário Antonio de Sam-  
paio. Nasceu em seis de Março de mil e oitocen-  
tos e quarenta e quatro. Natural do Estado de  
M.ª Paraná. Em 1861. Assentou praça volunta-  
riamente no officio quasi Batalhão de In-  
fanteia estacionado na Provincia do Maranhão,  
em vinte e sete de Julho. Passou a estado de Ex.º  
pra a deus: foy por do Hospital a sete, a dez e  
por, tudo de Dezembro. Em 1862. Promovido a

Figura 43 – Fé de officio de Olegário Antônio de Sampaio, filho do brigadeiro Antônio de Sampaio, existente no Arquivo Histórico do Exército, onde consta sua data e local de nascimento, bem como a data de incorporação voluntária no Exército, em 27 de julho de 1861.

8.º de Maio de 1911

2.

M.ª Sr.º Dr.º Juy.º Distrital (comand.)

P. A. Sim, ovide tambem a P.º Promotor Pu-  
blico, a quem for distribuido.

P. Alegre, 10 de Maio de 1911

Antero Paiva

Antero Paiva de Sampaio, em  
diz a V.ª o seguinte: que no dia 15 de Abril  
de oventa e cinco, faleceu em Florianopolis, cidade  
de Santa Catharina, seu pai, e general de briga-  
da, reformado, Olegário Antonio de Sampaio,  
e em deixar entre bens de testar abgulto, a pa-  
tinha, a mãe por viciadas, e filhos que dei-  
ram de morrer no periodo de 15 de Dezembro de  
1910 até a viciada de seu fallecimento, que são  
de regeremnt que é o mais velho, disseu mais  
deus filhos, de nome Antonio Paiva de Sam-  
paio, official do exercito, e Gabriel Gabriel Paiva  
de Sampaio, furemario publico, ambos, mais  
os, e filhas, que seu pai morreu em estado  
de viuvez, pelo que requer a V.ª se digno  
de deferir-lhe o compromisso de inventariante  
para fazer as declarações de fobres, eminda  
e Juy.º do Promotor Fiscal

P.º que P.º de paga defendida

P. Alegre  
Antero Paiva

10 de Maio de 1911  
Sampaio

Figura 44 – Declaração firmada por Antero Paiva de Sampaio, em 8 de maio de 1911, informando o falecimento do seu pai, Olegário Antônio de Sampaio, filho do brigadeiro Antônio de Sampaio, em 13 de abril de 1911.



Figura 45 – Busto de Sampaio em bronze, pertencente ao acervo do Museu do Curso de Infantaria da Academia Militar das Agulhas Negras, em Resende, no Estado do Rio de Janeiro.  
(Foto do C Inf/AMAN).



Figura 46 – Quadro de Sampaio em bronze, pertencente ao acervo do Museu do Curso de Infantaria da Academia Militar das Agulhas Negras. Ao lado, no detalhe, a data da homenagem ao Patrono do Batalhão de Infantaria da Escola Militar do Realengo – 26 de maio de 1936.  
(Foto do C Inf/AMAN).

do 5º Batalhão de Fuzileiros, que se encontrava em Santo Antônio. O coronel Barros Falcão era o comandante do Corpo de Polícia da província desde 1849.

De outra parte, o exército liberal, no Pasmado, procedeu sua reorganização, distribuindo as forças em três divisões, comandadas por João Roma, Pedro Ivo e Bernardo Câmara. Roma ficou com sua força em Nazaré, Igarassu, Catucá e Recife; Pedro Ivo, com o batalhão de emigrados, as forças de Água Preta e os índios do sul, e Bernardo Câmara, com as forças do Cabo, Escada e Ipojuca.

Na jornada de 11 de fevereiro de 1850, os praieiros penetraram em Goiana, com 600 homens. A guarnição local, surpreendida, só teve tempo de refugiar-se no Convento do Carmo, depois de vigoroso tiroteio. Os sediciosos, então, ocuparam o pavimento térreo, e a guarnição de Goiana finalmente se rendeu, sendo preso o comandante da Praça, alguns oficiais e 40 praças.

Naquela localidade, os liberais apossaram-se de 25.000 cartuchos, cerca de 200 espingardas de calibre 15 e 17 e suprimento de boca para 8 jornadas.

Por sua vez, o tenente-coronel Feliciano Antônio Falcão apreendeu no Engenho Mereré, ao norte do Pasmado, 12 barris de pólvora, razoável quantidade de chumbo e parte do arquivo dos liberais.

Na jornada de 13 de fevereiro, o exército liberal pôs-se em marcha para o norte, com o propósito de atacar a capital da Paraíba. Todavia, o tenente-coronel Falcão, com o 5º de Fuzileiros, seguiu em sua perseguição, ferindo-se um combate no Engenho Pau Amarelo. Livrando-se, os praieiros prosseguiram a marcha para o norte.

Nessa batalha, a força legal sofreu 39 baixas, 8 mortos e 31 feridos; os praieiros tiveram 13 mortos e 30 feridos. Na retirada, abandonaram 52 espingardas, 15 clavinas, 1.000 cartuchos, 1 barril de pólvora e as bagagens.

Prosseguindo para o norte, os rebeldes procederam uma parada em Pedra de Fogo, na divisa com a Paraíba, e tomaram a direção nordeste, entrando em Itabaiana. Atingiram Alagoa Grande, no canto da Paraíba, e na jornada de 17 enviaram dois parlamentares a Areias, a fim de conseguir permissão para acampar nesse local.

No combate de Pau Amarelo, o caudilho João Roma, capitão reformado de 1ª Linha do Exército, foi atingido na cabeça. Em face do ferimento, veio a falecer em 17, sendo enterrado à noite, com honras militares, na Capela da Boa Viagem.

No dia 19 de fevereiro, a força do tenente-coronel Feliciano Falcão acampava em Alagoa Grande. Os homens de sua coluna já se encontravam

alquebrados pela fome, sede e fadiga, em razão da transposição de 23 léguas em terreno árido. Os praieiros não se aproveitaram dessa oportunidade, pois trataram de entrincheirar-se. Feliciano Falcão deu descanso a sua tropa. Na madrugada de 21, marchou sobre Areias e empreendeu um ataque, conseguindo surpreender os praieiros e ocupar a cidade.

Pedro Ivo ficara no Pasmado com sua divisão, composta de índios de Barreiros, Água Preta e Jacuípe, os quais se haviam recusado a acompanhar para o norte o exército liberal.

Enquanto as forças praieiras penetravam no território paraibano, Pedro Ivo seguia com seus homens para Água Preta, por veredas e atalhos pouco conhecidos e transitados, cortando matas virgens, recolhendo elementos extraviados. Esse deslocamento serviu para denunciar a retaguarda da coluna.

Logo que o Governo obteve notícias da marcha de Pedro Ivo, nomeou o tenente-coronel Favilla, que assumiu o comando das operações no sul, ao mesmo tempo que fazia embarcar para o Rio Formoso o 1º Batalhão de Caçadores, do major Coelho Kelly, para operar em conjunção com as forças de Alagoas e de Bonito.

Pedro Ivo, em fim de marcha, ocupou Água Preta sem oposição.

Na jornada de 28 de fevereiro de 1850, a posição de São Bento, em Garanhuns, foi atacada. A força ali estacionada resistiu, e, com a chegada de reforços oriundos de Pesqueira, os praieiros, depois de meia hora de fogo, tiveram de abandonar a posição.

No norte, o tenente-coronel Feliciano Falcão deixou-se ficar em Areias até a jornada de 26 de fevereiro, ocasião na qual seus homens fizeram o saque da cidade.

O exército liberal, derrotado em Areias, empreendeu marcha de regresso, descrevendo uma linha sinuosa para escapar à perseguição das forças estacionadas em Nazaré, enquanto a coluna de Feliciano Falcão, que se demorara em Areias, constituía uma ameaça à retaguarda.

Os praieiros passaram por Natubas e depois, de volta, por Lagoa Seca e, finalmente, por Mata do Catucá.

O comando liberal decidiu deslocar a luta para o sul da província, concentrando suas forças em Água Preta, onde se reuniram os destacamentos do Cabo, Ipojuca e Escada.

Peixoto de Brito deveria partir também para o sul a fim de organizar a resistência, mas acabou seguindo para a Europa no dia 18.

Os três destacamentos em marcha para Água Preta pediram anistia ao presidente da província.

O Governo já havia mandado o tenente-coronel João do Rego Barros Falcão para o sul à frente da Guarda Nacional e fizera seguir para São Lourenço da Mata o 3º Batalhão de Artilharia a Pé, a fim de interceptar o deslocamento das forças liberais; entretanto, estas já haviam passado por aquele ponto.

Nesse meio-tempo, o destacamento alagoano, sob o comando do tenente-coronel Antônio Maia, entrara em Água Preta, na jornada de 13 de março de 1850, sem disparar um só tiro. Os praieiros abandonaram a cidade e se internaram na mata por falta de munição.

A capacidade de resistência dos sediciosos começava a abalar-se. O exército liberal, desmoralizado pelas derrotas, estava reduzido a duas centenas, sem liberdade de movimentos e acuado por todos os lados pelas tropas do governo.

Os remanescentes do norte da província foram derrotados nas cabeceiras do Cabo. Perto de Três Ladeiras, Borges da Fonseca e outros chefes foram presos e enviados para Recife, no dia 30 de março. Na jornada seguinte, à tarde, chegaram à capital, escoltados por 80 homens do 8º Batalhão de Caçadores. Borges da Fonseca ficou preso na fragata *Constituição*.

No sul, sempre acuados, sem munição e sem qualquer esperança, os praieiros de Água Preta foram obrigados a depor as armas.

No dia 1º de abril, Caetano Alves da Silva, comandante de um batalhão praieiro, à frente de 324 homens, apresentou-se ao tenente-coronel Antônio Maria, da força alagoana, a qual ocupava Água Preta.

Por sua vez, os auxiliares imediatos de Pedro Ivo apresentaram-se ao tenente-coronel Azevedo, comandante do 3º Batalhão de Artilharia a Pé, em operações na Comarca de Bonito.

Somente Pedro Ivo continuava isolado nas Matas de Água Preta.

No Recife, organizou-se o processo e julgamento dos cabeças da sedição.

O presidente Honório Hermeto despachou para o sul da província o general José Joaquim Coelho, com uma coluna, para ocupar os Engenhos dos Afonsos, União e Sibiré, de onde partiam reforços para Água Preta.

Às vésperas do ataque geral das forças legais, o tenente-coronel Pedro Antônio, pai de Pedro Ivo, apresentou-se ao general Joaquim Coelho, afirmando que vinha em missão do governo da Bahia para tentar convencer o filho a depor as armas. Pedro Antônio escreveu ao filho, mostrando-lhe a inutilidade da resistência, e pediu-lhe que se apresentasse às autoridades.

Tendo marcado um encontro em Japaranduba, mas seguindo caminho diferente, foi alvejado e ferido por uma guerrilha. O ataque das forças legais realizou-se como previsto, resultando na completa dispersão dos homens de Água Preta.

Pedro Antônio, transportado em uma rede, foi encontrar-se com o filho nas Matas do Jacuípe. Pedro Ivo e um companheiro seu seguiram para Maceió por terra, onde embarcaram na charrua *Carioca* para a Bahia. De lá, seguiram para a Corte no navio *São Salvador*.

Ao chegar à Guanabara, o navio foi detido, para que os revolucionários desembarcassem em um escaler que os esperava para conduzi-los à Fortaleza de Santa Cruz.

Mais tarde, o chefe de Polícia da Corte foi àquela fortaleza a fim de lhes comunicar o decreto de anistia, o qual conservava Pedro Ivo no posto de capitão do Exército, mas sob a condição de permanecer 10 anos no Pará. Imposição essa que Pedro Ivo não aceitou, recusando-se a assinar o termo exigido para a efetivação da medida. Foi então transferido para a Fortaleza da Laje e submetido a Conselho de Guerra, que o condenou, por deserção e rebeldia, à expulsão do Exército e à morte por enforcamento; no entanto, essa pena foi reformulada pelo Conselho Superior Militar para 10 anos de prisão em uma fortaleza ou praça de guerra.

Os liberais, na Corte, tramaram a fuga de Pedro Ivo. Auxiliados com o concurso de um escaler, desembarcaram na Praia de Botafogo. O fugitivo esteve escondido em São Cristóvão, depois em uma Fazenda na Serra da Estrela e, finalmente, na Fazenda Marambaia. Certa noite, abandonou o esconderijo com auxílio de amigos, tomou passagem na barca italiana *Vesúvio* e rumou para Gênova. Com Pedro Ivo seguiu um escravo seu, de nome Teodoro. Cardíaco, alguns dias depois, ainda em viagem, veio a falecer. Seu cadáver foi atirado ao mar na altura da Paraíba do Norte, no dia 3 de março de 1850.<sup>5</sup>

Modernamente, a Insurreição Praieira tem sido interpretada como um movimento autonomista e federativo, como a luta da burguesia comercial contra os grandes senhores de terra pela tomada do poder. Esse foi o resultado a que chegou Caio Prado Júnior.

Participando das ações finais do 5º Batalhão de Fuzileiros, do qual fazia parte, na situação de adido, desde 23 de março de 1850, o capitão Antônio de Sampaio pouco tempo serviu nessa Unidade, pois por Decreto de

1º de julho do mesmo ano era transferido para o 2º Batalhão de Infantaria, da guarnição da Corte.

Antes de ser desligado do 5º de Fuzileiros, sob o comando de seu antigo chefe, tenente-coronel Feliciano Antônio Falcão, foi o capitão Sampaio elogiado no círculo dos oficiais do Corpo “por ter praticado uma ação de verdadeiro mérito militar”, segundo ofício do comandante das Armas da Província de Pernambuco daquela data.

Todas essas alterações ocorridas com Sampaio em Pernambuco tiveram a influência amiga do tenente-coronel Feliciano Antônio Falcão, que lhe devotava sólida amizade, consolidada nos inúmeros embates no Maranhão por ocasião da repressão à Balaiada. Fora chamado de Jaguarão para o Recife; classificado no 2º de Fuzileiros e atuou adido ao 5º de Fuzileiros, então comandado por Feliciano Falcão. Assumindo este o comando do 2º de Fuzileiros, estava novamente o capitão Sampaio sob o comando do velho camarada de lutas.

Esteve este envolvido na repressão praieira de Pernambuco até 26 de julho de 1850, data na qual seu batalhão se recolheu à cidade do Recife.

Desde fevereiro, o general Antônio Correia Seara<sup>6</sup> havia assumido o Comando das Armas de Pernambuco. Essa alteração foi publicada no *Diário de Pernambuco*, na segunda-feira, 29 de abril de 1850.

Em 6 de setembro de 1850, o Comando das Armas, com Quartel-General na cidade do Recife, publicava a Ordem do Dia nº 86:

Amanhã, os corpos abaixo designados se acharão postados na Praça Boa Vista, formando duas divisões e quatro brigadas, pela maneira seguinte: a 1ª Divisão, que será comandada pelo Sr. coronel e comandante superior da Guarda Nacional deste município, Francisco Jacinto, se comporá da 1ª Brigada, formando os esquadrões 1º, 2º e 3º Batalhão da Guarda Nacional, e a 2ª Brigada pelo 4º, 5º e 6º batalhões da mesma Guarda Nacional, ambos sob os comandos dos respectivos chefes de legiões.

A 2ª Divisão, comandada pelo Sr. coronel graduado José Ferreira de Azevedo, se comporá da 3ª Brigada, formada pelo Corpo de Polícia e o 5º Batalhão de Fuzileiros do Exército, sob o comando do tenente-coronel Feliciano Antônio Falcão, e a 4ª Brigada, composta do 1º e 2º batalhões de Caçadores e da companhia fixa de Cavalaria do Exército, comandada pelo Sr. tenente-coronel Antônio Maria de Souza.

(a) Francisco Carlos Bueno Deschamps, capitão ajudante de ordens.

Essa ordem do comandante das Armas visava às solenidades pelo dia 7 de setembro.

Foi a última formatura de que participou o capitão Antônio de Sampaio em Pernambuco. Já sabia de sua transferência, pois *O Diário de Pernambuco*, da terça-feira, 30 de julho de 1850, havia publicado a seguinte nota:

Da relação dos oficiais que por decreto desta data, passaram de uns para outros Corpos do Exército:... para o 2º Batalhão de Fuzileiros, o capitão do 4º da mesma Arma Antônio de Sampaio para a 6ª Companhia.

Palácio do Rio de Janeiro, em 1º de julho de 1850.

(a) Manoel Felizardo de Souza e Mello.

Segundo o general Mello Rego,<sup>7</sup> a Rebelião Praieira custou ao Tesouro Nacional 2.000 contos de réis e a perda de 814 vidas, segundo os mapas oficiais, e 1.701 feridos. Nesse número de mortos, 312 pertenciam às forças legais e 502 aos rebeldes; no entanto, elas devem ter sido maior do que o consignado nos mapas, pois muitos dos feridos vieram a falecer mais tarde.

O que não se conhece, por não se poder avaliar devidamente, foi a perda econômica, o prejuízo que sofreu a Província de Pernambuco na colheita de sua produção agrícola. A revolta dera-se precisamente na quadra da safra, de novembro a março, alastrando-se pela zona açucareira, de modo que grande foi o número de engenhos que precisaram interromper os trabalhos de moagem, perdendo parte das canas.

Ela acarretou grande perturbação na colheita diversificada, agravada pelas dificuldades de transporte que, naquele tempo, era realizado quase todo nas costas de animais e muito pouco por água.

Quanto ao resultado político, a rebelião foi um autêntico suicídio do Movimento da Praia.

## CAPÍTULO 8

CAMPANHA CONTRA ROSAS. A SITUAÇÃO INTERNA DA ARGENTINA SOB A DITADURA DE D. JUAN MANUEL ORTIZ DE ROSAS. A INTERVENÇÃO CONTRA ORIBE NA BANDA ORIENTAL. O CONVÊNIO DE 29 DE MAIO DE 1851. CAXIAS PRESIDENTE DO RIO GRANDE DO SUL E COMANDANTE DO EXÉRCITO PACIFICADOR. A MARCHA DO EXÉRCITO IMPERIAL ATRAVÉS DO URUGUAI ATÉ A COLÔNIA DO SACRAMENTO. O CAPITÃO SAMPAIO SEGUE NAS FUNÇÕES DE ASSISTENTE DO DEPUTADO DA 4ª BRIGADA. A FORMAÇÃO DA DIVISÃO DESTINADA A REFORÇAR O EXÉRCITO DE URQUIZA. SAMPAIO MARCHA COM O 7º BATALHÃO E COM ELE PARTICIPA DA BATALHA DE MONTE CASEROS. O DESFILE PELAS RUAS DE BUENOS AIRES. NO REGRESSO, AINDA EM MONTEVIDÉU, SAMPAIO, NO 2º BATALHÃO DE FUZILEIROS, PASSA A EXERCER AS FUNÇÕES DE ASSISTENTE DO DEPUTADO DA 3ª BRIGADA. A PROMOÇÃO POR MERECEIMENTO AO POSTO DE MAJOR E A INCLUSÃO NO 4º BATALHÃO DE INFANTARIA DA 3ª BRIGADA. O ESTACIONAMENTO NA VILA DE CAÇAPAVA E O COMANDO INTERINO DO BATALHÃO.

No início do ano de 1850, grande parte do Exército Imperial encontrava-se na Província de São Pedro do Rio Grande em consequência da luta contra os farrapos.

Desde 1842, quando o Barão de Caxias encontrava-se entregue à difícil e ingente missão de pacificar o Rio Grande do Sul, chegavam ao gabinete de 23 de março de 1841, no Rio de Janeiro, queixas contra o procedimento de D. Juan Manuel Ortiz de Rosas, ditador de Buenos Aires, e seu lugar-tenente Manuel Oribe, que agia por sua ordem na Banda Oriental.

A Regência e o Imperador D. Pedro II nos 10 primeiros anos de seu governo haviam conseguido afinal vencer o longo e delicado período da nossa reorganização política. Estavam debeladas as lutas domésticas que

tão violentamente agitaram o País de norte a sul, graças à operosidade, ao grande patriotismo dos chefes do Exército e da Marinha Imperial e ao sacrifício das tropas e guarnições navais postas em ação para sufocar as inúmeras sedições internas. Estas espocaram em quase todas as províncias, no lapso de 14 anos a partir de 1831, desde a abdicação de D. Pedro I.

A partir de 1850, entraram na ordem os partidos políticos, e o aparelhamento constitucional começou a funcionar tão normalmente que chegou a dar a ilusão de o Império estar definitivamente consolidado e o regime instituído ser o definitivo.

Isso posto, se seguiram duas décadas, 1850-70, de sérias complicações no exterior, e incontestavelmente esse derivativo do sentimento geral foi o mais valioso fator na conciliação de nossa paz interna.

Não poderia mesmo deixar de ser chocante aquele contraste ao se ter o Império que enfrentar conflitos com outras nações vizinhas do hoje chamado Cone Sul. Enquanto o trabalho de formação política em quase todas elas continuava rude e amargurado, havia o Brasil conseguido regularizar sua vida interna, sob o sistema a que se atribuía pelo menos a virtude de assegurar, com a unidade política, um território de dimensões continentais, as vantagens que decorriam de uma autoridade fortemente constituída, acima da contingência dos partidos, e como centro de instituições que nunca foram menos livres do que quaisquer das que se andavam ensaiando com tanto sacrifício entre outros povos coirmãos. Não era, pois, de se estranhar que o Brasil fosse visto com certa suspeita pelas nações vizinhas, ainda mais quando é certo que, além de tudo, se tornara depressa o país mais rico e mais forte, sob o ponto de vista militar, da América Latina.

Para agravar entre algumas dessas nações semelhante suspeita, ocorreu ainda a circunstância de Portugal nos haver deixado um grande número de questões, principalmente de limites, a serem dirimidas, muitas das quais tão intrincadas que o Império necessitou ir adiando até transmiti-las à República.

Entre as que precisou se haver o Governo Imperial, a de mais urgência e gravidade estava exatamente em nossa fronteira do extremo meridional. Não havia ali apenas a demarcação a ser efetivada; mais difíceis do que isso, subsistiam uns tantos dissídios nos quais se haviam posto as populações limítrofes desde a revolução da Independência.

Ao separar-se da Espanha, muito se esforçaram os patriotas de Buenos Aires para unir em um só Estado todas as províncias do antigo Vice-Reinado

do Prata. Ao Império naturalmente não convinha, pelo espírito da tradicional rivalidade que sempre dividira os contíguos domínios das duas antigas metrópoles, que ali se formasse uma grande nação capaz de inquietá-lo. Aproveitou-se para tanto do sentimento regionalista que se fortalecera na Banda Oriental e no Paraguai e tratou de obstar que essas duas províncias se juntassem à de Buenos Aires.

O Paraguai desde logo se separou, ficando isolado e seguro graças à tirania reclusa de Francia. Na Banda Oriental, ainda foram menos felizes os argentinos. Lá eram mais fortes os elementos com que contava o Império e por isso mais precisa e desassombrosa a política imperial, conseguindo incorporar ao seu território a província que desde muito disputara. Os argentinos, perturbados com questões domésticas, nada puderam fazer. Não obstante, continuaram a nutrir a velha aspiração.

Não demorou muito para que tomassem a causa dos patriotas uruguaios, no intento de reconquistá-los definitivamente. Precisaram então travar conflito com o Império: “Esse conflito só se resolveu pela independência da Banda Oriental do Uruguai, ajustada e garantida pelos dois disputantes.”<sup>1</sup>

No entanto, nem por isso a República da Argentina se desiludiu das esperanças. Ainda mais quando viu o novo Estado entregue à desordem feroz da caudilhagem, tal como antes. O Paraguai certamente estava perdido para sempre, passando a até se constituir em temerário adversário, ameaçando perigosamente os vizinhos do Prata. Todavia, o Estado Oriental não poderiam os argentinos perder de vista. Ali, a anarquia somente se amainou durante os anos da ocupação brasileira. Em 1828, resolvido o pleito com os argentinos, entrou a antiga Cisplatina a se organizar como nação soberana.

Entretanto, a paz na jovem nação não durou muito por causa dos entretuchos das forças dirigidas pelos chefes que não sabiam bem o que queriam, tal a ambição desmedida do mando.

Na Argentina, a revolução de maio de 1814 despertara a sonolenta população da colônia com o rumor de suas armas e de sua estranha retórica. A mocidade levantou-se, falando em martírio, liberdade, crueldade dos tiranos e direitos do homem, toda a geração de D. Juan Manuel Ortiz de Rosas, menos ele. Durante o decênio de 1810-20, a juventude combateu o triunfo das ideias revolucionárias, ora em plena efervescência, ora comprimida ao sabor das circunstâncias do momento. E o jovem Juan Manuel, nascido em 1793, retraído em sua estância entre peões e índios, na intimidade das forças da natureza,

apenas lançava um olhar; parecia indiferente ao ambiente social e político da desordem e indisciplina como se esses dois produtos daquela época de transição os afastasse da vida política.

A revolução da independência da Argentina processou-se na cidade, no seio da mocidade mais ou menos instruída. Quando chegou a agitar o âmago das populações rurais, produziu-se uma verdadeira guerra social e a pior anarquia. Foi nesse tempo que as massas gaúchas hastearam as bandeiras vermelhas do caudilhismo, guerreando sem cessar a civilização urbana e as doutrinas políticas europeias.

Rosas passou então a ser o expoente máximo dessa reação social contra a direção cidadina; era o domínio da barbárie do pampa sobre a cultura do litoral.

No dia em que essa supremacia, inflamada por seu êxito, resolveu passar à fronteira argentina e dar os primeiros passos para o norte, as sentinelas do Império, que era o grande foco da cultura e da civilização da América meridional, bradaram às armas. Sob as brasonadas bandeiras auriverdes, marcharam as infantarias nortistas e as cavalarias rio-grandenses, restabelecendo-se novamente o equilíbrio no continente. Toda vez que qualquer caudilho quis ultrapassar além do seu âmbito próprio, o Brasil imperial abateu-o: assim foi com Artigas, com Rosas e, por fim, com López, todos abatidos por nossas forças.

Rosas tomando o poder pela primeira vez em 1829 como governador de Buenos Aires, depois de lutas e de porfiadas disputas políticas, entendeu que a nação não passava de uma estância maior e começou a aplicar-lhe os processos administrativos e disciplinares aos quais se acostumara na fazenda ancestral. Nesse primeiro período de administração, deu sinais de seu plano preconcebido de expansão territorial o qual amadureceria mais tarde em esforços constantes para a reconstrução da unidade do antigo Vice-Reinado do Prata, protegendo o Uruguai das irrequietas pretensões políticas de Lavalleja contra o governo de Rivera.

Em dezembro de 1832, seus amigos quiseram reelegê-lo, porém ele fingiu desinteresse e recolheu-se à estância, anunciando encerrada sua carreira política.

Sucedeu-lhe o tímido e indeciso Balcarce que, para evitar a inação do ex-governador, possível geradora de intrigas e de novas ambições, conferiu-lhe o comando de uma expedição militar contra os índios do Sul. Rosas pôde

assim reunir forças com as quais agiria depois contra o poder constituído, tornando-se, como desejava, único árbitro dos destinos da pátria.

Em 1833, enfraquecido e humilhado, Balcarce caiu, e Rosas recusou a sucessão. A anarquia resultante servia aos desígnios do caudilho, apoiado por diversos militares, cujos instintos desaçaimaram na campanha contra os selvagens. Ele aguardava o momento propício para tomar conta do poder como salvador da nação e exercê-lo despoticamente. Foi eleito Viamonte, a quem fez vigorosa oposição.

Enquanto isso acontecia na Argentina, a anarquia imperava no Uruguai, onde caudilhos militares disputavam o governo, e Oribe, apelidado o Corta-Cabeças, obedecia à influência rosista. D. Encarnación, esposa de Rosas, foi a egéria<sup>2</sup> desse tumultuoso período de lutas fratricidas. Considerando Viamonte um homem sem energia, mais filósofo do que estadista, aconselhou o marido que aproveitasse o conselho do intrigante Tibúrcio Ochoteca, fundando a famigerada La Mazorca — Mais Força! —, braço armado da Sociedade Popular Restauradora, com cujo apoio escalaria célere o posto ambicionado.

Segundo escreveu um historiador, os indivíduos dessas associações “depois de beber e comer saíram à rua ébrios, cometendo as piores violências contra as pessoas filiadas ao partido unitário, com gritos, alaridos e imprecações”. Lisonjeado pelo chefe supremo, a plebe tinha fascinação por ele, sobretudo os negros, que o tratavam com grande carinho.

Continuando a fingir que nada queria e a urdir intrigas na política uruguaia, passo a passo se aproximava da suprema direção do país.

Depois do assassinato de Facundo Quiroga, o *Gaúcho Malo*, o semi-selvagem que Sarmiento tão bem retratou, único chefe que lhe podia fazer sombra, Rosas recebeu da *Honorable Sala de los Representantes* os poderes públicos pelo prazo de cinco anos. Enfaixava, enfim, em suas mãos de tirano todas as atribuições governamentais.

Corria o ano de 1835, o Império debatia-se nos tumultos políticos regionais no interregno da Regência. Borbulhava no Rio Grande do Sul a rebelião dos Farrapos, que deveria trazer durante dois lustros o Governo Imperial em desassossego, e da qual um dos chefes — o de maior poder —, Bento Gonçalves, participara de quase todas as intrigas uruguaias, ao lado de Rosas, contra Rivera.

Senhor absoluto do temporal e senhor absoluto do espiritual por meio dos sacerdotes que o bajulavam, o ditador começou a praticar a horrenda

série de crimes e de sacrilégios que pintaram nas páginas da história americana sua figura de sangue e de lama. Do seu reinado Julio Maria Sosa deixou este quadro sugestivo:

A liberdade política, os direitos dos cidadãos, a dignidade do povo, o decoro da nação, a vida e a propriedade dos homens, o respeito a toda instituição popular e até a honestidade privada, o sacrário do lar, o pudor das mulheres, eram para Rosas tolices indignas, de serem tomadas em consideração, e tudo foi por ele vilipendiado.

Fuzilamentos, degolamentos, apunhalamentos, torturas as mais infames praticavam todos os dias seus sectários. E tudo se cometia, endeusando o déspota: Herói do Deserto, Restaurador das Leis, Grande Americano, ao mesmo tempo que designavam seus opositores como “selvagens unitários”.

Continuar a política de anarquizar o Uruguai, auxiliando Lavaleja e Oribe, incitando Bento Gonçalves, que a Regência do Brasil, fraca e atormentada de rebeliões, não podia conter, até que Manuel Oribe foi guindado à presidência. Tinha um homem seu à testa do país que cobiçava. E a guerra civil dos Farrapos encheu-o de júbilo. Ajudou-a conforme pôde, pois ela, perturbando a vida do Império, afastava o maior empecilho à realização dos seus planos de restauração do antigo vice-reinado espanhol.

A campanha que em 1851 o Império fez contra ele foi ditada pela necessidade de impedir a formação de um Estado poderoso em suas fronteiras. Em razão disso, nossos estadistas mantiveram ciosamente a independência do Uruguai, fruto do choque de rivalidades luso-castelhanas na Região do Prata, bem como fomentaram e facilitaram a separação do Paraguai; enfim, levaram nossas baionetas vitoriosas às ruas de Buenos Aires, derrubando para sempre o caudilho ensanguentado que ousara planejar a reunião de todos os territórios da antiga colônia de Castela.

A orgia de sangue continuou anos seguidos em Buenos Aires. A anarquia desenfreada campeou na Banda Oriental do Uruguai. A rebeldia prosseguia em cruéis alternativas nos pampas gaúchos. E a nossa política externa, hesitante por lhe faltar a paz interna, deixou que se fossem acumulando as dificuldades a resolver.

O Paraguai, declarado independente, mantinha-se sob a cautelosa tirania de Francia no seio de suas selvas e esteros, pouco se importando de que o ditador de Buenos Aires não reconhecesse sua independência e o ameaçasse.

Mais próximo das vistas e mais cobiçado, o Uruguai debatia-se nas chamas da guerra civil. Oribe deixara por fim seu governo que Rivera assumiu, mas protestou e, com o auxílio de Rosas, veio novamente ensanguentar aquela infeliz terra. O Corta-Cabeças era digno do Tigre de Palermo. Marchou sobre Montevideú e sitiou-a. A cidade resistiu a ele impávida 10 longos anos, merecendo por isso a alcunha de Troia Americana.

Em novembro de 1842, o Barão de Caxias iniciou a pacificação da Província da Rio Grande do Sul, e as queixas contra o procedimento de Rosas e de seu títere, Oribe, aumentavam continuamente de vulto. Seus emissários procuraram sublevar os escravos de nossa região fronteiriça; seus sequazes matavam e roubavam brasileiros, e além disso prosseguiam na tentativa de incorporar a Banda Oriental, bem como as pretensões de anexação do arredio Paraguai, considerado sempre pelo ditador de Buenos Aires província rebelde.

A guerra contra Rosas era só questão de oportunidade; aguardavam os estadistas brasileiros que a paz doméstica fosse definitivamente consolidada. Isso aconteceu no início de 1845, quando os Farrapos, exausto pelo seu hercúleo esforço, não mais puderam oferecer resistência ao forte Exército, posto sob às ordens do Barão de Caxias.

Nessa oportunidade, do campo de Ponche Verde, David Canabarro previnha, em proclamação oportuna que ficou célebre, a seus companheiros que “um poder estranho ameaçava a integridade do Império”.

Esse poder estranho era Rosas, diante de quem cinco anos mais tarde a Inglaterra e a França capitulariam, cedendo a tudo que era exigido a elas.

A barbárie dos pampas que ele representava quase estourou de orgulho.

Diante dos saques e malefícios praticados contra nossos estancieros residentes no Uruguai, cujo gado, tomado à força, alimentava os sitiantes da Troia Oriental, os sul-rio-grandenses insurgiram-se, e o Barão de Jacuí — Francisco Pedro de Abreu —, célebre guerrilheiro gaúcho, invadiu a Banda Oriental, em desforra, por meio de razias ou *califórnicas* que ficaram famosas, embora suas forças fossem batidas em uma dessas expedições.

O primeiro passo para a intervenção, que se tornava imprescindível e inadiável nos negócios do Prata, deu-o o Império, declarando não consentir que Oribe se apoderasse de Montevideú, concedendo a seus defensores a subvenção que a França lhes havia cortado.

Em 1850, Rosas repetiu a farsa que vinha representando, ameaçando renunciar para que seus comparsas e aduladores instassem para que ele

continuasse no poder. Dessa feita, Justo José de Urquiza, governador de Entre Ríos, e Virasoro, governador de Corrientes, não concordaram com a comédia da reeleição de Rosas e trataram de procurar o apoio financeiro e militar com o governo brasileiro.

No Brasil, estava na vigência o Gabinete de 29 de setembro de 1848, cujo presidente era o Visconde de Monte Alegre, José da Costa Carvalho, ministro do Império. Desse gabinete fazia parte o deputado Manoel Vieira Tosta como ministro da Marinha.

O imperador, por decretos de 15 e 16 de junho de 1851, nomeou o marechal de campo, Conde de Caxias, presidente da Província do Rio Grande do Sul e comandante em chefe de todas as forças existentes naquela província, bem como para a Força Naval o chefe de Esquadra John Pascoe Grenfell, que já se encontrava no Prata.

Na ocasião, o Exército Brasileiro encontrava-se quase todo na Província do Rio Grande do Sul. A Guerra dos Farrapos, de longa duração, exigira a presença de considerável força no teatro de operações.

O Exército contava então com 15 batalhões, numerados de 1 a 15, sendo os 8 primeiros de Fuzileiros e os 7 restantes de Caçadores.

Pouco antes, o Governo contratara na Europa mil mercenários alemães que na organização de 1851 passaram a formar um batalhão, o 15º de Caçadores, e um Corpo de Artilharia, o 2º Regimento de Artilharia a Cavalos.

A numeração dos batalhões de Fuzileiros não sofreu alteração, mas a dos Caçadores foi modificada. O 1º passou a ser o 9º; o 2º, o 10º; o 5º, o 11º; o 4º, o 12º; os 3º, 6º e 7º reunidos passaram a formar o 13º e o 14º e, por fim, o 15º passou a ser de alemães. Algumas localidades da parte meridional da Província do Rio Grande do Sul, tais como Jaguarão, Rio Grande, Pelotas, Canguçu, Bagé, São Gabriel, Santana do Livramento e Uruguaiana, receberam as tropas disponíveis, de que se serviria o Conde de Caxias para organizar seu exército de operações.

Além das ameaças resultantes da presença do Rosas, tinha o Império grande interesse na questão da abertura da navegação do Rio Paraná, de capital importância para o Brasil, por ser o caminho mais fácil de comunicação com Mato Grosso.

À queda do Partido Liberal, oposto à intervenção, sucedeu o Gabinete Olinda, em 6 de outubro de 1848. O visconde com esse nome comungava das mesmas ideias. O imperador, querendo o contrário, livrou-se dos dois e reco-

nheceu os poderes de Andrés Lamas, com quem logo, em 19 de fevereiro de 1850, entrou Paulino Soares de Sousa a se corresponder.

Os opositores à intervenção concordaram, porém, com uma política manhosa e fatal de preparar o Paraguai para atirá-lo contra Rosas ou para resistir a seus ataques. Para esse fim, já lá estava nosso representante Pimenta Bueno a lisonjear o ditador Carlos López, a assenhorear-se do seu ânimo e a preparar a nação com os recursos extraordinários de defesa no interior do país, sobretudo no Rio Paraguai.

Chefes militares brasileiros, como Cabrita, Soares Pinto, Porto Carrero e outros, europeus, também trabalhavam como construtores de várias obras, inclusive concluindo a formidável Fortaleza de Humaitá, destinada a barrar o acesso a Assunção.

Ao mesmo tempo, haviam sido reencetadas negociações com o Uruguai por Herrera y Obes, em Montevideú, e, segundo conversas de Andrés Lamas com o imperador no Rio de Janeiro, ficou-se sabendo que o ditador entrerriano desejava garantias de ser o chefe do Exército a entrar em operações e o organizador da República da Argentina, depois da vitória.

Afinal, em 29 de maio de 1851, foi assinado o convênio por aquele representante da Banda Oriental, pelo nosso, Rodrigo de Souza da Silva Pontes, e Antônio Cuyas y Sampere, por Urquiza, associando-se a Banda Oriental, o Brasil e as Províncias de Corrientes e Entre Ríos para a pacificação do Uruguai e manutenção de sua independência. Isso obrigou Urquiza a reconhecer a soberania do Paraguai, garantida pelo Brasil e pela Banda Oriental, com o compromisso da defesa em comum aliança contra qualquer dos aliados que fosse atacado pelo ditador de Buenos Aires.

Esse tratado anômalo, firmado entre um país soberano, duas províncias argentinas e uma cidade, a de Montevideú, obrigou o Império a intervir em questões internas de seus vizinhos, em puro e exclusivo interesse da dinastia e mui pouco no daqueles, porquanto esta legou à República nossas lindes indemarcadas e litigiosas.

Em abril de 1851, velejava nossa Esquadra para o Rio da Prata a mando de Grenfell; em junho, partiria da Corte o Conde de Caxias<sup>3</sup> para o Rio Grande do Sul, como presidente e comandante do Exército Pacificador do Uruguai.

Em 6 de maio, o Decreto nº 785 atribuía nova Divisão Militar Territorial. Até então, existiam apenas Comandos de Armas na Corte, no Rio Grande do Sul, em Mato Grosso, na Bahia, em Pernambuco e no Pará. Por esse diploma

legal, as províncias passaram a constituir esses distritos, e cada um correspondia a um Comando de Armas. A Província do Rio Grande do Sul passou a ser o 1º Distrito Militar. Essa divisão alcançou a República.

A concentração do Exército Brasileiro iniciou-se em setembro de 1851. Com pequena exceção, quase todas as unidades estavam na província do Rio Grande do Sul.

Na expedição de suas ordens do dia, o Conde de Caxias não levou em conta as qualificações de Fuzileiros e Caçadores, designou todas essas unidades de batalhões de Infantaria.<sup>4</sup> Não obstante, diferenciavam-se nos traços gerais da indumentária e do armamento. Assim, os Fuzileiros usavam correamento branco, paramentos vermelhos, carabina longa, baioneta triangular e terçado, bem como suas bandas tocavam tambores, ao passo que os Caçadores usavam correamento pretos, paramentos verdes ou amarelos, fuzil curto, rifle e cornetas. Os Fuzileiros constituíam a Infantaria Pesada; os Caçadores, a Infantaria Ligeira. Entretanto, nessa campanha não houve preocupação tática em prescrever seus empregos, logo, não passaram de corpos de Infantaria.

O Conde de Caxias, depois de viagem a bordo do vapor *Imperatriz*, em 29 de junho, desembarcou em Porto Alegre. Na jornada seguinte, tomou posse dos cargos, recebendo-os do chefe de divisão Pedro Ferreira de Oliveira, na qualidade de 25º presidente da província.

Chegando ao Rio de Janeiro, o capitão Antônio de Sampaio apresentou-se ao 2º Batalhão de Fuzileiros, da guarnição da Corte e, com sua Unidade, viajou em 18 de setembro de 1850 para o Sul, indo com ela acampar na Vila de São Gabriel.

Já, em 3 de fevereiro de 1851, era o capitão Sampaio nomeado para as funções de major assistente do deputado da 4ª Brigada. Seu soldo nessa qualidade correspondia à importância de 90\$000.

Em março de 1851, era comandante das Armas do Rio Grande do Sul o marechal de campo Antônio Corrêa Seára, cujo QG estava instalado na Vila de Bagé. Nessa data ele deu nova organização às forças existentes na província, com a Ordem do Dia nº 17, expedida a 1º daquele mês.

O Exército estacionado no Sul foi então organizado em seis brigadas.

A 4ª Brigada, da qual o capitão passara a ser o assistente de deputado, era comandada pelo coronel Manoel Muniz Tavares e formada do 2º e 7º batalhões de Fuzileiros. Este estava sendo comandado pelo tenente-coronel João Guilherme Bruce, que ainda permaneceu por algum tempo em Porto Alegre.

Quando o Conde de Caxias assumiu as funções de comandante em chefe do Exército em Operações, a força numerava 16.200 homens, assim repartidos: Infantaria, com 6.500; Cavalaria, com 8.900 (incluindo os corpos da Guarda Nacional da província), e Artilharia, com 800 homens e 23 bocas de fogo.

A concentração do Exército em Operações efetivou-se em setembro de 1851, formando 4 divisões, com 14 brigadas.

De acordo com a Ordem do Dia nº 15, de 26 de agosto, baixada pelo QG em Santana do Livramento, o Exército continuou com as 14 brigadas. E o 2º Batalhão de Fuzileiros, do capitão Sampaio, passou a figurar com o 13º de Caçadores, na 3ª Brigada.

As 1ª, 2ª, 5ª e 6ª brigadas formavam a 1ª Divisão, cujo comandante era o marechal Bento Manoel Ribeiro que, em 21 de agosto, estava nas bordas do Arroio Sarandi. Havia o marechal chegado recentemente de São Gabriel, de onde havia partido ao encontro de Caxias, com uma coluna de 6.000 homens, formada do 2º, 5º, 6º, 7º e 12º batalhões de Infantaria e o 3º e 4º regimentos de Cavalaria Ligeira. Essa força, trazida por Bento Gonçalves de São Gabriel, ao atingir o Sarandi foi passada em revista, na jornada de 21 de agosto, às 6h30min pelo Conde de Caxias, que para isso se deslocara de Santana.

Em 6 de setembro, o grosso do Exército encontrava-se estacionado abaixo da origem do Arroio Taquarembó, principal afluente da margem setentrional do Rio Negro. Na jornada seguinte, Dia da Independência, pusera-se em marcha e depois de vencer 1,25 léguas estacionou debaixo de chuva. A data festiva, comemorativa ao 29º aniversário da nossa Independência, não foi saudada por escassez de pólvora.

Em 15, cerca de 16h, o Conde de Caxias passou em revista toda a Infantaria da 1ª Divisão, constituída dos batalhões 2º, 5º, 6º, 11º e 13º. Finda a cerimônia, fizeram essas unidades vários exercícios em marchas e evoluções, que se estenderam até depois do ocaso do sol. Em 28 de setembro, finalmente a 1ª Divisão iniciou a transposição do Rio Negro, no Passo Polancos, em marcha para Colônia do Sacramento.

No dia 10 de outubro, em consequência de ofício recebido de Montevideu na noite de 9, o Conde de Caxias partiu para o Cerro, a fim de conferenciar com o general Urquiza. Ao partir, o marechal Bento Manoel Ribeiro, comandante da 1ª Divisão, recebeu instruções para prosseguir na marcha em direção ao Rio Santa Luzia. No dia seguinte, o grosso do Exército atingia a margem

direita do Gi, maior tributário do Rio Negro. A Infantaria da 1ª Divisão já se encontrava acampada na margem oposta.

Em 14, o marechal Bento Manoel recebeu carta de Grenfell, informando-o do término da luta entre Oribe e o governo de Montevideu por haver aquele se rendido com todas as forças argentinas do general Urquiza.

Tudo isso acontecera por haver o exército de Urquiza se antecedido ao de Caxias na invasão da República Oriental. Como não queria Urquiza deslealmente esperar o auxílio do Exército Brasileiro, firmara com Manuel Oribe a capitulação em 10 de outubro, quando o Exército Imperial já havia penetrado no Uruguai para libertá-lo. O chefe entrerriano rompera desde 1º de maio com Rosas ao aceitar sua costumeira renúncia, com a declaração de que Entre Ríos assumiria a direção de seus negócios exteriores e os da paz e da guerra, sendo acompanhado por Virasoro, governador de Corrientes.

Depois, se ficou sabendo de minúcias da rendição de Manuel Oribe às forças de Urquiza. Já, em 3 de outubro, os dois exércitos estavam à vista e logo iniciaram o combate que se estendeu até a tarde.

Quando a ação ia generalizar-se, Oribe ordenou a retirada para o Cerrito, atingido na jornada seguinte, reunindo-se às forças que sitiavam Montevideu. O exército de Urquiza ocupou a linha Cerrito-Miguelete.

Em 6, Oribe reuniu um conselho com seus chefes e decidido ficou que se abririam negociações com o adversário em face da impossibilidade de resistir por falta de gêneros.

Em 10 de outubro, firmou-se o convênio de capitulação. O exército de Oribe dissolveu-se, e as tropas orientais juntaram-se às do governo de Montevideu. As argentinas, com exceção de alguns oficiais que se refugiaram em navios estrangeiros surtos no Porto de Montevideu, foram engrossar o exército de Urquiza.

Entrementes, o exército de Caxias gastara seis jornadas para efetuar a passagem do Rio Gi, que tinha perto de 50 braças de largura e se achava com grande volume d'água e considerável correnteza, em consequência das chuvas caídas. Além do mais só pudera contar com duas balsas, duas canoas e algumas pelotas para a transposição.

No dia 24 de outubro, deu-se a junção da 3ª Divisão com o grosso do Exército. Aquela Grande Unidade marchara isoladamente desde a margem direita do Jaguarão até o Passo do Coelho quando se operou a reunião. Em 30 de outubro, pela manhã, chegava ao acampamento o comandante em

chefe, Conde de Caxias, procedente de Canelones. À tarde, ele passou em revista a 3ª Divisão.

No dia 1º de novembro, prosseguindo, todo o exército levantou acampamento, marchou para o sul, indo acampar na margem esquerda do Rio Santa Luzia. Na jornada seguinte, 2 de novembro, o exército fez a transposição do curso d'água no Passo do Soldado, acampando em seguida. Nesse sítio, toda a força acampou por cinco jornadas. No dia 7, no acampamento, assumiu o comando da 1ª Divisão o brigadeiro Manoel Marques de Souza, por ter de retirar-se em licença para a Província de Santa Catarina o marechal Bento Manoel Ribeiro, a fim de tratar de sua saúde. Essa alteração foi publicada na Ordem do dia de 4.

Em 10 de novembro, o QG do comandante em chefe expediu a Ordem do Dia nº 25, com a relação dos oficiais que, pelos decretos de 24 de julho e 2 de agosto daquele ano e nos termos do Artigo 12 da Lei nº 585, de 6 de setembro de 1850, ficaram pertencendo aos corpos das 1ª e 2ª classes do Estado-Maior das quatro Armas. O capitão de Infantaria Antônio de Sampaio, do 2º Batalhão de Infantaria, ficou na 2ª classe, de acordo com o decreto.

Em 17, foi expedida a Ordem do Dia nº 26, conferindo nova organização ao Exército, que passou a contar com 12 brigadas, formando 4 divisões.

Por essa Ordem, o 2º Batalhão do capitão Sampaio foi transferido da 3ª para a 2ª Brigada; todavia, a Grande Unidade continuou sob o comando do coronel Manoel Muniz Tavares, que passou a dispor do 2º, 6º e 13º batalhões de Infantaria. Na ocasião, o 2º Batalhão era comandado pelo major Joaquim Rodrigues Coelho Kelly. A 2ª Brigada, juntamente com a 5ª, 6ª e 7ª, formava a 2ª Divisão ao mando do brigadeiro João Frederico Caldwell.

Em 22 de novembro, continuando a marcha, foi acampar na margem esquerda do Arroio Riachuelo, afluente do Prata. Nessa mesma jornada, todo o exército marchou para a Colônia do Sacramento, sob o comando do brigadeiro Marques de Souza, comandante da 1ª Divisão. Essa força foi acampar nas proximidades da cidade, que apresentava um aspecto de ruína, em consequência das desordens sofridas pela República Oriental. Lá, em 2 de agosto, tivera lugar terrível massacre.

A permanência do Exército Imperial naquele local teve curta duração.

Na jornada de 30 de novembro de 1850, o QG do comandante em chefe expediu a Ordem do Dia nº 29, determinando para 2 de dezembro — aniversário do imperador — formatura geral às 8h, em grande parada, na frente dos

respectivos acampamentos, com preenchimento das formalidades de costume. Terminadas estas, deveriam os oficiais assistir ao *Te Deum*, que “por tão plausível motivo mandava S. Excia. celebrar às 11h na Igreja Matriz”. A Artilharia deveria saudar o dia com uma salva de 21 tiros, procedendo do mesmo modo na ocasião da Parada e do pôr do sol.

Ainda com o QG na Colônia do Sacramento, o comandante em chefe do Exército Imperial, em 14 de dezembro de 1850, expediu a Ordem do Dia nº 33, com a seguinte proclamação:

Soldados! Vossa conduta até hoje me tem satisfeito! Soubestes perfeitamente compreender vossa missão!

Vossos esforços, privações e sacrifícios não foram inúteis!

Sem combater, conseguistes o triunfo! E a Liberdade, a Humanidade, a Civilização e a Ordem triunfaram convosco!

Eis a vossa verdadeira glória e de nossos aliados; eis a verdadeira missão dos exércitos civilizados!

Soldados! Muito haveis conseguido; mas não fizestes ainda tudo. Um novo campo de glórias se vos apresenta em que podeis fazer brilhar vossas virtudes de soldados e de cidadãos. Bravos da 1ª Divisão! Cabe-nos a glória de sermos os primeiros a lançar-vos nela! Ides formar parte da vanguarda do Exército Aliado nesta nobre empresa; ides combater pela mais santa das causas.

O Distinto Chefe, a quem vos entrega, há de guiar-vos ao triunfo e à glória. Segui-o, obedeci-lhe, continuai a conduzir-vos pela senda que vos tracei que a Posteridade vos cobrirá de bênçãos. Eia, pois! Marchai! Que no momento do perigo tudo fará para achar-se convosco o vosso general e melhor amigo, Conde de Caxias. Conforme (a) Matos, ajudante-general.

Em Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na 4ª Sessão da 8ª Legislatura, em 1852, referindo-se à guerra contra Oribe, assinalava Manuel Felizardo de Sousa Melo, então ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra:

Determinando os interesses vitais do Império à guerra contra o general Oribe, concentrou-se o nosso exército, comandado pelo Conde de Caxias — um dos nossos mais distintos generais — na Vila de Santana do Livramento, tendo uma forte divisão na do Jaguarão. O primeiro, operando de acordo com o

governador de Entre Ríos, o general D. Justo José de Urquiza, marchou pela coxilha de Haedo, e a segunda, encarregada de proteger a nossa fronteira do Sul, combinou os seus movimentos com a força principal e se lhe foi reunir em 22 de outubro último.

A campanha abriu-se antes da época presumida, e, apesar disso e do rigor do inverno, a Guarda Nacional de toda a província correu com extrema celeridade e animada do mais louvável patriotismo; e alguns batalhões de Linha ocupados na guarnição de pontos importantes e remotos se apresentaram com não menor rapidez.

Nem o intenso frio e copiosas chuvas, nem o estado da cavallada e boiada arruinada pela estação, nem os caudais rios, e a falta de material de pontes, nem o pesado trem de um Exército regular, que atravessando terrenos devastados tinha de conduzir quanto preciso lhe era, foram embaraços invencíveis à subordinação e valor de nossas tropas.

A capacidade dos generais e oficiais, a disciplina e ordem das demais praças venceram tantas contrariedades por forma que se conseguiram marchas diárias de duas e meias léguas, termo médio.

O governador de Entre Rios, comandando um Corpo de Exército de Cavalaria Ligeira, menos obstáculos tinha a vencer e, fazendo a vanguarda do Exército Aliado, foi-lhe fácil adiantar-se; e em princípio de outubro conseguiu fazer capitular o general Oribe que dispunha de forças muito superiores à da dita vanguarda.

Em pouco mais de 30 dias se tinha logrado o fim de uma campanha, ultimada tão felizmente por movimentos estratégicos de tal maneira combinados, e levado a efeito, que o inimigo, dispondo no princípio da luta de um Exército talvez de 12.000 homens, rendeu-se sem outro qualquer ataque além de pequenos choques entre a retaguarda de D. Inácio Oribe e uma Divisão do general Servando Gomes.

Os termos da Ordem do Dia de 14 de dezembro indicavam que já o Conde de Caxias havia designado a 1ª Divisão, do brigadeiro Marques de Souza, para integrar o exército de operações do general Urquiza, embora nenhuma ordem do dia tenha publicado a composição da Divisão brasileira destinada a representar o Exército Imperial no Exército Aliado, em consequência do Convênio Especial de Aliança, assinado em 21 de novembro de 1851, e artigos adicionais de 25 do referido mês e ano. Segundo esses atos, os estados de Entre Ríos e Corrientes — representantes da Confederação Argentina — tomaram

a iniciativa de agir contra o ditador de Buenos Aires; o Estado Oriental do Uruguai e o Brasil participaram dessa campanha como auxiliares, fornecendo cada um seu contingente de tropa. O Império haveria de concorrer com 4.000 homens armados e municidados, com uma esquadra de 27 navios, guardados por 203 bocas de fogo. Concedia ainda a título de empréstimo 100 mil patações aos estados de Entre Ríos e Corrientes. O grosso do Exército Brasileiro, às ordens do Conde de Caxias, ficaria em reserva, de observação, na Colônia do Sacramento, dominando o estuário e os rios e ameaçando a capital de Rosas.

O Paraguai, que havia aderido com restrições às convenções de 29 de maio, agora ratificadas, não concordou com os artigos adicionais às de 21 de novembro e recusou-se a operar com os aliados. Guardava-se melhor oportunidade.

Assim, o contingente brasileiro estipulado pelo convênio foi representado pela 1ª Divisão, que ficou assim constituída:

comandante: brigadeiro Manoel Marques de Souza; ajudante general: tenente-coronel Joaquim Procópio Pinto Chichorro; deputado do ajudante general: capitão André Alves Leite de Oliveira Bello; deputado do quartel-mestre: general Augusto Frederico Pacheco; engenheiros: capitão Ernesto Antônio Lassance Cunha e primeiro-tenente Frederico Augusto do Amaral Sarmento Mena.

1ª Brigada — comandante: coronel Francisco Félix da Fonseca Pereira Pinto; 8º Batalhão de Infantaria: major Carlos Resin, com 549 homens; 11º Batalhão de Infantaria; tenente-coronel Francisco Vitor de Melo e Albuquerque, com 529 homens; 13º Batalhão de Infantaria: tenente-coronel Martins Batista Ferreira Tamarindo, com 452 homens.

2ª Brigada — coronel Feliciano Antônio Falcão; 5º Batalhão de Infantaria: major Manoel Lopes Pecegueiro, com 519 homens; 6º Batalhão de Infantaria: tenente-coronel Luís José Ferreira, com 600 homens; 7º Batalhão de Infantaria: tenente-coronel João Guilherme Bruce, com 490 homens.

1º Regimento de Artilharia: duas baterias de canhões e uma de foguetes (16 bocas de fogo), major José Joaquim Gonçalves Fontes, com 200 homens.

2º Regimento de Cavalaria: tenente-coronel Manoel Luiz Osorio, com 550 homens.

Total da Divisão Auxiliadora: 3.889 homens.

Ao tomar conhecimento da designação da tropa brasileira que deveria integrar o exército de Urquiza, o qual tomara o pomposo nome de *Grande*

*Exército Libertador da América do Sul*, destinado a enfrentar e a vencer o exército do ditador de Buenos Aires, o capitão Antônio de Sampaio lamentou não ser seu batalhão — o 2º de Infantaria — incluído na Divisão Auxiliadora, do brigadeiro Marques de Souza.

A Unidade na qual servia, de acordo com a última organização, anunciada na Ordem do Dia nº 26, de 17 de novembro, fazia parte da 2ª Brigada, sob comando do coronel Muniz Tavares, constituída por três unidades: o 2º, 6º e o 13º batalhões de Infantaria. Dois desses batalhões foram indicados; entretanto, por cúmulo do azar, sobrara justamente o seu, que deveria permanecer na Colônia do Sacramento, aguardando os acontecimentos. Essa situação em nada agradava o decidido capitão Antônio de Sampaio.

Sua estrela parecia ter-se ofuscado em momento tão palpitante para sua carreira. Apesar de tudo, estava ele disposto a não perder essa excelente oportunidade, depois de tantas canseiras ao se deslocar sob tempo inclemente de São Gabriel até a Colônia, depois de atravessar todo o Estado Oriental. Não desanimaria em conseguir um lugar ao sol, no firme propósito de ver de perto a cor dos fardamentos dos soldados de Rosas e combatê-los com o mesmo vigor e desprendimento de sempre.

Eis que prevaleceu seu passado de lutas. Vários chefes, inclusive o próprio tenente-general comandante em chefe, Conde de Caxias, bem podiam atestar o destemor e a decisão com que sempre enfrentara o inimigo. Lembrar-se-ia por certo Caxias de que, quando estava no Maranhão como comandante da Divisão Pacificadora do Norte, no decurso da campanha contra a Balaiada, tivera ele inúmeras vezes a oportunidade de examinar citações de combate nas quais o nome do tenente Sampaio era constantemente lembrado nas ordens do dia.

Ali estava também, por fado da sorte, o coronel Feliciano Antônio Falcão, distinto maranhense, escolhido pelo supremo chefe para comandar a 2ª Brigada, da divisão de Marques de Souza. Ele, ainda no posto de major, testemunhara o valor do então tenente Sampaio, o terror dos facínoras do bando de Raimundo Gomes. Recordar-se-ia na verdade do Combate de Areias, onde ambos pelejaram lado a lado, em sangrenta disputa, e guardaria viva lembrança.

E um lugar foi aberto no 7º Batalhão de Infantaria para receber o antigo herói da Balaiada. Por felicidade, essa Unidade estava agora sob o comando do tenente-coronel João Guilherme Bruce, o qual também poderia

referendar o valor combativo de Sampaio, que na sua tropa conseguiu uma vaga, comandando a 8ª Companhia. Ambos estiveram empenhados na luta contra os praieiros, em Pernambuco. Na época, Guilherme Bruce comandara o 8º Batalhão de Caçadores, empregado no sul da província e depois nos limites com Alagoas.

Sampaio exultava! Teria afinal a oportunidade de combater pela primeira vez contra um exército estrangeiro, fora da pátria fronteiral!

O Plano de Operações<sup>NE</sup> assentara em linhas gerais o Conde de Caxias: o Exército Imperial sob suas ordens destacaria uma de suas divisões para reforçar o exército aliado de Urquiza, enquanto o grosso permaneceria de observação na Colônia do Sacramento. O de Urquiza margearia o Rio Paraná até a Ponta do Diamante. A Esquadra Imperial subiria o rio, levando a bordo a Divisão brasileira de reforço, forte de 4.000 homens; forçaria os passos artilhados; protegeria a passagem dos argentinos e a força auxiliar uruguaia. Uma vez reunidos brasileiros, orientais, entrerrianos e correntinos, formando o grande exército de Urquiza, este avançaria contra Buenos Aires, atacando o exército de Rosas, entrincheirado nos Santos Lugares. Se o vencesse, tomaria a capital e estaria terminada a campanha. Se encontrasse forte resistência, o Conde de Caxias embarcaria com o grosso disponível do seu exército nos navios de Grenfell; desembarcaria em Quilmes; aproximar-se-ia da cidade e atacaria a força de Rosas pela retaguarda, desbaratando-a.

Esse plano, segundo Gustavo Barroso<sup>5</sup> era fruto do receio do Governo Imperial de ser acusado de intenções conquistadoras. E nós, que devíamos fazer a guerra sozinhos e sozinhos colher seus louros, nos sujeitamos por esses escrúpulos, que nada nos têm valido, a um papel que só não foi secundário porque nossos soldados decidiram a vitória e eram como escreveu Sarmiento “a única tropa decente entre todas as outras”.

A Divisão brasileira, tão bem e racionalmente organizada para representar o Brasil no Exército Aliado, partiu da Colônia do Sacramento para Diamante, no dia 17 de dezembro de 1850. Foi quase uma festa. Ao garbo dos que partiam corresponderam os aplausos dos camaradas que ficavam.

Em cumprimento ao traçado, Urquiza e Virasoro repassaram o Rio Uruguai e marcharam para Diamante, ou Ponta Gorda, onde se deveria operar a concentração das forças que iriam tomar a ofensiva contra Rosas. Para

---

<sup>NE</sup> Figura 7 do Caderno de Ilustrações (Campanha contra Rosas).

ali se deslocou a 1ª Divisão, de Marques de Souza, transportada em 6 navios de guerra, que subiram o Paraná quando tiveram que forçar o Passo do Tonelero, onde o general Mansilla, bem fortificado, com 16 canhões e 2.000 homens, ofereceu grande resistência.

Em 20 de dezembro, estava reunido no Diamante todo o Exército Aliado, contando com um efetivo de 24.000 homens, além das tropas de reserva, estacionadas na Colônia e em outros pontos.

Nos últimos dias do ano, passou o Exército Aliado para a margem direita do Paraná; algumas jornadas depois, marchou para o Sul. Rosas parecia apavorado. As tropas agressoras, em meados de janeiro, atravessaram o Rio das Conchas sem que sofressem oposição. Ao mesmo tempo que elas se aproximavam de Lujan, dirigiram-se o Conde de Caxias e Grenfell, em 17 de janeiro, para o Porto de Buenos Aires, indo com o vapor *Afonso* lançar ferro a duas milhas da Quinta de Palermo, residência do ditador. Percorreram em seguida as vizinhanças da baía, sondando e observando tudo a fim de preparar um desembarque.

Afinal, ameaçado por mar e por terra, sentia o caudilho ser preciso arrostar heroicamente aquele transe. Deixando em Buenos Aires o general Mansilla, tomou ele próprio a frente de seu exército, composto de 22.000 homens das três Armas, e saiu de Santos Lugares ao encontro do inimigo. Chegaram os aliados no dia 2 de fevereiro ao campo de Caseros, perto de San Martín, e ocuparam posições estratégicas junto ao Arroio Morón.

Às 5h de 3 de fevereiro de 1852, apresentaram-se os federais no alto da coxilha chamada Chácara de Caseros, duas milhas ao norte da posição de Morón. Estendiam-se eles de Santos Lugares à referida chácara em linha de mais de uma milha.

Pelas 11h, travou-se a batalha. Pelejou-se com violência e furor quase todo o resto da jornada. Rosas, ao começar o fogo, estava com seu estado-maior na varanda de uma casa fronteira ao ponto onde atacava a Divisão Imperial, sob o comando de Marques de Souza. Esmerava-se o ditador em afetar calculado desdém pelos nossos soldados. Queria assim desafrontar sua gente. Durante o combate, insistiu muito, recomendando à sua artilharia que alvejasse de preferência os brasileiros, “pois bastaria isso para os espantarem...”. Não demorou muito que lhe chegasse o momento de mudar de opinião. Pouco depois, observando um de seus ajudantes de ordens a resolução e o sangue-frio com que avançavam os batalhões imperiais, este alertou o ditador.

Passados alguns minutos, fez ver ainda o oficial como investiam os brasileiros e assegurou que, se continuassem a progredir com aquela celeridade, dentro de poucos instantes estariam pondo em grande risco a própria pessoa do ditador na posição onde ele se encontrava. Diante da linha de baionetas cruzadas que céleres avançavam, compreendeu Rosas que “sua estrela” o havia abandonado. Tomado de pasmo, hesitou um momento. Em seguida, desvairado, desceu da varanda com seu séquito, e todos trataram de fugir a cavalo para a cidade, indo o ditador pôr-se sob a proteção do ministro britânico.

Em 4 de fevereiro, instalaram-se os aliados na Quinta de Palermo, onde o general Urquiza confiou o governo provisório da Província de Buenos Aires ao Dr. Vicente López, presidente do Tribunal de Justiça.

No dia 18 de fevereiro, fez Urquiza sua entrada triunfal em Buenos Aires. Estava destruída para sempre aquela sacrílega tirania, e o império poderia dizer que cumprira sua missão, cooperando com os povos platinos naquela obra de paz e justiça.

Ao iniciar-se a grande batalha, Urquiza ordenara ao brigadeiro Marques de Souza que atacasse o centro do inimigo, logo que se movesse a infantaria de Galán, disposta à sua direita, pois a Divisão oriental atacaria o flanco direito e uma argentina o flanco esquerdo da linha rosista, enquanto ele, Urquiza, acometeria, com as divisões de Cavalaria, a extremidade direita do inimigo, procurando envolvê-la pela retaguarda.

Em sua impetuosidade, Urquiza esqueceu-se de que era o chefe do Exército; não deu a ordem de avançar a Galán e lançou-se destemidamente no combate da direita, fazendo Medina atacar de frente e La Madrid pela retaguarda, desviando-se este do campo de ação.

Medina derrotou Lagos, chefe da Cavalaria de Rosas, pondo-o em completa fuga, apesar dos auxílios enviados pelo ditador.

La Madrid, quando chegou à ação, flanqueou a esquerda do inimigo e ordenou nosso bravo Osorio, com seu 2º Regimento, a hostilizá-lo pela retaguarda, com o esquadrão de atiradores de sua Unidade, sob o comando do não menos bravo capitão João dos Reis, que matou 100 rosistas, aprisionou 80 homens e 3.000 cavalos, a carruagem do ditador e 9 carretas abandonadas pelo inimigo, com a perda de dois oficiais e um soldado mortos e dois feridos. O tenente-coronel Osorio, ainda por ordem de La Madrid, atacou e tomou parte da artilharia de Rosas, de 5 bocas de fogo, de 5 carros de munições, fazendo prisioneiros e matando ainda uns 20 homens. Em uma dessas

cargas fulminantes, nossa Cavalaria tomou uma bandeira, a única em toda a jornada, que mais tarde foi restituída.

Na esquerda nada se fazia porque Galán não tivera ordem de avançar. Em face da pasmaceira, o brigadeiro Marques de Souza mandou interpelar o major-general Virasoro e por sua resposta compreendeu que a batalha estava sem comando. Diante disso, resolveu agir por conta própria a fim de proteger a Divisão oriental, que iniciara o movimento envolvente a seu cargo, ao lado da Casa de Caseros, ponto mais forte do inimigo. Com a artilharia, conseguiu desviar o fogo inimigo contra os orientais aos quais mandou-os auxiliar por uma de suas brigadas e com a outra, que lhe restava, atacou de frente a mesma posição, aonde chegou primeiro que o chefe oriental Díaz, pois este necessitou vencer uma zona pantanosa e só depois pôde atacar a fortificação de Carretas, que protegia o flanco direito de Caseros.

Assim, nossa brigada tomou a Casa de Caseros, cuja tropa preferiu render-se aos nossos valentes infantes, incluindo-se as baterias da esquerda e mais outra que molestava um chefe argentino, ficando a guarnição brasileira com todo o material apreendido.

Essa ação foi confirmada pelo testemunho do tenente-coronel José Ramón Esquibel, do coronel Idalésio Chenant e do Dr. Sarmento, em carta ao nosso ministro Honório Hermeto.

Fez mais o comandante da Divisão brasileira. Auxiliou Rivero, mandando atacar os batalhões rosistas de Maza, Costa e Hernandez, ao centro, tomando-lhes duas baterias e derrotando-os.

Marques de Souza dirigiu a seguinte parte de combate ao Conde de Caxias:

Ilmo. e Exmo. Sr. Na qualidade de comandante da 1ª Divisão do Exército Brasileiro, nada me pode ser tão satisfatório como a honra que hoje me cabe de levar ao conhecimento de V. Excia. o brilhante feito das armas desta Divisão na gloriosa batalha campal que na província de Buenos Aires, junto ao povo de Morón, quatro léguas distante da capital, teve lugar no dia 3 do corrente.

Este dia, Exmo. Sr., tornou-se memorável para o Brasil inteiro; arremessou para longe a tempestade que lhe estava sobranceira e fez aparecer um futuro risonho para o nosso saudoso país.

Uma parte do Exército Brasileiro, reunido em nobre aliança ao do valente general Urquiza, derramando seu sangue nos campos de Morón pela liberdade de um povo inteiro, adquiriu para o nosso Exército honra, glória e reputação. Desculpe

V. Exa. este pequeno prelúdio, filho do entusiasmo de quem viu brilhar nossos soldados no meio de 50 a 60.000 homens que se bateram desapiedadamente. Depois de penosas marchas que fizemos pelo centro de uma campanha estéril e balda de recursos, sofrendo a sede, o calor, a fadiga e um milhar de outros contratemplos, chegamos no dia 2 do corrente à vista do inimigo, que se achava colocado sobre a Coxilha, situada à margem oriental do Arroio das Conchas, no lugar denominado Ponte de Marques.

Suposto a sua posição nesse lugar tivesse muita vantagem sobre nós, porque dominava a ponte sobre a qual tinha de desfilar o exército, contudo o inimigo a desembarçou depois de um pequeno tiroteio de guerrilhas com as avançadas da nossa vanguarda.

Desassombrado o campo, fez alto o exército e acampou sobre a Coxilha, desocupada pelo inimigo. Entregues ao prazer de uma vitória certa, cuidamos todos em aumentar os preparativos para o combate no dia seguinte. Por essa ocasião tive ordem do general em chefe para incorporar à força que V. Exa. confiou ao meu comando o Corpo de Artilharia de D. José Maria Piran, com 21 bocas de fogo de vários calibres, e mais três batalhões de Infantaria de Buenos Aires, que pertenceram ao exército de Oribe, e dos quais tinha o comando em chefe o coronel D. Mathias Rivero.

No dia 3, às 4h30min, principiamos a marchar para o campo de batalha e às 5h30min avistamos o inimigo colocado em uma posição eminentemente militar, não só por dominar todas as alturas que podiam ser por nós ocupadas como também por se achar senhor de duas casas de soteia, onde entrincheirou três batalhões de Infantaria, tendo além disso a sua direita apoiada por forte banhado. Não obstante esta superioridade, o exército tomou a formatura conveniente, ocupando as forças de meu comando o centro da linha de batalha.

As 6h15min principiou o combate à nossa esquerda pelo fogo das fortes guerrilhas, no qual teve parte o 2º Regimento de Cavalaria Ligeira, como adiante mencionarei, com o fim de chamar a atenção do inimigo para o seu flanco direito, enquanto se operava o movimento que, segundo as ordens do general comandante do Exército, deviam fazer algumas colunas de Cavalaria sobre a retaguarda e flanco esquerdo da linha inimiga. Acossada por força maior, retirou-se a nossa guerrilha, repassando o banhado, em que estava apoiada a nossa esquerda.

Tendo às 8h feito o inimigo jogar sua artilharia sobre nossa linha, mandei imediatamente responder-lhe pelas nossas baterias; reconhecendo, porém, que

os tiros eram ineficientes nesta distância, atenta à diferença de calibre, fiz cessar o fogo a bateria para não ficar exposta inutilmente.

Das 8 às 9h, o general em chefe do Exército Aliado, percorrendo da direita para a esquerda a nossa linha de batalha, deu vivas a S. M. o imperador e à nação brasileira e preveniu-me que tinha mudado de plano e ordenou-me que atacasse o centro da linha inimiga logo que sentisse os movimentos da infantaria que ficava à minha direita ao mando do coronel Galán, devendo a Divisão oriental carregar sobre o flanco direito e a brigada argentina sobre o esquerdo da mesma linha inimiga.

Dispus as forças para este movimento e só depois das 11h é que o general Visaroso, ponderando-lhe eu a demora que havia em hostilizar o inimigo, respondeu-me ele que o general em chefe estava naquele momento acometendo o flanco esquerdo e a retaguarda do inimigo, e que a Divisão oriental ia avançar pelo flanco direito.

Logo que vi esta Divisão pôr-se em movimento, entendi que, além de outras providências a tomar, a devia proteger por se dirigir ao ponto mais forte; mandei avançar a artilharia para o lugar de onde pudesse bater o inimigo e distribuir seus fogos sobre aquela divisão. À 1ª Brigada determinei que avançasse em auxílio dos orientais, no entanto que eu à testa da 2ª o fazia de frente sobre a dita posição.

Este movimento arriscadíssimo teve um brilhante êxito; a Divisão oriental, encontrando obstáculos que a obrigaram a retardar a sua marcha, foi corajosamente precedida pela 1ª Brigada que, estendendo duas companhias de atiradores dos batalhões 11 e 13, dirigidas pelo tenente-coronel Francisco Vitor de Melo e Albuquerque, em colunas de ataque cobertas pelos atiradores, não obstante o fogo vivíssimo que lhes dirigia a bateria inimiga, de 12 peças de calibre 18 e 12, quatro obuses de cinco polegadas e uma estativa de foguetes a Congreve, guarnecida por três batalhões de Infantaria, avançou a peito descoberto, subindo por um terreno suavemente inclinado o espaço de oito quadras de extensão.

Ao aproximar-se das casas de soteia, junto das quais se achava colocada a artilharia, chega a 2ª Brigada, que marchara por um terreno irregular, atravessando também um banhado que ficava a trezentas braças, pouco mais ou menos à frente da posição a que nos dirigíamos. Investiu o intrépido tenente-coronel Vitor à frente de seus atiradores e foi o primeiro que, transpondo o vale que circundava as casas de soteia, onde o inimigo se achava acastelado, rompeu

sobre ele um fogo vivíssimo, que foi seguido sem demora por outra descarga horrível dirigida pelo valente e intrépido comandante da 1ª Brigada, o coronel Francisco Félix da Fonseca Pereira Pinto.

Tomada a posição inimiga pelo flanco direito, a 2ª Brigada, a cuja frente me achava, e que era comandada pelo digno coronel Feliciano Antônio Falcão, realizava o ataque de frente; não obstante a coragem desesperada com que o inimigo se defendia, a intrepidez dos comandantes dos corpos, oficiais e mais praças dos nossos batalhões, cuja temerária ousadia, amedrontando os mais temíveis chefes inimigos, fez de todo desaparecer a coragem que o prestígio de Rosas, há pouco dali saído, ainda lhes inspirava, e puseram-se em precipitada fuga.

Ficando sobre as casas de soteia a sustentar o fogo uns 150 a 200 soldados, não obstante ter chegado a Divisão oriental, que denodadamente secundou nossos esforços, resistiram ainda por espaço de quinze minutos com coragem por sem dúvida digna de melhor causa.

Ao passo que os nossos soldados ao mando do valente coronel D. Mathias Rivero, que avançava em consequência da ordem que lhe havia dado, teve de fazer alto por não se terem abalado da linha primitiva os batalhões que lhe ficavam à direita, apesar de eu haver mandado prevenir o respectivo comandante, o coronel Galán, do movimento que se fazia, deixando assim descoberto o flanco direito da linha que eu comandava. Vendo, porém, o coronel Rivero que as colunas da minha Divisão empreendiam a carga, carregou sobre o centro da linha inimiga, pondo-a em completa debandada.

Apesar de tão assinalada derrota, contudo ainda o inimigo conservava à nossa direita uma bateria de 14 bocas de fogo; avancei a ela com o Batalhão 6º de Infantaria, e tal foi o valor dos defensores que somente abandonaram o seu posto quando nos viram a 80 ou 100 passos de distância.

Sendo de muita importância o trem e petrechos de guerra que tomamos ao inimigo nas posições que ocupava e vendo que continuava o fogo de uma outra bateria de 8 peças, que ficava à esquerda daquelas já tomadas por nós, avancei contra ela com a 2ª Brigada e ordenei à 1ª que destacasse a ala de um batalhão para tomar conta dos prisioneiros e seguisse com o resto os movimentos que eu fizesse à frente.

Ao aproximarmo-nos da bateria, o chefe de uma força de cavalaria veio dizer-me que ela, apoiada ainda por alguma infantaria e cavalaria inimiga, estava causando grandes prejuízos aos seus soldados. Fazendo avançar então a passo

de carga duas companhias de atiradores, consegui tomar a artilharia, pondo em fuga a tropa que a guarnecia e mandando acozá-la pelo piquete de cavalaria do 2º Regimento, composto de 20 praças, comandadas pelo valente alferes Luís Joaquim de Sá Brito; consegui este pô-los em completa debandada e tomar-lhe ainda de 40 a 50 prisioneiros.

Por essa mesma ocasião, tendo eu já requisitado ao major-general Virasoro força de cavalaria, que me era de absoluta necessidade para o caso em que me achava, e que nessa ocasião seria para mim empregada com extraordinária vantagem, não havendo quem me atendesse às minhas reclamações, mandei ordem a um corpo de Cavalaria que vi mais próximo para ajudar-me a perseguir o inimigo que se retirava; isto mesmo não podendo obter, lamentei ainda uma vez a falta do 2º Regimento, e com os atiradores infantis perseguimos o inimigo com velocidade tal que conseguimos fazer prisioneiros alguns soldados de Cavalaria. À uma hora da tarde já não havia inimigo a combater.

Os objetos tomados ao inimigo foram: 34 bocas de fogo de diversos calibres, entre 4 obuses de 6 polegadas, duas estativas a foguetes a Congreve e, além de artigos constantes da relação junta, grande número de carretas com munição, petrechos de guerra, armamento, equipamento, fardamentos, bagagens etc., que se abandonou no campo por não ser possível naquela ocasião conduzir.

Finda a parte descritiva da batalha seguiram-se as referências à participação de cada um dos comandantes subordinados. Referentemente à unidade do capitão Sampaio, relatou o brigadeiro Marques de Souza: “O tenente-coronel graduado João Guilherme Bruce, comandante do 7º Batalhão de Infantaria, procurou bem desempenhar os seus deveres nas marchas; na batalha mostrou, no ataque da primeira posição, muita ousadia e sendo por mim encarregado de, com a 1ª Companhia de seu batalhão, guardar os prisioneiros e arrecadar as bocas de fogo e petrechos ali tomados ao inimigo; desempenhou esta comissão satisfatoriamente, apresentando-se no acampamento às 9h30min da noite com tudo quanto lhe foi possível conduzir, e consta da relação junta.

Infelizmente não se conhecem as partes dos comandantes das brigadas e das demais unidades que constituíam a divisão de Marques de Souza para que se pudesse apreciar devidamente o serviço prestado por seus oficiais.

Vendo terminada a batalha com sua derrota, Rosas fugiu de Buenos Aires disfarçado de marinheiro, depois de haver redigido a lúpis sua renúncia à Sala. Foi para bordo do navio inglês *Centauro*, com suas bagagens, haveres e

documentos, tudo de antemão preparado para o embarque. Segundo profecia de Mármol, não mais deveria voltar.

Na jornada seguinte, o exército de Urquiza acampava em Palermo.

Mansilla rendeu-se em Buenos Aires com a guarnição; Urquiza fez o presidente do Tribunal de Justiça, Vicente López, assumir o governo e passou pelas armas, apesar dos empenhos de nosso ministro Honório Hermeto e de Grenfell para salvar todos os oficiais e soldados da Divisão que o traindo assassinaram seu chefe Aquino, bem como Santa Coloma e Chilavert.

O vencido e covarde defensor de Toneleros, Mansilla, pediu a Urquiza para não deixar, por ser uma afronta ao patriotismo argentino, entrar em Buenos Aires a Divisão brasileira. Esta, pelo contrário, desfilou em 18 de fevereiro, coberta dos mesmos aplausos com os quais já haviam recebido Caxias e Honório Hermeto.

O Conde de Caxias mandou que se fizesse uma planta do local da batalha que visitara e determinou serem assinalados os exércitos contendores. Na oportunidade, viu no campo vários cadáveres insepultos, bem como, no antigo quartel-general de Rosas, cerca de 80 outros, os quais exalavam terrível odor. Ordenou serem todos imediatamente sepultados.

Em 1º de março de 1852, a Divisão brasileira iniciava seu regresso e, em 6, chegava a Montevidéo. Os argentinos ali residentes manifestaram o mesmo entusiasmo frenético. Tal comportamento não foi verificado nos uruguaios, que se mantiveram ausentes e reservados, fruto de mágoas e frustrações. Com a anistia generosa concedida a Oribe, este pôde salvar-se e fugir da punição que merecia.

Ao chegar a Montevidéo, o capitão Antônio de Sampaio, em 9 de março, apresentou-se ao comando de seu batalhão, o 2º de Infantaria. Em 5 de abril, iniciava com o 2º Batalhão a marcha de regresso à Pátria e, por ordem do comandante em chefe do Exército, entrou novamente no exercício das funções de major da 3ª Brigada, em 16 de maio do mesmo ano.

O Exército Imperial, que no regresso de Montevidéo marchou pelo litoral, em 24 de maio atingia a costa do Arroio Frade Morto; na jornada de 30, estava acampado junto ao Arroio Chuí, chegando, em 4 de julho, à Vila de Jaguarão, onde o ajudante geral do Conde de Caxias expediu a seguinte Ordem do Dia:

O comandante em chefe faltaria a um dever de justiça e gratidão se, de volta ao solo querido da Pátria, cujo território hoje pisa o bravo Exército de Operações, que se ufana de comandar, não desse um público testemunho de reconheci-

mento e consideração pela brilhante conduta, digna dos maiores elogios, que desenvolveram seus distintos chefes, oficiais, oficiais inferiores e soldados nas campanhas Oriental e Argentina.

Faz hoje nove meses que pisastes o território oriental. Neste curto período percorrestes mais de 300 léguas; conseguistes uma glória imortal; desagravastes a honra da nossa Pátria; contribuístes eficazmente para a paz de dois estados, para o triunfo da mais santa das causas — a liberdade da humanidade e da Civilização. Está, pois, completa a nossa missão. Vossos nomes serão por mim levados ante o Trono Augusto do Nosso Virtuoso Monarca, cujo Magnânimo Coração os acolherá com a reconhecida Bondade e Munificência que o caracteriza.

A História levará vossos nobres feitos à Posteridade que, fazendo-vos a justiça de que sois dignos, vos cobrirá de bênçãos.

Ao baixar a Ordem do Dia nº 62, de 9 de junho, expedida do QG na cidade de Pelotas, considerava Caxias terminado o estado de guerra no dia 4 do mesmo mês, em que o exército de operações recolhera-se à Província do Rio Grande do Sul. Pela Ordem do Dia nº 65, publicada na cidade do Rio Grande, em 26 de junho de 1852, eram dissolvidas as divisões e brigadas do exército de operações, passando a tropa a contar com a seguinte organização: a 1ª Brigada, ao mando do brigadeiro José Fernandes dos Santos Pereira, que continuava no comando da Guarnição da Fronteira do Rio Grande, ficou composta dos 2º, 5º e 11º batalhões de Infantaria e do 2º Regimento da Artilharia a Cavalos.

Nessa Ordem do Dia despediu-se Caxias do Exército que acabava de comandar.

Em 29 de julho de 1852, era Antônio de Sampaio promovido por merecimento ao posto de major e incluído no 4º Batalhão de Fuzileiros, por decreto publicado na Ordem do Dia nº 65, de 26 de julho; ficava sua unidade aquartelada na Vila de Caçapava, onde se apresentou em 16 de setembro de 1853, e permaneceu até 2 de dezembro do mesmo ano. Comandou interinamente seu batalhão e a guarnição de Caçapava durante todo esse tempo, quando se deslocou com sua unidade para a povoação de Piraí Grande, onde estabeleceu acampamento em 10 do referido mês de dezembro.

Quando, em dezembro de 1853, o major Antônio de Sampaio deixou a guarnição de Caçapava para vir com seu 4º Batalhão para a concentração de

Piraí Grande, quase toda a população da vila acompanhou a marcha do batalhão até duas léguas fora, apresentando o mais pitoresco espetáculo com cerca de 2.000 pessoas e cavalos com trajes variados, dando vivas ao valente chefe e ao brioso Corpo que se retirava. Fato único então observado na província, como noticiou um jornal local.

A partida de Caçapava deu-se em 3 de dezembro de 1853, e, em 10, acampava em Piraí Grande.

## CAPÍTULO 9

A SUCESSÃO DE GOVERNOS NO URUGUAI DEPOIS DA QUEDA DE ROSAS. A CRIAÇÃO DA DIVISÃO AUXILIADORA PARA ATENDER PEDIDO DO GOVERNO DAQUELE PAÍS. SAMPAIO, NO POSTO DE MAJOR, SEGUE NO COMANDO DO 4º BATALHÃO DE INFANTARIA. EM MONTEVIDÉU, COMO ERA USUAL NO EXÉRCITO, SAMPAIO REQUER O HÁBITO DA ORDEM DE SÃO BENTO D'AVIZ E RECEBE A IMPERIAL ORDEM DA ROSA. SERENADOS OS ÂNIMOS NA BANDA ORIENTAL, A DIVISÃO AUXILIADORA REGRESSA AO RIO GRANDE DO SUL. ANTÔNIO DE SAMPAIO É PROMOVIDO A TENENTE-CORONEL PARA O 6º BATALHÃO, AQUARTELADO EM SÃO GABRIEL. EM ABRIL DE 1859, ERA REQUISITADO PARA NOVA COMISSÃO NA CAPITAL DO IMPÉRIO.

Desde a queda de Rosas, nossa diplomacia e o Exército Imperial não tiveram mais descanso em face da conturbada situação no Prata.

Em seguida à capitulação de Manuel Oribe diante das forças do general Urquiza, em 10 de outubro de 1852, os negócios da República Oriental continuaram a não prescindir do concurso do governo brasileiro. Frações comprometidas com o general Oribe, derrotadas pelas armas, graças ao apoio que nossas forças asseguraram ao general Urquiza, trataram de voltar à liderança do país vizinho, plenas de ódio aos brasileiros e argentinos.

Manobras de uma política obscura conseguiram eleger presidente João Francisco Giró, oribista consumado e encarniçado inimigo do Brasil. Não obstante o resultado do pleito, não conseguiu o novo presidente oriental aplacar desavenças internas: blancos e colorados prosseguiram na luta sem qualquer esperança de paz.

O presidente Giró, pouco depois de investido no cargo, pretendeu anular o Tratado de Limites que a Banda Oriental firmara com o Brasil. O Governo

Imperial ameaçou uma reação, que só não se concretizou pela mediação do general Urquiza, e o ponto de vista brasileiro prevaleceu.

Não tardou muito que o presidente Giró, sobressaltado com as dificuldades que lhe criaram seus adversários, deslembrou-se dos velhos ódios e pediu intervenção do Governo Imperial, que não lhe anuiu à solicitação.

Agravando-se a situação política em Montevidéu, em julho de 1853 eclodiu uma revolta que acabou depondo o presidente Francisco Giró. Organizou-se então um governo provisório, constituído pelos generais Rivera, Lavalleja e D. Venancio Flores. A prolongada luta entre blancos e colorados fez surgir entre os povos platinos a suspeita de o ocorrido no Estado Oriental nada mais ser do que fruto de intrigas da diplomacia brasileira. Com isso, nossos aliados da véspera punham-se de prevenção contra nós.

No Rio Grande do Sul, o marechal de campo Barão de Porto Alegre, em 5 de novembro de 1852, passava o Comando das Armas ao marechal de campo João Frederico Caldwell que pela terceira vez assumia esse cargo.

Vindo a falecer Lavalleja e Fructuoso Rivera, companheiros de D. Venancio Flores no governo provisório, esse chefe colorado assumia a presidência do país pelo prazo de dois anos, em março de 1854.

Pouco depois, declarada uma revolução em Montevidéu, necessitou D. Venancio Flores, presidente eleito, abandonar o poder, e, em 25 de setembro, organizou-se um triunvirato contra o qual se manifestaram na campanha os chefes do Partido Blanco, liderado pelo coronel Dionisio Coronel. Entretanto, nenhum resultado prático conseguiram. Em razão de a agitação não cessar, o governo constituído pela revolução vencedora requisitou o apoio do Brasil, interessado na ordem pública no vizinho Estado e a isso obrigado pelo Tratado de Amizade e Aliança de 12 de outubro de 1851.

Naquela quadra, no Brasil agia o Gabinete de 6 de setembro de 1853, denominado Conciliação. O senador Antônio Paulino Limpo de Abreu, depois Visconde de Abaeté,<sup>1</sup> ocupava a Pasta dos Estrangeiros, de cujos negócios passou a assumir em 26 de setembro. Foi ele o responsável pela infeliz missão atribuída a Pedro Ferreira, no Paraguai, bem como pela intervenção na Banda Oriental. Por seu turno, ocupava a pasta da Guerra o brigadeiro Pedro de Alcântara Bellegarde. Era mais militar do que político e considerado por seus camaradas um chefe austero e disciplinador.

Para o desempenho da missão externa requerida, em 17 de janeiro de 1854 formou-se a Divisão Auxiliadora, sob o comando do brigadeiro Francis-

co Félix da Fonseca Pereira Pinto, o qual, pelo Decreto de 26 de julho de 1852, havia sido nomeado comandante da Fronteira do Sul.

Essa Grande Unidade compreendia duas brigadas: a 1ª comandada pelo coronel João Propício Mena Barreto; a 2ª, pelo coronel Manoel Luiz Osorio, ambos da Arma de Cavalaria.

Em 25 de março de 1854, a Divisão Pereira Pinto transpunha a fronteira da Banda Oriental para cumprimento da missão recebida, marchando em apoio ao Governo de D. Venancio Flores. Em 3 de maio, estava aquartelada em Montevideú, tendo anteriormente ficado estacionada na Vila Unión.

Nessa oportunidade, o major Antônio de Sampaio, comandante interino do 4º Batalhão de Fuzileiros, retornava pela segunda vez a Montevideú, e não tardaria muito que nova oportunidade se lhe ofereceria para uma vez mais desfilar pelas ruas da capital da Banda Oriental.

O efetivo da Divisão Auxiliadora, segundo Relatório do ministro dos Negócios da Guerra, brigadeiro Pedro de Alcântara Bellegarde, contava com 4.029 homens de 1ª Linha e de 1.116 da Guarda Nacional, destacados da Província do Rio Grande do Sul.

Ainda, segundo mesmo documento, posteriormente, o Governo mandou retirar a Guarda Nacional do nosso território, sendo enviadas do Rio de Janeiro 100 praças, bem instruídas, do 1º Batalhão de Fuzileiros, armadas com fuzil a tige, bem como reforço de 200 recrutas para preenchimento de claros nos corpos da Divisão Auxiliadora.

Ao atingir as portas de Montevideú a Divisão Pereira Pinto, em 2 de maio, foi a seu encontro o ministro José Maria do Amaral, que lhe fez a seguinte saudação:

Bravas e fiéis legiões do Império. O ministro do imperador vos saúda com respeito e vos abraça com fraternidade na pessoa de vosso general.

Salve! Guerreiros do Império!

Vós vindes com as armas da guerra refazer a obra da paz. Essas máquinas de mortes e destruição vão tornar-se em vossas mãos instrumentos de vida e organização. Soldados de Pedro II! O nosso monarca vos dá honrosa parte em sua política internacional. Vós e os bravos da Armada vindes ser cooperadores da diplomacia imperial.

Companheiros no serviço do Imperador! O nosso dever está definido nos tratados. O Soberano do Brasil prometeu fortificar a Nacionalidade Oriental, por

meio da paz interna e dos hábitos constitucionais. E a execução dessa promessa augusta confiou ele ao seu Exército e à sua Armada e à sua Diplomacia. Amigos de Pedro II! Juremos que o primeiro não dá em vão a sua palavra.

Guerreiros! Deveis a vossa dedicação e benevolência a todos os habitantes do Estado Oriental, sem exceção. Os filhos do Uruguai são nossos irmãos, os estrangeiros que com eles vivem são nossos amigos, porque uns e outros nos invocaram com fé, nos esperam com ânsia e nos saudaram com entusiasmo. Sejamos gratos a cada um, sendo úteis a todos.

Amigos e compatriotas! Abracemos e brademos com entusiasmo: Viva o Imperador!

Em qualquer canto do mundo onde se achem brasileiros, este brado santo e nacional é um juramento de que cada um vai cumprir o seu dever.

Montevideú, 2 de maio de 1854.

Na jornada seguinte, a Divisão Auxiliadora fez sua entrada solene na cidade pelas 10h. Nessa ocasião, salvaram os navios de guerra brasileiros surtos no porto, e o presidente eleito, D. Venancio Flores, mandou distribuir a seguinte proclamação:

Brasileiros! O presidente da República compraz-se em saudar-vos ao sentir que pisais com vistas pacíficas a Pátria dos Orientais.

Compraz-se em saudar-vos pelas provas que já destes de vossa disciplina, de vossa moralidade e de heroísmo; assim como pelo nobre sentimento que vos levou a compartilhar de nossos trabalhos na luta contra a tirania, e pelo que o País tem a esperar de vós.

Brasileiros! O magistrado que vos fala combateu ao vosso lado e conhece o vosso denodo; por isso, reclama o vosso apoio ao Augusto e desinteressado aliado da República na confiança de que cooperéis para garantir a paz e a estabilidade enquanto os filhos da terra oriental, dando tréguas às próprias fadigas, se desforram de suas desgraças e podem aproveitar sua dedicação em pacífico trabalho.

Filhos do Brasil! Digna e generosa é a missão que vindes desempenhar na Pátria dos Orientais. Que a fraternidade iguale à disciplina e ao valor, e os fins humanitários da intervenção correspondam a tão alta missão. Assim conseguireis os aplausos e bênçãos de todos os governos e povos que a contemplam, e assim o espera o vosso aliado e amigo. Venancio Flores.

Foram esplendidamente tratadas as diversas unidades da Divisão brasileira que acamparam na Vila Unión pelo povo oriental e membros do novo governo chefiado pelo malogrado general D. Venancio Flores.

Ainda no posto de major e no comando interino do 4º Batalhão de Infantaria, estacionado no Uruguai, Antônio de Sampaio redigiu o seguinte requerimento:

Antônio de Sampaio, major do Batalhão número quatro de Infantaria e comandante interino do mesmo, tendo assentado praça voluntariamente em dezesseis de julho de mil oitocentos e trinta, conta hoje vinte e quatro anos e seis meses de efetivo serviço, como se vê da fé de ofício, sem que em todo esse tempo tenha tido moléstia que o privasse do mesmo serviço.

O suplicante, Imperial Senhor, durante o espaço de vinte e quatro anos e seis meses, nunca cometeu falta pela qual fosse preso, tampouco respondeu a Conselho de qualquer denominação, assim como jamais cometera crime algum civil, pelo qual fosse julgado, do que tudo tem o prazer de asseverar ao Excelso Trono de Vossa Majestade Imperial.

Nestes termos o suplicante, afiançando sob sua palavra de honra, deixa de apresentar com a presente petição os documentos que corroborariam o que fica dito, não só por se achar em país estrangeiro, onde os não pode haver, como por ser a presente levada à Augusta Presença de Vossa Majestade Imperial por intermédio de seu general que tem preciso conhecimento de tudo quanto o suplicante afirma, e por isso, pede a Vossa Majestade Imperial a graça de lhe conceder o Hábito d'Aviz, que por lei tem direito.

Quartel na cidade de Montevidéu, 20 de janeiro de 1855.

(a) Antônio de Sampaio.

Ao encaminhar o presente requerimento, o comandante da Divisão Auxiliadora assim se manifestou:

O major do 4º Batalhão Infantaria e seu interino comandante Antônio de Sampaio, no presente requerimento, pede, a Sua Majestade Imperial a graça de lhe conceder o Hábito da Ordem de S. Bento d'Aviz, a que se julga com direito, por contar vinte e quatro anos e seis meses de bons serviços prestados ao Trono e à Nação. O pretendente deixa de juntar à sua petição folha corrida e mais documentos, por se achar fora do Império há quase um ano, e por isso os não haver, devendo

por esse motivo afirmar ao Governo de Sua Majestade que ele se acha no gozo de seus direitos, por não se achar envolvido em crime algum civil ou militar, e que pelos serviços prestados o julgo mui digno e merecedor da graça que implora.

O Governo de Sua Majestade porém o deferirá como julgar de justiça.

Quartel-General do Comando da Divisão Imperial em Montevidéu, 22 de janeiro de 1855.

(a) Francisco Félix da Fonseca Pereira Pinto.

O Relatório do ministro da Guerra em 1855 consignava o efetivo do 4º Batalhão de Fuzileiros em 621 homens, apesar de a previsão em lei estabelecer 877. O comandante efetivo dessa Unidade era o coronel Severo Luís da Costa Labarda Prates; no entanto, exercia-o interinamente o fiscal, major Antônio de Sampaio.

Ainda destacado em Montevidéu, recebia o brigadeiro Pereira Pinto a Carta Imperial de Dignitário da Ordem da Rosa, concedida por Decreto de 2 de dezembro de 1854. No ano seguinte, ainda ali permaneceu até ordens lhe serem dadas para se recolher à Província do Rio Grande do Sul.

Por aquele mesmo diploma de 2 de dezembro de 1854, foi o major Antônio de Sampaio agraciado com o Grau de Oficial da Imperial Ordem da Rosa em atenção aos serviços até ali por ele prestados.

Na Banda Oriental do Uruguai, apesar da presença da Divisão brasileira, as desordens prosseguiram. Importante facção do Partido Colorado, divergindo de seu chefe, juntou-se à maioria dos blancos, e assim, fortes, passaram a fazer violenta oposição a D. Venancio Flores.

Essa anômala coalizão, arranjada pelo general Manuel Oribe, cuja inopinada presença no Porto de Montevidéu alcançou larga repercussão em terra, deu margem a um grupo de exaltados do Partido Blanco assaltar o palácio presidencial, aprisionar o presidente Flores e o embarcar à força em um navio com destino a Buenos Aires. Enquanto essa violência se consumava em Montevidéu, os departamentos da campanha reconheciam a autoridade do presidente deposto, embora a capital do país estivesse sob o domínio dos blancos.

Um movimento verificado na jornada de 23 de agosto tentou restabelecer uma conciliação entre os partidos em luta. Na chefia do Estado Oriental, ficou D. Manuel Bustamante, então presidente do Senado; no entanto,

D. Venancio Flores conseguiu voltar a sua pátria e estabeleceu um governo em Vila Unión.

A todas essas desavenças o brigadeiro Pereira Pinto com sua divisão sentiam-se em uma falsa situação por não encontrarem uma orientação na qual se pudesse apoiar naquela difícil emergência. Fez Pereira Pinto conhecer aos chefes preponderantes dos partidos em desavença a situação excepcionalmente delicada em que se encontrava a força de seu mando.

Afinal, entenderam-se os desatinados, Flores e Oribe decidiram dar apoio político a D. Manuel Bustamante desde que este garantisse a ordem e a liberdade do voto para se poder eleger um novo presidente o qual inspirasse confiança em toda a nação.

Desse acordo, foi eleito Gabriel Antônio Pereira, autoridade tímida, que acabou por entregar os negócios do Estado à influência de seu leviano e violento ministro Antonio de Las Carreras, insolente e perverso inimigo dos colorados.

Desiludido do resultado de sua diligência conciliatória, D. Venancio Flores retirou-se para a província argentina de Entre Ríos.

Eleito e empossado Gabriel Antônio Pereira, e parecendo ao Governo Imperial que o ambiente político no Uruguai se acalmara, deu instruções em dezembro de 1855 ao comandante da Divisão Auxiliadora para que regressasse ao Rio Grande do Sul, onde deveria assumir sua anterior missão de vigilância.

Ao retirar-se de Montevideú, a tropa brasileira recebeu reiteradas provas de reconhecimento do governo e do povo uruguaio, atestando sua útil e oportuna missão.

O governo do Estado Oriental, em nota endereçada ao ministro dos Estrangeiros, senador Limpo de Abreu, depois de honrosas e dignificantes considerações, salientava a disciplina, a moderação e a exemplar moralidade evidenciada pela Divisão Imperial no decurso de sua prolongada permanência em território uruguaio, em época sumamente difícil, dado o acirramento dos ânimos.

Não necessitando usar de sua força, o brigadeiro Pereira Pinto soube colocar-se acima das paixões dominantes, fazendo-se respeitado dos orientais. E o denodado infante, Antônio de Sampaio, comandante do 4º Batalhão de Fuzileiros, juntava à sua fé de ofício mais essa missão altamente enobrecedora.

A Divisão Auxiliadora, de regresso, ao atingir o Rio Grande do Sul, foi acampar em 14 de novembro de 1855 no Piraí Grande, de onde havia partido.

Nesse estacionamento, recebeu o major Sampaio a medalha da Campanha de 1851-52 do Uruguai e Montevideu e tomou conhecimento de sua promoção ao posto de tenente-coronel por merecimento, para comandar o 6º Batalhão de Infantaria, por Decreto de 2 de dezembro de 1855.<sup>2</sup>

Pouco depois de chegar o seu antigo estacionamento em Pirai Grande, o brigadeiro Pereira Pinto recebeu ordens para dissolver a Divisão Auxiliadora; suas tropas concorreram com a guarnição do Rio Grande do Sul para a formação de uma força distribuída em cinco brigadas.

Por essa época, *O jaguareense*, primeiro jornal editado na cidade de Jaguarão, trouxe na seção de “a pedidos” petição assinada por vários cidadãos residentes na dita localidade, em Bagé e em Pirai Grande, solicitando instalação de um serviço de correios entre as três localidades. Pelos associados de Pirai Grande, entre vários militares, assinavam o major Antônio de Sampaio e o alferes Sarmento de Mello.

Esse último, cujo nome completo era Antônio Augusto Sarmento de Mello, além de certo grau de parentesco com D. Júlia, esposa de Sampaio, pois fora casado com D. Amélia Josefina de Miranda, permaneceu durante certo tempo como ajudante de ordens de Sampaio.

Com a organização da nova força destacada no Rio Grande do Sul, a 4ª Brigada, sob o comando do coronel Martinho Batista Ferreira Tamarindo, ficou constituída dos 3º e 4º batalhões de Infantaria; o 3º comando, pelo major Carlos Resin, e o 4º, pelo major Sampaio, além do 2º Regimento de Cavalaria Ligeira.

Desligado do 4º Batalhão de Fuzileiros, o tenente-coronel Antônio de Sampaio apresentou-se a sua nova unidade, estacionada na Vila de São Gabriel, em 21 de janeiro de 1856, data em que passou a comandá-la.

O quartel do 6º Batalhão de Infantaria, em São Gabriel, um próprio nacional, foi construído em terreno que media 200m de frente por 600m de fundo; confinava ao norte com a Rua da Paz e ao sul com o Rio Vacacaí, a cavaleiro do Passo da Lagoa. Esse ponto era mais conhecido pela denominação de “Forte do Caxias” e constituía ponto estratégico de primeira ordem para a defesa da antiga vila. Anos depois, já no regime republicano, com a transferência do 6º para Uruguaiana, veio ocupar o quartel de São Gabriel o 4º Batalhão, antiga Unidade que Sampaio também comandara.

Quando no comando da excelente Unidade, que era o 6 de Infantaria, o tenente-coronel Antônio de Sampaio teve a oportunidade de receber a Ordem

de São Bento d'Aviz, grau de cavaleiro, por Decreto de 7 de outubro de 1856, objeto de sua petição de 20 de janeiro de 1855, quando estava em Montevideú. Foi promovido nessa mesma ordem ao grau de comendador pelos serviços prestados na Província do Rio Grande do Sul, conforme publicou a Ordem do Dia nº 59, de 24 de maio de 1859.

Não recebendo notícias daquele seu requerimento, Antônio de Sampaio, no comando do 6º de Infantaria em São Gabriel, em 24 de julho de 1856, requereu novamente concessão do Grau de Cavaleiro da Ordem de São Bento d'Aviz. O documento foi assim redigido:

O tenente-coronel comandante do 6º Batalhão, Antônio de Sampaio, completando vinte e seis anos de serviço no Exército de Vossa Majestade Imperial e achando-se compreendido no § 19 do Alvará de 16 de dezembro de 1790, mui submissamente pede a Vossa Majestade Imperial se digne conferir-lhe o Grau de Cavaleiro da Ordem de São Bento d'Aviz.

O requerimento foi encaminhado pelo presidente da Província do Rio Grande do Sul na forma seguinte:

O tenente-coronel do 6º Batalhão de Infantaria Antônio de Sampaio pede, neste requerimento, que lhe seja conferido a Medalha de Cavaleiro da Ordem de S. Bento d'Aviz visto que tem vinte e seis anos de serviço no Exército e está compreendido no que dispõe o § 19 do Alvará de 19 de dezembro de 1790.

Parece-me que o suplicante está no caso de obter favorável deferimento por Sua Majestade O Imperador.

Palácio da Presidência em Porto Alegre, 30 de agosto de 1856.

(a) Joviniano Francisco Coelho.

No documento original em pauta, está anotado “já tinha sido nomeado Cavaleiro da Ordem de S. Bento d'Aviz por Decreto de 7 de outubro de 1858”.

A Unidade que comandara por três anos e três meses em São Gabriel era sem sombra de dúvidas uma soberba tropa de Infantaria. Assim se conservou por muitos anos seguidos sob os fluidos magnéticos de energia que emanavam de Sampaio, adestrada em “ponto de bala”, pronta para cumprir qualquer missão, com elevado espírito de corpo, conservando muitos anos seguidos o brilho militar que lhe incutira seu grande comandante e outros chefes,

os quais lhe seguiram na esteira; tanto que, anos depois, na campanha contra o ditador Solano López, do Paraguai — 1865-70 —, Dionísio fez-lhe a seguinte lisonjeira referência: “Alguns (batalhões) tinham as mais honrosas tradições de disciplina e valor, que lhes advieram dos seus grandes comandantes. O 3º, o 4º, o 6º, o 12º e o 13º rivalizavam no garbo quando manobravam na limpeza, na firmeza, na disciplina e na instrução tática.”<sup>3</sup>

Na época, o fardamento usado pelo 6º de Infantaria era azul, gola amarela, canhões e vivos encarnados.

Por Aviso do Ministério da Guerra, de 7 de janeiro de 1856, houve por bem o imperador D. Pedro II mandar louvar o brigadeiro Francisco Félix da Fonseca Pereira Pinto em seu nome pelos bons serviços que prestou na República do Uruguai, em prol da honra, da dignidade e dos interesses nacionais. E, por Decreto de 2 de dezembro do mesmo ano, promoveu-o a marechal de campo.

Reconhecia o Governo Imperial o comportamento honroso e nobre da Divisão Auxiliadora brasileira durante o lapso em que permanecera em Montevideu e que a ela, como a seu comandante, muito se devia pelo estado de boa ordem e de disciplina em que soube conservar a força sob seu comando. Por Aviso de 17 de agosto de 1857, foi determinado que se averbasse em seus assentamentos tão valioso serviço, bem como elogiar o honroso feito aos oficiais e demais praças na dita Divisão pela sua disciplina, moderação e moralidade durante a permanência em território da República do Uruguai.

Ainda, naquele ano de 1857, publicava o ministro dos Negócios da Guerra a seguinte nota:

Tendo o Governo Imperial resolvido — por motivos que são conhecidos —<sup>4</sup> a organização de um Corpo de Exército de Observação na Província do Rio Grande do Sul, por Decreto de 3 de outubro daquele ano, foi nomeado comandante em chefe o marechal de campo Francisco Félix da Fonseca Pereira Pinto, que o organizou do seguinte modo junto ao Ibicuí: comandantes de Divisão, da 1ª o brigadeiro João Propício Mena Barreto; da 2ª o Visconde de Camamu e da 3ª o coronel honorário David Canabarro.

A 1ª Divisão compunha-se de duas brigadas, comandadas: a 1ª pelo brigadeiro Manoel Luiz Osorio e a 2ª pelo coronel José Luís Mena Barreto; a 2ª Divisão, também formada de duas brigadas, comandava a 3ª o coronel Martinho Tamarindo e a 4ª o coronel Vitor de Melo e Albuquerque; finalmente a 3ª Divisão

da Guarda Nacional destacada compunha-se das brigadas do coronel Andrade Neves e Gomes Portinho, que tão brilhantemente combateram anos depois na Campanha do Paraguai.

Em Aviso de 15 de março de 1858, o ministro Jerônimo Francisco Coelho removia o marechal Pereira Pinto do mencionado Corpo de Exército para a Divisão que substituiu aquele Corpo. E, a 20 de novembro do mesmo ano, era o marechal Pereira Pinto nomeado comandante das Armas da Bahia.

Por Decreto de 18 de abril de 1858 era o tenente-coronel Antônio de Sampaio condecorado com a Imperial Ordem da Rosa, no grau de comendador, pelos serviços prestados na Província do Rio Grande do Sul, segundo Ordem do Dia nº 59, de 24 de abril de 1858.

## CAPÍTULO 10

SAMPAIO NOMEADO COMANDANTE DO CORPO POLICIAL DA CORTE. OS MOTIVOS DE SUA ESCOLHA PARA ESSA COMISSÃO. A SITUAÇÃO DO CORPO POLICIAL NA ÉPOCA. O QUARTEL DOS BARBONOS, ANTIGO CONVENTO DOS BARBADINHOS. O RIO DE JANEIRO DE 1858-59 NA PALAVRA DO FRANCÊS CHARLES RIBEYROLLES. A VIAGEM DO IMPERADOR AO NORDESTE. O REGRESSO DE SAMPAIO AO RIO GRANDE DO SUL. O RELATÓRIO DO SUCESSOR DE SAMPAIO NO CORPO DE POLÍCIA, APRESENTADO AO MINISTRO DA JUSTIÇA.

**A**té março de 1859 encontrava-se o tenente-coronel Antônio de Sampaio no comando do 6º Batalhão de Infantaria, na Vila de São Gabriel, RS, quando em cumprimento de um Aviso do ministro da Guerra de 19 de abril, senador Manuel Felizardo de Sousa Melo, teve de passar o comando da Unidade e viajar para o Rio de Janeiro.

Ambos os ministros, o da Guerra e o da Justiça, senador Manuel Vieira Tosta, Barão de Muritiba, eram oficiais do Exército e conheciam de sobra o valor militar do comandante do 6º de Infantaria. O da Guerra, Sousa e Melo, em 1839, então capitão e governador do Maranhão, fizera uma requisição ao governo do Ceará em face da qual desembarcava em São Luís um contingente de tropa daquela província para cooperar na luta contra os balaios. Com essa força, viera o então sargento vagomestre Antônio de Sampaio que pouco depois se tornaria o “remédio” para jugular a rebelião naquela província. Por seu turno, o da Justiça teria de Sampaio grata recordação, pois foi testemunha de sua exemplar conduta em todas as comissões em que fora chamado a atuar.

Nada mais natural que ambos se lembrassem do nome do comandante do 6º de São Gabriel, em 1859, para disciplinar o Corpo Policial da Corte. Em 1858, séria indisciplina lavrava nas fileiras dessa organização responsável pelo

policiamento ostensivo da capital do Império. Todos os dias, os jornais da Corte invariavelmente registravam mortes e ferimentos provocados entre praças do mesmo Corpo ou com marinheiros e fuzileiros navais. O Governo, desejoso de pôr termo às desordens praticadas por indivíduos responsáveis pela segurança e tranquilidade da população urbana da Corte, apressou-se em confiar ao tenente-coronel Antônio de Sampaio, reconhecidamente um chefe enérgico e disciplinador, a comissão de comandar o Corpo Policial da Corte, tarefa que muitos de seus companheiros já haviam recusado.

E não foi só esse o motivo da missão atribuída ao comandante Sampaio. Desde o Gabinete de 12 de setembro de 1858, que no espírito dos conselheiros os quais formavam o Gabinete presidido pelo ministro da Marinha, Visconde de Abaeté, pairava a questão da garantia da ordem pública na capital durante a projetada excursão do imperador<sup>NE</sup> ao Nordeste, como vinha sendo cogitada.

Ciente da nova tarefa, da qual ele não poderia declinar, Sampaio necessitou passar contrafeito o comando de seu batalhão e viajar para a Corte.

Pouco antes de ele assumir essa nova comissão, um Decreto de 20 de fevereiro de 1855 dera nova designação à antiga Guarda Real de Polícia, criada em 1809, que passou a denominar-se Corpo de Municipais Permanentes.

Chegando à capital do Império, feitas as apresentações de praxe, foi o tenente-coronel Antônio de Sampaio nomeado pelo ministro da Justiça, Barão de Muritiba, comandante do Corpo Policial, comissionado no posto de coronel. Passava o oficial cearense a ser o 10º comandante da corporação, sucedendo ao coronel Francisco Gomes de Freitas, cuja nomeação datava de 9 de dezembro de 1856.

Já o ministro Nabuco de Araújo deixara a pasta sem realizar seu belo programa de remodelação do Corpo de Permanentes. Realizou-o, contudo, o ministro Diogo de Vasconcelos, em 18 de janeiro de 1858, quando a organização tomou a denominação de Corpo Policial da Corte, com o efetivo de 918 homens, distribuídos por um estado-maior, duas companhias de Cavalaria e seis outras de Infantaria.

Assevera o coronel Miranda de Carvalho:

Naquela época dispunha a corporação de três quartéis: o da Rua dos Barbonos, sede do comando-geral, com uma companhia de Cavalaria e quatro de Infantaria;

---

<sup>NE</sup> Figura 8 do Caderno de Ilustrações.

o d'Ajuda, em dependência do convento do mesmo nome, onde hoje é a Cinelândia, que alojava duas companhias de Infantaria; e o de Mataporcos, no bairro do mesmo nome, atualmente Estácio de Sá, com duas companhias de Cavalaria.

Era o dia 27 de maio de 1859, quando o coronel Antônio de Sampaio assumiu o cargo de comandante-geral do Corpo Policial da Corte, em substituição ao coronel Gomes de Freitas.<sup>1</sup> “A solenidade da passagem do comando foi realizada no quartel central, conhecido como dos Barbonos. Em sua breve ordem do dia, o novo comandante limitou-se a declarar o decreto de sua nomeação.”

Somente em 1º de junho a Ajudância-General do Exército, em Ordem do Dia nº 131, publicava: “Nomeação do tenente-coronel comandante do 6º Batalhão de Infantaria Antônio de Sampaio para comandante do Corpo Policial da Corte, Decreto de 25 de maio e Aviso do ministro da Justiça de 26 e do da Guerra de 28 do dito mês.”

Situava-se o comando-geral do Corpo Policial no Quartel dos Barbonos, prédio que durante muitos anos servira de convento e que, antes, funcionara como hospício<sup>2</sup> para os padres barbadinhos. Este surgira, depois de muitas delongas, com a Ordem Régia de 23 de outubro de 1739, que determinara ao governo da Colônia a compra de um terreno para construção do hospício dos barbonos.

Instruía o documento:

Desde o quintal do capitão João Antunes até a última coluna de pedra, que está no caminho, que vai para o Desterro, façais tomar por avaliação três casas térreas que ocupam um pedaço do morro baldio e neste sítio mandareis edificar para os ditos padres barbadinhos um pequeno e humilde hospício com sua capela, mas sem forma de convento, que na pobreza da fábrica corresponda à humildade e pobreza com que tanto edificaram os ditos padres.

Concluídas as obras em 1742, o provedor da Fazenda Real, reverendo Francisco Cordovil de Siqueira, deu posse aos frades, achando-se presente ao ato entre várias autoridades o governador Gomes Freire de Andrade.

Junto à cerca desse hospício, construída por Francisco José da Fonseca, havia em 10 de março de 1757 uma pequena capela, sob a invocação de Santana. Nessa capela de Santana foi sepultado em 5 de outubro de 1799 o

poeta português Antônio Dinis da Cruz e Silva, autor do célebre poema herói-cômico *O Hyssope*.<sup>3</sup> A essa composição deveu Dinis da Cruz ser nomeado pelo Marquês de Pombal desembargador da Relação do Rio de Janeiro. Nesse cargo, permaneceu até ser nomeado desembargador da Suplicação e Casa do Porto, em 1788. Durante todo esse tempo percorreu o poeta desembargador vários pontos do Brasil em diligências de seu cargo.

Foi a Portugal e regressou ao Brasil, onde fez parte da Alçada, que veio a julgar os implicados na Inconfidência Mineira.

Conta Moreira de Azevedo que existia no hospício dos barbadinhos um pardo muito religioso, à maneira de Frei Fabiano, nos franciscanos, conhecido pelo nome de irmão Manoel. Era sumamente devoto; cosia batinas e pedia esmolas para os santos; gozava de boa fama de ter “cheiro de santidade”, de sorte que, quando faleceu, muitos indivíduos foram ao hospício pedir um pedaço do hábito que envolvia seu cadáver, que para tanto fora cortado em mil pedaços...

Desde então, a atual Rua Evaristo da Veiga, antigo caminho dos Arcos da Carioca, era conhecida pela Rua dos Barbonos. Quanto aos terrenos supramencionados, o Dr. Melo de Moraes, pai, relatou o seguinte:

Contou-me o conselheiro Antônio de Menezes Vasconcelos de Drummond que sendo seu avô senhor e possuidor da maior parte dos terrenos da Rua dos Barbonos, que se tomaram para erigir o Hospício dos Frades, e não se achando bem com o governador, este lhe ofereceu pelos ditos terrenos uma quantia insignificante. Não se podendo resistir à ordem régia, cedeu de seus direitos e propôs à Fazenda Real uma ação de lesão enorme; mas, falecendo antes de concluída a demanda, o filho não a continuou; depois que a Corte portuguesa se transferiu para o Rio de Janeiro, seu pai, entendendo não haver prescrito o direito, renovou a questão e teve sentença contra, dada pelo juiz da Coroa Amorim, fundando-a em se achar prescrita a ação. Aconteceu que o chanceler Tomaz Antônio vendo os autos, em caráter particular, achou haver o direito, e que pelo prejuízo sofrido pedisse ao príncipe regente uma indenização honorífica, ao que não anuiu Drummond por entender que nem prescreve nem perde o direito aquele que tem a sua ação intentada com [ilegível], e, julgando que não devia fazer questão por semelhante objeto, ficou tudo nisso.

Entretanto, também foram caiporas os barbadinhos, privados estes do próprio de que eram senhores e possuidores. Na chácara dos barbonos, os

capuchinhos italianos plantaram dois pés de café, trazidos do Maranhão pelo desembargador João Alberto Casteli Branco, chanceler anteriormente da nossa Relação, em 9 de agosto de 1750.

Com a Chegada da Família Real, em 1808, precisaram os frades italianos abandonar o hospício para cedê-lo aos carmelitas. Tal fato só se deu depois de 23 de março de 1808, como se observa na seguinte Intimação Régia:

O Príncipe Regente Nosso Senhor tem determinado que os religiosos do Carmo desta cidade se passem para esse hospício por ser necessário o convento deles para acomodação da Família Real e que Vossa Reverendíssima com seus religiosos se acomodem nas casas e Igreja da Glória para o que já foram expedidas as necessárias ordens.

Deus Guarde V. P. Rev. Palácio, 23 de março de 1808.

Em consequência da ordem de despejo, foram os barbadinhos aboletados nas casas dos romeiros pertencentes à Irmandade do Outeiro da Glória.

Por dois anos, ocuparam os carmelitas o hospício dos barbonos, pois acabaram sendo transferidos para o extinto Seminário da Lapa. Antes de irem para a Lapa, os carmelitas habitaram o casarão mais de três vezes secular, situado fronteiro ao Paço, depois Academia do Comércio, na Praça XV de Novembro, destinado como estava à residência da rainha D. Maria I, a Louca, mãe do príncipe regente.

A saída dos carmelitas do hospício dos barbonos, onde apenas estiveram dois anos, deveu-se à decisão de nele aquartelar a Polícia Militar; instituição criada a 13 de maio de 1809 com o nome de Guarda Real de Polícia, pelo ministro de várias Pastas, o Conde de Linhares, então o primeiro-ministro da Guerra do Brasil, vindo com D. João.

Lembra a história que o Conde de Linhares mostrou-se sempre grande amigo do Brasil: a ideia da transladação da Corte de Portugal para o Rio de Janeiro foi dele. Fernando Ribeiro afirma que ele chegou ao ponto de asseverar haver sido o único homem da Corte de D. João a compreender o Brasil com seus encantos e deficiências... Da Glória, passaram os barbadinhos para o Convento de Santo Antônio dos Pobres e dali se retiraram para a Itália. Retornaram ao Brasil em 1840, novamente chamados pelo Governo. Assim, em 14 de novembro daquele ano, aportaram no Rio de Janeiro; nessa leva

vieram o frei Fidélis de Montesano e mais cinco missionários. Entregues aos frades da Terceira Ordem da Penitência, estes deram ao hospício o título de Convento de Nossa Senhora do Patrocínio, convertido mais tarde em quartel de granadeiros,<sup>4</sup> depois do Corpo de Polícia da Corte.

O hospício e a igreja, construídos em amplo terreno, eram defendidos da rua até a antiga ponte das Marrecas por alto muro. Pela parte posterior, o espaço dilatava-se até as vertentes do Morro de Santo Antônio, onde existia extensa chácara com horta e cerca. O primitivo Corpo de Municipais Permaentes foi organizado pelo laborioso intendente Paulo Fernandes, que se viu em sérios apuros para organizar a força e seu aquartelamento. Precisou ele que recorrer à generosidade de seus amigos para levantar os necessários créditos para suportar as despesas de pagamento do soldo das praças e para a edificação dos quartéis do Campo de Santana, Mataporcos e da Ajuda, em terrenos gratuitamente cedidos por seus proprietários. Esse último, doado pelas freiras, foi construído junto ao convento existente no antigo “Caminho da Lagoa Grande”, mais tarde “Caminho do Boqueirão da Ajuda” e atual Rua do Passeio, no mesmo local onde outrora havia umas casinhas, demolidas por ordem do prefeito municipal, em razão de ser próprio nacional oriundo de doação.

Ainda sobre as primitivas construções dignas de nota na Rua dos Barbonos, hoje Evaristo da Veiga, declara Gérson Brasil:

A primeira casa ali construída, já no século XVIII, foi o hospício, ou abrigo, de Jerusalém de N. S. da Oliveira para alojamento dos religiosos, cuja função principal era recolher donativos para a Terra Santa; na sua própria casa também se dedicavam a plantações e à pequena indústria ajudados por escravos, tudo para o mesmo fim. Poucos anos depois, em 1742, mandou o Bispado que no hospício que era deles se acomodassem os barbadinhos italianos ou barbônicos, que já estavam construindo seu próprio convento defronte, na mesma rua. Esta era a primitiva Rua dos Arcos, que passou à história, por um século no mínimo, como Rua dos Barbonos. Não longe ficava a Rua do Passeio.

Considerando as proximidades com a Rua do Passeio, lembramos do que escreveu o francês Charles Ribeyrolles<sup>5</sup> que, inebriado por tudo quanto pôde admirar na Corte do Rio de Janeiro naquela quadra em que Sampaio comandava o Corpo Policial, escreveu:

Poderá repousar quem habitar o quarteirão dos barbonos, que se avizinha do Passeio Público. Este não lembra em nada Hyde Park, Regent's Park com seus gramados, nem o Luxemburgo, nem as Tulherias com as suas alamedas profundas, onde brincam as crianças e os amores.

É um jardim mal cuidado, quase sem arte, sem cultura. Tem realmente árvores soberbas como pinheiros, bombax e algumas palmeiras de coifa aberta em leque. Ali há frescura, flores e sombra. E como última aleia um magnífico terraço de pedra que defronta a entrada da baía.

Tudo isso só se descobre mais tarde, depois que a vista esgota as grandes paisagens do terraço, de tudo haver esmiuçado desde a encantadora ermida da Glória, que se levanta direita, velando Botafogo com sua cortina de morros e as pregas de seu manto de folhagem, até a entrada da baía, sulcada por tantas velas brancas que vêm de longe.

O terraço do Passeio Público, em noites de verão, quando o céu se recama de estrelas, é superior aos balcões de Veneza, a todos os jardins de Granada sem excluir os dois reis mouros.

Quanta vez, debruçado no peitoril de granito, passei as primeiras horas vespertinas, seguindo na vaga os reflexos do céu as sombras no horizonte, os sonhos e as recordações na fimbria longínqua da baía.

Sobre os divertimentos do Rio de Janeiro, por volta do ano de 1859, escreveu Ribeyrolles:

O verdadeiro entretenimento público no Rio é o teatro.

Todas as classes o apreciam, frequentam-no, têm nele a sua localidade, apesar do calor. O de São Pedro de Alcântara — hoje João Caetano — no Largo do Rocio, é digno das maiores cidades; as cenas secundárias do São Januário e do Ginásio valem certamente, como artistas e como repertórios, às pequenas plateias de Londres. Mas, o mais procurado, o mais rico e mais bem instalado é o grande teatro lírico italiano. A direção, largamente subvencionada, faz concorrência, para os contratos, às academias de músicos mais afamadas da Europa; e se nem sempre apresenta vozes frescas, os prodígios, acontecem-lhe às vezes contar em seu elenco franco-italiano celebridades e talentos os mais raros.

No curso do comando do coronel Sampaio no Corpo de Polícia, um Decreto de 6 de julho de 1859 mandava contar para a reforma a condecoração

do Hábito de Aviz aos oficiais do Exército e da Armada, o tempo que houvessem servido como praças do Corpo de Municipais Permanentes da Corte, ou de outras polícias militares organizadas.

Na época de Sampaio, o Corpo Policial da Corte contava com o efetivo de quase 600 homens, com 14 oficiais no estado-maior e menor, cerca de 21 oficiais das companhias e 560 praças entre as quais 15 corneteiros, clarins e ferradores.

Era missão do Corpo Policial fazer o serviço do policiamento da cidade; auxiliar as autoridades do município no desempenho de diligências, mantendo postos de guardas e destacamentos em diversos distritos e arrabaldes da cidade; destacar praças para conduzir presos da capital para as províncias; assegurar a guarda urbana de vigilância nas freguesias centrais; porém, em face de uma cidade populosa e vasta como o Rio de Janeiro, seu efetivo era reconhecidamente insignificante.

Ainda na gestão do coronel Antônio de Sampaio, aquartelavam no Largo da Ajuda, em um quartel que existia junto ao convento, duas companhias do Corpo Policial; porém, no ano de 1866, vieram todas as companhias de Infantaria e uma de Cavalaria para o edifício do Quartel dos Barbonos,<sup>6</sup> exceto duas de Cavalaria, que foram conservadas no Quartel do Estácio, antigo de Mataporcos.

O terreno onde se edificou o Quartel do Estácio, que durante anos serviu ao Regimento de Cavalaria Caetano de Faria, hoje Batalhão de Choque, foi comprado pelo intendente-geral de Polícia, em virtude do Decreto de 31 de julho de 1811; essa área era situada em Mataporcos, hoje Rua Estácio de Sá. Destinava-se a aquartelar inicialmente uma companhia de Cavalaria da Guarda Real de Polícia. Ali, havia uma edificação que Manoel dos Santos Portugal levantara às suas custas, pedindo por isso, como recompensa, o posto de capitão, e o de tenente para seu irmão Braz dos Santos Portugal. A compra não foi realizada, e o proprietário manteve sua posse até 1829 por arrendamento à Irmandade do Espírito Santo.

Enquanto Carlota Joaquina residiu na casa que pertenceu ao Visconde da Praia Grande, esse quartel de Mataporcos servia de cavalaria da casa da rainha, sem gosto e sem importância; situava-se no princípio da atual Rua Haddock Lobo.

Em sua curta administração de seis meses, conseguiu Antônio de Sampaio o fornecimento pelo Arsenal de Guerra da Corte de 6.000 cartuchos embalados e 8.000 espoletas para o serviço diário de policiamento.

Em outubro, pediu e foi autorizado no mês seguinte a mandar reparar o Quartel do Largo da Ajuda, onde se achavam aquarteladas duas companhias do Corpo Policial, bem como despender com semelhante obra a quantia de 1:717\$000 réis, podendo empregar nela, como propunha, as praças que estivessem de folga, idôneas para tal fim, a cada uma das quais poderia abonar a gratificação que propusera.

Como era de esperar, mostrou-se o coronel Sampaio preocupado em manter bem alto o padrão disciplinar da corporação sob seu comando e fazendo bom uso do Artigo 57, do Regulamento de 1858,<sup>7</sup> solicitou e obteve passagem para o Exército de 13 praças “por faltarem continuamente ao serviço”.

Sobre este item, disciplina, Studart Filho<sup>8</sup> assevera:

Sua maneira de proceder à frente daquela corporação militar, como era de esperar, não desmentiu a fama de soldado disciplinador, nem obumbrou a auréola de benemerência que o nimbava. Antes cresceu o seu nome de bravo, ao reprimir com rapidez e energia um motim surgido entre seus subordinados, acrescentando o fato apontado, embora não apareça em sua fé de ofício, é registrado por seus biógrafos.

Em face de uma solicitação do coronel Sampaio, foram postos a sua disposição quatro “africanos livres”, existentes na Casa de Correção, para emprego nos trabalhos de limpeza das dependências do Quartel dos Barbonos. Nesse serviço de higiene, estava incluído o transporte de dejetos humanos nas malcheirosas barricas, e por ser tão sórdida a tarefa recebiam os serviçais o apelido de *tigres*. Com isso, o coronel Sampaio liberou as praças da corporação de tão penoso trabalho de faxina. Nesse particular, Charles Ribeyrolles, falando dos esgotos do Rio de Janeiro, na quadra em que aqui estive, por sinal a mesma em que o coronel Antônio de Sampaio comandava o Corpo de Polícia da Corte, disse:

O assunto é de interesse tanto mais sério e premente quanto essa cidade rainha, envenenada pelas infiltrações e entulhamento das suas valas, ainda conserva no interior de suas casas e conduz pelas ruas outras pestilências. Águas servidas, matérias fecais, imundíces de toda a casta permanecem com os deuses-lares. Não existem fossas, porém barris. A certas horas, passam carroças com os fétidos

tonéis a caminho das praias. Quanto ao resto... lá se vai para o mar à cabeça dos negros, como se fora um cesto de laranjas.

É o que se chama o serviço dos *tigres*.

À noite, a população se afasta, se acaso surgem esses tristes operários do labor imundo. Mas ninguém lhes escapa. Eles semeiam, a cada passo, a vingança, e mais tarde confirmando a infecção chegam as exalações que acarretam a morte, as febres e as pestes: o cortejo dos *tigres*.

É a municipalidade que se encarrega do serviço das ruas. Cada fiscal dispõe, em seu quarteirão, de carroças, guardas e africanos livres. Varrem, carregam a descoberto e transportam o lixo aos mangues da Cidade Nova. Belo serviço, de fato, para as fermentações paludosas. Os *tigres* não fariam melhor.

Durante seu comando na Corte, foi Antônio de Sampaio elogiado em Ordem do Dia nº 152, de 30 de setembro de 1859, em face do Ofício nº 3.656, do Inspetor do 1º Distrito de Infantaria, nos seguintes termos:

Pela exatidão e moralidade das contas deste Corpo [6º de Infantaria, de São Gabriel, que ele comandara], revelava a honradez e zelo de seu comandante e oficiais que, segundo declarou o brigadeiro Sebastião do Rego Barros, inspetor do 1º Distrito de Infantaria, fazem por acompanhar seu chefe na tarefa de bem servir; solicitava ao ministro da Guerra que elogiasse em Ordem do Dia, o comando do referido Corpo, tenente-coronel Antônio de Sampaio, pelo estado satisfatório em que encontrara aquela Unidade.

A projetada viagem do imperador e sua comitiva ao Nordeste verificou-se a 1º de outubro de 1859, já o ministro da Guerra, brigadeiro Sousa e Melo havia deixado o cargo, substituído pelo deputado Sebastião Rego Barros que, no conceito de Aristides de Carvalho, era um militar fóssil das oligarquias pernambucanas.

O embarque de Suas Majestades e comitiva deu-se a bordo do vapor *Apa*. Da Divisão Escolta faziam parte a fragata *Amazonas*, a corveta *Belmonte* e o vapor *Paraense*. Foi um acontecimento social muito concorrido, com a presença do coronel Sampaio, comandante do Corpo Policial:

A chegada à Bahia foi festiva, mas a população de Salvador recebeu o monarca ornamentando as sacadas dos velhos sobrados com colchas pretas, e Landulfo,

destinado a uma morte prematura, com um candente panfleto — *Os cortesãos e a viagem do imperador* — teve imenso efeito sobre o País.

Pernambuco, martirizado, esperava alguma coisa do rei e encheu de requerimentos e petições abusivas e tolas. Mulheres ofegantes, olhos esgaseados, a correr pelas ruas, disputavam um lugar, prelibando o desdobramento que iriam sofrer com a visita de um rei vivo, tangível, apoiado nas suas próprias pernas e andar como os outros mortais.

Entretanto, Sua Majestade tinha-se humanizado demais: vestia apenas uma sobrecasaca preta e trazia à cabeça uma cartola de 40 centímetros de altura. O grande rei parecia às multidões um rei vulgar; muitas mulheres, depois de vê-lo, preferiram ver um príncipe coberto de ouro e pedrarias.<sup>9</sup>

Sua Majestade viu uma pontinha [da terra visitada] e, com a maior candura deste mundo, dizia: “Para os nortistas tudo, para o Norte nada, é perder dinheiro do Estado. Foi o que fez mais tarde, com o célebre açude Quixadá, no Ceará.”

No comando da Divisão Naval que escoltou o vapor *Apa*, em cujo bordo viajava os augustos imperantes, seguiu o vice-almirante Joaquim Marques Lisboa, futuro Marquês de Tamandaré, depois Patrono da Marinha de Guerra do Brasil.

Um fato de somenos importância, ocorrido com o comandante da escolta no regresso dessa imperial viagem, na então Vila de Tamandaré, deu margem a que o imperador, em 14 de março de 1860, desse ao almirante Marques Lisboa o título honorífico de Barão de Tamandaré com grandeza, contrariando o conselheiro, ministro da Marinha, Francisco Xavier Paes Barreto, que sugerira a escolha de uma localidade do Rio Grande do Sul, terra natal do agraciado.<sup>10</sup>

O término dessa excursão no Rio de Janeiro deu-se em 11 de fevereiro de 1860; já o tenente-coronel Sampaio havia passado o comando do Corpo Policial e se encontrava novamente à testa de seu antigo batalhão, em São Gabriel.

Pouco antes de deixar o comando da corporação, em ofício datado de 14 de novembro, o coronel Sampaio comunicava ao ministro da Justiça, de quem dependia, a mudança de sua residência da Rua do Resende nº 17 para a dos Barbons nº 7. Dela aproveitara muito pouco, pois ali não chegou a estar um mês...

O coronel Antônio de Sampaio comandou o Corpo Policial da Corte até 6 de dezembro de 1859, isto é, por seis meses e cinco dias.

Sóbrio, até em se manifestar nos momentos marcantes de sua carreira, Sampaio, ao passar o comando do Corpo Policial, assim se pronunciou: “Ao

despedir-me de tão distinta corporação, tenho a mais viva satisfação em agradecer aos seus oficiais e praças e louvar a maneira digna com que serviram durante o tempo que tive a honra de os comandar.”

Não poderia ser mais lacônica essa despedida da Corte que ele, seguindo para o Sul, nunca mais voltaria a ver.

Na época, percebia um tenente-coronel, mensalmente, 170\$000 de soldo, acrescido de 80\$000 de gratificação e 54\$000 de etapas; ao todo 304\$000 réis.

Ao deixar a comissão de comandante-geral do Corpo de Polícia da Corte, Sampaio passou os encargos ao major José Maria Rabelo, oficial mais antigo da corporação, o qual exerceu as funções até 23 de dezembro do mesmo ano, entregando-as ao coronel de Cavalaria Manuel Pedro Drago, que assim passava a ser o 11º comandante-geral.

Em 6 de dezembro de 1859, o ministro dos Negócios da Justiça, então o deputado João Lustosa da Cunha Paranaguá, oficiava ao ministro da Pasta da Guerra, deputado Sebastião do Rego Barros:

Ilmo. e Exmo. Sr. Participo a V. Excia. que nesta data S. M. o Imperador houve por bem exonerar do cargo de coronel comandante-geral do Corpo Policial da Corte e elogia devidamente o tenente-coronel Antônio de Sampaio, como verá V. Excia. das cópias dos avisos inclusos que lhe remeto. Aproveito-me da ocasião para enviar os meus protestos de estima e consideração a V. Excia. a quem Deus guarde.

(a) João Lustosa da C. Paranaguá.

Em seguida, dirigiu o ministro da Justiça ao comandante do Corpo de Polícia da Corte:

Ministério dos Negócios da Justiça.

Rio de Janeiro, em 6 de dezembro de 1859.

Tendo V. Exa. de seguir impreterivelmente na barca de 8 do corrente para o Sul, a fim de tomar o comando do seu batalhão, conforme me comunicou o Sr. ministro e secretário de Estado dos Negócios da Guerra, em Aviso de 5 do corrente, fica V. Sa. desligado do Corpo Policial da Corte, devendo passá-lo ao major que servirá até que pelo Governo Imperial outra coisa seja determinada. Deus guarde a V. Sa.

(a) João Lustosa da Cunha Paranaguá.

Ainda na data de 6 de dezembro de 1859, o ministro da Justiça oficiava ao tenente-coronel Sampaio nos seguintes termos:

Sendo V. Sa. desligado do Comando do Corpo Policial da Corte para seguir para o Sul a fim de tomar conta do comando de seu batalhão, como lhe comuniquei em Aviso desta data,

Manda Sua Majestade o Imperador louvá-lo pela maneira muito satisfatória porque desempenhou a sua comissão nesta Corte, correspondendo a confiança que em V. Sa. depositou o Governo Imperial, o que me é grato reconhecer. Deus Guarde a V. Sa.

(a) João Lustosa da Cunha Paranaguá.

Conta Arthur Montenegro:

Quando Sampaio se retirou da Corte, o Corpo Policial do Rio de Janeiro podia rivalizar-se em disciplina e espírito de corporação com o melhor do Exército. É verdade que deixara oito oficiais da corporação respondendo a Conselho de Guerra, entre eles o major fiscal, mas cortou os abusos da administração interna, causa principal da indisciplina que reinava na instituição policial.

Do Relatório Anual, apresentado ao ministro da Justiça pelo major José Maria Rabello, comandante interino do Corpo Policial da Corte, referente ao ano de 1859, e datado de 1º de janeiro de 1860, constava o seguinte:

Compunha-se o Corpo de 35 oficiais combatentes, 2 cirurgiões, 1 capelão, 392 oficiais inferiores, cabos de esquadra, soldados clarins, cornetas e ferradores; ao todo 527 praças, tendo havido um aumento durante o ano de 1859 de 135 praças. Esse aumento de 135 praças pertencia metade a estrangeiros, pela maior parte impróprios para um serviço que devia ser desempenhado por homens de confiança e que por ele se interessam; e não por aqueles que buscam a praça como ramo de negócio.

Este estado, em presença do rápido crescimento da população, progressiva extensão da cidade e aumento de propriedades nos mais distantes arrabaldes, demonstra a necessidade de medidas que convidem maior número de voluntários bem morigerados para o serviço do Corpo, para assim poder satisfazer os seus vários encargos e bem preencher os fins para que foi criado.

Sobre a disciplina, dizia o relatório:

O Corpo está disciplinado; se algum desmando aparece em uma ou outra praça não é de natureza que deponha contra a mesma disciplina.

Os oficiais que tenho a honra de comandar cumprem com suas obrigações com pontualidade e zelo, concorrendo por este modo para que eu possa desempenhar deveres de um cargo tão superior às minhas forças.

Todas as demais praças cumprem os seus deveres.

Instrução — A dispersão de parte da força e o aturado serviço de que está o Corpo encarregado inibe que as praças sejam perfeitamente instruídas; contudo não deixam de receber o ensino primário dos regulamentos das Armas a que pertencem e têm aqueles exercícios que são compatíveis com as circunstâncias. Por Aviso do Ministério da Justiça, de 6 de junho de 1858 foi o Comando-Geral autorizado a contratar ao negociante do Rio de Janeiro, José Vicente Tourinho, a compra de 200 carabinas rifles de adarme 12, e 500 espingardas de adarme 14, a Minié, para a Infantaria. Todo este armamento foi feito em uma das mais acreditadas fábricas de Liége, Bélgica. As espadas foram entregues ao Corpo em 15 de março de 1859; as carabinas rifles em 10 de maio e as espingardas a 30 de junho desse mesmo ano. Todo este armamento é do melhor que tem vindo para este País, e foi entregue em perfeito estado de conservação e sem o menor defeito: está o Corpo bem armado.

A consignação de 60\$000 por ano, arbitrada pelo Artigo 14 do Regulamento do Corpo, para fardamento de cada praça, é convenientemente aplicada em peças do uniforme, que são distribuídas de 9 em 9 meses. Estas peças estão designadas em tabelas formuladas pelo Conselho Administrativo. A sua manufatura e regular distribuição é objeto em que o Conselho emprega o maior zelo e cuidado.

O pano azul empregado no fardamento é fabricado na França, de onde vêm remessas de 500 a 700 metros de 3 em 3 meses. Algumas outras fazendas têm vindo desse país, colhendo-se desse acordo os melhores resultados.

Quartéis. Ainda hoje só tem o Corpo os quartéis na Rua dos Barbonos, em Mataporcos e no Largo d’Ajuda; tendo o primeiro acomodações para uma companhia de Cavalaria e quatro de Infantaria; o segundo para uma companhia de Cavalaria, e o terceiro para uma de Infantaria. Contudo, dispõe o Corpo de 3 companhias de Cavalaria e 6 de Infantaria; vem a faltar quartéis para uma de cada arma, resultando desta falta o grande inconveniente de

estarem aquarteladas no de Mataporcos<sup>11</sup> duas companhias de Cavalaria e no Largo d'Ajuda duas de Infantaria.

A falta de espaço nestes dois quartéis para admitir tão elevado número de praças traz inconvenientes não só para a disciplina e asseio que se devem conservar como também vai contra os princípios de higiene. É pois manifesta a necessidade que se proporcione acomodações para uma companhia de Cavalaria e uma de Infantaria; acrescentando que as cavalariaças que existem admitem 120 cavalos, número muito inferior às praças, acontecendo por isso que os cavalos revezando no serviço de umas e outras praças não têm o devido descanso e, conseqüentemente arruinam-se e vêm a prestar menos serviços que aqueles que poderiam dar.

Serviço exterior. O Corpo faz efetivamente o policiamento da cidade e de seus subúrbios conforme a força de que dispõe.

Atualmente estão estabelecidas 15 estações, dispostas e compostas da seguinte forma: Na Praça de D. Manuel um oficial e 22 praças; na Serra da Tijuca um oficial e 16 praças; na Ilha de Paquetá um cabo e 3 soldados; no Cemitério de São Francisco Xavier um inferior e 3 soldados; no de São João Batista um cabo de esquadra e 3 soldados; no Cais da Imperatriz um inferior e 9 soldados; na antiga Cadeia do Aljube um inferior e 12 soldados; na Ilha das Cobras um cabo de esquadra e 5 soldados, no Morro de Paula Matos um cabo e 5 soldados; no Morro de Santa Teresa um cabo de esquadra e 3 soldados; no desembarque em São Cristóvão um cabo de esquadra e 3 soldados; na ponte do Catete um cabo de esquadra e 3 soldados; na rua do Saco do Alferes um cabo de esquadra e 3 soldados e na Capela Imperial um inferior e 3 soldados.

Nessas estações são efetivamente empregadas 111 praças, operando-se na sua substituição segundo as conveniências do serviço; isto é, das duas primeiras no dia 1º de cada mês, as dos Cemitérios quando há completado 8 dias e as outras diariamente.

As patrulhas variam em número e distritos, segundo as exigências de outros serviços, por isso que a força considerada disponível para elas está sujeita ao detalhe de guardas para os quatro diferentes teatros nas noites que dão espetáculos; para o Circo de Cavalinhos e casas de bailes, para as igrejas em que há festividades, e para o Museu aos domingos; as escoltas para as imediações das Casas das Câmaras Legislativas, Tribunais da Relação e jurados na época de suas sessões; ordenanças para o Instituto Vacínico e, ultimamente, forças requisitadas pelas diferentes autoridades policiais para desempenho de diligências,

remoção de presos etc. podendo-se calcular que na atualidade não pode o Corpo dispor diariamente de mais de 110 praças para patrulhar a cidade e os seus subúrbios; cuja força é dividida em 56 patrulhas, conservando-se estas efetivamente durante o dia e a noite: uma no Largo da Lapa, uma no da Carioca, uma na Praça de Santa Luzia e uma no Cais dos Mineiros. As demais são divididas em três turnos, a saber: um que patrulha das 3 às 7 horas da tarde, outra, desta hora à meia-noite e a última da meia-noite para o dia.

A experiência tem mostrado a conveniência das estações, não só pelo sossego que se observa nos lugares em que estão colocadas como também pelo pronto auxílio que prestam às autoridades e às pessoas do povo.

O comandante do corpo residia sobre o morro, em casa construída em 1855 para receber os afetados de cólera-morbo, e pouco distante erguia-se a capela que pertencera aos religiosos, a transformou-se em prisão solitária quando o hospício passou a ser quartel.

Os soldados que cometiam o crime de deserção eram reclusos por oito dias nessa prisão solitária; assim o asilo de orações e da paz tornou-se o lugar de condenação e de castigo, o recinto da fé e da consolação a casa de condenados, a prisão de desertores; mas o Aviso de 13 de fevereiro de 1857 mandou reconstruir o edifício e restituí-lo ao seu primitivo e sagrado mister, e em 30 de junho de 1858 o diocesano permitiu que se celebrasse missa nessa ermida e se administrasse o Santo Viático aos soldados doentes. Reedificada a capela, preparou-se na frente uma varanda coberta para os soldados ouvirem missa; é consagrada à Nossa Senhora das Dores.

A Casa da Ordem, a Secretaria, o Estado-Maior e a Sala do Comandante ocupam o sobrado da frontaria do quartel.

Da parte do morro levantou-se uma muralha com um portão que conduz à casa de banhos, edificada por Aviso do ministro da Justiça de 30 de janeiro de 1860, havendo uma banheira para os oficiais e três para os soldados; e tão útil melhoramento ao asseio e higiene do batalhão foi lembrado e executado pelo comandante Manuel Pedro Drago, sucessor do coronel Sampaio.

## CAPÍTULO 11

A CAMPANHA DO URUGUAI. SAMPAIO REASSUME O COMANDO DO 6º BATALHÃO EM SÃO GABRIEL. NO COMANDO INTERINO DA 2ª BRIGADA EM BAGÉ. SUA PROMOÇÃO A CORONEL POR MERECEAMENTO. D. VENANCIO FLORES DÁ INÍCIO À REVOLUÇÃO LIBERTADORA. O GOVERNO DO PARAGUAI PASSA A AMEAÇAR O IMPÉRIO. A INVASÃO DE MATO GROSSO DEFLAGRA A GUERRA COM O PARAGUAI. UMA FORÇA NAVAL, SOB O COMANDO DE TAMANDARÉ, PASSA A OPERAR NO RIO DA PRATA. O MARECHAL MENA BARRETO É NOMEADO COMANDANTE DA FORÇA DESTINADA A OPERAR NA BANDA ORIENTAL. TAMANDARÉ E FLORES ATACAM PAISSANDU, SEM CONSEGUIR TOMAR A PRAÇA. MENA BARRETO CHEGA ÀS CERCANIAS DE PAISSANDU. ATAQUE GERAL CONTRA A PRAÇA, NA JORNADA DE 2 DE JANEIRO DE 1865. OS DEFENSORES ENTREGAM-SE À DISCRICÃO DOS ATACANTES. O CORONEL SAMPAIO À TESTA DE SUA BRIGADA DESTACA-SE NA AÇÃO. O EXÉRCITO IMPERIAL MARCHA PARA SITIAR MONTEVIDÉU. O CONVÊNIO DE 20 DE FEVEREIRO. O CORONEL SAMPAIO À FRENTE DE SUA BRIGADA DESFILA PELAS RUAS DA CAPITAL ORIENTAL. FEITA A PAZ, O MARECHAL MENA BARRETO, DOENTE, PEDE EXONERAÇÃO DO COMANDO. É SUBSTITUÍDO PELO BRIGADEIRO OSORIO, INCUMBIDO DE LEVAR A GUERRA AO PARAGUAI DE SOLANO LÓPEZ.

Procedente da Corte do Rio de Janeiro, onde comandara o Corpo Policial, o tenente-coronel Antônio de Sampaio apresentou-se em Porto Alegre ao comandante das Armas da Província, tenente-general graduado Francisco Antônio da Silva Bittencourt, em 16 de dezembro de 1859, seguindo para a Vila de São Gabriel, onde reassumiu seu antigo batalhão, o 6º de Infantaria, ali aquartelado.

Durante a ausência de Sampaio, a Ordem do Dia nº 152 da Ajudância-General do Exército, de 30 de setembro de 1859, publicara o Aviso do ministro

da Guerra de 27 do dito mês a respeito do estado satisfatório em que foi encontrado pelo Sr. inspetor do 1º Distrito de Infantaria o 6º Batalhão da mesma Arma quando estava sob o efetivo comando de seu chefe, tenente-coronel Antônio de Sampaio.

Relatava o documento:

Aviso — Rio de Janeiro. Ministro dos Negócios da Guerra, em 27 de setembro de 1859. Ilmo. Exmo. Sr. Informando V. Excia. em seu ofício nº 3.656, de 13 de dezembro último, sobre o Relatório da Inspeção passada ao 6º Batalhão de Infantaria, que a exatidão e moralidade das contas deste Corpo revelam a honradez e zelo de seu comandante e oficiais que, segundo declara o brigadeiro inspetor do 1º Distrito de Infantaria, fazem por acompanhar seu chefe na tarefa de bem servir; manda V. Excia. elogiar em Ordem do Dia o comandante do referido batalhão, Antônio de Sampaio, pelo estado satisfatório em que foi encontrado o Corpo de seu comando.

Deus guarde a V. Excia.

(a) Sebastião do Rego Barros.

Pouco depois de assumir o comando do 6º de Infantaria, Sampaio passou a comandar interinamente a 2ª Brigada e Guarnição da Fronteira, com quartel-general em Bagé, exercendo-o até 7 de dezembro do ano seguinte, voltando em seguida ao comando de seu batalhão em São Gabriel.

Em 2 de dezembro de 1861, era o tenente-coronel Antônio de Sampaio promovido ao posto de coronel, por merecimento, para o mesmo batalhão, sendo exonerado do comando da 2ª Brigada em 7 de dezembro do mesmo ano.

Essa Grande Unidade (GU) era constituída do 6º Batalhão de Infantaria e do 5º Regimento de Cavalaria Ligeira, então comandado interinamente pelo major João Manuel Mena Barreto; mais tarde, na campanha contra o governo do Paraguai, veio a se destacar como general, perdendo a vida no assalto às trincheiras de Peribeubuí, em 12 de agosto de 1869. Sampaio perdera a sua três anos antes, em 6 de julho de 1866.

Em 1862, o 6º Batalhão contava com 520 homens, dos quais 36 eram oficiais.

Segundo relatório apresentado pelo ministro e secretário dos Negócios da Guerra, Marquês de Caxias, só na Província do Rio Grande do Sul

estavam então estacionados 4.349 homens do Exército de Linha; e o efetivo total das Forças de Terra era de 17.985 combatentes.

No início do ano de 1862, teve o coronel o doloroso dissabor de perder a esposa. Em 18 de janeiro, na cidade de Alegrete, falecia D. Júlia. Não chegaram a completar 13 anos de consórcio.

E aquele bravo que não tremia diante das balas, das granadas, das baionetas e das cargas de cavalaria do inimigo, aquele batalhador cujo peito expunha desassombadamente a todas as investidas do adversário, aquela fortaleza física e moral — quicá pela primeira em toda a sua vida — sentiu as faces inundadas pelas lágrimas que de seus olhos brotavam, dos mesmos olhos que, quando se dirigiam aos comandados, incutiam-lhes valor, eletrizando-os.<sup>1</sup>

Consumado o ato fúnebre, voltou nosso herói à lida diária na caserna do 6º de Infantaria para o qual Sampaio dera forte estrutura disciplinar e pronunciado espírito de corpo; tão forte foi este que se prolongou por muitos anos seguidos, conferindo a essa Unidade destacado conceito no Exército Imperial. Em 1º de novembro de 1863, era o coronel Antônio de Sampaio designado para comandar interinamente a 5ª Brigada. Essa GU era constituída do 3º, do 6º e 7º batalhões de Infantaria. Não obstante, memoráveis feitos lhe estavam reservados à frente de uma outra brigada, durante a campanha que em breve abrir-se-ia contra o Estado da Banda Oriental do Uruguai, a que foi o Império impelido a intervir, a contragosto, evidente.

Já, naquela quadra, segundo relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na 2ª Sessão da 1ª Legislatura em 1862, declarava o ministro da Guerra, Marquês de Caxias:

Grande parte dos corpos do Exército, entre os quais todos os que estão na Província do Rio Grande do Sul, acham-se armados com espingardas à Minié. Para cada um dos que ainda não estão armados com espingarda à Minié, apenas mandei 50 das ditas espingardas com as respectivas instruções, segundo vos disse quando tratei da Escola de Tiro de Campo Grande, entendendo que seria em pura perda fazer uma completa substituição das outras armas, enquanto não se mostram suficientemente instruídas no manejo e tratamento destas.

De mais, as espingardas de pederneiras podem ir sendo aproveitadas como até agora têm sido, no serviço quase meramente policial em que se empregam os

corpos que ainda as possuem; além de que, em tal serviço, como as circunstâncias o exigem entre nós, nem os soldados poderiam ter o cuidado necessário para a boa conservação das armas à Minié, nem sempre poderiam a isso ser coagidos.

As espingardas de pederneiras que têm sido trocadas vão sendo transformadas nas de percussão nas oficinas do Arsenal de Guerra da Corte; melhoramento vantajoso, não só porque as referidas armas (à exceção das que se acharem estragadas a ponto de não admitir conserto) podem assim transformadas prestar ainda serviço como pela economia daí resultante para os cofres públicos.

No exercício seguinte, no relatório do ano de 1863, apresentado à Assembleia Geral pelo ministro da Guerra, general Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão, na parte referente ao armamento, asseverava o sucessor do Marquês de Caxias:

Não estando ainda todos os corpos do Exército, especialmente os das guarnições das províncias, armados com as espingardas chamadas à Minié, continuam alguns a usar das de pederneiras; porém, que todos estes Corpos estejam providos daquele excelente armamento (como é de crer que assim aconteça dentro de pouco tempo), será então substituído o velho pelo novo; e recolhendo-se o primeiro aos arsenais, aí, com pequena despesa, poderão ser transformadas em espingardas de percussão as de pederneiras, podendo assim ser aproveitadas para o serviço de simples guarnição do tempo de paz.

O Governo Imperial espera que o Corpo Legislativo, considerando em sua sabedoria os poderosos motivos que determinaram o mesmo Governo a tomar com tamanha rapidez as medidas a que me refiro, tendentes à defesa do País, o habilitará com os meios indispensáveis para satisfação desse dever comum, e sem dúvida o mais importante a que todos somos chamados.

Em 1862, sobre o item Instrução Prática, o Marquês de Caxias, em seu Relatório, declarava:

A Instrução Prática no Exército, como vos informaram os relatórios anteriores, era dada de modo irregular e muito defeituoso, sem método nem homogeneidade por falta de compêndios que, reunindo as vantagens introduzidas ultimamente no ensino dos exércitos europeus, pudessem ser acomodados à

especialidade da organização do nosso. Por Decreto de 2 de outubro do ano próximo passado (1861), foram adotadas provisoriamente e mandadas distribuir pela oficialidade dos corpos as Ordenanças de Tática Elementar, em uso no Exército de Portugal, as quais se tinham mandado vir para esse fim com a execução dessas Ordenanças, persuado-me de que a instrução prática se torna regular, e os corpos, dentro em pouco tempo, trabalharão uniformemente, mediante os contínuos exercícios que tenho recomendado se façam.

Pretendo nomear comissões compostas de oficiais habilitados das diferentes Armas que, revendo aquelas Ordenanças, proponham as alterações que forem julgadas necessárias e mais apropriadas à organização especial dos corpos do Exército.

Por seu turno, o ministro Quintanilha Jordão, tratando desse mesmo assunto — Instrução Prática —, em seu relatório de 1863, adiantava:

Por Decreto de 2 de outubro do ano próximo passado, foram adotadas provisoriamente e mandadas distribuir, pela oficialidade dos corpos, as Ordenanças de Tática Elementar, em uso no Exército português, as quais se tinham mandadas vir para esse fim; com a execução dessas Ordenanças, persuado-me que a instrução prática se tornará regular, e os corpos dentro em pouco tempo trabalharão uniformemente, mediante os contínuos exercícios que tenho recomendado se façam.

A pasmaceira que existira nos primeiros anos da década de 1860 seria interrompida por sérios distúrbios domésticos no Estado Oriental.

Desde o início de janeiro de 1864, uma violenta guerra civil irrompera na República do Uruguai, entre blancos e colorados, dois grupos políticos que havia muito se digladiavam na liça das competições partidárias.

O ministro e secretário dos Negócios da Guerra, José Mariano de Mattos, em seu relatório do ano de 1864, alertava os representantes do povo para as ameaças que poderiam surgir em nossas fronteiras do Extremo Sul. Asseverava então o ministro Mariano de Mattos:

A extensão do nosso território e diversas circunstâncias que bem conheceis aconselham a concessão de maior força. Ainda agora as dissensões do Estado Oriental obrigam-nos a duplicar a força de nossas divisões na fronteira Sul, e rara será a quadra do ano em que a tranquilidade daqueles povos deixa-nos também em sossego. Temos constantemente de observar e reprimir as incur-

sões em nosso território; temos também, como presentemente, de evitar que entre nós se disponham e remetam auxílio aos partidos armados naqueles campos; para tudo isto é necessário força.

Por alguns outros pontos das nossas fronteiras, bem que nenhum se mostre de ordinário exposto à turbulência de vizinhos, é preciso termos destacamentos e auxílios para qualquer emergência, tanto mais que as distâncias não permitem pronto socorro no momento do perigo.

Em Mato Grosso, por exemplo, devemos conservar a força de linha; seria imprevidência reservar a sua remessa para quando as circunstâncias inesperadas o reclamassem; e o que dessa providência digo, aplicável é a outras, ainda que por motivos diferentes.

Cada um de vós bem conhece as necessidades de suas províncias e, se declarardes a porção de força indispensável para o serviço de cada uma delas, ver-se-á que a tropa de linha não é suficiente.

Entretanto, na Banda Oriental do Uruguai as coisas iam de mal a pior. Em 16 de abril de 1863, D. Venancio Flores partia de Buenos Aires para derrubar o governo de seu país, do Partido Blanco. Apoiado por seus correligionários do Partido Colorado, conservou-se na campanha e, cerca de um ano mais tarde, assumia ele a chefia de violenta insurreição, apoiada em grande parte de seus patrícios, aos quais se juntaram proprietários brasileiros, quase todos naturais do Rio Grande do Sul, possuidores de grandes fazendas de criação na campanha do Estado Oriental, os quais vinham sofrendo odiosas perseguições de chefes do Partido Blanco contra aqueles que mantinham suas simpatias pelo partido rival.

Expirando em 1º de março de 1864 o mandato do presidente Prudêncio Berro, os chefes do Partido Blanco o substituíram por Atanasio Cruz Aguirre,<sup>NE</sup> indivíduo que não queria acordo com a oposição, só se ocupando em aconselhar violências e vinganças. Era apoiado eficazmente por seu ministro Carreira, que, durante a gestão de Aguirre, foi o mandatário dos cruéis assassinatos de Quinteros.

Aberta a campanha entre blancos e colorados, D. Venancio Flores intitulou-se o Libertador, passando a comandar na campanha de sua pátria uma insurreição que pouco a pouco tornou-se audaz e aguerrida.

<sup>NE</sup> Figura 9—Caderno de Ilustrações (Atanasio Cruz Aguirre, presidente da República Oriental do Uruguai)

Aguirre acusou o governo de Buenos Aires de sustentar o desforço do general Flores e, se dispusesse de uma força naval, muito provavelmente levaria a guerra à Confederação.

Em relação ao Império, os fatos eram ainda mais graves; os brasileiros que habitavam a campanha do Estado Oriental do governo interino ao de Aguirre haviam sido poupados e, até certo ponto, viviam satisfatoriamente. Todavia, logo que este assumiu o governo, passou a tratá-los de forma odiosa, a mais cruel possível. Essa conduta, até março de 1864, deu lugar ao deputado Pimenta Bueno formular uma série de reclamações contra tais abusos.

Em resposta, o Governo Imperial declarou não ter competência para intervir em questões internas da Banda Oriental e prometeu que agiria por intermédio de sua representação diplomática em Montevidéu. Prometido e feito; no entanto, a prevenção contra aqueles brasileiros era de tal forma exagerada que, apesar da circunspecção e prudência dessa intervenção, a imprensa oriental levantou verdadeira campanha de acusações, cada qual mais grotesca e mesquinha, contra o Brasil.

Tais fatos tomaram feição que não mais pôde evitá-la o Gabinete de 31 de agosto de 1864.

Os brasileiros violentados e perseguidos, além de abastados proprietários, tinham poderosos amigos e parentes, conseqüentemente numerosos aliados naturais na Província do Rio Grande do Sul.

Encontravam, pois, todo o apoio nessa província e trataram de eleger seu chefe e advogado dos interesses brasileiros além-fronteira, o general honorário Antônio de Sousa Netto.

Este, considerando a gravidade da situação, viajou até a Corte do Rio de Janeiro, onde ativamente procurou levantar a opinião pública no sentido de induzir o Governo a uma intervenção armada contra Aguirre, a fim de obrigá-lo a respeitar as vidas e as propriedades de nossos patrícios residentes naquela república. Viu-se o Governo Imperial, em face da magnitude da questão, obrigado a tomar providências imediatas. O ministro dos Estrangeiros enviou a Montevidéu o conselheiro Saraiva para representar perante o presidente Aguirre contra os abusos e arbitrariedades praticadas contra os brasileiros. Ao mesmo tempo, por ordem do ministro da Guerra, deputado Francisco Carlos de Araújo Brusque, ordenava-se uma concentração de uma força de 4.000 homens na fronteira, a mando do marechal de campo João Propício Mena Barreto, depois Barão de São Gabriel.

Pouco tempo antes, quando o general Flores, procedente de Buenos Aires, invadira o Estado Oriental, o ditador do Paraguai, Francisco Solano López, queixava-se ao Governo da Confederação Argentina contra o auxílio prestado ao chefe colorado e pedia explicações.

D. Bartolomeu Mitre, presidente da República Argentina, não se dignou a responder à nota paraguaia. Meses depois, López retornou ao assunto enviando-lhe uma segunda nota, asseverando ao ministro oriental em Assunção que estava disposto a aliar-se ao governo de Montevideú contra o general Flores, bem como obstar qualquer intervenção por parte do Brasil e da Argentina nos negócios internos do Uruguai.

Tinha Solano López a pretensão de ser o fiel da balança política dos países que hoje formam o chamado Cone Sul.

A República do Paraguai, em seu voluntário isolamento a que se refugiara, tivera tempo de sobra para armar e instruir poderosa força, não só terrestre como naval, conjecturando uma possível guerra contra os Estados Platinos, quiçá contra o Império, de quem pretendia desferrar-se do mau resultado que lhe produzira a pendência de 1855.

Não foi evidentemente por pura vontade do governo do Brasil nem convinha aos seus interesses que se declarasse guerra ao governo Aguirre, muito menos que a luta tomasse as proporções alcançadas.

Em 11 de junho de 1864, o presidente do Paraguai enviou ao Governo Imperial nota em que se oferecia como mediador entre o governo Aguirre e o Imperial; em 17, despachou outra de igual teor ao Conselheiro Saraiva, então em Montevideú. Em 24 do dito mês, o ministro Saraiva a respondeu, e, em 7 de julho, o ministro dos Estrangeiros do Império confirmava, por parte do Império, a comunicação dada por Saraiva; no entanto, interpretando sem objeto a proposta que lhe fora endereçada.

Em Montevideú, a missão Saraiva limitou-se a pedir satisfação dos agravos sofridos pelos súditos brasileiros residentes no Estado Oriental, apresentando ultimato, caso suas justas reclamações não fossem atendidas, como o caso requeria. Pedia o ministro brasileiro as seguintes providências: 1<sup>o</sup> — Que o governo da República promovesse o devido castigo, senão de todos ao menos àqueles criminosos reconhecidos, que passeavam impunes, ocupando até alguns deles postos no Exército Oriental ou exercendo cargos civis do Estado; 2<sup>o</sup> — Que fossem imediatamente destituídos e responsabilizados os agentes de polícia que vinham abusando da autoridade de que se achavam

investidos; 3º — Que se indenizasse completamente a propriedade que, sob qualquer pretexto, tivesse sido extorquida dos brasileiros pelas autoridades militares ou civis da república; 4º — Finalmente, que fossem postos em liberdade todos os brasileiros que houvessem sido constrangidos ao serviço das Armas da República etc.

À nota do plenipotenciário brasileiro o governo de Montevidéu respondeu em 24 de maio. Declarava que a invasão do Estado Oriental fora organizada em territórios da Argentina e do Brasil e que o governo do Império era o culpado pelos males os quais afligiam a República.

Saraiva respondeu em 4 de junho, sustentando com dignidade sua nota de 18 de maio, insistindo pelas providências reclamadas. O ponto de vista do plenipotenciário brasileiro reclamava contra as prevenções e animosidades provenientes, não só dos últimos acontecimentos como da antiga rivalidade entre portugueses e espanhóis. A situação de Saraiva era realmente difícil.

Uma tentativa de mediação foi levada a efeito pelo representante britânico ao qual se associaram o Brasil e a Argentina, embora esta estranhasse que a missão Saraiva fosse secundada pela força. Entretanto, essa medida não obteve o sucesso almejado.

Malogrando-se o expediente disponível, Saraiva apresentou seu ultimato, declarando que iria recorrer ao emprego de represálias. Julgou finda sua missão e retirou-se de Montevidéu sem pedir os passaportes. Cabia ao almirante Tamandaré agir, pois dispunha de alguma força no teatro de operações. Conseguiu ele, mediante intimação, que o governo Aguirre imobilizasse o vapor *General Artigas*, surto no Porto de Montevidéu; todavia, ao tentar o mesmo com *Vállea del Salto*, que se achava no Rio Uruguai, não teve a mesma facilidade. O navio resistiu à intimação, procurou escapar e foi refugiar-se em Paissandu, onde os orientais o incendiaram.

Informado o governo brasileiro do malogro da mediação, ordenou ao seu ministro que retornasse a Montevidéu e formulasse uma intimação ao Governo Oriental para que desse as satisfações exigidas dentro do prazo fixado, sob pena de agir militarmente. Saraiva voltou a Montevidéu e apresentou seu ultimato em 4 de agosto de 1864. A nota brasileira foi devolvida cinco dias depois por julgar o governo Aguirre indigna semelhante imposição.

Na jornada seguinte, Saraiva declarou que o Exército Imperial iria entrar em território oriental, a fim de proteger os fazendeiros brasileiros, e

que o almirante Tamandaré recebera instruções para exercer represálias; na jornada seguinte, embarcou para Buenos Aires.

D. Venancio Flores dirigiu-se à Vila de Flórida, distante 20 léguas, e despachou seu filho, de igual nome, como parlamentar. Este, então, intimou a vila a que se rendesse. Não foi feliz o jovem nessa missão; a guarnição local recebeu-o a tiros, e o moço perdeu a vida. Desesperado, D. Venancio assaltou a localidade, tomou-a e mandou fuzilar os principais chefes.

Iniciava-se a guerra civil com todos os seus desatinos. Aguirre, sentindo-se desamparado, pediu socorro ao governo do Paraguai.

Em outubro, o marechal Mena Barreto era nomeado comandante do Exército Brasileiro destinado a operar no Uruguai. Inicialmente, despachou uma coluna em exploração até a Vila de Melo, capital de Cerro Largo. A guarnição local retirou-se, e a força brasileira regressou ao acampamento de Pirai Grande, local escolhido para a concentração do Exército.

O governo do Paraguai voltou a manifestar-se, considerando que a incursão à Vila de Melo era um ato provocador; em consequência, declarou rotas as relações com o Brasil e impedia a navegação de navios do Império em águas da república sob qualquer pretexto. López estava evidenciando seu firme propósito de envolver-se na luta contra o Império. Não esperou muito tempo... Nessa oportunidade, ocorreu o aprisionamento do vapor mercante brasileiro *Marquês de Olinda* que, em trânsito para Mato Grosso, levava a seu bordo o novo presidente daquela província, coronel Carneiro de Campos.

Essa atitude de Solano López pôs o Império a braços com duas guerras simultaneamente.

Autorizado a proceder as represálias, o almirante Tamandaré instruiu o capitão de mar e guerra Pereira Pinto, comandante da 3ª Divisão Naval, a dar início às operações. Havia Tamandaré recebido ofício do ministro das Relações Exteriores para ocupar com seus navios as cidades de Salto e de Paissandu.

No Rio de Janeiro, a Ordem do Dia do ministro da Guerra nº 416, de 22 de setembro, publicava a nomeação do marechal Mena Barreto para comandar o Exército que deveria organizar-se.

No Rio Grande do Sul, na ocasião, encontravam-se quatro Regimentos de Cavalaria Ligeira e três Batalhões de Infantaria: o 3º, o 6º e o 13º; dois outros eram esperados: o 4º e o 12º. Malogrando-se as negociações com o

governo Aguirre, o presidente do Rio Grande do Sul deliberou chamar a destacamento mais 2.418 praças da Guarda Nacional rio-grandense, que passaram a formar seis corpos Provisórios de Cavalaria.

Em virtude das notícias procedentes do Paraguai, mandou-se reforçar a fronteira das Missões, com 1.070 outros guardas nacionais, e organizou-se a 1<sup>a</sup> Divisão, a mando do brigadeiro honorário David Canabarro. Os dois batalhões que haviam chegado àquela província no final de dezembro foram destinados à fronteira do Uruguai. Não obstante, total era o estado de desarmamento da Província do Rio Grande do Sul.

Habilitado pelas instruções recebidas, Tamandaré ordenou o bloqueio dos portos de Salto e Paissandu e tratou de entrar em acordo com o general Flores, comunicando-lhe o plano de represálias. Procurou de comum acordo agir com o chefe da rebelião oriental. Um concerto teve lugar no QG de Flores na barra do Santa Lúcia, em 20 de outubro de 1864. Ciente dessas tratativas de cooperação, o governo de Montevidéu viu-se possuído da maior irritação contra o Império.

Em 9 de novembro, era nomeado ministro plenipotenciário no Rio da Prata o Conselheiro José Maria da Silva Paranhos, com plenos poderes para negociar e celebrar quaisquer ajustes concernentes ao estado de guerra com o governo de Montevidéu. Quando Paranhos chegou a Buenos Aires, a situação havia-se agravado consideravelmente; já não era mais possível retroceder, cabia-lhe firmar oficialmente a aliança com o general Flores a fim de legitimar o Acordo de Santa Lúcia.

Tamandaré, em face do retardo do apresto do Exército de Mena Barreto, decidiu atacar Paissandu, conjuntamente com o exército libertador do general Flores, que já sitiava aquela praça.

Revoltado com o caminho que os negócios se desenvolviam, o presidente Aguirre fechou os portos da república ao comércio brasileiro, declarando nulos os tratados firmados com o Império, e a 18 de dezembro foram queimados em praça pública os originais desses tratados.

Em todo o Império, esses acontecimentos com a Banda Oriental e o Paraguai fizeram levantar o povo com indignação, bem como nas tribunas e na imprensa, reclamando do Governo o castigo dos blancos e dos paraguaios.

O Governo, carente de meios de defesa, conclamou o povo às armas, lançando o célebre Decreto nº 3.371, de 7 de janeiro de 1865, criando os corpos de Voluntários da Pátria em todos os rincões do País. Essa providên-

cia foi a verdadeira salvação nacional, tal o entusiasmo com que foi recebido pela mocidade.<sup>2</sup>

Em 1º de dezembro de 1864, finalmente, o marechal Mena Barreto iniciava a marcha de Pirai Grande, e Tamandaré passava a bloquear Paissandu. Já, em 28 de novembro, uma força naval, operando em ligação com o general Flores, conseguiu a capitulação do general Palomeque, que defendia a Vila de Salto. Isso feito, os vencedores marcharam sobre Paissandu, depois de deixarem 100 homens e uma peça de Artilharia guarnecendo a localidade vencida.

A Vila de Salto passou a servir de base de operações das forças do general Flores.

Paissandu, segunda cidade do Estado Oriental, contava com uma população de 8.000 almas; seu comércio e indústria eram florescentes. A defesa da praça estava entregue ao coronel Leandro Gómez, considerado valente soldado e exaltado elemento dos blancos; mas, evidentemente, péssimo general. Tinha sob suas ordens 1.254 homens, de tropa de Linha, 12 bocas de fogo de 12 e 18, dispostas em boas posições de tiro. Mostrava-se em condições de resistir.

D. Venancio Flores recebera reforço de 100 brasileiros, a mando do estancieiro Bonifácio Machado.

Tamandaré aproximou-se de Paissandu com cinco canhoneiras, tendo por capitânea a *Recife*; as guarnições desses navios somavam 100 homens, reforçados ainda por 200 praças do 1º Batalhão de Infantaria, comandados pelo capitão Francisco Maria dos Guimarães Peixoto. Inicialmente, Tamandaré fez desembarcar 200 marinheiros e fuzileiros navais, assim como o contingente do 1º Batalhão de Infantaria, procedente da Corte, trazido pela fragata *Amazonas*, acompanhados de uma bateria de 3 peças calibre 12 e de uma estativa à Congreve. D. Venancio Flores fez marchar para a ação 600 homens de Infantaria e Cavalaria a Pé, além de 160 voluntários de Bonifácio Machado, que marcharam apoiados por 7 bocas de fogo. A ação foi dirigida por Tamandaré que antes de desencadear o ataque intimou Leandro Gómez a se render. A resposta foi negativa; decidiu então o comandante brasileiro o acometimento na madrugada de 5 de dezembro. As forças atacantes somavam 1.100 homens, contra 1.500 da parte defensora.

O coronel Leandro Gómez não soube aproveitar a situação. Não só impediu o desembarque da tropa brasileira, nem sua marcha do Arroio Seco, onde se reuniu para atacar a cidade. Além disso, durante a noite, conhecido o

pequeno contingente desembarcado, não tratou de batê-lo e lançá-lo sobre o rio, o que não lhe seria difícil por ter a força de Flores acampada em sítio distante do lugar onde pernitoou a tropa brasileira.

Esta avançou denodadamente e ao nascer do sol de 6 de dezembro aproximou-se da cidade, chegando ao alcance dos tiros do inimigo às 6h.

Assentada a bateria brasileira em posição conveniente e guarnecida por um contingente de marinheiros, começou o fogo bem nutrido e eficaz contra posições orientais, ao passo que o restante da força atacava à baioneta.

Um batalhão de Leandro Gómez, que havia saído do entrincheiramento ao encontro dos assaltantes, atemorizado pelo vivo fogo da nossa artilharia e dos atiradores, bem como pela rapidez da carga, correu a recolher-se ao abrigo das trincheiras.

A força brasileira desceu então a colina em marcha-marche e procurou ganhar a fralda, onde se reclina a cidade, sob nutrido fogo da infantaria inimiga, então acobertada por seus defensores.

Ao aproximar-se das primeiras casas, e ainda a descoberto, morreram vários assaltantes e foram feridos diversos; entretanto, desde que a força ganhou a primeira rua, mudou de tática, estendendo em atiradores e procurando acobertar-se com as casas e acidentes do terreno.

A artilharia das canhoneiras apoiava o ataque.

Apesar de fortíssima resistência, conseguiram os assaltantes chegar a uma muralha pouco distante da praça, derrubar esse obstáculo e avançar sempre para o centro da cidade. Foi tudo obra de poucos momentos.

A descoberto e debaixo de vivíssimo fogo, ainda avançou aquela reduzida força mais uma quadra de terreno.

Em princípio, o inimigo ocupava-se somente com o ataque dessa primeira força, orientada e comandada pelo primeiro-tenente Francisco José de Freitas, com seus fuzileiros navais e marinheiros, e pelo capitão Guimarães Peixoto, com seus valores comandados do 1º Batalhão de Infantaria.

Pouco depois, precisou enfrentar também as tropas de Flores pelo lado oeste, assim como 100 imperiais marinheiros, comandados pelo primeiro-tenente João Batista de Oliveira Montauray, com uma peça de calibre 12.

O bombardeio naval foi dirigido com tanta perícia que as bombas arrebentavam exatamente nos fortes, espalhando morte e destruição entre o inimigo. Parecia que os assaltantes queriam dissimular seu pequeno número pela rapidez e vigor do ataque. Pelas três horas da tarde, o fogo diminuiu de inten-

sidade — já durava desde as 7h —, e isto inspirou nossos bravos oficiais o receio de uma surtida possível do inimigo, com forte troço dos sitiados. Os atacantes estavam longe das munições, e, ademais, seu número era reduzido em relação aos sitiados. A fim de evitar alguma surpresa, foram postados pequenos piquetes pelos cantos das ruas, que se conservaram até a noite com as armas na mão, respondendo ao fogo dos sitiados.

Antes de começar o bombardeio do dia 7, o capitão do navio inglês *Dottorel* procurou persuadir o coronel Leandro Gómez de que era melhor entregar a cidade, evitando assim seu bombardeamento; comprometeu-se-lhe a obter as honras de guerra à sua guarnição. Este não quis ouvi-lo e já havia mandado repelir a tiros um parlamentar de Flores.

À noite, a força atacante recebeu ordem para retirar-se e recolher-se ao acampamento. Nessa jornada, foi ferido o capitão Guimarães Peixoto. Pelas 22h, acampava nossa força na margem do rio, sob a proteção dos navios da força-tarefa.

Na manhã de 8, irrompeu a bateria magnífico fogo sobre o Forte de Sebastopol, sobre a Matriz e a Casa da Comandância, sendo acompanhado pelas canhoneiras. Ao mesmo tempo, os assaltantes procuravam reconhecer um ponto mais vulnerável, para novo ataque. O inimigo acabava de surpreender e degolar um contingente de 10 orientais da tropa de Flores.

A pequena força de desembarque e a do general Flores mostravam-se dispostas a um segundo assalto; no entanto, seria preciso contar com grandes perdas e além disso não havia nos vasos de guerra munição de artilharia para um renhido e longo combate, e o general Flores carecia de projetis para a sua artilharia raiada, além de pólvora e cartuchame. Nessa emergência, resolveram os chefes de mar e terra entreter o tempo, aguardando a chegada do exército do marechal Mena Barreto.

Nesse lapso, diariamente partiam correios para o marechal e para o general Netto, apressando a chegada e dando-lhes informações exatas da marcha do general oriental João Saa — apelidado o Lança-Seca — que vinha em socorro dos sitiados.

Até então, a força brasileira tivera 12 mortos, 40 feridos e um extraviado; a do general Flores, 6 oficiais e 36 soldados mortos, 10 oficiais e 42 soldados feridos.

A demora do Exército de Mena Barreto e da tropa de Netto, a consciência do arrojado e inútil ataque do dia 6, que não se poderia e nem se deveria

repetir, senão com forças suficientes para tomar a praça de assalto, tudo influía naturalmente sobre o ânimo de nossos bravos soldados.

Os comandantes dos navios inglês, francês e espanhol, no dia 9, solicitaram um armistício a fim de permitir a saída de famílias que ainda estavam na cidade e desejavam refugiar-se. Saíram então mais de 2.000 pessoas que passaram para as ilhas fronteiras a Paissandu; nessa ocasião, fugiram 50 praças dos sitiados e incorporaram-se às forças de Flores.

No dia 14, chegou ao acampamento o futuro Visconde de Pelotas, major José Antônio Corrêa da Câmara, do 2º Regimento de Cavalaria Leveira. Esse oficial, à requisição de Tamandaré, tomou o comando das forças brasileiras desembarcadas, pois já se encontrava ferido o capitão Guimarães Peixoto.

Em 15, chegou o general Antônio de Souza Netto com 1.300 voluntários da campanha do Rio Grande do Sul, todos de Cavalaria. Com esse reforço, tornou-se possível fazer frente ao exército de João Saa, que constava estar passando naquela ocasião pelo Rio Negro. Aproveitaram os sitiados o arrefecimento do ataque para concertar e reforçar as suas fortificações, já então danificadas.

De Montevideu, procuravam socorrer os sitiados. Para isso, além de outras providências, mandaram o general João Saa, que estava acampado no Rio Negro com o grosso das forças do Governo, socorrer Paissandu.

Esse chefe marchou para oeste, ao longo do Rio Negro. Contava aproximar-se de Paissandu antes do exército de Mena Barreto e, forçando as linhas de sítio, desembaraçar o coronel Leandro Gómez, bem como aniquilar, pelo menos, a pequena força de Flores.

D. Venancio foi informado desse plano e, logo com a chegada das forças do general Netto, acertou com Tamandaré marchar ao encontro de Saa, com a maior parte das forças sitiadas. Nessa ocasião, o Lança-Seca transpunha o Rio Negro com seus 2.000 homens.

Com tal propósito, em 20 de dezembro, o general Flores levantou o cerco de Paissandu e marchou ao encontro de Saa com o exército libertador, os 160 voluntários brasileiros de Bonifácio Machado e o general Netto, com os 1.300 voluntários e 320 praças da força de desembarque, comandadas pelo major Corrêa da Câmara. O general Flores marchou seis léguas, e, quando sua vanguarda avistou a do general Saa, esta retrocedeu vergonhosamente e efetuou precipitada retirada, furtando-se à derrota que o aguardava.

Em 23, era restabelecido o cerco de Paissandu. Na tarde de 29 de dezembro, depois de penosa marcha, chegava o marechal Mena Barreto, com sua divisão, composta de 5.711 homens, sendo 1.695 de Infantaria, 108 de Artilharia, com 12 peças de campanha, dispendo de 70 tiros cada boca de fogo, e o restante de Cavalaria, do qual 1.108 eram de Linha.

Em cumprimento à ordem recebida no acampamento de Pirai Grande, foram reunidos todos os corpos e frações de corpo que deveriam compor a Divisão que, sob o comando do marechal João Propício Mena Barreto, iriam operar no Estado Oriental.

Essa Divisão fora formada dos seguintes corpos: cinco batalhões de linha, repartidos em duas brigadas: a 1ª Brigada, do coronel Antônio de Sampaio, composta do 4º, do 6º e do 12º batalhões; a 2ª Brigada, do coronel Carlos Resin, composta do 3º e do 13º batalhões. Essas 5 unidades totalizavam 2.747 homens; uma brigada de Cavalaria, comandada pelo brigadeiro Manoel Luiz Osorio, com 3.818 homens, sendo a maior parte da Guarda Nacional, muito mal-armada e montada, e do 1º Regimento de Artilharia a Cavalos, comandado pelo tenente-coronel Emílio Mallet, com o efetivo real de 283 praças.

Não houve tempo para que os artilheiros se familiarizassem com as peças raiadas. Com a pressa, o marechal mandou realizar um único exercício quando cada peça disparou quatro tiros; com isto julgou que as guarnições estavam prontas para a campanha.

As instruções do Governo enviadas ao marechal Mena Barreto resumiram-se nisto: “Organizar com pressa e marchar!”

Em 1º de dezembro, iniciara-se a marcha, ficando no acampamento de Pirai Grande as carretas de munição, cada peça com apenas 70 tiros nos armões.

A essa pequena e mal-armada divisão deu-se o nome de Exército do Sul. Entretanto, não levou para Paissandu nem artilharia de sítio nem um engenheiro nem mesmo uma Companhia de Sapadores ou Pontoneiros com munição suficiente.

As marchas diárias eram forçadas. Nem assim pouco se adiantava porque a maior parte da cavalaria consistia em potros, ainda não domados, e pela falta de cavalos em estado de fazer a campanha.

As ordens do Governo relativas à campanha foram tão demoradas que os dois primeiros batalhões mandados da Corte, o 2º de Infantaria, com 400 homens, e o 10º, da Bahia, com 450, não chegaram à fronteira a tempo de

serem incorporados à Divisão Mena Barreto. Um ficou em Bagé; outro em Alegrete. Não serviram sequer para defender a cidade de Jaguarão, atacada pela expedição de Muñoz e Aparicio, em 27 de janeiro de 1865.

A Divisão Mena Barreto chegou às cercanias de Paissandu na tarde de 29 de dezembro. Logo, tratou-se de colocar em bateria as 18 bocas de fogo, sendo 12 do 1º Regimento de Artilharia a Cavalos e 6 da Marinha, além de outras 12 peças de bronze volantes da Marinha.

Resolvido foi que se faria o assalto decisivo em 31 de dezembro; na noite de 30 para 31 o tenente-coronel Mallet assentou suas 12 peças na covilha fronteira à cidade. O marechal Mena Barreto mandou estender a 50 braças na frente duas companhias do 4º Batalhão para proteger a artilharia.

À chegada dessa bateria, ficou de prontidão o resto do 4º Batalhão e um pouco mais distante os quatro batalhões restantes, formando as duas brigadas.<sup>3</sup>

Cerca das duas da madrugada de 31, o inimigo tentou uma surtida contra nossas baterias; entretanto, os atiradores do 4º, que estavam na frente, e o restante do mesmo Corpo fizeram malograr esse arrojado intento em razão de seus nutridos fogos.

Às 4h20min, partiu o primeiro tiro; foi o sinal do início do combate, que logo se travou por um contínuo e vivíssimo bombardeio. Logo no começo do fogo, foi morto por uma bala de artilharia que o atingiu na cabeça o bravo e ativo primeiro-tenente Henrique Martins, assim como foi ferido gravemente o tenente do 4º Batalhão José Antônio de Lima Júnior, que comandava uma das companhias dessa Unidade nas avançadas. Lima Júnior morreu pouco depois a bordo do *Recife* quando era transportado para o hospital, em Buenos Aires. Seu corpo foi sepultado na Ilha Martim Garcia.

Havendo acabado a munição do 1º Regimento de Artilharia pelas 9h, o marechal Mena Barreto mandou dizer ao almirante que, logo que cessasse o fogo dos navios e da bateria de Marinha, faria avançar sua Infantaria, consumando o assalto à posição.

Essa bateria de Marinha era protegida pela força do 1º Batalhão de Infantaria e do contingente da Marinha e comandada pelo major Corrêa da Câmara. Representava um pequeno batalhão. Foi incorporada à brigada do coronel Antônio de Sampaio e, logo que cessou o fogo da artilharia, partiu em *marche-marche*, alcançando as primeiras ruas debaixo de fuzilaria, conquistando o terreno palmo a palmo e porfiando marinheiros e soldados em bem cumprir o seu dever. Extinto o fogo da artilharia, o marechal mandou prosse-

guir em marche-marche, e as duas brigadas atacaram: uma pelo norte; outra pelo leste. Ao toque de cornetas e de tambores, marcharam em coluna cerradas, entrando pelas ruas da cidade, cujas primeiras casas estavam guardadas por defensores que faziam nutrido fogo das janelas e das soteias.

A posição do inimigo era vantajosa, e o estrago no primeiro ímpeto produzido em nossas fileiras foi grande.

A brigada do coronel Carlos Resin quando entrava em uma rua, levando na frente o 13º Batalhão, recebeu uma descarga que abateu 27 soldados dos primeiros pelotões e feriu muitos outros, inclusive o coronel Resin, que teve seu cavalo morto. As espessas nuvens de fumo não permitiam responder com justeza a essa fuzilaria; todavia, logo que elas se dissiparam, viu-se o batalhão dividido, respondendo com vigoroso fogo aos tiros do inimigo, arrombando e invadindo as casas, lutando a ferro e fogo e ocupando pouco a pouco as casas conquistadas.

O mesmo ocorria com a brigada de Antônio de Sampaio, mais coordenada e sempre impetuosa. A partir de certo momento, não houve mais formatura e iniciou-se a conquista geral das casas e das ruas, passando-se de uma para outras até a noite em que foram ocupadas as posições conquistadas. A brigada de Sampaio que avançara pelo lado norte da praça tomou à baioneta as barricadas do inimigo, de quarteirão em quarteirão. Cada soteia, transformada em verdadeiro reduto, exigiu uma escalada em regra.

A força do general Flores atacou pelo flanco esquerdo, e os brasileiros investiram pelo direito e frente da posição.

O marechal reconheceu ser preciso conquistar o terreno por partes e obrigar o inimigo a encerrar-se em seu último reduto para ali conquistá-lo com os fogos da artilharia.

Ao meio-dia, depois de haver tomado algumas posições, mandou o marechal assestar em bateria duas peças La Hite, sob o comando do primeiro-tenente Ernesto Augusto da Cunha Mattos. O efeito dela bateria foi tal que logo se manifestou grande confusão nas fileiras contrárias.

Caía a noite. A retirada de nossas forças seria um grande erro. Por isso, o marechal ordenou que fossem sustentadas as posições atingidas a todo o transe, e o combate pelo fogo continuou toda a noite, com o mesmo vigor verificado durante o dia.

Ao amanhecer da jornada de 1º de janeiro, nossos bravos mantinham as posições conquistadas, com tanto sacrifício, na véspera.

O combate prolongou-se por toda essa jornada, tomando-se casa por casa, soteia por soteia, até que às 8h20min do dia seguinte se entregaram os defensores da posição à discricção.

As bombas e metralhas cruzavam-se por toda parte; o sangue corria a jorros, formando poças, escorrendo pelas sarjetas das ruas, cobertas de mortos e feridos. À tenacidade do ataque se igualava o heroísmo da defesa.

A confusão foi horrível! À medida que iam avançando os batalhões por aquele dédalo de ruas, vielas estreitas e tortuosas, cuidava-se de conduzir os feridos que ficavam na retaguarda. Havia o perigo da retirada, e era necessário salvar esses desgraçados que poderiam a cada momento encontrar a morte debaixo das patas dos cavalos, pois os esquadrões de Flores e os corpos da Brigada Metto manobravam em todas as direcções.

Duas companhias do 3º Batalhão, da Brigada Resin, atacaram a *Ancla Dorada*, onde alguns centos de inimigos defendiam com furor o velho casarão já crivado de obuses.

A 1ª Brigada, comandada pelo intrépido coronel Sampaio, superando suas próprias forças, venceu todos os obstáculos, cuidando seu comandante de evitar maiores baixas em sua tropa. No setor que lhe foi atribuído, a luta contou com momentos de grande violência, exigindo que os homens progressissem, procurando evitar os mortíferos tiros de enfiada dos defensores. A fase no interior do casario impôs inauditos sacrifícios para vencer as resistências opostas, que dominavam a área escondidas nos pontos-chaves. No entanto, a presença sempre constante do valente chefe, atento às circunstâncias do combate, conseguiu atenuar as dificuldades e levar seus valentes soldados à vitória naquela decisiva jornada.

À bravura posta em prática pelo coronel Sampaio muito se deveu o sucesso dessas jornadas. O destemor diante do perigo é a qualidade mais apreciada pela tropa, que sabe distinguir seus comandantes, sobretudo aqueles que o possui desde o berço, como Antônio de Sampaio, forma indelével do verdadeiro herói. Por isso mesmo, esse herói ocupava lugar muito especial no coração de seus soldados!

Foram 52 horas consecutivas de combate; nenhum obstáculo paralisou o esforço dos nossos; trincheiras, ruas, barricadas, pontes, valas, soteias e casas transformadas em redutos; nada deteve o ímpeto e a firmeza dos atacantes para alcançar pelas armas uma página de glória para a nossa história militar.

Mais de 4.000 projetis de artilharia foram lançados contra a praça.

Com a conquista do objetivo, cerca de 700 homens ficaram prisioneiros, inclusive 93 oficiais. Foram apresadas mais de 2.000 espingardas, 15 peças de artilharia, muita munição, petrechos bélicos e bandeiras.

A Divisão Mena Barreto teve 5 oficiais mortos e 12 feridos; 173 praças mortas e mais de 310 feridas. A Marinha, um oficial morto, um ferido, 10 praças mortas e 30 feridas.

Em 1º de janeiro, o inimigo perdeu o coronel Lucas Pires, 2º comandante da praça e principal auxiliar de Leandro Gómez. Este foi aprisionado pelo tenente-coronel André Alves de Oliveira Bello;<sup>4</sup> na ocasião, o coronel Goyo Soares reclamou a posse do prisioneiro. Leandro Gómez manifestou ao tenente-coronel que preferiria ser prisioneiro de seus compatriotas. Foi entregue a Goyo Soares que o mandou fuzilar pouco depois com mais quatro outros prisioneiros.

Esse fato empanou o brilho da conquista de Paissandu.

Em 12 de janeiro, o Exército Imperial marchou para Fray Bentos, onde incorporou novas unidades que haviam partido da Corte, em um total de 1.700 homens. Com essa força, viera uma Bateria do 1º Batalhão de Artilharia a Pé, comandada pelo capitão Manoel Deodoro da Fonseca.

Na jornada de 14 de janeiro, a Infantaria embarcou em Fray Bentos, seguindo a cavalaria e a artilharia por terra até Santa Lúcia. Desse ponto, as tropas marcharam até as imediações de Montevideú.

O governo do Paraguai preparava-se para invadir o território brasileiro; por ofício do general Canabarro, datado de 13 de fevereiro de 1865, o ministro plenipotenciário brasileiro tomou conhecimento de que nossa fronteira do Rio Uruguai estava desguarnecida e estava ameaçada de ser invadida por uma força de 9 a 12.000 homens, acampados em Aguapeí.

Isso importava o início de uma nova campanha. Seria preciso que o crédito militar do Brasil ficasse bem firmado no Estado Oriental para que não houvesse a possibilidade de uma reação em sua retaguarda quando marchasse ao encontro dos paraguaios.

Em 27 de janeiro, desembarcavam em Santa Lúcia nossas forças a mando do marechal Mena Barreto, preparando-se para o assédio de Montevideú. Procedentes do Império, diariamente chegavam novos reforços. A patriótica Guarda Nacional do Rio Grande do Sul levantou-se como um só homem e acudiu pressurosa em torno do Pavilhão Nacional; os alunos da Escola Militar e tudo quanto havia de tropa de Linha disponível vieram engrossar as fileiras

de nosso Exército. Os sitiantes de Montevidéu já numeravam 7.200 combatentes e 14 bocas de fogo.

A cidade de Montevidéu contava com 50.000 habitantes; a praça era fortificada, guarnecida por 4.000 homens, com 40 bocas de fogo.

Em 1º de fevereiro, o Exército Brasileiro aproximou-se da praça. Em vão, Aguirre enviava mensagens, umas após outras, pedindo auxílio ao ditador paraguaio.

Ao presidente uruguaio respondeu López por intermédio de seu ministro que “já fizera bastante mandando invadir por suas tropas a Província de Mato Grosso, operando assim uma diversão a favor da Banda Oriental”. Dizia mais: “[...] que não podia enviar um exército sem que as Províncias argentinas de Entre Ríos e Corrientes se declarassem francamente separadas de Buenos Aires e aliadas de Montevidéu”.

No meio da desordem e do terror que reinavam então na cidade, Aguirre procurou apoio dos agentes diplomáticos das nações que tinham navios de guerra no porto. Estes responderam negativamente.

O presidente Aguirre, receando para Montevidéu o destino de Paissandu, recorreu ao Corpo Diplomático ali presente para interferir e suspender as hostilidades até se realizar a pacificação do país.

O ministro italiano, Rafael Ulyses Barbolini, encarregado por seus colegas do Corpo Diplomático, dirigiu-se ao almirante Tamandaré com a cópia de um ofício por ele enviado ao conselheiro Saraiva, em 29 de janeiro, no qual pedia suspensão das hostilidades e os bons ofícios pessoais do almirante para a pacificação.

Este respondeu a 30, declarando ao ministro italiano que sentia não ter autoridade para tomar sob sua responsabilidade a suspensão das hostilidades até 15 de fevereiro quando, dizia a ministro, seria eleito um novo governo, e que no dia 1º faria marchar o Exército Imperial sobre Montevidéu. O conselheiro Paranhos, de acordo com opinião do almirante, respondeu que não poderia nem deveria suspender as hostilidades, enquanto o governo Aguirre não se retirasse do poder.

O Gabinete de 31 de agosto de 1864 queria que Montevidéu fosse tomada à força. Ignorava, porém, os meios de defesa dos quais dispunha a praça e o estado de nosso Exército, e se este se achava ou não em condições de tal cometimento.

Felizmente, o conselheiro Paranhos tinha perfeito conhecimento de tudo isso e entendeu que ainda havia muito a fazer antes de hostilizar a praça.

Em Montevidéu, a situação ficou caótica quando a população teve notícias da tomada de Paissandu; o Partido Blanco de Aguirre rompeu em extraordinários excessos. Grupos exaltados gritavam pelas ruas e praças: “Abaixo o Governo! Morte aos brasileiros!”

Tocou-se rebate; o povo reuniu-se nas praças; a Guarda Nacional correu aos quartéis, enfim foi tal o tumulto que o Governo não pôde conter a população.

Organizou-se uma Junta de Salvação Pública, que exigiu a exoneração do ministro da Guerra e o substituiu por um louco. Logo começou a anarquia na cidade.

O general João Saa, que se havia recolhido à capital com pouca força de seu exército, pois o grosso se havia dispersado e passado em parte para o exército libertador de Flores, foi nomeado comandante em chefe das tropas da capital. O famoso coronel Massa recebeu a designação de dirigir a defesa de Montevidéu. Começou então o domínio do punhal e do assassinato, fazendo crescer extraordinariamente a emigração da cidade.

O Governo, precisando de dinheiro, deu curso forçado por seis meses a seu papel, impondo aos bancos Mauá e Comercial um empréstimo de 500.000 pesos (cerca de 1.000:000\$000).

Os bancos cederam a esse roubo. No entanto, havendo os possuidores de tais notas corrido ao troco, foi preciso desembarcar forças das canhoneiras estrangeiras para proteger esses estabelecimentos de crédito.

Sob influência da Junta de Salvação Pública, Atanasio Aguirre mandou aprontar partidas de aventureiros, verdadeiros saqueadores, para, sob as ordens de Basilio Muñoz e Aparicio, invadirem a Província do Rio Grande do Sul.

O governo oriental mandou remover a pólvora existente no Cerrito para os armazéns em Montevidéu. Essa imprudência excitou grande pânico em toda a população, principalmente entre os estrangeiros. Agentes diplomáticos empregaram todos os seus esforços para livrar a cidade daquele paiol que, se explodisse, arrasaria boa área.

O ministro inglês protestou, e os seus colegas o imitaram contra a existência de semelhante depósito na cidade; por fim o Governo cedeu.

As fortificações fora da cidade haviam sido aumentadas, e tudo demonstrava o propósito de oferecer séria resistência.

Em 2 de fevereiro, o almirante Tamandaré notificou o bloqueio à praça, concedendo sete dias aos estrangeiros para se retirarem. Começou então uma

espantosa emigração; e, a pedido dos agentes diplomáticos, esse prazo foi ampliado para a jornada de 15.

Os principais membros do Governo comprometidos fugiram de Montevideú. O presidente Aguirre, vendo-se desamparado, renunciou ao cargo, ordenando que se convocasse o Senado para eleger outro presidente. Isso foi realizado em 15, sendo nomeado presidente o senador D. Thomaz Villalba.

Em 20 de janeiro, no QG do exército libertador, foi assinado um tratado no qual o general Flores se comprometia a reparar todas as exigências apresentadas pelo governo do Rio de Janeiro. Com efeito, logo ao chegar a Montevideú, ele fez publicar, em 27, seu manifesto e, em seguida, dirigiu ao ministro brasileiro uma nota, com data de 28 do mesmo mês, satisfazendo as justas exigências que antes lhe haviam sido feitas.

Afinal, em 20 de fevereiro, celebrou-se o Convênio da Capitulação com a Convenção de Paz. Em 23, era içado o Pavilhão Imperial do Brasil no Forte São José, salvando-se o feliz acontecimento com 21 tiros de canhão.

Foi para a Brasil uma esplêndida vitória; terminava a luta com a República Oriental do Uruguai. Isso possibilitava envolvimento em nova campanha que se abria contra o governo do ditador do Paraguai, decidido e sincero aliado de D. Venancio Flores.

Não obstante, o Governo Imperial julgou deficiente o Convênio de 20 de fevereiro e, embora o aprovasse em todas as suas cláusulas, dispensou, por Decreto de 3 de março de 1865, o conselheiro Paranhos da missão de que se achava investido no Rio da Prata. Por Decreto de 11 do mesmo mês, nomeava o conselheiro Francisco Otaviano de Almeida Rosa em missão especial junto às repúblicas Oriental e Argentina.

De acordo com as condições contidas no convênio, o general Flores foi proclamado governador provisório da República.

No dia 21 de fevereiro, entrava na praça o general Caraballo, com 400 homens das forças de Flores; guarneceu os postos militares e permaneceu como governador. Ainda nessa mesma jornada, no Forte São José, depois de ser içada a Bandeira brasileira, salvou-se com 21 tiros, respondidos pela corveta *Baiana*, com a bandeira oriental no mastro grande. Em 22, penetrava na praça a 1ª Brigada do Exército Imperial, com seus três batalhões, o 4º, o 6º e o 12º, comandada pelo coronel Antônio de Sampaio. A entrada da força brasileira foi verdadeira consagração; homens e senhoras disputavam a primazia de festejar os aliados, que trouxeram com a paz externa o fim da guerra civil,

a qual dilacerava os orientais. As janelas das casas por onde passou nossa tropa estavam ornadas de colchas, algumas verdes e amarelas. As flores caíram de todos os lados, ao som de vivas ao Brasil.

Referindo-se à entrada da 1ª Brigada de Sampaio em Montevidéu, o “mestre” cearense Gustavo Barroso pintou-a a seu modo com essas luzidias cores:

No dia 22, aquela quietude foi perturbada logo de manhã cedo pelo rufar compassado de tambores. Era a brigada de Antônio de Sampaio, o herói cearense, que entrava em Montevidéu.

À frente, o coronel de rosto sereno e triste sob a pala da barretina agaloada. Atrás dele, rufando um rataplan bem cadenciado, vinte e quatro caixas de guerra; alumiando ao sol uma torrente de pontudas baionetas...

Atravessaram toda a cidade e foram aquartelar parte no quartel de Basterrica e parte no Forte S. José, onde já se encontrava uma força de fuzileiros e imperiais marinheiros desembarcados da esquadra.<sup>5</sup>

Antes, na jornada anterior, o marechal Mena Barreto, comandante da Divisão brasileira, publicou a seguinte Ordem do Dia:

Quartel-General do Comando em Chefe do Exército do Sul, em operações no Estado Oriental, Vila da União, 21 de fevereiro de 1865.

Ordem do Dia nº 24.

Com viva satisfação comunico ao Exército que ontem, 20 de fevereiro de 1865, concluiu-se e firmou-se a paz entre os orientais; e o Brasil e a República do Uruguai marcham unidos na senda do progresso e do engrandecimento.

Aceita ontem mesmo pelo novo governo de Montevidéu, personificado no distinto patriota oriental Sr. D. Thomaz Villalba, as condições ajustadas no documento diplomático sobre o grande sucesso da paz interna e a externa desta República entrou na ordem dos fatos consumados.

A causa do Império e dos seus aliados obteve o desejado triunfo. Os inimigos depuseram as armas e entregaram o primeiro cargo da República ao distinto general Flores, nosso aliado e companheiro na gloriosa campanha de Paissandu. Aqueles que nos insultaram grosseiramente, que nos provocaram à guerra mais cruenta, reconhecendo que a vitória dos aliados era aqui infalível, como foi brilhante no único combate que se atreveram a sustentar, desapareceram da cena política deste país ante o aspecto e firme resolução dos exércitos aliados, prestes a

cumprirem o seu dever e compromisso de honra. Vencemos em Montevideu sem derramar o sangue dos nossos soldados e o de irmãos e vizinhos, a quem homens tresloucados pelas paixões dos partidos concitavam a uma resistência impossível. Congratulemos os nossos dignos aliados por este novo e incruento triunfo que abre as portas da capital da República a todos os orientais e brasileiros, e entrega os destinos deste belo país ao magnânimo general Flores, centro de união para toda a família oriental, e baluarte da independência de sua pátria, como é e será também a melhor garantia da paz do Brasil com este estado vizinho.

Já não temos inimigos no solo oriental. Os que ontem existiam desapareceram, e em seu lugar acha-se hoje um governo amigo e aliado, que nos prestará toda a cooperação possível contra o feroz e detestável governo do Paraguai.

Este resultado do nosso sacrifício, de nosso sangue valentemente derramado, é imenso e deve ser grato a todos os brasileiros, como o é aos bons orientais. As nossas reclamações serão satisfeitas; a anistia concedida pelo ilustre general Flores não compreenderá os roubos, assassinatos e outros crimes comuns, pelos quais antes e durante a guerra se assinalaram alguns dos ferozes sequazes do partido vencido: Tais crimes serão punidos, porque a moral, a civilização e a justiça assim o reclamam.

As armas e a diplomacia brasileiras não podiam ser mais felizes nem mais generosas em seu triunfo. O Brasil inteiro o há de reconhecer e aplaudir.

Nossa missão, porém, não está terminada; preparemo-nos para outra não menos gloriosa; santa é a cruzada que vamos empreender, na qual nos acompanharão diversas nacionalidades.

O desagravo da nossa dignidade, nossos direitos desconhecidos, e a redenção de um povo inteiro, que geme sob o mais brutal despotismo, exigem do Exército Brasileiro novos sacrifícios, e ele os fará por certo.

Descansai um momento em meios dos Orientais, nossos companheiros d'armas, mas sem afrouxar em vossa dedicação ao imperador e ao Brasil, que nos contemplam com amor e confiança. Velemos agora com mais escrúpulo, se é possível, o bom nome de que gozamos entre os nossos aliados e todos os estrangeiros de boa-fé, que têm podido apreciar o brioso comportamento do Exército que me desvanço de comandar.

(a) João Propício Menna Barreto, marechal de campo.

O conselheiro José Maria da Silva Paranhos e o general D. Venancio Flores foram recebidos pela população de Montevideu, de nacionais e estran-

geiros, com a maior demonstração de simpatia e regozijo pública. Logo, principiou a voltar para a cidade toda a gente que tinha emigrado com receio do bombardeio.

Para assegurar a tranquilidade na cidade, a brigada do coronel Antônio de Sampaio, com seus três batalhões, ali foi conservada, aquartelada por algumas jornadas, e somente se retirou quando as tropas do general Flores vieram da campanha, onde haviam estado por causa de algumas guerrilhas de Aguirre, que ainda existiam espalhadas.

É dessa quadra o fato narrado por Gustavo Barroso. Na noite de 23 de fevereiro, o coronel Sampaio dera permissão para que as praças de sua GU passassem pela cidade. Alguns, saudosos de uma boa pinga, descobriram nos fundos da Rua das Missões, perto da Alfândega Velha, um infecto boteco, conhecido por *El Capurro*, de péssima frequência.

De chegada, abancaram-se e pediram bebidas. Uma rapariga, que dançava para entreter a freguesia, cochichou aos músicos. Estes pararam de tocar a milonga e passaram a executar uma música de acordes brandos e tristes, e a dançarina se pôs a cantar uma dolente canção campesina, uma *payada*, que assim terminava:

El que los quiere emmendar  
mucho tiene que saber;  
tiene mucho que aprender  
el que los sepa escuchar;  
tiene mucho que rumiar<sup>6</sup>  
el que los quiera aprender.

Concluída a canção, a sala em peso ovacionou a moça, A assistência que lotava o recinto era constituída de gringos, italianos, espanhóis e cubanos de péssimos antecedentes. Havia também naquela atmosfera de densa fumarada, de mistura com emanações de suor e álcool, trabalhadores do porto, embarcações, pescadores, barqueiros, vagabundos e desertores, criminosos de toda a espécie e alguns soldados do exército desmoralizado do governo blanco.

Quando Teresita, a dançarina, iniciou a dançar uma *habanera* a pedido da assistência, o furriel do 12º de Infantaria não se conteve e pretendeu juntar-se à moça, sendo barrado por um latagão cabeludo; os circunstantes, prevenido uma luta, puseram-se de pé. O colosso desfechou um soco que se acertasse

levaria o queixo do furriel. Este, baiano, consumado capoeirista, agachou-se rapidamente, ergueu-se como se impelido por uma mola e acertou violenta cabeçada no baixo-ventre do adversário, que tombou de costas, desacordado.

Ato contínuo choveram garrafas, copos e bancos de todos os lados sobre as quatro praças brasileiras. As mulheres, os músicos e os empregados da tasca sumiram sob uma gritaria infernal: “Mata os macaquitos! Acaba com os rabudos! Fechou-se o tempo!”

Uma patrulha do 12 ao chegar ao *El Capurro* recolheu os feridos, praças da Unidade, levando-as presas. No chão da tasca, jaziam seis homens feridos e morto um cabo do famoso Regimento dos Blandengues de Artigas, o qual ainda empunhava uma grande espada de Cavalaria.

Na manhã seguinte, o coronel Sampaio, aproveitando a formatura da tropa de sua brigada, no meio do pátio do quartel de Bastarrica, ordenou ao comandante do 12º de Infantaria que fizesse vir a sua presença o comandante da 2ª Companhia e, ao receber a apresentação do oficial, disse-lhe que desejava ver “os homens que tomaram parte no barulho da noite anterior no *El Capurro*”. Ao serem apresentados os incriminados, todos sujos, ensanguentados, as fardas rotas, perguntou-lhes o comandante Sampaio quem matara o uruguaio. O furriel, respondendo pelos companheiros, disse ao comandante que não sabia, pois na briga não se haviam dado fé do acontecido. Não satisfeito, Sampaio declarou-lhes que não admitia dúvidas e queria saber quem matara o cabo do Regimento Blandengues.

Diante da firmeza de Sampaio, por todos respeitado, um soldado deu um passo à frente, tomou a posição de sentido, bateu os calcanhares, fez a continência, fitou os olhos do seu consumado chefe e respondeu: “Saberá Vossa Senhoria que fui eu, Antônio Benedito da Silva, vulgo Cospe-Fogo, natural do Crato, nº 39, da 2ª Companhia, praça de 1851, ferido na batalha de Monte Caseros.” Perguntado por que o matara, Benedito Cospe-Fogo desfez a posição forçada e procurou justificar-se:

Seu coronel, Vossa Senhoria não *iguinora* que nós dois *semos* cearense graças a Deus! E que na nossa terra desgraça pouca é bobagem... cearense não gosta de gente prosa. Esses gringos são todos muito prosas. É mesmo uma demasia. Porém o falecido foi o mais prosa que já vi na minha frente desde a guerra do Rosa. Impliquei logo com o homem, por causa da sua prosa. Ele levantou o espadagão para mim, todo arreliado, gritando na língua atravessada dele que fazia e acon-

tecia, que matava meio mundo, só porque era praça dum tal batalhão das ortigas. Eu fui e meti o ferro no bucho dele para mostrar, seu coronel, que sertanejo do Cariri não tem medo de cobra quanta mais de ortigas, nem de cansação...

Feita a justificativa, o Cospe-Fogo baixou a cabeça à espera da sentença do chefe querido. Sampaio franziu mais a fisionomia, fazendo esforço para mostrar-se aborrecido e dirigindo-se ao capitão, disse: “Tire os homens das solitárias e conserve-os no xadrez.” E arrematando aquela audiência, dirigindo-se ao comandante do batalhão, piscando-lhe o olho, asseverou: “Mande abrir inquérito.”

Assim era esse denodado chefe, que sabia compreender as desditas de seus soldados, uma vez que ele próprio grandes dificuldades tivera nos albores de sua vida militar.

Terminada a campanha contra o Estado Oriental do Uruguai, achando-se doente o marechal João Propício Mena Barreto, ainda em Montevideu, pediu ao Governo Imperial exoneração do comando do Exército do Sul. O ministro da Guerra, general Henrique de Beaurepaire Rohan, respondeu-lhe que entregasse o comando ao oficial a quem competia por seu posto até que fosse nomeado aquele que lhe devesse suceder.

Acrescentava o ofício sentir o Governo Imperial que um motivo tão poderoso não lhe permitisse continuar a prestar seus valiosos serviços.

O marechal Mena Barreto de posse dessa autorização fez publicar a seguinte Ordem da Dia:

Quartel-General do Comando em Chefe do Exército do Sul em operações no Estado Oriental, Vila da União, 1<sup>o</sup> de marco de 1865.

Ordem do Dia nº 27

Servindo-me da autorização que Sua Majestade o Imperador houve por bem conceder-me, faço hoje entrega do Comando em Chefe do Exército ao Exmo. Sr. brigadeiro Manoel Luiz Osorio, cuja aptidão e antecedentes são por demais conhecidos dos nossos companheiros de armas.

Ao separar-me de tantos e tão distintos camaradas, cumpro um grato dever agradecendo-lhes a lealdade, dedicação e patriotismo de que deram exuberantes provas, durante o tempo em que serviram sob o meu comando. Resignação nos sacrifícios, bravura nos combates, sublime magnanimidade com os vencidos, escrupuloso respeito às propriedades, ordem e subordinação, nada faltou ao

valente Exército do Sul. Quando a história imparcial comemorar os grandiosos resultados da campanha, que terminou com a paz de 20 de fevereiro de 1865, há de registrar no grande livro gloriosas páginas para a nossa pátria.

Faço votos para que, restabelecido dos meus incômodos, possa ainda participar convosco das fadigas da guerra, os perigos dos combates e o júbilo ruidoso da vitória. Qualquer que seja o vosso destino, acompanhar-vos-ei com o meu pensamento, esperando que os vossos triunfos sejam o fruto de tantos esforços, sacrifício e abnegação.

(a) João Propício Menna Barreto, marechal de campo.

Fechava-se uma campanha e abria-se outra mais cruel, a qual o ditador do Paraguai, Francisco Solano López, decidiu envolver o Império em uma calamidade que se arrastou por cinco longos anos!

Quando ainda empenhado em conduzir sua GU na luta contra os blancos no Estado Oriental, o coronel Antônio de Sampaio recebeu um louvor do ministro da Guerra, publicado na Ordem do Dia nº 429, de 30 de dezembro de 1864, referente a sua administração quando se encontrava no comando do 6º Batalhão de Infantaria. Afirmava o ministro:

Conhecendo-se pelo relatório organizado na 4ª Diretoria Geral deste secretário de Estado, sobre as contas do Conselho Econômico do 6º Batalhão de Infantaria, relativas ao segundo semestre do ano de 1862, que na administração dos fundos destinados às diferentes verbas de despesa, houve no referido semestre, como nos anteriores, o maior zelo e inteligência, satisfazendo-se perfeitamente às necessidades das praças do dito batalhão, tanto em relação à sua alimentação como ao seu alojamento, e ficando ainda em cofre avultado saldo manda S. Excia. o Sr. ministro louvar por esse motivo o Sr. coronel Antônio de Sampaio e os mais oficiais membros do mesmo Conselho Econômico, que tão dignamente desempenharam os seus deveres nesta importante parte do serviço.

Já na sua Parte de Combate, dirigida ao ministro da Guerra, escrita junto ao Arroio Negro, com data de 7 de janeiro de 1865, relativa aos sucessos das jornadas de Paissandu, o marechal João Propício Mena Barreto, no que tocava à participação da 1ª Brigada, escreveu:

O coronel Antônio de Sampaio portou-se com a bravura que lhe é peculiar, tomando todas as disposições que a arte ensina para o bom êxito do ataque de

lugares fortificados. Na parte que ele me dirigiu, fez menção muito honrosa ao tenente-coronel Luís Antônio Ferraz, comandante do Batalhão 12, e aos majores Antônio da Silva Paranhos, comandante interino do 6º, e José Antônio Corrêa da Câmara, do 2º Regimento de Cavalaria Ligeira, que se achando em uma comissão junto ao Exmo. Sr. Barão de Tamandaré foi por S. Excia. empregado no comando de um contingente do 1º Batalhão de Fuzileiros Navais, com os quais entrou em combate.

Os bordados de brigadeiro<sup>NE</sup> conquistou-os Sampaio no cerco e assalto à praça de Paissandu, no comando da 1ª Brigada de Infantaria, em Decreto de 18 de fevereiro de 1865. Levava, portanto, quase 35 anos para grimpar todos os degraus da hierarquia militar, de soldado a general.

---

<sup>NE</sup> Atual general de brigada.

## CAPÍTULO 12

CAMPANHA DO PARAGUAI. FINDA A CURTA GUERRA DO URUGUAI, MENA BARRETO ENTREGA O COMANDO DO EXÉRCITO AO GENERAL OSORIO. O BRIGADEIRO SAMPAIO É NOMEADO COMANDANTE DA 3ª DIVISÃO E RECEBE A INCUMBÊNCIA DE SUPERVISIONAR A INSTRUÇÃO DA INFANTARIA DO EXÉRCITO. A TROPA DE SAMPAIO É A PRIMEIRA A SE DESLOCAR DE MONTEVIDÉU. NO ACAMPAMENTO DO JUQUERI-GRANDE RECEBE A ESPADA, OFERTA DOS CEARENSES RESIDENTES NA CORTE. O EFETIVO DA 3ª DIVISÃO NO ACAMPAMENTO DE TALA-CORÁ. A DIVISÃO ENCOURAÇADA SEGUE NO 1º ESCALÃO NA INVASÃO DO PARAGUAI. AS DUAS PRIMEIRAS JORNADAS EM TERRITÓRIO INIMIGO. O DISPOSITIVO DA DIVISÃO EM TUIUTI. O ESFORÇO PARA GARANTIR A INTEGRIDADE DA FRENTE DE BATALHA. SAMPAIO GRAVEMENTE FERIDO QUANDO SE ENCONTRAVA ENTRE SEUS SOLDADOS OS INCENTIVAVA A REPELIR O INIMIGO. NO HOSPITAL DE CORRIENTES E SEU FALECIMENTO A BORDO DO NAVIO-HOSPITAL. O ENTERRO EM BUENOS AIRES.

Concluída a caótica campanha contra o governo Aguirre, com a Convenção de 20 de fevereiro de 1865, podia o Governo Imperial responder à altura às provocações e ofensas desencadeadas pelo marechal Francisco Solano López, do Paraguai, calçado na numerosa força que conseguira reunir no interior do seu país.

O marechal João Propício Mena Barreto, cujo padecimento resultante da campanha que se findara tanto se agravava, pediu e obteve do Governo exoneração do Comando do Exército do Sul, ainda estacionado nas proximidades de Montevideú.

A missão foi designada ao brigadeiro Manoel Luiz Osorio,<sup>1</sup> que iria cobrir-se de outras tantas glórias no decurso da prolongada operação que se

abria. Contava então o brigadeiro 57 anos de idade, o qual nos recentes combates contra os blancos comandara a Brigada de Cavalaria do Exército do Sul.

Feitos os acertos com o novo governo do Estado Oriental, estava o Exército Brasileiro desembaraçado para iniciar a nova luta contra o Paraguai; entretanto, como ainda não se efetivara o Tratado da Tríplice Aliança com as repúblicas da Argentina e do Uruguai, ficou o Exército Imperial acampado onde estava, aguardando instruções do governo do Rio de Janeiro. Não obstante, árdua era a tarefa de Osorio para organizar sua força, que crescia jornada após jornada. Com a incorporação de novas unidades, particularmente a de Voluntários da Pátria, criadas em função do célebre Decreto de 7 de janeiro de 1865, não afeitas à disciplina militar prestante e sem a necessária instrução, chegavam elas carentes ao ponto de concentração do novo Exército em formação.

Na consecução desse imenso encargo, o comandante em chefe do Exército Imperial ocupou larga área e tratou de solucionar os múltiplos problemas que se iam apresentando, tais como organização das pequenas e grandes unidades; instrução da tropa; formação do estado-maior; provimentos de fardamento, de equipamento, de armamento e de material de estacionamento, bem como estruturação dos diversos serviços destinados a apoiar a força no curso da campanha.

O general Osorio, a braços com tantas e complexas providências, serviu-se naturalmente dos chefes experimentados presentes naquela quadra no Uruguai. Entre estes, estava o brigadeiro Antônio de Sampaio, por certo o mais qualificado oficial-general oriundo da Infantaria. Osorio sabia disso e nele tinha plena confiança. Por essa razão, já na Ordem do Dia nº 3, de 4 de março, criava a 3ª Divisão de Infantaria, entregando-a ao tirocínio de Sampaio, GU que o brigadeiro deveria comandar até sua morte, em plena luta.

Já, na Ordem do Dia nº 6, de 11 do mesmo mês, recebia Sampaio a incumbência de supervisionar a instrução de todos os corpos de Infantaria do Exército,<sup>NE</sup> conferindo assim grande destaque aos reais serviços e conhecimentos que esse excepcional soldado poderia oferecer naquela apertada conjuntura.

Por essa ocasião, em Ofício nº 52, de 18 de março de 1865, o Dr. Lafaiete Rodrigues Pereira, presidente do Ceará, participara ao ministro da Guerra, 2º Visconde de Camamu, dando conta dos trabalhos da Comissão Patriótica de

---

<sup>NE</sup> Figura 18 do Caderno de Ilustrações (Sampaio supervisionando a instrução da Infantaria do Exército).

cearenses qualificados, incumbida de receber os voluntários e de organizar com eles um Corpo do qual fazia parte José Liberato Barroso, deputado e ministro do Império do Gabinete de 31 de agosto de 1864.

Nesse documento, o presidente Rodrigues Pereira, depois de salientar os bons resultados dos esforços e diligências da dita comissão, que interpretava os votos de mais de 300 voluntários, adiantava que estes “possuídos de admiração e ufania pela bravura e patriotismo do distinto brigadeiro Antônio de Sampaio desejavam ardentemente ir à guerra sob o comando deste, para receber dos bons exemplos um estímulo de experimentada perícia, proveitosa lição”.

Submetendo esse pedido à alta consideração do ministro da Guerra, Rodrigues Pereira “satisfazia o que lhe solicitara a dita comissão, e o ministro, Visconde de Camamu, que reconhecia o merecimento do brigadeiro Sampaio, saberia apreciar as conveniências do serviço público, resolvendo o que fosse justo e acertado”. A solução desse ofício veio com o Aviso do Ministério da Guerra, de 6 de abril de 1865, que declarava: “Não é possível ter em consideração semelhante pretensão, pois o detalhe do serviço depende das circunstâncias do momento.”

Designada para seguir na vanguarda do Exército, em 27 de abril embarcava nos vapores *Oyapock*, *Apa* e *Princesa* e na corveta *Magé* e em uma chata, com 8 peças de campanha, a 3ª Divisão, sob o comando de Sampaio, com o efetivo de 3.200 homens, formando duas brigadas. Na tarde de 30, passavam os navios diante de Paissandu. A tropa foi desembarcada junto à barra do São Francisco, região que Sampaio bem conhecia da última campanha.

Foi nesse acampamento de São Francisco que Sampaio, cuidando da saúde e da instrução de seus homens, passou o dia de seu penúltimo aniversário natalício. A força, que já doente viera de Montevidéu, inspirava cuidados sanitários.

Ainda naquelas instalações, Sampaio tomou conhecimento da Ordem do Dia nº 34, de 8 de junho. Esta fora despachada do quartel-general de Osorio por meio de ofício de 18 de abril no qual o ajudante-general expedira várias patentes, entre elas a sua referente à promoção a brigadeiro. Naquela data remeteu-se documento à Pagadoria Militar a fim de serem pagos seus respectivos direitos.

Em 2 de maio, a Ordem do Dia nº 444, da Ajudância-General, na Corte, publicava que o Governo confiara ao brigadeiro Sampaio a Ordem Imperial

do Cruzeiro, no Grau de Oficial, por Decreto de 18 de fevereiro e Diploma de 25 do dito mês.

Em de 31 de maio, a Divisão executou novo lanço, ainda embarcada, subindo o Rio Uruguai, indo aportar na altura do Rio Dayman, um pouco ao norte da Vila de Salto, defronte a Concórdia, em território argentino.

Apesar das doenças que assolavam as unidades, como a bexiga, o sarampo e a diarreia, as atividades para pôr a tropa em estado de entrar em campanha prosseguiram continuamente.

Em 6 de junho, o general Osorio soube que Tamandaré acertara com os generais Mitre e Flores a transposição do Exército Imperial para a Vila de Concórdia,<sup>NE</sup> na outra margem do Uruguai.

Desembarcadas na margem direita desse rio, as unidades marcharam para uma área na margem direita do Juqueri-Grande, ao sul daquela vila. Nesse acampamento, houve nova demora, pois se aguardava o término da transposição do rio, não só da tropa como de sua pesada impedimenta. Não obstante, atento à necessidade de adestrar sua força, constante preocupação, Sampaio tratou de indicar seus melhores oficiais, particularmente os que deveriam enquadrar os Corpos de Voluntários, ocasião em que teve melhor oportunidade para conhecer o Dr. Pinheiro Guimarães, ativo e enérgico comandante do 4º Corpo de Voluntários, procedente da Corte.

Nesse acampamento, Sampaio recebeu a espada e o respectivo talim, oferta dos cearenses residentes no Rio de Janeiro. Agradecendo a preciosa lembrança de seus conterrâneos, cujo portador fora capitão Fontenele, assim se expressou o comandante da 3ª Divisão:

Ilmo. Sr. senador Tomás Pompeu de Souza Brasil.

O capitão Fontenele entregou-me a espada e talim que os cearenses, residentes nessa Corte, dignaram-se ofertar-me em sinal de apreço a meus débeis serviços e da estima a minha pessoa, dignando-se V. Excia. como órgão de nossos dignos comprovincianos me enviar.

Grato em extremo por essa inequívoca de amizade de que se acha penhorado meu coração, não só para com V. Excia. como para todos, rogo a V. Excia. se digne manifestar-lhes meu eterno reconhecimento e a esperança que nutro de

---

<sup>NE</sup> Figura 19 do Caderno de Ilustrações (deslocamento do 1º Corpo de Exército).

poder concorrer com meus poucos serviços em prol da causa comum de nossa pátria e bem particular de cada um.

Reiterando a V. Excia. os protestos da mais alta estima e distinta consideração, sou de V. Excia. patricio e amigo afetuoso.

Antônio de Sampaio. Acampamento no Estado de Entre Ríos, 12 de junho de 1865.

No acampamento junto à Vila de Concórdia, a Ordem do Dia nº 45, de 27 de junho, do comandante em chefe do Exército Imperial declarava que o Sr. brigadeiro Antônio de Sampaio continuava a inspeção geral dos exercícios de Infantaria.

No final de junho de 1865, os três exércitos aliados achavam-se reunidos sob o comando do general Mitre.

No curso dessas jornadas, surgiu o problema de se precisar socorrer a força do general David Canabarro, fortemente ameaçada por duas colunas paraguaias que desciam por ambas as margens do Rio Uruguai. A principal delas penetrara em território do Rio Grande do Sul por São Borja. Mitre destacou o exército de Flores e designou unidades do grosso do Exército para reforçar o de Canabarro. Então, a 3ª Divisão brasileira forneceu o 4º Corpo de Voluntários da Pátria.

A fim de facilitar a marcha do grosso do Exército Aliado para o norte, uma ponte de circunstância foi construída sobre o Juqueri-Grande,<sup>NE</sup> permitindo ao Exército Brasileiro aproximar-se do acampamento argentino, instalado ao norte de Concórdia. Concluída a passagem, a transposição iniciou-se em 15 de julho. Os hospitais ambulantes deslocaram-se lotados, transportando mais de mil doentes.

A coluna paraguaia que descia pela margem direita do Uruguai em território argentino, sob o comando do major Pedro Duarte, foi barrada pelo general Flores, que lhe infligiu séria derrota em 17 de agosto no Ombucito, não muito distante de Passo de Los Libres. A outra coluna, bem mais forte, penetrara em território brasileiro por São Borja. Depois de haver devastado essa vila e a de Itaqui, acabou vendo-se encurralada em Uruguaiana, onde entregou-se às forças do Barão de Porto Alegre, em 18 de setembro de 1865. Essa ocorrência, praticamente no início da guerra, foi assistida pelo imperador D. Pedro II. Parte das forças que estabeleceram o cerco aos paraguaios em

---

<sup>NE</sup> Figura 20 do Caderno de Ilustrações (a 3ª Divisão de Infantaria transpõe o Juqueri Grande).

Uruguaiana recebeu ordem de marchar para reunir-se ao exército de Osorio, em marcha para o norte.

Este, em 24 de junho, formou sua tropa, que foi passada em revista pelo generalíssimo Mitre. Contava o Exército Imperial cerca de 17.000 homens das três Armas e 32 bocas de fogo. Nessa oportunidade, o 4º Batalhão de Infantaria, da Divisão Sampaio, foi elogiado pela presteza das evoluções e asseio na apresentação.

Em de 11 de agosto, acampou o Exército na margem do Aiuí-Grande, onde permaneceu algumas jornadas e retomou o movimento para o norte em 27 do mesmo mês. No dia 8 de setembro, atingiu a margem esquerda do Mandisobi-Chico e, seis jornadas depois, chegou ao corte do Mandisobi-Grande. Em 27, tratou de transpor o Mocoretá, limite entre as províncias de Entre Ríos e Corrientes.

Na ocasião, a divisão do brigadeiro Sampaio, então forte, com 2.700 homens, era constituída de duas brigadas: a 5ª, do coronel Guilherme Xavier de Souza, e 8ª, do tenente-coronel D. José Baltazar da Silveira. Juntas formavam seis unidades: cinco batalhões de Linha e um Corpo de Voluntários.

A partida do Mocoretá ocorreu em 3 de outubro. Fazendo pequenas etapas de marcha, sempre castigado pela inclemência do tempo, o Exército, em 20, atingia Mercedes, indo acampar na margem do Arroio Cuencas. Na esteira do Exército Imperial, seguiam as forças argentinas de Gelly y Obes.

A transposição do Rio Corrientes exigiu quatro dias, de 12 a 15 de novembro. A partir deste ponto, o Batalhão de Engenheiros foi encarregado de preparar a transposição do Passo Espínola, no Santa Luzia, enquanto o grosso do Exército ia acampar na margem do Pelado.

Concluídos os trabalhos no Passo Espíndola, a Comissão de Engenheiros foi lançada à frente a fim de reconhecer e preparar o grande estacionamento do Exército nas proximidades de Corrientes. Em 1º de dezembro, prosseguia Osorio, executando mais cinco lanços, indo estacionar junto à povoação do Empedrado, e a 11 chegava à barranca do Riachuelo, que se tornara célebre pelo feito de Barroso, em 11 de junho daquele ano, derrotando fragorosamente a esquadra paraguaia. Do Empedrado, Osorio enviou 50 carpinteiros para construir barracões de madeira, destinados a servirem de depósitos de materiais e gêneros, assim como outro para funcionar como hospital de campanha.

A permanência junto ao Riachuelo foi de quatro jornadas, pois em 15 de dezembro iniciava-se a passagem do riacho, operação que exigiu cinco dias.

No dia 20, a marcha prosseguia, procurando-se atingir um sítio junto à Lagoa Brava, já reconhecido e delimitado para servir de acampamento ao corpo de exército de Osorio. Essa área ficava a leste da cidade de Corrientes, capital da província do mesmo nome.

Nesse acampamento, a Divisão Sampaio ficou constituída da 5ª Brigada, do coronel André Alves Leite de Oliveira Bello, formada do 4º, 6º e 12º batalhões de Linha e do 4º de Voluntários da Pátria, com 169 oficiais e 2.605 praças, bem como da 8ª Brigada, do coronel D. José Baltazar da Silveira, com o 8º e 16º batalhões de Linha e o 10º Corpo de Voluntários da Pátria, com o efetivo de 76 oficiais e 1.556 praças. A totalidade da 3ª Divisão então se elevava a 4.406 combatentes, dos quais 245 oficiais.

A estada em Lagoa Brava foi prolongada. Ali, o exército pôde refazer-se da longa marcha através das duas províncias argentinas, recebendo pelo Porto de Corrientes toda sorte de recursos de que carecia, inclusive novos efetivos despachados do Rio de Janeiro. Foi nesse grande acampamento que o Corpo de Osorio preparou-se efetivamente para enfrentar a dura campanha e bater o inimigo em seu próprio território.

Em fins de dezembro de 1865, os três exércitos aliados encontravam-se reunidos ao sul das Três Bocas quando então o oriental e o argentino passaram a sofrer incursões dos paraguaios, que atravessavam o Paraná em canoas. A maior parte dessas investidas ocorreu em 31 de janeiro de 1866 e foi repelida com grande sacrifício pelos argentinos.

Em face da situação das forças do general Flores em Itati, totalmente isoladas, que contavam com uma brigada brasileira de reforço, Osorio, sempre preocupado com o perigo de tais acometimentos, deslocou seu corpo de exército para Tala-Corá. Aí, prosseguiu o brigadeiro Sampaio sua tarefa de fiscalizar, com o desvelo de sempre, o preparo das unidades de sua Arma.

No acampamento de Tala-Corá, intensa era a atividade, pois o local ganhara foros de uma base de operações. Nele se instalou um comércio muito ativo e variado, com mercadorias procedentes de Buenos Aires e de Montevideú. Nessa derradeira fase, antes do salto sobre o Paraná, que servia para estabelecer a cabeça de ponte em território inimigo, coube ao chefe da Comissão de Engenheiros, tenente-coronel José Carlos de Carvalho, tarefa de grande destaque. Em 21 de março, declarava ele que o trem de que precisava o Exército Aliado para a passagem do Paraná estava praticamente pronto. Todo o material necessário para facilitar o embarque da tropa e sua impedi-

menta foi então levado para junto do Passo de Santana, na margem do rio. Iria começar a grande aventura!

No dia 25 de março de 1866, aniversário da Constituição do Império, o almirante Tamandaré ofereceu um banquete a bordo do *Apa*,<sup>2</sup> congregando todos os generais aliados. O brigadeiro Sampaio esteve presente a essa reunião.

Na noite de 29 para 30 de março, uma força naval brasileira procedeu a um reconhecimento de pontos da costa do Paraná. Dessa operação, originou-se uma expedição que ocupou, na noite de 5 para 6 de abril, um banco de areia, diante do Forte Itapiru. Essa tropa, comandada pelo tenente-coronel Cabrita, contava com unidades das três Armas e um contingente de engenheiros. Na madrugada de 6, os paraguaios viram com grande surpresa a alegre bandeira brasileira, tremulando no topo de um mastro levantado no local.

Na tentativa de desalojar a força de Villagran Cabrita, os paraguaios, na noite de 9, desfecharam forte ataque no rio, o qual foi fragorosamente repellido. O comandante Cabrita, terminada a refrega, redigia sua Parte de Combate quando foi atingido por um projétil, disparado de Itapiru, que o matou, assim como alguns de seus auxiliares. No acampamento de Tala-Corá, em 5 de março de 1866, o QG do 1º Corpo de Exército declarava:

Tendo de proceder-se no corrente mês, de conformidade com o Regulamento de 31 de março de 1851, os exames práticos das três Armas do Exército, o Exmo. Sr. general comandante em chefe tem nomeado para compor as respectivas comissões: para a Arma de Infantaria, como presidente, o Exmo. Sr. brigadeiro Antônio de Sampaio [...].  
Ordem do Dia nº 136 [...].

Os reconhecimentos para seleção do ponto de desembarque prosseguiram. O levado a efeito na jornada de 15 de abril motivou o general Mitre a fixar-se na ideia de executar a delicada operação na barranca da margem esquerda do Rio Paraguai, um pouco acima de sua foz, no Paraná.

Nessa oportunidade, o general Osorio lançou uma exortação ao Corpo de Exército sob seu comando:

Soldados do Exército Imperial. A margem do rio que tendes à vista é o termo das vossas fadigas e dos sacrifícios da nação brasileira. Chegou a hora da expiação

para esse inimigo cruel que devastou os nossos campos indefesos e cometeu tantos atos de ferocidade contra populações inermes.

O ingrato a quem o Brasil encheu de benefícios verá agora que não nos impunha pela importância de seus recursos; já muito tarde vai reconhecer que a política generosa do Governo Imperial em relação ao Paraguai era inspirada pela magnanimidade de seus princípios e pela nobreza do caráter brasileiro. Soldados e compatriotas! Tenho presenciado a vossa serenidade no meio das privações e a vossa constância nos sofrimentos. Tendes dado o mais belo exemplo de dedicação à Pátria, a cujo chamado acudistes entusiasticamente, vindo das mais longínquas partes de todas as províncias do Império a reunir-vos aqui em torno do Pavilhão Nacional.

Aproveito esse momento solene para agradecer-vos em nome do Brasil e do governo de Sua Majestade o Imperador.

Soldados, é fácil a missão de comandar homens livres, basta mostrar-lhes o caminho do dever!

O nosso caminho está ali em frente. Não tenho necessidade de recordar-vos que o inimigo vencido e o Paraguai desarmado ou pacificado devem ser coisa sagrada para um Exército composto de homens de honra e de coração.

Ainda mais uma vez mostremos ao mundo que as legiões brasileiras no Rio da Prata só combatem o despotismo e fraternizam com os povos. Avante, soldados! Viva a nossa Santa Religião! Viva a nação brasileira! Viva Sua Majestade o Imperador! Vivam os exércitos aliados!

Essa vibrante manifestação do comandante em chefe brasileiro causou profunda satisfação na tropa que, impaciente, aguardava a desejada oportunidade de bater-se com inimigo tão arrogante.

E, ao pôr do sol daquela jornada de incertezas de 15 de abril, instruções foram dadas aos diversos escalões de comando tendo em vista a execução da operação de embarque, prevista para aquela noite. Alertada então a tropa, as unidades interessadas na operação abordaram os sítios onde existiam as pontes de embarque, construídas pelo Corpo de Engenheiros, a fim de serem recebidas a bordo dos navios e demais embarcações designadas para seu transporte.

A operação de desembarque em território inimigo fora planejada para ser executada por expedições (escalões), com os dois primeiros interessando ao corpo de exército de Osorio. À 3ª Divisão de Sampaio foi dada a distinção de formar no 1º escalão, com o qual seguiram também o general Osorio, seu

estado-maior e o piquete escolta. Nesse primeiro escalão, foram empregados três navios: o *Wiper*, *Whitceinch* e *Suzan Bearn*, os quais transportaram 4.060 homens, pois traziam a reboque chatas e canoas com homens, armamentos e munições.

A viagem era curta, mas nas barbas do inimigo, chafurdado no emaranhado de suas matas e esteros.

Parecia que a Divisão Sampaio dirigia-se para festiva solenidade militar na Corte em tempo de paz! Os oficiais envergavam seus melhores uniformes, a soldadesca esmerou-se em sua apresentação: calçado engraxado, armamento luzindo e o equipamento de meia-marcha para facilitar-lhe os movimentos. Terminado o embarque do 1º escalão, seguiu-se o do 2º em torno da meia-noite de 15, constituído com a tropa da 1ª Divisão, do general Argolo Ferrão.

O desembarque em solo paraguaio deu-se cerca das 7h de 16 de abril de 1866. Enquanto essa delicada operação era efetuada, navios da Esquadra executavam violento bombardeio sobre a margem direita do Paraná, visando preferencialmente o Forte Itapiru e o acampamento paraguaio, mais ao norte, no Passo da Pátria.

A surpresa do inimigo, apesar de sua proximidade, foi completa, pois López esperava o desembarque na margem direita do Paraná, entre o Forte Itapiru e a boca do Paraguai. Dado o alarme, forças foram despachadas para acudir o ponto ameaçado. Todavia, a pronta reação dos nossos venceu as primeiras dificuldades, e o desembarque pôde ser completado pelos demais escalões. Um forte aguaceiro desabou no final da tarde e noite de 16, prejudicando a chegada de novos combatentes.

A margem do rio no ponto de desembarque era ordinariamente sobranceira às enchentes, e o canal junto a ela dava livre acesso aos navios de grande calado. Ao norte e a leste, ficavam bosques e banhados, que emendam com a Lagoa Sirena; ao sul, as matas da margem direita do Paraná.

Do primeiro banhado para leste, o caminho para Itapiru, em extensão de uma légua, consistia apenas de uma estreita faixa de terreno arenosa e alagadiça e corria de um lado, apertado pelo bosque, que revestia toda a margem, e, do lado esquerdo, por outros bosques impenetráveis, formados de arbustos e juncos de grande porte, inundados pelas águas pluviais e por transbordamentos dos rios e da Lagoa Sirena.

Não se mantinha sempre firme. A cada passo encontravam-se banhados e atoleiros, e o matagal do lado norte estava em grande parte meio tomado

pelas águas. Toda essa área, sujeita a frequentes inundações, estende-se do Passo da Pátria — Confluência — a Curuzu; muda de configuração da noite para o dia, e os generais aliados não tinham certeza de que uma forte coluna pudesse facilmente romper para leste até Itapiru.

López, por seu turno, não contava que a passagem se fizesse por esse lado e apenas ali mandara, a fim de observar a Divisão naval fundeada junto às Três Bocas, o comandante Hermosa, com alguma força de Infantaria e Cavalaria e duas peças ligeiras, bem como com o capitão Venegas com o Batalhão 18.

Essa força pela manhã daquela jornada achava-se à curta distância do ponto de desembarque, tendo um piquete no primeiro banhado, transposto pelo general Osorio, sítio que os paraguaios denominavam Confluência — Guardia de La Confluencia.

Apenas os transportes que conduziam o 1º escalão atingiram o ponto escolhido. O general Osorio, com temeridade, desembarcou de lança em punho, seguido de seus ajudantes e de 12 homens de Cavalaria a fim de reconhecer pessoalmente o terreno das proximidades.

Enquanto o legendário Osorio se adiantava, era seguido à longa distância pelo 2º Corpo de Voluntários, sob comando do major em comissão Deodoro da Fonseca que, ao pôr o pé em terra, fez avançar a passo acelerado, por ordem de Osorio, duas companhias, as quais dificilmente poderiam acompanhar o avanço do piquete.

Chegando ao primeiro banhado o qual só dava passagem em um ponto com água pelo peito dos cavalos, surgiram no desfiladeiro as avançadas de Hermosa e Venegas, que corriam ao encontro das nossas forças, e iniciaram um tiroreio sobre o piquete do general em chefe. Logo, cuidou o major Deodoro de acionar o restante do Corpo sob seu comando, mais duas companhias do 2º Batalhão de Linha e o 11º Corpo de Voluntários de Pernambuco, do major Inocêncio Cavalcanti de Albuquerque, todos da 1ª Divisão, do general Argolo.

Cerca das 10h, o 1º escalão do Exército Imperial, com 10.000 homens, estava de posse da Confluência, com parte ocupada em desembarcar e estabelecer a cabeça de praia, enquanto a outra ganhava terreno na região de Itapiru. Na ocasião, somente três generais pisavam o solo paraguaio, Osorio e os brigadeiros Antônio de Sampaio e Argolo Ferrão comandantes da 3ª e 1ª divisões. Na noite de 16 para 17 de abril, López pôde avaliar o valor e a importância

da massa de tropa desembarcada e, por não ter sido atacada pela frente nem observados os preparativos que isso denunciasses na margem corrientina, resolveu tentar repelir os brasileiros por volta das 8h30min de 17.

Pouco depois das 11h, forças mais consideráveis do inimigo — três batalhões de Infantaria, alguns regimentos de Cavalaria e duas bocas de fogo — tentaram em vão fazer frente aos brasileiros, que repeliram o inimigo. Tomaram parte nessa ação — Combate da Lagoa Sirena,<sup>NE</sup> as mesmas unidades que haviam se empenhado na jornada de 16 e mais o 12º Batalhão de Linha, da 5ª Brigada, de Oliveira Bello, da Divisão Sampaio.

Para a missão de 17, López destinara uma coluna de tropa escolhida, a mando do tenente-coronel Basílio Benitez, morto poucas jornadas depois na batalha de 2 de maio (Estero Bellaco). Compunha o efetivo dessa força dos 7º, 8º, 12º e 18º batalhões de Infantaria, dos 20º e 29º regimentos de Cavalaria e três peças de Artilharia, em um total de 4.000 homens. O combate de 17 foi tão renhido quanto cruento. Durou quatro horas e terminou com a fuga dos paraguaios, deixando com a nossa força uma bandeira e dois canhões. Na ação, foi morto o capitão Fortunato Montiel, comandante do 29º Regimento de Cavalaria.

Osorio, prevendo novas investidas do inimigo, reforçou a vanguarda de Argolo com o 8º Batalhão de Linha e o 10º Corpo de Voluntários, da Divisão Sampaio, que já haviam desembarcado.

No encontro de 17, segundo Thompson, o 7º Batalhão de Infantaria e o 20º Regimento de Cavalaria foram totalmente destruídos.

Nossas perdas nas duas primeiras jornadas em solo paraguaio foram de 65 mortos (2 oficiais) e 288 feridos, sendo 16 oficiais e mais 4 praças extraviadas, em um total de 357 [*sic*] baixas.

Referentemente às ações de 16 e 17 de abril de 1866, as alterações do brigadeiro Antônio de Sampaio consignam:

Fez a passagem do Rio Paraná a 16 de abril; assistiu aos combates desse dia e do dia seguinte, sendo louvado por não desmentir o conceito que gozava, guardando seu posto com serenidade, ativando e dirigindo as forças de seu comando à medida que as circunstâncias do terreno o permitiam ou se apresentava a necessidade de reforços neste ou naquele ponto.

---

<sup>NE</sup> Figura 21 do Caderno de Ilustrações (combate da Laguna Sirena).

Compreendendo a situação que lhe era inteiramente desfavorável, o comando paraguaio fez evacuar o Forte Itapiru, levando parte de sua artilharia. O 1º escalão brasileiro ao atingir o forte inimigo, já abandonado e em ruínas, tratou de hastear uma bandeira nossa e usou a do 6º Batalhão, da Divisão Sampaio. Tomando pé na área do desembarque, os chefes aliados decidiram lançar à frente em reconhecimento uma vanguarda, a fim de cobrir a progressão sobre o Passo da Pátria. Dessa missão foi incumbida a Divisão Encouraçada, do brigadeiro Sampaio. O eixo de marcha constituiu o estreito caminho Itapiru-Passo da Pátria, local então ocupado pelo grosso do Exército inimigo. Enquanto isso, completava-se o desembarque do Exército Aliado, a fim de consolidar a cabeça de praia conquistada.

Os navios da Esquadra prosseguiram bombardeando a posição organizada do Passo da Pátria. Pressentindo a impossibilidade de defendê-la, López decidiu abandoná-la, indo ocupar nova posição mais ao norte, atrás do Estero Bellaco, e deixou em postos defensivos fortes combatentes no Passo Sidra, sobre a estrada para Humaitá. A Divisão Sampaio, na vanguarda, atingiu o Passo da Pátria e tratou de ocupar a posição abandonada. Em 20 de abril, por ordem de Osorio, passou o serviço da frente ao exército de Flores, reforçado com uma Brigada brasileira.

No dia 27, quase todo o Exército Aliado achava-se reunido, ocupando o antigo acampamento de López no Passo da Pátria. Diante dessa nova posição, agora em poder do invasor, deparavam-se três passos, denominados, da esquerda para a direita: Pires, Sidra e Carretas; pelo primeiro, seguia a estrada que conduzia a Humaitá. O inimigo, sempre atento, espreitava o movimento do invasor da orla da mata existente ao sul do Bellaco.

Respondendo agora pelo serviço de segurança em marcha, o general Flores procedeu a vários reconhecimentos, o último dos quais, em 30 de abril, contou com a presença dos generais Mitre e Osorio. O comandante em chefe brasileiro achou deficiente o dispositivo de cobertura estabelecido por Flores e, por cautela, fez avançar a 6ª Divisão, que foi situar-se entre a força de cobertura e o acampamento do Exército Imperial.

Em 2 de maio, por iniciativa de López, travou-se o combate do Estero Bellaco,<sup>NE</sup> comandando a força paraguaia o coronel Díaz. Este empregou na ação três colunas que se orientaram pelos passos existentes. A principal,

---

<sup>NE</sup> Figura 22 do Caderno de Ilustrações (Combate do Estero Bellaco).

transpondo o Bellaco no Passo Sidra, colheu de surpresa a tropa de Flores, que quase foi envolvida. Nessa ação, os paraguaios conseguiram apoderar-se das peças de uma bateria brasileira que integrava os postos avançados.

Diante do fragor da disputa, Osorio surgiu no campo da luta com algumas unidades da 6ª Divisão, repelindo para o norte do estero os atacantes, assegurando com isso o restabelecimento da posição. A luta, que foi violenta, deixou o campo juncado de mortos e feridos. Depois da luta do Estero Bellaco, a 3ª Divisão perdeu a 8ª Brigada, do coronel D. José Baltasar da Silveira, e recebeu, em substituição, a 1ª, do coronel Jacinto Fernando Machado, mais homogênea. Essa troca deu mais consistência à GU.

Os aliados permaneceram ainda 18 dias na posição em que se bateram a 2 de maio. Somente na jornada de 20, depois da alvorada, é que o Exército retomou o movimento à frente. Na vanguarda, continuou Flores, que passou o Bellaco no Passo Sidra, aperfeiçoado pela engenharia. Na esquerda, no Passo Pires, avançou a 4ª Divisão. A Divisão Sampaio, com o grosso do Exército, serviu-se do Passo Sidra, passando o Exército argentino no Passo Carreta, mais para leste. Depois de alguma resistência solucionada pela vanguarda, o Exército Aliado foi ocupar uma área ao norte do Bellaco, conhecida por Tuiuti.

Na quinta-feira, 24 de maio, o dispositivo aliado ocupava toda a área de Tuiuti,<sup>NE</sup> disposto ao longo de sua profundidade. O pequeno Exército oriental do general Flores, que vinha fazendo a vanguarda, instalou-se em postos avançados a cavaleiro da estrada para Humaitá, lançando para a frente um piquete e algumas peças de Artilharia, as quais se aproveitaram de um pequeno laranjal abandonado, não muito distante da posição paraguaia. O inimigo mantinha-se encoberto pelo matagal, que o dissimulava.

O 1º Regimento de Artilharia a Cavalos, do tenente-coronel Mallet, dispôs suas peças em linha, à direita de Flores, e seu previdente comandante tratou de abrir profundo fosso diante de suas bocas de fogo. Prosseguindo para leste, Osorio fez colocar a 6ª Divisão, do brigadeiro Vitorino Carneiro Monteiro. Daí em diante, na mesma direção, seguia-se a posição argentina, que à certa altura fazia ângulo reto com a linha de frente.

Na direção oeste, à esquerda dos orientais, desdobrou-se a 3ª Divisão, do brigadeiro Antônio de Sampaio. Esse foi de início, em linhas gerais,

---

<sup>NE</sup> Figura 23 do Caderno de Ilustrações (Batalha de Tuiuti).

o dispositivo aliado posto em 1ª escalão na jornada de 24 de maio. Mais atrás, estacionou o grosso do Exército Aliado, os transportes e os serviços.

Deixara-se desguarnecido uma grande clareira aberta na mata existente à esquerda do campo de Tuiuti, conhecida por Potrero Pires. Apenas uma pequena tropa foi disposta ao sul dessa aberta, distante de uma bocaina que dava acesso ao Passo da Pátria através de estreita passagem sobre o Bellaco. Este prolongava-se para leste, fechando pelo sul a posição ocupada pelo Exército Aliado.

O flanco esquerdo da 3ª Divisão ficava próximo de uma grande mata em poder do inimigo, a qual separava o Potrero Pires do Campo de Tuiuti, estendendo-se por todo o flanco esquerdo do Exército Brasileiro.

Às 11h55min, depois de um disparo de canhão, seguido de um disparo de foguete a Congreve partidos da posição paraguaia, o corneteiro do quartel-general tocou “chamada ligeira — sentido”, sinais esses repetidos por todas as unidades interessadas. Travou-se em seguida a maior batalha campal em terras sul-americanas.

Nas matas e macegas diante do Exército argentino, López concentrara escondida a coluna comandada pelo coronel Resquin, composta principalmente de cavalaria com estativas de foguetes. Na mata da esquerda e entre arbustos vizinhos, próximos desse flanco da vanguarda do Regimento argentino de San Martín e da 3ª Divisão Sampaio, fora disposta a coluna paraguaia, comandada pelo coronel Díaz. Essa força era a maior de todas, compondo-se especificamente de infantaria, além de foguetes a Congreve.

Na direita da coluna Díaz, um pouco mais avançada, pela facilidade da conformação da mata, estava a coluna do coronel Barrios, ameaçando o Potrero Pires, conseqüentemente, o flanco esquerdo do Exército Brasileiro, o próprio QG e o Corpo de Transportes. Finalmente, uma quarta coluna, comandada por Marcó,<sup>NE</sup> formava a reserva de Díaz e de Barrios, com a missão de apoiar uma ou outra, de acordo com a evolução dos acontecimentos.

Tudo isso assim disposto, López fez desembocar o ataque por intermédio dos sinais combinados. Das matas e macegas vizinhas da vanguarda, surgiu a cavalaria de Resquin, caindo com a rapidez do raio sobre os postos avançados argentinos, levando-o por diante. O coronel Pelleja, oriental, contou

---

<sup>NE</sup> Era o terceiro no comando do Exército paraguaio na Batalha de Tuiuti — general Barrios, coronel Díaz e tenente-coronel Marcó.

que, com esse primeiro choque, foram desbaratados os batalhões orientais Independência e Libertad, quase sem apresentar resistência.

A infantaria de Resquin avançou em marche-marche e, apoiada pelas estativas de foguete, ajudava o ataque que a cavalaria executava contra a vanguarda (postos avançados). Na extrema direita argentina a cavalaria de Horno e a de Cáceres, tomadas de súbito, dispararam para a retaguarda, indo parar muitas praças em Itapiru! Um Regimento de Infantaria argentino, o 3º de Linha, formou quadrado, mas não pôde resistir ao choque. Pisado pelas patas dos cavalos, foi quase todo acutilado.

Em breve, porém, as coisas mudaram de aspecto. Avançaram alguns batalhões argentinos, dirigidos pelo general Paunero. O coronel Vedia fez um vivo fogo de Artilharia sobre as colunas atacantes, que foram repelidas com grandes perdas.

Na frente do Exército Imperial, apenas surgiram as colunas de cavalaria paraguaias. As 24 peças do Regimento Mallet romperam incessante e medonho fogo, arremessando nuvens de metralhas. Os disparos sucediam-se com tal rapidez que o Regimento desde essa ocasião recebeu o título de “Artilharia a Revólver”. Parte da 6ª Divisão, disposta na frente, apoiava a artilharia, ajudando-a na obra de destruição, com cerrada fuzilaria.

Nunca os paraguaios, apesar de seu ímpeto, puderam aproximar-se mais de 50m da artilharia. Torvelinhavam sobre a espessa massa de ferro que sobre eles caía e davam volta para novamente carregar, sempre infrutiferamente. Poucas perdas, pois, sofreram os brasileiros ali colocados.

O esforço principal do ataque paraguaio evidenciou-se à frente da posição defendida pela 7ª Brigada, da Divisão Sampaio, enquanto suas unidades abriam violento fogo sobre a cavalaria e a infantaria que desembocavam do mato brenhoso.

O brigadeiro Sampaio, ao dispor sua GU, colocara na direita a 5ª Brigada, do coronel Oliveira Bello, e na esquerda, justaposta, a 7ª, do coronel Fernando Machado. Embora ambas as brigadas contassem com o mesmo número de unidades, quatro não eram na verdade bem equivalentes. A brigada de Oliveira Bello era mais eficiente por ser mais homogênea, pois contava com três excelentes batalhões de Linha, o 3º, o 4º e o 6º, e um só Corpo de Voluntários, o 4º, por sinal exemplarmente comandado pelo tenente-coronel Dr. Francisco Pinheiro Guimarães, chefe sempre muito elogiado pelo desvelo com sua tropa, ao passo que a 7ª Brigada, do coronel Fernando Machado, que

formava a ala esquerda da Divisão, era justamente o inverso da 5ª, pois contava com três corpos de Voluntários, o 6º, o 9º e o 11º, bem como somente um batalhão de Linha, o 1º da Corte do Rio de Janeiro.

Foi justamente considerando o fator relativo dessas suas brigadas que o comandante da 3ª Divisão designou a 5ª Brigada para constituir sua direita, responsável pela ligação com as tropas de Flores e com o 1º Regimento de Artilharia, de Mallet, solidamente plantado no centro do dispositivo aliado, deixando na extrema esquerda a 7ª Brigada. Todavia, os imponderáveis da guerra desfazem o que ao chefe parece certo...

Impedido de abrir uma brecha no dispositivo aliado, como lhe ordenara López, graças ao violento fogo que vomitavam as baterias do Boi de Botas, Díaz forcejou mais para sua direita, com o fito de abrir passagem em nossa esquerda, a fim de atingir a retaguarda do grande acampamento. Entretanto, em face da tenacidade da resistência, do grande sacrifício da Brigada Fernando Machado, e da pronta providência do general Osorio em deslocar para o ponto ameaçado o general Argolo Ferrão com uma Brigada da 1ª Divisão, a situação foi felizmente contornada e o perigo dissipado.

Idêntica providência tática tomara Osorio no decurso do combate quando mais à esquerda, no Potrero Pires, surgiram as forças conduzidas pelo coronel Barrios.

No fragor da luta, o brigadeiro Sampaio reforçou a 7ª Brigada com o 4º de Voluntários, de Pinheiro Guimarães, deslocando-o oportunamente da 5ª Brigada, e instruiu o coronel Oliveira Bello para dispor o 4º Batalhão de Infantaria, do tenente-coronel Pereira de Carvalho, e o 6º da mesma designação, que ele próprio havia comandado muitos anos, agora com o tenente-coronel Antônio da Silva Paranhos, a se ligarem fortemente à bateria oriental, na direita, fechando sua frente, enquanto empregava o 3º de Infantaria, do tenente-coronel Frederico Augusto de Mesquita, em sua primitiva posição, onde se bateu valentemente contra as vagas atacantes.

No curso da batalha, o 1º Batalhão formou “quadrado” e repeliu vários ataques de cavalaria, constituindo-se em baluarte na direita de sua brigada, enquanto o 6º, o 9º e o 11º de Voluntários, isto é, o restante da 7ª Brigada, reforçada pelo 4º de Voluntários, batiam com denodo as investidas da cavalaria e infantaria paraguaias, levando-as duas vezes até as proximidades de sua fortificação e tomando-lhes o 6º de Voluntários dois canhões e o 4º, uma outra peça de 4, com todos os seus pertences. “A natureza do terreno

dificultava sobremaneira o desenvolvimento regular dos corpos, inconveniente esse que, sem prejudicar o fogo, deu em resultado o fracionamento de várias unidades.”

Foi nessa altura do combate, em face do agravamento da situação na esquerda da 3ª Divisão, que o brigadeiro Argolo Ferrão recebeu ordens de Osorio para se deslocar em reforço à Divisão Sampaio, atacada por forças consideráveis. Argolo deixou a 8ª Brigada como proteção à artilharia e seguiu com a 10ª Brigada, do coronel Carlos Resin, em direção à extrema esquerda da linha de batalha “por ser a parte dela a que mais cumpria atender-se então, já por sua importância e já porque para ali convergiam consideráveis forças paraguaias das três Armas, ao passo que diminutas eram as que ali tínhamos nós” — trecho da parte do comandante da 1ª Divisão ao general Osorio.

Logo no começo da ação, foi morto por um projétil de fuzil o cavalo da montada do comandante da 7ª Brigada. Este, no final da pugna, acabou assumindo o comando da 3ª Divisão até o término da batalha, escrevendo em sua parte de combate: “Renhido foi o combate, e todo e o mais vivo fogo do inimigo, sem temer exagero, foi sobre a 7ª Brigada, atestavam-nos os seus soldados mortos e feridos e o estado atual das suas fileiras.”

Em plena luta, o general Osorio, lobrigando com sua visão de lince as dificuldades por que passava a 3ª Divisão, temendo que algo de grave acontecesse naquela frente, despachou um de seus ajudantes de ordens, o alferes Francisco Corrêa de Melo, para ordenar ao comandante da 3ª Divisão que resistisse a todo custo.

Ao dirigir-se ao brigadeiro Sampaio na linha de fogo, o alferes Melo encontrou-o em meio a seus soldados, com dois ferimentos pouco antes recebidos. Sampaio, aproveitando a presença do alferes Melo, enviou a seguinte mensagem verbal ao comandante em chefe: “Diga ao general Osorio que estou cumprindo o meu dever, mas como já recebi dois ferimentos e estou perdendo muito sangue, seria conveniente que me mandasse substituir.” Na ocasião em que o alferes pedia licença e retirava-se, o brigadeiro recebeu um terceiro ferimento. Impertubavelmente, ele levou a mão ao local da ferida, enquanto diz ao ajudante de Osorio: “Diga ao general que este é o terceiro...”<sup>NE</sup>

Na mesma ocasião, eram feridos o tenente Joaquim Roberto da Silva Rangel, do 6º de Linha, o qual exercia as funções de deputado do Quartel-

<sup>NE</sup> SOUSA, Eusébio de. *Sampaio: Patrono da Infantaria*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1944.

Mestre junto ao comandante da 3ª Divisão, e o tenente do 3º Corpo Provisório de Cavalaria da Guarda Nacional, Alsino Apolinário de Moraes, ajudante de ordens de Sampaio “que se portara com muito desembaraço e valor, acabando sua missão transmitindo as ordens do seu general a pé, depois de ter perdido o cavalo em que montava”.

Gravemente ferido, sem condições de continuar exercendo o comando de sua tropa, foi o brigadeiro Sampaio retirado da frente de combate e transportado para o Hospital de Sangue, instalado no Passo da Pátria. Em seguida, depois de receber os primeiros cuidados médicos, foi levado para o Hospital de Campanha de Corrientes.

O Hospital Militar de Etapas brasileiro, segundo o tenente-coronel Juan Beverina, funcionava em um barracão de madeira por não haver conseguido o governo brasileiro encontrar edifício em condições, tanto que a Esquadra já havia transformado o navio *Onze de Junho* em hospital flutuante.

Um grupamento de ambulâncias passou a constituir o hospital de campanha, no Passo da Pátria, sob a direção do cirurgião-mor do Exército, conselheiro Dr. Manoel Feliciano Pereira de Carvalho. Lá, eram atendidos os feridos graves, que não podiam ser socorridos nas seções de ambulâncias volantes, pois estas se achavam na frente com as tropas.

Referindo-se aos trabalhos prestados pelo Serviço de Saúde do 1º Corpo de Exército, o conselheiro Pereira de Carvalho, relatou à certa altura de sua parte:

Não obstante ser diminuto o número de médicos, o zelo e caridade dos mesmos que me coadjuvaram fez com que os feridos fossem atendidos com a possível brevidade, nada faltando para os seus curativos.

São os feridos os seguintes: brigadeiro, 1; tenente-coronel, 1; majores, 4; capitães, 7; tenentes, 14; alferes, 21; cadete, 1; praças de Pré, 215; total: 264.

Entre as citações feitas pelo general Osorio depois da batalha, figurava esta: “[...] brigadeiro Antônio de Sampaio, pelo valor com que se portou até o momento em que recebeu os três ferimentos que o puseram fora de combate.”

O chefe do Estado-Maior do 1º Corpo, brigadeiro Jacinto Pinto de Araújo Corrêa, em parte ao general Osorio, asseverou:

A 1ª e a 3ª Divisão foram, por sem dúvida, as que mais se empenharam na batalha por ser o flanco onde se achava o que o inimigo mais carregou. Os seus dignos

comandantes, Srs. brigadeiros Alexandre Gomes de Argolo Ferrão e Antônio de Sampaio merecem menção honrosa.

A propósito de haver sido o brigadeiro Sampaio atingido no meio dos pelotões do 4º de Voluntários quando os incentivava a reagir em grave momento do combate, existe uma versão inserta por Fonseca Lobo<sup>3</sup> em seu romance *A camponesa*, colhida por seu autor de um tal alferes Oliveira, natural de Ipu, no Ceará. O alferes Oliveira, que fora subalerno, amigo e até confiante de Antônio de Sampaio, participara da Batalha de Tuiuti nas fileiras de um dos corpos de Voluntários da Divisão Encouraçada e contou que Sampaio, perdendo na ação o cavalo que montava, prosseguiu combatendo a pé, de espada no ar, gritando para animar sua tropa quando um projétil decepou a bainha de sua espada. Adiantou o autor:

‘O nosso batalhão parecia uma tromba de um medonho ciclone num campo deserto!’ Ato contínuo o alferes cedeu sua espada ao bravo general, seu conterrâneo; pouco depois, uma bala atingia em cheio o peito de Sampaio e, quando este voltara-se para tomar a arma de um soldado, outra bala o pilhou de costas, numa das omoplatas. Oliveira, que já tinha divisado um oficial paraguaio, que acabava de gritar: ‘Matei o general brasileiro’ e meteu-lhe uma bala na boca.

Verdade, ou pura fantasia, esse singular relato do alferes Oliveira já foi reproduzido em várias publicações...

O general Dionísio Cerqueira, então alferes do 4º Batalhão de Infantaria, presente na batalha de 24 de maio, deu a essa memorável pugna um dos mais emocionantes relatos do que se passara no ambiente da 3ª Divisão.

Esse 4º Batalhão fora criado em Pernambuco, com a denominação de 4º Batalhão de Fuzileiros, pelo Decreto nº 167, de 1º de maio de 1842. Organizou-se no Recife com o casco do Batalhão Provisório, criado por ordem da Regência naquela província, no ano de 1839. Deixara o Nordeste para enfrentar a Campanha de Rosas, em 1851-52. No Sul esteve aquartelado em Caçapava e entre seus comandantes figurava o então major Antônio de Sampaio. Participou também da campanha contra Aguirre de 1864-65. Era uma soberba Unidade “muito instruída e bem educada na ordem unida e nas evoluções em marcha; dispunha de excelente espírito de corpo”. Em Tuiuti,

estava sob o comando do tenente-coronel Pereira de Carvalho que, segundo Dionísio Cerqueira, “era um oficial inteligente, bom manobrista e tinha a fama de não ter rival na pena. Foi depois Barão de São Sepê, marechal e conselheiro de guerra”.

O memorialista Dionísio Cerqueira, então alferes do 4º Batalhão, na Guerra do Paraguai, muito jovem ainda, aos 18 anos, fora incluído como cadete, oriundo da Escola Militar da Praia Vermelha, no 1º Regimento de Artilharia a Cavalo, do velho Mallet; no entanto, tinha uma ideia que não o abandonava: passar para a Arma de Infantaria. Essa Arma exercia sobre ele indizível fascinação: “Quando passavam um daqueles belos batalhões da Divisão Sampaio, a Encouraçada, como lhe chamavam os soldados, de bandeira desfraldada, os pelotões alinhados, guardando bem as distâncias, marchando airosos e elegantes ao som alegre de um dobrado vibrante [...]” O jovem Dionísio “não se podia conter e punha-se a marcar passo, olhando com inveja aquelas fileiras garbosas [...]”<sup>NE</sup>

Servia no Boi de Botas havia mais de um ano. Com ele fizera a marcha de Montevideú para Lagoa Brava, em 1865; desembarcou no Paraguai e assistiu à Batalha de Estero Bellaco, em 2 de maio de 1866. Pouco depois era transferido para o 12º de Infantaria — o Treme-Terra —, no qual permaneceu por pouco tempo. Parecia que seu alcandorado sonho se realizara; todavia, nesse destacado Batalhão de Linha passou a sentir-se insignificante: moço imberbe, de pequena estatura, ao lado de robustos veteranos da campanha de Rosas de 1852-53 “sentia que qualquer daqueles bravos era fisicamente seu superior, marchava com desembaraço, carregava a mochila com mais garbo e era capaz de dar um golpe de baioneta com mais vigor”.

Além do mais, o cadete Dionísio, do Doze, não tivera boa impressão: “[...] deram-lhe uma carabina meio enferrujada com um sabre-baioneta muito amolado, que pertencera a um soldado morto”.

Contudo, como sentença sábio ditado popular: “Não há bem que sempre dure nem mal que nunca se acabe.” Logo, o jovem Dionísio foi promovido a alferes para preencher vaga no 4º Batalhão de Linha. Arranjou como pôde o galão de primeiro posto, uma banda muito surrada, a espada e o respectivo talim, com a ajuda de seus velhos companheiros do 1º de Artilharia. Voltou ao

---

<sup>NE</sup> CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da Campanha do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1980.

Doze já com as insígnias do posto, entrou no acampamento arrastando o espadagão e ficou deslumbrado quando a sentinela da guarda da frente lhe perfilou a arma. Naquela mesma tarde, foi apresentar-se ao general Sampaio, comandante de sua nova divisão.

Foram com ele os alferes Horácio de Almeida e Nelson Borges de Assis que haviam sido também promovidos.

O ilustre general, glória do Exército pelo valor e amor à disciplina, estava completamente uniformizado debaixo da sua ramada, lendo um história de Napoleão, seu capitão modelo. Quando nos viu, fechou o livro, marcando-o com o índice da mão esquerda. Adiantei-me, perfilei-me levando a mão à pala do boné e disse: ‘Pronto, senhor general, venho apresentar-me a V. Exa. por ter sido promovido para o 4º de infantaria.’<sup>NE</sup>

Poucas jornadas depois, participava da Batalha de Tuiuti.

O 24 de maio amanheceu claro e sereno. Antes da alvorada, formamos para o alarma. Vimos, pouco a pouco, surgindo da escuridão, as alvas tendas do grande exército, estendido em colunas por aquelas coxilhas afora. Depois, os tons róseos da madrugada alta foram se tingindo de púrpura e doirando-se à aproximação do sol, que se levantou rubro, achatado, rútilo e cortado ao meio por uma cinta esbranquiçada e fina de *stratus*, como uma ágata imensa onde o gênio do Brasil gravaria, com aqueles esplendores, uma data das mais memoráveis da sua história. [...]

Ao estrondo, seguiu-se o toque de sentido e chamada ligeira; todos correram às armas. Os paraguaios já estavam sobre nós. A granada fora o sinal do ataque geral.

O 4º, meu batalhão, entrou em forma, rápido como um relâmpago, e, mais rápido ainda, meteu em linha, frente à esquerda. Avançava sobre nós, a galope, um regimento de cavalaria inimiga. Ia chocar-se com as duas primeiras companhias. As outras, as da esquerda, tinham pela frente uma lagoa bastante funda. Em fileira dupla apenas resistimos ao choque. Não pôde rompê-la, nem retroceder. É que tinha pela frente os nossos bravos, cheios de ardor

---

<sup>NE</sup> CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da Campanha do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1980.

nessa primeira vez em que combatíamos deveras; e, pela retaguarda, outros corpos de cavalaria paraguaia, que também avançavam.

Desfilou, então, para a esquerda, ao trote, entre nós e a lagoa. Fuzilamo-lo eficazmente, quase à queima-roupa. Manobrou para nos cortar a retaguarda. Debalde: o nosso fogo era tremendo e a linha muito extensa. Cada um dois oito pelotões formara com trinta e quatro filas. O Batalhão tinha mais de 200 metros de frente. O terreno era meio atoladiço. Do trote passaram ao passo, os bravos guerreiros de López, que iam caindo, dando lançadas e talhos de espada inutilmente.

Nós os batíamos de flanco. Os nossos soldados, entusiasmados, ardentes, saíam das fileiras, e os atacavam a baioneta. Foi um morticínio medonho: poucos escaparam.

Grandes colunas de infantaria inimiga surdiam pelas bocainas da esquerda e acometiam a nossa 3ª Divisão.

Sampaio cavalgava, trajando o seu belo uniforme de general, bordado ouro, à frente das suas tropas; mandou estender linhas e avançar. O nosso ímpeto foi violento. O inimigo recuou até a mata. Voltou depois e carregou sobre nós com bravura. Retrocedemos, pelejando.

À nossa esquerda, combatia também em retirada o 6º de Voluntários, depois 33º, comandado pelo Valente.<sup>4</sup>

O terreno era pesado. Às vezes, atolava. Caminhava-se dificilmente. Os paraguaios avançavam lentos, calmos. Nós, já protegidos pela ponta da lagoa, os fuzilávamos quase de flanco.

Vi, então, alguns oficiais inimigos darem de prancha nos soldados para que avançassem. Sempre há gente que ama mais a vida que a honra.

Avançamos; e os nossos voluntários do 6º recuavam fazendo fogo, como se estivessem, em dia de exercício, manobrando ao toque de corneta. O comandante Agnelo Valente, alto, magro, simpático e sereno, estacou o cavalo; estendeu a espada horizontalmente e mandou tocar 'alto, em frente'. O 6º já pisava terreno sólido: o chão estava seco. Os paraguaios continuavam a avançar lentamente e fazendo fogo: nós os fuzilávamos sempre, e pelo flanco, presenciando, cheios de ansiedade, a grandiosa cena.

A distância entre a coluna inimiga e os nossos voluntários ia diminuindo a olhos vistos. O comandante Valente firmou-se nos estribos, ergueu-se sobre a sela, encarou o inimigo e falou ao corneta; soou, vibrante e alegre, o toque de avançar. As baionetas já estavam armadas. Os bravos filhos do Brasil deram um

viva entusiástico à Pátria e marcharam impávidos sobre a coluna que avançava lenta, majestosa, solene. Que momento aquele!

Vibrou o som festivo do toque de acelerado e, logo depois, os ares estrugiram com o mais grandioso de todos — o toque de carga, que foi repetido por toda a banda. Os nossos rapazes cruzaram baioneta e correram, impetuosos e vivos, sobre o inimigo, que fez alto. Parou?! ... Estava perdido.

As duas linhas se chocaram. As nossas baionetas penetraram nos peitos dos mais bravos daqueles heróis e nas costas dos outros, que embora valentes recuavam em debandada. Batemos palmas, orgulhosos de nossos companheiros. E, das linhas dos veteranos do 4º de Infantaria, ergueu-se um viva delirante ao 6º de Voluntários, que seguia, como louco, ferindo e matando e juncando de cadáveres a terra paraguaia, tão ensopada, naquele dia, com o sangue dos seus valorosos filhos. [...]

Sampaio fora ferido gravemente; o meu comandante também estava fora de combate.

O sol não baixara ainda a fimbria, fazendo a terra engolfar-se na tenebra do ocaso, e a batalha estava ganha pelas forças aliadas, graças ao patriotismo e à bravura desse grande Soldado do Brasil, que nessa jornada era sagrado o bravo entre os muitos bravos presentes no campo de ação. Sua grande glória fora alcançada no dia em que completava 56 anos. Que melhor presente de aniversário poderia ele aspirar, senão os louros que com seu sangue rutilante, soubera conquistar para a fonte augusta da Pátria agradecida!

Bastante combalido, no Hospital de Corrientes, o brigadeiro Sampaio permaneceu pouco mais de um mês, entre a vida e a morte; seu organismo resistia heroicamente para não capitular, dando às vezes esperanças aos médicos que o assistiam; mas agravando-se consideravelmente seu estado geral, tanto mais que não fora possível retirar todos os fragmentos dos projetis que se alojaram no seu corpo, resolveram os médicos, atendendo ao pedido do próprio brigadeiro, transferi-lo para o hospital brasileiro aberto em Buenos Aires, de melhores condições.

Nesse propósito, foi o valente general embarcado em Corrientes em melindroso estado no vapor *Eponina*, assistido pelo desvelo do Dr. Cunha Barbosa, tenente-coronel do Corpo de Saúde do Exército, que tudo fez para salvar tão preciosa existência. Não obstante as atenções e o desvelo de que foi cercado nessa angustiante viagem do navio-hospital *Eponina*,<sup>5</sup> Sampaio veio a falecer na sexta-feira, 6 de julho de 1866, já próximo de Buenos Aires.

O jornal *La Nación*, noticiando o infausto acontecimento, escreveu:

Diremos de passagem que esse chefe é um dos homens mais valentes que se podem encontrar; foi seu desmedido valor que de soldado o levou a general, sendo hoje ainda moço.

Na batalha de 24 de maio, o brigadeiro Sampaio com sua brilhante divisão, chamada Encouraçada, por compor-se das melhores tropas brasileiras, foi a que aguentou o inimigo, e no meio de um fogo infernal viu-se o brigadeiro Sampaio a cavalo dirigindo ousadamente suas manobras.

Foi ferido e momentos depois morto o seu cavalo. Então a pé, continuou, com sua espada em punho, a dirigir as suas forças. Vendo cair ferido o comandante do heroico 4º Batalhão de Voluntários, vários oficiais e a metade dos soldados dessa unidade, compreendendo que esse batalhão era a chave desse círculo de baionetas, colocou-se à frente do mesmo com o que, por tal forma o animou, fazendo que o 4º Corpo se fizesse dizimar pelo inimigo, mas sempre mantendo a sua posição.

Foi nessa ocasião que o general Sampaio, sendo novamente ferido, caiu nos braços de seus soldados e foi conduzido exangue ao seu quartel-general.

Em chegando o *Eponina* à capital argentina, foi o corpo do general transportado para o Hospital Militar existente na parte sul da cidade, por ordem do governo brasileiro, onde foi embalsamado. No domingo, 8 de julho, às duas horas da tarde procedeu-se ao enterro.

A operação do traslado do corpo do brigadeiro Antônio de Sampaio do hospital para a necrópole constituiu uma verdadeira consagração ao ilustre morto. Ao ato fúnebre estiveram presentes o Exército argentino, o escol da população local e todos os brasileiros, sem exceção de classes, residentes em Buenos Aires.

O coche recebeu a urna, de mogno, e encerrava um caixão de zinco que continha o corpo do brigadeiro; ela vinha coberta pela Bandeira do Império do Brasil, vendo-se de cada lado daquela as bandeiras da Argentina e do Uruguai, aliados na grande luta. Sobre o ataúde foram depositadas as insígnias e as condecorações do extinto. O povo da capital argentina, compungido, enchia as ruas para prestar tributo de pesar pela perda de tão valente soldado do Império, morto por uma causa nobre, que era também da nação argentina.

Longa fila de seges fazia o acompanhamento. Quando o coche atingiu o portão do cemitério, uma guarda de honra argentina prestou ao bravo de

Tuiuti as honras fúnebres a que fazia jus, enquanto à distância ouviam-se as salvas de artilharia, disparadas da corveta *Niterói*.

Finalmente, ao baixar ao túmulo, foi o Grande Infante do Brasil exaltado pelo Dr. D. Rufino de Elizalde, ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros da Argentina que, em bela e sentida oração, ressaltou as inúmeras virtudes militares que ornavam a personalidade do brigadeiro Sampaio. Em seguida, usaram da palavra José Cândido Gomes, em nome dos brasileiros, e, finalmente, o Dr. Leopoldo Montes de Oca, ilustre médico argentino que dirigiu frases de profunda simpatia ao finado e à nação brasileira.

Em 6 de julho de 1866, o diretor do hospital brasileiro em Corrientes oficiava ao conselheiro Ângelo Muniz da Silva Ferraz, ministro da Guerra, nos seguintes termos:

Para conhecimento de V. Sa., envio a este incluso quatro relações nominais de oficiais e mais praças do Exército, por ferimentos recebidos em combate e por diversas moléstias, no total de 261, que foram transferidos do hospital sob minha direção para o de Montevideú, seguindo 81 no vapor *Uruguai*, 80 no *16 de Abril*, 70 no *Eponina* e 30 neste mesmo vapor para Buenos Aires, remetendo igualmente a V. Sa. uma pequena relação de empregados do hospital desta cidade, que acompanham as ditas 30 praças, todas doentes por ferimentos; cumprindo também comunicar a V. Sa. que o Exmo. Senhor brigadeiro Antônio de Sampaio, o capitão do 11º Batalhão de Voluntários, João Vicente de Brito Galvão, e o alferes do 16º de Voluntários João Alvicendo, que se achavam na enfermaria de São João, doentes por ferimentos, seguiram também para Buenos Aires, conforme as respectivas altas que lhe foram passadas por transferência do hospital; e acompanham as mesmas o Ilmo. Sr. tenente-coronel doutor Manoel da Cunha Barbosa, comandante das forças brasileiras nesta cidade.

(a) José de Cerqueira Lima, major diretor.

Em 8 de julho, o comandante das forças em Corrientes oficiava ao coronel Francisco Gomes de Freitas, deputado do ajudante-general:

Ilmo. e Exmo. Senhor.

Participo a V. Excia que seguiram para Buenos Aires no vapor *Eponina*, por ordem do Exmo. Sr. conselheiro Dr. Francisco Otaviano de Almeida Rosa, em consequência da gravidade das feridas recebidas em combate, o Exmo. Sr.

general Antônio de Sampaio, capitão do 11º Corpo de Voluntários da Pátria, João Vicente de Brito Galvão, e o alferes do 16º do mesmo título, João Alvicendo. Deus Guarde a V. Excia.

(a) Manoel da Cunha Barbosa, tenente-coronel comandante das forças.

Em 14 de julho, de Montevidéu informava-se ao ministro da Guerra o falecimento do brigadeiro Sampaio; essa participação foi vazada nos seguintes termos:

É com bastante pesar que levo ao conhecimento de V. Excia que no dia 6 do corrente faleceu o brigadeiro Antônio de Sampaio, vítima dos ferimentos que recebeu na batalha de 24 de maio último.

O Dr. Botelho, médico do hospital flutuante, estabelecido a bordo do vapor *Eponina*, comunicou-me também que o referido brigadeiro foi sepultado no cemitério da cidade de Buenos Aires.

Quartel-General de Montevidéu, 14 de julho de 1866.

(a) Antônio Nunes de Aguiar.

A Câmara Municipal de Alegrete ao tomar conhecimento do falecimento do brigadeiro Sampaio resolveu dar à Rua da Beneficência o nome de general Sampaio. Nessa via residiu ele alguns anos quando comandava o 4º Batalhão de Fuzileiros. Lá também faleceu sua esposa, D. Júlia Miranda de Sampaio, e onde esta ficava sempre que Sampaio saía a serviço.

## CAPÍTULO 13

A ENTREGA DOS RESTOS MORTAIS DO BRIGADEIRO SAMPAIO AO ASILO DOS INVÁLIDOS DA PÁTRIA. A TRANSLADAÇÃO PARA A CIDADE DE FORTALEZA. A CERIMÔNIA DO SEPULTAMENTO NO CEMITÉRIO DE SÃO JOÃO BATISTA. A INICIATIVA DA SOCIEDADE GENERAL SAMPAIO PARA EREÇÃO DE UMA ESTÁTUA AO SEU HERÓI. SUA INAUGURAÇÃO NA PRAÇA CASTRO CARREIRA. A DESIGNAÇÃO DE REGIMENTO SAMPAIO AO 1º REGIMENTO DE INFANTARIA. O ESTANDARTE DA UNIDADE. A DESIGNAÇÃO DE REGIMENTO TUIUTI AO 9º REGIMENTO. O DECRETO NOMEANDO O BRIGADEIRO ANTÔNIO DE SAMPAIO PATRONO DA INFANTARIA DO EXÉRCITO BRASILEIRO.

**D**ecidido o sepultamento dos restos mortais do brigadeiro Antônio de Sampaio no Asilo dos Inválidos da Pátria, na Ilha do Bom Jesus, no interior da Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, o ministro da Guerra, em nota de 16 de dezembro de 1869, fixou as solenidades que deviam ser tributadas ao Herói de Tuiuti. Consignava o documento:

Programa do saimento e depósito do cadáver do brigadeiro Antônio de Sampaio na Capela do Asilo dos Inválidos na Ilha do Bom Jesus.<sup>NE</sup>

O saimento terá lugar, conduzindo-se o cadáver por mar, desde a Capela do Arsenal de Guerra, onde se acha recolhido, até à do Asilo dos Inválidos, onde tem de ser depositado.

No dia e hora que o ministro da Guerra marcará para esta solenidade fúnebre, uma Brigada da Guarda Nacional, composta de dois batalhões de Infantaria e

---

<sup>NE</sup> Figura 24 do Caderno de Ilustrações (fotos atuais da Igreja do Bom Jesus).

um de Artilharia, achar-se-à formada nas imediações do Arsenal de Guerra, estendendo-se os dois batalhões de Infantaria pelo Largo do Moura e Rua D. Manoel, e o de artilharia pela Praia de Santa Luzia, a fim de darem as descargas e salvas correspondentes ao posto de marechal; em cujo exercício se achava o falecido brigadeiro na ocasião em que recebeu os ferimentos, de que lhe resultaram a morte.

Uma outra brigada, composta do Batalhão Naval, companhias de Alunos e aprendizes artilheiros, guarnecendo parte destes uma bateria de Artilharia, será postada com a antecedência precisa no cais da Ilha do Bom Jesus, a fim de prestar aí as mesmas honras ao desembarcar o cadáver.

Os convidados formarão alas desde o cais de desembarque na ilha até o adro da capela, onde tem de ficar o mesmo cadáver, e seguirão na retaguarda do préstito, fechando o acompanhamento.

O ministro da Guerra designará, entre os convidados, os que têm de pegar no caixão para conduzi-lo desde a Capela do Arsenal de Guerra ao cais de embarque, e os que, à chegada na ilha, têm de recebê-lo e alternar durante a subida da ladeira, para conduzi-lo do cais da ilha ao interior da Capela do Asilo.

Na ocasião de largar o comboio fúnebre do arsenal, uma Brigada da Guarda Nacional dará as descargas e salvas de estilo, e a Fortaleza de Santa Cruz responderá com outra salva igual.

A galeota que transportar o cadáver irá na frente do préstito e conduzirá somente o cadáver. As demais embarcações seguir-se-ão nesta ordem: a galeota dos capelões militares e mais padres que têm de officiar no réquiem; a galeota do Estado que tem de fazer parte do acompanhamento, um vapor que conduzirá a banda militar, e depois o préstito dos convidados nas galeotas, escaleres e mais embarcações do Arsenal de Guerra, Marinha e dos navios de guerra surtos no porto, que o ministro da Guerra requisitará do da Marinha para que sejam postas, com as respectivas tripulações, à disposição dos convidados.

Pela secretária da Guerra providenciar-se-á sobre a armação da capela do asilo em funeral para o ato das exéquias religiosas, arranjo dos padres e música.

Na época, o Asilo dos Inválidos da Pátria<sup>NE</sup> tinha pouco mais de um ano de funcionamento. Fora inaugurado em 29 de julho de 1868, no curso da campanha do Paraguai, com a presença da Família Imperial e do Corpo Diplomático.

---

<sup>NE</sup> Figura 25 do Caderno de Ilustrações (fotos atuais do Asilo dos Inválidos da Pátria).

O Boletim Interno dessa Organização Militar assinalava:

A Ilha de Bom Jesus estava sendo preparada para quartel definitivo dos asilados e, no dia 29 de julho, data do nascimento da Sereníssima Princesa Imperial, Senhora D. Isabel — Condessa d’Eu — data esta escolhida por Sua Majestade o Imperador D. Pedro II, foi o edifício do quartel solenemente inaugurado.

A imprensa na ocasião noticiou minuciosamente esse acontecimento, que se revestiu de grande pompa, tendo comparecido a Família Imperial reinante, com toda a Corte; o Corpo Diplomático e Consular; representantes do Clero, da Magistratura, do Comércio etc.

Ficou desse modo concretizado um sonho iniciado em 1841, com o Decreto nº 244, de 30 de novembro, que autorizava o Governo a criar na capital do Império um Asilo dos Inválidos para militares que, em serviço de guerra, adquirissem lesões que os impossibilitassem de trabalhar.

Em Aviso de 14 de dezembro de 1869, o ministro da Guerra, Barão de Muritiba, fixava a data para a transladação dos restos mortais do brigadeiro Sampaio. Informava o documento:

A S. Exa. Sr. Paulino José Soares de Souza, secretário.

Devendo ter lugar no dia 20 do corrente a transladação dos restos mortais do marechal de campo<sup>NE</sup> Antônio de Sampaio para o Asilo dos Inválidos da Pátria, comunico a V. Exa. que às dez horas da manhã sairá o préstito do Arsenal de Guerra, onde achará V. Exa. condução para a mesma ilha, a fim de assistir à encomendação, à qual Sua Majestade o Imperador se digna achar-se presente. Deus guarde a V. Exa.

(a) Barão de Muritiba.

O secretário de Estado da Guerra, conselheiro Mariano Carlos de Souza Corrêa, tratou de providenciar a transladação dos restos mortais de Antônio de Sampaio da capela, hoje desaparecida, do antigo Arsenal de Guerra na Ponta do Calabouço para o Asilo dos Inválidos da Pátria. Fixou o ministro da Guerra normas para que o ato tivesse solenidade pouco vulgar.

---

<sup>NE</sup> A explicação para Sampaio ser nominado dessa forma foi porque em Tuiuti ele comandava uma Divisão cujo cargo era privativo desse posto.

À frente dos ofícios religiosos, foi colocado o governador geral da diocese, monsenhor Félix Maria de Freitas Albuquerque, e, à testa da parte musical, o maestro Arcângelo Fiorito. O monsenhor Félix Maria já havia capitulado nas exéquias pelo general Flores.

Expediram-se convites ao ajudante-general. Resolvido foi que tomasse as argolas do féretro os oficiais mais graduados outrora presentes no Paraguai, recomendando-se que fosse o programa seguido à risca.

Em data marcada pelo imperador, 20 de dezembro, formou-se o préstito rumo à Ilha do Bom Jesus, onde se situava o Asilo dos Inválidos da Pátria. Saiu o cortejo do Arsenal de Guerra, em cujas imediações postou-se a Brigada da Guarda Nacional, dois batalhões de Infantaria, no Largo do Moura e Rua D. Manoel, uma Bateria de Artilharia, na Praia de Santa Luzia.

Ao deixar o arsenal o comboio fúnebre, as forças deram as descargas e salvas, respondidas pela Fortaleza de Santa Cruz. “Sua Majestade o Imperador estará no Asilo dos Inválidos ao meio-dia”, prevenia o ministro da Guerra E, à hora prefixada, lá se achava o primeiro dos convidados.

No cais da Ilha do Bom Jesus, estenderam-se em linha o Batalhão Naval, os alunos da Escola Militar e os aprendizes artilheiros, guarnecendo a bateria e formando os inválidos da rampa ao adro da igreja do asilo.

Avistou-se sobre as águas o lento préstito fúnebre; a galeota à frente só com o esquife do bravo; múltiplas embarcações prestavam-lhe sua homenagem. À chegada adiantou-se o imperador, o Voluntário de Uruguiana, recebeu o inerte súdito valoroso e acompanhou-o à igreja; os inválidos seguiram na retaguarda, fechando o préstito.

Na Igreja do Bom Jesus, desenrolaram-se as exéquias, que foram soleníssimas. Capitulou Monsenhor Félix Maria, acolitado por 13 padres; pregou o cônego Fonseca Lima. Numerosa fora a orquestra. Regida por Fiorito, formada por professores e cantores escolhidos. Às luzes do templo ajuntaram-se os clarões das tochas, empunhadas pelos convidados de alta escala social da Corte.

A religião disse ao morto as últimas palavras. Confiou-lhe a guarda a companheiros de armas. Ouviram-se as preces que a Igreja levantou ao céu em benefício de finados, rogando a Deus para eles na paz suprema o resplendor da luz eterna.

Curiosos documentos especificavam amiúde as despesas do Estado com as exéquias: 1:400\$000. Fiorito, regente da orquestra, ofereceu serviços; pôs gratuitamente à testa do batalhão sonoro e harmonioso de vozes masculinas,

de primeiro e de segundo violinos, de violas e violoncelos, de fagotes e oboés, de trompas e pistons, e *tutti quanti* dos grandes conjuntos musicais.

É Antônio de Sampaio<sup>NE</sup> um dos grandes vultos do Ceará. Na glória militar acompanha dignamente Tibúrcio. O gênito do ferreiro de Tamboril, guardadas as proporções, elevou-se a exemplo dos grandes generais de Napoleão: Murat, filho de hoteleiro, rei de Nápoles; Ney, filho de tanoeiro, príncipe de Moskowa. Nem a locanda paterna de um nem a oficina paterna do outro os impediram de terem casa na história.<sup>1</sup>

Os restos mortais do brigadeiro Sampaio não permaneceram muito tempo em terras cariocas, o governo do Ceará, sua terra natal, logo reclamaria os sagrados despojos.

Em 1871, pouco mais de um ano do término da longa e dura campanha contra Solano López, o presidente da Província do Ceará, o 2º Barão de Taquari, fazia votar uma verba de 1:000\$000 destinada à construção de um mausoléu para receber os restos mortais de seu herói querido.

Em obediência aos entendimentos com o Governo Imperial, em 14 de novembro de 1871 eram os restos mortais do brigadeiro Antônio de Sampaio retirados do Asilo dos Inválidos a fim de serem transportados para Fortaleza. Houve nessa ocasião formatura geral dos asilados em presença de oficiais-generais de terra e mar e de outras pessoas gradas, como assinala o boletim interno do asilo.

Em Fortaleza, trabalhava-se a fim de concluir o mausoléu que seus coprovincianos faziam erigir no cemitério público da cidade.

No dia marcado para a viagem, o ataúde do brigadeiro foi retirado do Asilo dos Inválidos às seis horas da manhã, de 16 de novembro daquele ano de 1871, assistindo ao ato, a convite do ministro da Guerra de então, o Visconde de Jaguaribe, presentes também estavam o Visconde do Rio Branco, presidente do Conselho; o ministro da Marinha, conselheiro Duarte de Azevedo; o general Bartolomeu Mitre; o conselheiro Alencar Araripe; o Barão Homem de Melo e outras autoridades.

O corpo seguiu a bordo do paquete *Cruzeiro do Sul* em câmara ardente, aos cuidados do tenente Felipe de Araújo Sampaio, do 14º Batalhão de Infantaria.

---

<sup>NE</sup> Figura 26 do Caderno de Ilustrações (foto do Brigadeiro Sampaio, corpo inteiro, da coleção de Arthur Montenegro).

Esse vapor chegou a Fortaleza na manhã de 25 do dito mês de novembro, mas o ataúde, por causa da maré, só pôde ser desembarcado à tarde, procedendo-se as honras fúnebres durante o trajeto, desde o porto até a catedral onde foi depositado. Na ocasião, formaram o 14º de Infantaria e a Companhia de Aprendizes de Marinheiro salvando a Fortaleza.

Pegaram nas alças do caixão o presidente da província, conselheiro Barão de Taquari; o presidente da Assembleia Provincial, Barão de Aquiraz; o comandante da Guarda Nacional, comendador João Antônio Machado; o vice-presidente da província, comendador Joaquim da Cunha Freire, Barão de Ibiapaba; o comendador Dr. José Lourenço de Castro e Silva, presidente da Comissão de Recepção, e o reverendo, padre Antônio Pereira de Alencar, membro da mesma comissão.

O ataúde ficou depositado na catedral enquanto se concluía no Cemitério de S. João Batista o mausoléu.

Antes da inauguração deste, em 20 de janeiro de 1872, a Câmara Municipal de Fortaleza por indicação do vereador Francisco Coelho da Fonseca resolveu mudar a denominação da antiga Rua da Cadeia, aberta ao trânsito público em 13 de abril de 1843, para Rua General Sampaio. Essa é uma das principais artérias da capital cearense.

Por ocasião da recepção dos restos mortais do brigadeiro Antônio de Sampaio em Fortaleza, Juvenal Galeno proferiu os seguintes versos de sua autoria:

Sombrio descambava o sol no ocaso!  
E os bravos do Brasil abandonavam  
O seio de seu país, da esposa e filhos...

E partem, partem, que aflitivos bravos  
Da pátria escutam... as valiosas hostes  
Lá voam aos campos dos sangrentes prélios!

Salve, guerreiros! Eia, avante! Avante!  
Que importa o espinho duma ausência, quando  
Ferida a pátria por seus filhos chama?

E cai a noite procelosa, horrenda!  
Trava-se a luta... Que bravura imensa...  
Trincheira o peito — cada braço um raio!

E quem aquele que à metralha afronta,  
Que se embriaga nos clarins da pugna,  
Guiando os bravos da vitória à senda?

Ainda, ainda da batalha os ecos —  
Sampaio — dizem a recordar atônitos  
Heroicos feitos de imortal renome!

Eis raia a aurora dos ditosos hinos!  
Triunfa a pátria, a natureza exulta...  
Mas, entre os risos, que sentido pranto!

Aonde o chefe denodado, exímio?...  
Onde Sampaio, da bravura o símbolo  
Pois já não guia da vitória as hostes?

Fatal destino lhe quebrara a espada  
Da luta em meio... Voa ao céu sua alma...  
Daquele o corpo — mas se eleva o nome!

Astro brilhante que tombou no ocaso!  
Águia dos prélios, — devassa o espaço  
Quando fuzila da procela o raio!

E a frente ardente de lauréis cingida...  
Olhar de gênio... Coração de fogo...  
Eis tudo quedo, regelado, extinto!

Ah, que saudades do Brasil nas hostes!  
Mas, não choremos! Não se chora o bravo  
Que a vida imola nos altares pátrios!

Sim, não choremos! Da vitória os cantos,  
Do bravo os feitos, na nação as glórias  
Ouçam-se apenas desde o Sul ao Norte!

Que vale a vida quando a pátria geme?  
Honra ao soldado que lutando expira...  
Vai entre louros reviver na História!

Honra a Sampaio, ao lidador ilustre!  
 Irmãos, ouvi-me — do general na campa,  
 Em vez de prantos, — entusiasmo e cores...  
 Em vez de sombras, — muita luz e flores! ...

Em 25 de outubro de 1873, realizou-se em Fortaleza a transladação da Sé para o mausoléu dos restos mortais do brigadeiro Sampaio.

Cerca das seis horas da manhã, de acordo com o programa estabelecido, efetuou-se o ato fúnebre com grande imponência, saindo o ataúde com o corpo do brigadeiro Antônio de Sampaio para o mausoléu<sup>NE</sup> construído no cemitério público da cidade.

A cerimônia revestiu-se de grande aparato, com a assistência do mundo oficial. Seguraram nas fitas do féretro o conselheiro José Martiniano de Alencar, o senador Tomaz Pompeu de Souza Brasil e o comendador Joaquim da Cunha Freire, presidente da Assembleia e da Câmara.

No decurso do desfile do préstito fúnebre, ouviram-se as salvas executadas pela fortaleza e por uma corveta que se encontrava no porto. Uma Brigada, comandada pelo coronel João Nepomuceno da Silva, formada pelo 15º Batalhão de Caçadores e pelo 1º de Fuzileiros, por um Batalhão da Guarda Nacional e por Companhia de Aprendizes de Marinheiro, prestou as honras militares.

No cemitério, de uma tribuna para isso armada, discursaram o Dr. Augusto Gurgel, o comendador José Lourenço de Castro e Silva, presidente da Comissão incumbida da construção do monumento, e várias outras pessoas, as quais se fizeram ouvir com poesias apropriadas ao momento.

O Dr. Augusto Gurgel pronunciou bela oração, arrematando-a com estas palavras:

Dorme, magnânimo varão, o sono afortunado dos que legam à posteridade um nome com o brilho do teu; porque a tua memória não se apagará nunca de tuas ações, nem tuas ações de tuas virtudes, e nem estas de tua glória.

Dorme, general invicto, diante de quem as gerações por vir se curvarão submissas ao ler a tua história, que é também um dos capítulos mais sublimes dessa epopeia grandiosa da nossa Pátria agradecida.

Saíste do Ceará quando eras moço, e que te ardia no peito a flama do patriotismo

<sup>NE</sup> Figura 27 do Caderno de Ilustrações (mausoléu de Sampaio no Cemitério de São João Batista, em Fortaleza).

acrisolado nas crenças da religião e nas da liberdade. Voltaste mais tarde quando já tinhas o coração enregelado para os afetos do lar e as pálpebras cerradas para contemplar o céu majestoso de tua terra!

Não importa! Terás em nosso peito a veneração que te devemos e em nossas almas um culto consagrado à tua memória tão grande como a fama de teus feitos. Dorme, benemérito guerreiro; e assim como o último Graco ao receber o golpe mortal atirou poeira ao ar, e dessa poeira nasceu Mário; assim também de tuas cinzas veneradas, arremessadas ao ar pela mão da Pátria surgirão no futuro outros guerreiros que à Pátria, novos louros lhe conquistarão.

Descansa em teu jazigo eternamente; as bênçãos do Senhor sejam-te as primeiras saudações nesse leito em que dormes enobrecido por tantos títulos de valor e heroísmo; o reconhecimento da pátria seja-te nessa hora solene a coroa de glórias que cinge tua fronte altiva de guerreiro; e esta modesta homenagem que tributamos agradecidos à tua memória recebe e acolhe, como a expressão mais sentida da saudade.

Fiquem naquelas letras buriladas, para sempre, as tuas virtudes como cidadão, a tua bravura como guerreiro e teus sentimentos como cristão; e que todos que passem visitando, mais tarde, o teu sarcófago, repitam uma vez, com Pastoret, este sublime e patriótico pensamento: ‘O templo da religião torna-se o templo da pátria; e a tumba de um grande homem, o altar da liberdade.’

João Ribeiro de Carvalho, natural de Sobral, orador e poeta popular, que fizera parte de um dos contingentes enviados pela província para a Guerra do Paraguai e dela voltara sem uma das pernas, recitou um poema de sua lavra, cujas últimas estrofes diziam:

Oh! dia! subido!  
 Imortal nome querido,  
 Quem jamais te olvidará?!  
 Tu — Vinte e quatro de maio,  
 Tu — denodado Sampaio  
 Honra e Glória! Ceará!

Dorme ... dorme sempre-viva!  
 Dorme, flor ingente e diva!  
 Herói, vencido por Deus!  
 Mas sonha louros, vitória

Bravura, infinita glória  
 Terra, mar, espaço, céus!  
 Dorme!... descansa em teu leito  
 Mãos cruzadas sobre o peito  
 Caro filho de Marvote!  
 E com a espada dormida,  
 Laureada; enobrecida,  
 Descansa o sono da morte!

Descansa! ... que a tua vida  
 No céu, na terra perdida  
 Vive um infinito viver!  
 Um homem como Sampaio,  
 pode sofrer um desmaio  
 Grande Deus — nunca morrer!

Ele dorme!... em se acordando  
 Contra o inimigo avançando,  
 Será da bravura o raio!  
 Do caixão quebra-se a tampa  
 Que o espaço estreito da campa  
 Conter não deve a Sampaio!

Conta Arthur Montenegro que no dia 9 de abril de 1888, 24 horas de inaugurado o monumento ao general Tibúrcio, em Fortaleza, amanheceram os seguintes versos escritos, com tinta indelével, no patamar do pedestal:

Tibúrcio, soldado literato,  
 descansa nos lauréis de um monumento,  
 Sampaio, soldado destemido,  
 repousa no chão do esquecimento...

Naquele mesmo dia, segundo Montenegro, que sabia das coisas sobre Sampaio, um grupo de patriotas reuniu-se para levantar também um monumento ao brigadeiro Sampaio.

O Dr. Eusébio de Sousa informa que vários militares, funcionários públicos, moços estudantes e pessoas de diversas categorias reuniram-se em 18 de

abril de 1888, na cidade de Fortaleza, e instalaram a Sociedade General Sampaio, com fito de angariar meios para levar a efeito a ereção de uma estátua ao general cujo nome encabeçava.

Já no regime republicano, o Governo, pela Lei nº 240, de 5 de setembro de 1895, autorizava a abertura de um crédito especial para auxiliar a ereção daquele monumento.

Os trabalhos iniciados, alvissareiramente, sofreram, no entanto, solução de continuidade. Somente 12 anos depois do lançamento da ideia da instalação da Sociedade General Sampaio, isto é, em 24 de maio de 1900, fez-se a entrega ao Estado da referida estátua,<sup>NE</sup> solenemente inaugurada nesse dia na Praça Castro Carreira, constituindo-se em um dia festivo para a população da capital cearense.

Um jornal da época noticiou o acontecimento da forma seguinte:

Como estava anunciado, inaugurou-se anteontem o monumento que a gratidão cearense fez erigir na Praça Castro Carreira ao bravo brigadeiro Antônio de Sampaio. A praça e todas as casas, vistosamente enfeitadas, apresentavam deslumbrante aspecto.

Em roda do monumento destacavam-se escudos e galhardetes, tendo gravados, em letras douradas, os feitos de Sampaio. Do lado do sul erguia-se vistoso palanque destinado às autoridades civis e militares e comissões diversas.

Às cinco horas da tarde, dava entrada na praça e tomava o palanque S. Exa. o Sr. Antônio Pinto Nogueira Acioli, presidente do Estado e, minutos depois, S. Exa. o Sr. general Marciano Magalhães, o coronel Antônio Néri, o capitão-tenente Ludgero Mota e oficiais do 2º Corpo de Polícia, fazendo as forças continências às altas patentes.

Às 5h30min, o Sr. João Barcelos, presidente da Comissão do monumento, leu o officio entregando ao Estado a obra que ele e seus colegas de comissão tinham feito levantar para perpetuar os feitos do grande patriota cearense, brigadeiro Antônio de Sampaio, e, ao mesmo tempo, apresentava a S. Exa. o Sr. Dr. Antônio Pinto Nogueira Acioli, presidente do Estado e ao general Marciano Magalhães as fitas presas à bandeira que envolvia o busto da estátua. Descoberta esta, e sendo inaugurada por S. Exa. o Sr. presidente do Estado, a multidão prorrompeu em vivas aclamações de entusiasmo e prolongada salva de palmas,

---

<sup>NE</sup> Figura 28 do Caderno de Ilustrações (estátua de Sampaio inaugurada em 1900).

tocando por essa ocasião todas as bandas de música o Hino Nacional, enquanto a guarda de honra fazia as continências do estilo e subiam ao ar milhares de foguetes, salvando a Fortaleza de N. S<sup>a</sup> da Assunção, com 13 tiros.

Coube o discurso inaugural a um espírito de elite, o Sr. Dr. José Lino da Justa, que numa belíssima página literária, vibrante de entusiasmo, pondo em relevo o valor da pugna que fez tombar o vulto glorificado naquele instante, realçando ainda a sua afoita ação; perorando disse: ‘Senhores. Durante 36 anos foi Sampaio soldado, percorrendo neste longo estádio toda a escala do dever e do heroísmo — viagem imensa de peregrinação pela Pátria.

É, por isso, senhores, que aqui, nesta glorificação, começa a vida a ser epopeia, o soldado a ser herói, o túmulo a ser altar, e a ser imortalidade a morte.

Coincidência feliz!

Aqui, sobre o solo que pisamos, fez Sampaio os seus primeiros exercícios militares. Foi ponto de partida e é hoje ponto de chegada.

Daqui seguiu soldado a percorrer a estrada aspérrima da vida e depois de mergulhar no réverbero das metralhas voltou feito general — alma de espartano cristalizado no granito da imortalidade.

Nesta mesma praça onde a gratidão do povo cearense acaba de arrancar do esquecimento o nome de Sampaio, jamais perecerá a memória dos seus feitos, porque o mesmo sol que aqui enxuga a última lágrima do nosso cativo virá todas as manhãs escalar aquela fronte tostada no fogo dos combates e nas cintilações das granadas!

Senhores.

Noutro ângulo da cidade está perpetuada no bronze a memória de Tibúrcio, também bravo guerreiro filho desta terra. Sampaio no mármore e Tibúrcio no bronze ficam sendo de hoje em diante as atalaias vigilantes desta bela cidade.

E quando a nova geração passar e despontar amanhã a mocidade sonhadora do futuro, ela saberá venerar estas duas estátuas como a encarnação estoica dos filhos do Ceará, que jamais temerão os inimigos de sua Pátria, porque estão acostumados a suportar os reveses da sorte lutando contra as forças incoercíveis da natureza. E à noite, quando as vibrações marinhas passarem roçando numa carícia amorosa da primavera as arestas daqueles dois monumentos, deve-se ouvir no ar as vibrações patrióticas, como aquelas vozes que a lenda do viajor recorda, ao escutar, no silêncio solene dos areais, as sonoridades de Esfinge, entoando os hinos triunfantes do guerreiro que combateu à sombra das pirâmides seculares!

Boa noite, general, e que a doce luz das constelações velem o noivado de tua apoteose...?

Seguiram-se com a palavra os Srs. Dr. Farias Brito, alferes Francisco Barreto, José Nobre, alferes Aboim Bruno Barbosa e duas interessantes meninas que produziram orações patrióticas.

A estátua inaugurada foi esculpida em mármore extraída da Pedreira de Itapaí, no Serrote de Cantagalo, no Ceará. Representava o herói de Tuiuti de pé, sobre uma coluna de mármore de 10m de altura, ladeada por um gradil de ferro.

Várias homenagens lembrando a presença do brigadeiro Antônio de Sampaio na história militar do País têm sido prestadas por tempos afora, Muitas têm sido as solenidades ao Grande Soldado de Infantaria por ocasião das efemérides da Batalha de Tuiuti.

Na antiga Escola Militar do Realengo, de saudosa memória, os aspirantes da Turma de Infantaria de 1928, estimulados por um de seus instrutores, o então primeiro-tenente Humberto de Alencar Castelo Branco, natural do Ceará, em solenidade simples, mas plena de acendrado espírito militar, aclamaram o brigadeiro Antônio de Sampaio, Patrono do Batalhão de Infantaria daquela Escola de Formação de Oficiais do Exército.

Dois anos depois, a Turma de Infantaria de 1930 da mesma escola ampliou o que fora feito, conferindo ao brigadeiro o título de Patrono da Infantaria brasileira.

Associando-se à ideia, foi construído em 1936 uma pequena estátua<sup>NE</sup> do Patrono da Arma, que aqueles jovens abraçaram e deles exigiria o supremo sacrifício da nobilitante carreira.

Por ter sido a estatueta de Sampaio colocada no pátio, de costas para o Portão Principal da escola, a “cadetada” da época dizia que era para o brigadeiro não ver os fujões...

Prosseguindo, em março de 1937, a Revista *A Defesa Nacional*, completando o pensamento dos cadetes do Realengo, levantou a ideia de que fosse conferido o título de Regimento Sampaio ao 1º Regimento de Infantaria, aquartelado na Vila Militar, no Rio de Janeiro.

Efetivada essa consagração, o presidente da República, em Decreto nº 1.973, de 19 de janeiro de 1940, assim determinava:

O presidente da República, considerando que a Cavalaria, a Artilharia e a Engenharia já têm seus patronos e que a Infantaria ainda não teve nenhuma de suas

<sup>NE</sup> Figura 29 do Caderno de Ilustrações (estatueta de Sampaio doada pela Turma de 1936).

unidades distinguida com a honra de usar o nome dos seus antigos e heroicos chefes; que realçar os feitos de quem com abnegação, bravura e patriotismo, deu a vida pela Pátria é semear exemplos para cultivar as mais elevadas virtudes militares, além de constituir uma prova marcante de gratidão no País; que o 1º Regimento de Infantaria é a primeira da Arma e recebeu, quando da sua organização, contingente importante do 1º Batalhão de Infantaria, que combateu com brilho na memorável Batalha de Tuiuti, integrando a nunca vencida Divisão Encouraçada,<sup>NE</sup> sob o comando do ínclito e inesquecível brigadeiro Antônio de Sampaio, decreta: Artigo único — O atual Regimento de Infantaria, aquartelado na Vila Militar, na Capital Federal, passa a denominar-se Regimento Sampaio.

(a) Getúlio Vargas; Eurico Dutra

Na época, comandava o 1º Regimento de Infantaria o coronel Alexandre Zacarias de Assunção que, em formatura geral da unidade, em 22 de janeiro daquele mesmo ano de 1940, fez proceder em ato solene a leitura do Decreto Presidencial que dera a denominação de Regimento Sampaio à Unidade de seu comando.

Recordou que o 1º Batalhão de Infantaria, um dos formadores do 1º Regimento em 1908, tivera presença significativa na Batalha de Tuiuti, em 24 de maio de 1866. Naquela encarniçada e sanguinolenta pugna, o 1º Batalhão fora comandado pelo impetuoso major Antônio dos Guimarães Peixoto, também ferido na ação em destacada atuação naquela jornada de glória na qual perdera a vida o comandante da Divisão, o sempre lembrado brigadeiro Antônio de Sampaio, mas mantivera a Unidade, incólume, a posição que lhe cabia defender.

Por essa razão, no ano seguinte, completando a justa homenagem à memória do brigadeiro Sampaio, o Decreto-Lei nº 3.081, de 28 de fevereiro de 1941, criava o estandarte do Regimento Sampaio,<sup>NE</sup> trazendo como motivo central um leão, símbolo da bravura indômita, com três estrelas rubras, representando os três ferimentos que motivaram a morte do comandante da 3ª Divisão naquela batalha.

É interessante consignar que um outro batalhão da Divisão Encouraçada, em Tuiuti, o 4º de Infantaria, então sob o comando do coronel Luís

<sup>NE</sup> Figura 30 do Caderno de Ilustrações (Estandarte Histórico da Divisão Encouraçada).

<sup>NE</sup> Figura 31 do Caderno de Ilustrações (Estandarte Histórico do Regimento Sampaio).

José Pereira de Carvalho, mereceu semelhante distinção à conferida ao Regimento Sampaio.

Assim é que, por Portaria nº 242-GB, de 23 de junho de 1966, o ministro da Guerra, de acordo com o Aviso nº 142-DS-G, de 17 de abril de 1962, resolveu denominar o 9º Regimento de Infantaria, aquartelado na cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul, Regimento Tuiuti,<sup>NE</sup> por ter sido um dos seus formadores aquele 4º Batalhão, denominado O Vanguardeiro, da Divisão Sampaio; e, em Decreto nº 58.919, de 26 de julho de 1966, o presidente da República criava o respectivo estandarte. E foi justamente nesta Unidade que o então alferes Dionísio Cerqueira serviu, comandando um dos pelotões da 7ª Companhia.

Finalmente, somente 34 anos depois da primeira manifestação dos aspirantes da Escola Militar do Realengo é que o Governo Federal, em Decreto nº 51.429, de 13 de março de 1962, homologou a escolha do brigadeiro Antônio de Sampaio como Patrono da Arma de Infantaria do Exército Brasileiro. Outras Armas já possuíam seus respectivos patronos...

Na época da Segunda Guerra Mundial, o aureolado nome do brigadeiro Sampaio foi sugerido por ocasião da instituição da Medalha de Sangue,<sup>NE</sup> destinada a contemplar os feridos em ação contra o inimigo. Nela os três ferimentos recebidos em Tuiuti são lembrados nas três estrelas esmaltadas em vermelho...

---

<sup>NE</sup> Figura 32 do Caderno de Ilustrações (Estandarte Histórico do Regimento Tuiuti).

<sup>NE</sup> Figura 33 do Caderno de Ilustrações (Medalha Sangue do Brasil).

## CAPÍTULO 14

AS COMEMORAÇÕES DO 1º CENTENÁRIO DA BATALHA DE TUIUTI E DA MORTE DO BRIGADEIRO ANTÔNIO DE SAMPAIO, PATRONO DA INFANTARIA DO EXÉRCITO, EM FORTALEZA.

As comemorações da passagem do 1º Centenário da Batalha de Tuiuti e da morte do brigadeiro Antônio de Sampaio, Patrono da Infantaria do Exército Brasileiro, tiveram no Estado do Ceará um invulgar caráter.

Todas as autoridades militares e civis, assim como o povo em geral, associaram-se para que tais efemérides se desenvolvessem em clima de entusiástico patriotismo.

A comissão diretora das comemorações foi presidida pelo então coronel de Infantaria Murilo Rodrigues de Sousa que na época comandava o 23º Batalhão de Caçadores, da guarnição de Fortaleza.

O comandante da 10ª Região Militar, general de brigada Itiberê Gouvêa do Amaral, em sua Ordem do Dia, sob o título, *24 de maio — Mensagem*, fez publicar o seguinte:

Neste dia de exaltação à Pátria, em que se comemora o centenário da Batalha de Tuiuti, reverenciam-se em todo o Brasil os seus heróis e, no território sob a jurisdição da 10ª Região Militar, muito especialmente no Ceará, cultua-se a memória do heroico cearense, filho de Tamboril, o brigadeiro Antônio de Sampaio, cujos restos mortais são hoje trasladados para o monumento erigido em frente ao Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de Fortaleza pelos seus conterrâneos e patrícios agradecidos, confiando sua guarda àquela expressiva juventude estudantil que constitui a elite militar. É que neste mesmo dia, cem

anos passados, no Paraguai, entre os esteros Rojas e Bellaco, quando já estava quase decidida a sorte da Batalha de Tuiuti, era retirado do Comando da 3ª Divisão de Infantaria, depois de sofrer o terceiro ferimento de bala, o seu valente e sereno comandante, brigadeiro Sampaio, vencedor, pela sua resistência ao escol do exército paraguaio ‘lutando de pé, pois quatro cavalos, que sucessivamente montava, morreram na ponta das baionetas ou varados de bala’. E era tal o desprezo de sua divisão ‘pela saraivada de metralha, que recebeu o cognome de encouraçada’.

A chamada Guerra do Paraguai, da qual Tuiuti foi etapa decisiva, representa o termo de uma sábia e porfiada política, desempenhada habilmente pelo então Império do Brasil, visando impedir sob quaisquer égides a reconstituição do Vice-Reinado do Prata, tendo suas raízes nas lutas que vinham, desde a Colônia do Sacramento até a Guerra do Paraguai, resultando no *status* geopolítico até hoje vigorante, em que o Brasil constitui, no hemisfério sul do continente americano, a terceira América, a América brasileira, ao lado de suas homônimas de língua inglesa e espanhola, respectivamente, as Américas do Norte, Central e do Sul.

A inteligência lusitana do período de nosso descobrimento, a qual nos acompanhou por séculos afora até a Independência — continuada no Império e na República — é a artífice extraordinária da unidade nacional que oferecemos aos povos das nações amigas limítrofes e as que conosco convivem no cenário internacional.

Cultuar Sampaio, o infante exemplar aclamado Patrono da Infantaria brasileira, equivale a valorizar o homem brasileiro, pois a Infantaria é a expressão militar de um povo, nela se refletindo suas virtudes, seus anseios e suas realizações, por constituir a massa principal da Força Terrestre, amostragem estatística válida da própria nacionalidade.

Sampaio, a par de combatente sem igual, era uma figura humana: homem probo, valente, cumpridor de seus deveres e autêntico cavalheiro. Quando moço, foi folgazão; alegre namorado, bom violeiro e assíduo às festinhas de sua terra. Pobre de nascimento, realizou-se na escola da vida, atingindo no Exército, a mais democrática de nossas instituições, a glória por seu próprio esforço e valor.

Recebeu seu batismo de fogo em Icó; enredou-se em uma quartelada na qual se revelou responsável e leal a seus companheiros; reprimiu movimentos insurrecionais conhecidos como Cabanagem, no Pará; Balaiada, no Maranhão; Re-

volução Farroupilha, no Rio Grande do Sul, e Praieira, em Pernambuco. Combateu na Argentina contra Rosas, em Monte Caseros, e no Uruguai, contra o governo blanco, havendo comandado o Corpo Policial da Corte.

Foi o primeiro a entrar em Montevideú depois da rendição da praça de Paissandu “de rosto sereno e triste, sob a pala da barretina agaloada, à frente de seus três batalhões de negros, gente ágil, decidida, experimentada na guerra e doída pelo corpo a corpo com arma branca”, no dizer do seu conterrâneo Gustavo Barroso.<sup>NE</sup> Dirigiu e fiscalizou a instrução dos corpos de Infantaria em operações no Uruguai.

Comandou a 3ª Divisão de Infantaria, com o efetivo de 4.600 homens, e entrou em território paraguaio, atingindo em 20 de maio a região de Tuiuti, onde se tornou herói daí a quatro dias, na maior batalha campal da América do Sul. O significado transcendente das homenagens tributadas neste dia ao imortal cearense, longe de empanar o brilho dos grandes vultos nacionais consagrados pela história, constitui mais um incentivo às gerações presentes e futuras brasileiras, principalmente aos filhos do Ceará, que com tantos vultos ilustres já têm contribuído à causa da Pátria, dando continuidade no exemplo de Antônio de Sampaio.

Na condição de comandante da 10ª Região Militar, concito os nordestinos dessa área em desenvolvimento, dos mais destacados aos mais modestos, a porfiarem — quais infantes destemidos — em busca dos objetivos permanentes na nação brasileira e de seus rincões, contribuindo, dentro de suas possibilidades e no heroísmo das posições anônimas, para que o Nordeste, incorporador e desbravador da Amazônia e de muitas outras regiões do Brasil, em paz e harmonia com seus irmãos do Norte, Centro, Sul e Oeste, venha a ser, em breve, a terra sonhada e almejada pelos nossos antepassados, da estirpe de Sampaio.

E que possa desempenhar o papel que lhe está fadado a ser, entre os divisores de águas das bacias da Amazônia e do Prata, o berço da civilização que há de realizar a concórdia da humanidade.

O programa de tais comemorações em Fortaleza estendeu-se de 17 a 31 de maio de 1966, com culminância em 24 de maio quando se procedeu a transladação dos restos mortais do brigadeiro Sampaio para o panteon erigido em sua memória.

---

<sup>NE</sup> BARROSO, Gustavo. *História militar do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

Essa parte compreendia retirada da urna funerária do mausoléu do Cemitério de São João Batista e seu transporte<sup>NE</sup> ao panteon, onde seria aguardada com as honras fúnebres marcadas por nota do comandante da 10ª Região Militar.

Outra parte do programa das comemorações consistia na condução do Fogo Simbólico da Cidade de Tamboril, local onde nascera o brigadeiro Sampaio, da sede da Fazenda Vitor, da qual só restam ruínas. Tinha por finalidade levar às populações do interior do Estado o significado do centenário que então se comemorava, enaltecendo a figura do heroico comandante da 3ª Divisão Encouraçada.

Em 19 de maio daquele ano de 1966, já havia sido inaugurado um marco comemorativo com a inscrição “1866-1966 — Homenagem do Povo de Tamboril ao seu ilustre filho, General Sampaio, Herói da Batalha de Tuiuti, no seu 1º Centenário de Morte”<sup>NE</sup>.

Às 9h daquela jornada, partia da Fazenda Vitor, distante cerca de 30km da sede do município, o Fogo Simbólico, escoltado por cerca de 300 vaqueiros em trajes típicos. Em Tamboril, na Praça 11 de Junho, realizou-se uma cerimônia cívica em frente ao busto de Sampaio. Depois, o Fogo Simbólico foi depositado no pedestal no Ginásio Brigadeiro Sampaio onde permaneceu até o dia seguinte.

Em 20, partiu para Santa Quitéria, onde foi recebido fora da cidade por grande caravana de veículos e, no centro da localidade, por toda a população, entre palmas, apitos de fábrica, buzinas dos veículos, dobres de sinos e fogos de artifício.

Em frente à matriz, o Dr. Anastácio Martins Camelo, prefeito de Tamboril, fez entrega do Fogo Simbólico ao prefeito de Santa Quitéria, Sr. Francisco Parente. Na oportunidade, usaram da palavra vários oradores.

Sempre em marcha triunfal, o Fogo Simbólico passou por Irauçuba, Itapajé, São Luís do Curu e Caucaia, sempre recebido com demonstrações de carinho. Finalmente, no dia 24, ele partiu para o local onde se localiza o panteon, em frente ao Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) de Fortaleza, escoltado por um grupo de vaqueiros, tendo à frente a senhorinha Madalena Gaspar, da sociedade fortalezense, representando

<sup>NE</sup> Figura 35 do Caderno de Ilustrações (transporte dos despojos de Sampaio em carreta).

<sup>NE</sup> Figura 36 do Caderno de Ilustrações (placa existente na Fazenda Vitor em Tamboril, no Ceará).

a heroína Jovita Feitosa, com a missão de acender a pira colocada diante da estátua de Sampaio, o que fez sob calorosos aplausos e grande emoção da multidão ali reunida.

A transladação dos despojos do brigadeiro Sampaio constituiu o ponto máximo das solenidades e foi realizado na terça-feira, 24 de maio.

O ato inicial correspondeu à exumação dos restos mortais do ilustre brigadeiro, que no mausoléu do cemitério repousavam desde 28 de outubro de 1873, a fim de serem levados, em solene procissão cívico-militar, ao panteon a eles destinados.

Para isso, no dia 5 de maio, no Cemitério de São João Batista, no bairro de Soares Moreno, teve lugar a exumação, sendo então aberto o túmulo, o segundo erguido na primeira quadra, à esquerda da entrada principal da necrópole, identificado pela inscrição, gravada em uma lápide da fronteira (lado norte) — “Aqui jazem os restos mortais do benemérito General Antônio de Sampaio, natural da Província do Ceará, morto na batalha de 24 de maio, em Tuyuty”.

Levantada a lápide branca que cobria a sepultura, “apresentou-se uma gaveta com areia branca úmida, onde encontrava uma caixa parcialmente recoberta com o mesmo material e já bastante desgastado e retorcido”.

À medida que se ia retirando a areia, foram sendo encontrados partes do esqueleto e de outros despojos.

O professor Livino Virgínio Pinheiro e o capitão médico Dr. Jaime Pontes da Silva, designados para elaborar o protocolo da exumação dos restos mortais, lavraram documento para memória da posteridade.

Outra comissão, do major Jorge de Almeida Campos Pereira Mata e dos jornalistas Nertan Macêdo e B. de Paim, fez o inventário dos demais despojos. Interessante foi haver essa comissão encontrado entre os restos mortais arrolados “o fragmento de uma cápsula de cobre”, certamente um dos projetis que vitimaram o insigne general.

Além de torneios esportivos, competições, palestras, exposições e retretas que marcaram a quinzena de comemorações, o comandante da 10ª Região Militar fixou que as solenidades de encerramento do Centenário da Batalha de Tuiuti e da morte do brigadeiro Antônio de Sampaio se revestissem no Ceará de grande brilhantismo, escolhendo para tanto a pequena cidade de Tamboril, situada a 342km de Fortaleza. Assim, em 6 de julho, primeiro centenário da morte do grande infante, Tamboril teve um dia de

glória, com a presença do comandante da 10ª Região Militar (RM) e Sra.; do representante do Governo do Ceará; do secretário do Interior e Justiça; do coronel chefe do Estado-Maior da 10ª RM; do comandante do 23º Batalhão de Caçadores e Sra.; do tenente-coronel comandante do 10º Grupo de Obuses (GO) e de outras pessoas gradas, que se dirigiram àquela cidade no dia anterior.

Nesse dia, o monsenhor Joaquim de Jesus Dourado pela manhã celebrou missa na matriz de Santo Anastácio,<sup>NE</sup> padroeiro da cidade. Em seguida, diante do busto de Sampaio existente na Praça 11 de Junho, houve uma revista à Companhia Mista formada na ocasião, constituída com elementos do 10º GO e da Companhia do Quartel-General da 10ª RM. Dois canhões do GO executaram salva de 13 tiros, seguido de toque de silêncio.

Passada a revista, a pequena força desfilou pelas ruas de Tamboril, diante de um palanque montado na Praça 7 de Setembro, onde se encontravam as autoridades. O povo da terra, grato pela lembrança do comandante da 10ª RM, aplaudiu calorosamente o desfile da Companhia Mista. À noite, houve retreta, executada pela banda do 23º Batalhão de Caçadores.

Em seguida à revista, o general Itiberê e demais autoridades deslocaram-se para a Fazenda Vitor, que dista cerca de 30km da sede do município, onde o comandante da RM foi recebido festivamente por cerca de 200 vaqueiros da região, montados e vestidos a caráter. Ali, ao som da banda do 23º BC, foi rezada missa solene, oficiada pelo monsenhor Dourado, que no ato usou o mesmo altar em que celebrara outro ato durante a Campanha da Itália, na Segunda Guerra Mundial.

O ponto máximo das solenidades em Fortaleza efetivou-se no próprio dia 24 de maio “num ambiente transbordante de emoção cívica”, com a transladação dos restos mortais do brigadeiro Sampaio do túmulo em que jaziam, no Cemitério de São João Batista, para o panteon erigido em sua honra, na Avenida Bezerra de Meneses, em frente ao CPOR.

O cortejo fúnebre foi formado por linha de 12 alunos do Colégio Militar, montados, empunhando as bandeiras históricas, seguida por outra de tambores, também daquele educandário. Depois, marcharam seis oficiais de Infantaria, conduzindo sobre almofadas as condecorações do

---

<sup>NE</sup> Figura 37 do Caderno de Ilustrações (Igreja de Santo Anastácio, em Tamboril, no Ceará).

homenageado. A seguir, deslocou-se a carreta fúnebre, tracionada por seis cavalos, conduzida por dois soldados, acompanhada de altas autoridades.

Às 7h45min, ao partir o cortejo, uma bateria de canhões de 37mm do 23º BC executou as salvas. Chegando ao panteon, foi o cortejo recebido por outra salva, executada por uma bateria de 75mm, do 10º GO.

Depois da chegada do marechal João Batista de Matos, representante do presidente da República, foi hasteada a Bandeira Nacional, com execução do Hino, seguindo-se novas salvas, agora com canhões 105mm, do 10º GO.

Em seguida, a jovem cearense que conduzia o Fogo Sagrado, em uniforme da época de Sampaio, montada em um corcel, escoltada por vaqueiros de Tamboril, acendeu a pira disposta diante do panteon, ocasião em que o madrigal da Universidade Federal do Ceará cantou a Canção da Infantaria.

Em prosseguimento, o prefeito de Fortaleza, general Murilo Borges, fez entrega do panteon ao Exército, representado na pessoa do general Itiberê Gouvêa do Amaral. Terminado o ato, o oficial de Relações Públicas da 10ª RM procedeu à leitura da Ordem do Dia do ministro da Guerra.

O cortejo fúnebre ao chegar ao panteon foi recebido por uma guarda fúnebre, composta<sup>NE</sup> de um Destacamento Misto, de uma companhia de alunos do Colégio Militar, duas outras do 23º Batalhão de Caçadores, uma da Escola de Aprendizes Marinheiros e outra de fuzileiros da Base Aérea de Fortaleza e finalmente de uma da Polícia Militar do Estado, que executou as salvas regulamentares.

Nessa ocasião, aviões da Base Aérea de Fortaleza, em voos rasantes, prestaram também sua homenagem.

O tenente-coronel comandante do CPOR de Fortaleza procedeu à leitura do elogio a Sampaio, recordando fatos de sua vida, destacando a tenacidade e a coragem que ornavam sua personalidade.

Terminado o pronunciamento, a urna foi retirada da carreta, seguindo-se a bênção<sup>NE</sup> do monumento pelo capitão capelão militar da 10ª RM. A Bandeira Nacional, que cobria a urna com os restos mortais de Sampaio, foi retirada, e esta colocada na cripta do panteon pelo governador do Estado, juntamente com o comandante da 10ª Região Militar.<sup>NE</sup> O marechal Batista

<sup>NE</sup> Figura 38 do Caderno de Ilustrações (cortejo chega ao local do panteon de Sampaio).

<sup>NE</sup> Figura 39 do Caderno de Ilustrações (despojos de Sampaio recebe encomendação religiosa).

<sup>NE</sup> Figura 40 do Caderno de Ilustrações (colocação da urna na cripta do monumento).

de Matos depositou uma coroa de flores, seguindo-se do toque de silêncio, enquanto o madrigal voltava a cantar a Canção da Infantaria.

A multidão que assistia a essa solenidade “manteve-se em impressionante silêncio, caracterizando a vibração cívica que emanava desses atos”. Por fim, a guarda de honra desfilou em continência ao brigadeiro Sampaio, passando diante do panteon, onde se achavam as autoridades<sup>NE</sup> que presidiram as solenidades. Desfilou em seguida a banda de música do Corpo de Fuzileiros Navais do Rio de Janeiro.

Às 18h, foi rezada missa campal diante do panteon, iluminado por projetores do 10º GO. Oficiou o rito D. Raimundo de Castro e Silva, bispo auxiliar de Fortaleza, na presença de todas as autoridades que tomaram parte na transladação. Terminado o ato religioso, a pira foi apagada, encerrando-se as solenidades.

---

<sup>NE</sup> Figura 41 – Caderno de Ilustrações (autoridades assistem ao desfile).

## CAPÍTULO 15

DESCENDÊNCIA DE ANTÔNIO DE SAMPAIO. SEUS QUATRO FILHOS. A OFERTA DE D. AMÉRICA DA CONCEIÇÃO AO MUSEU HISTÓRICO DO CEARÁ. A RETRIBUIÇÃO DO GOVERNO DO CEARÁ. A EXISTÊNCIA DE OLEGÁRIO ANTÔNIO DE SAMPAIO, NASCIDO NO MARANHÃO. SUA CARREIRA E SEUS DESCENDENTES, NETOS E BISNETOS DE ANTÔNIO DE SAMPAIO.

**E**m 30 de abril de 1849, Antônio de Sampaio, então capitão de Infantaria, casou-se com D. Júlia dos Santos Miranda, conforme ficou registrado no Livro de Assentamentos de Casamento da Paróquia do Espírito Santo da Vila de Jaguarão.<sup>NE</sup>

A justificação do estado de solteiro, livre e desembaraçado do nubente, foi atestado por duas testemunhas no Cartório do juiz eclesiástico, reverendo vigário da Vara da Comarca de Jaguarão, João Themudo Cabral Diniz. Foram testemunhas o tenente-coronel Carlos Augusto Oliveira e o tenente da Marinha Victório José Barboza.

Do consórcio com D. Júlia nasceram quatro filhos na seguinte ordem: Leonor, Antônio, América da Conceição e Júlia.

A primogênita do casal, Leonor Miranda de Sampaio, nasceu em 22 de março de 1850. Um documento obtido da Câmara Eclesiástica do Bispado de Pelotas, no Rio Grande do Sul, registra o seguinte:

Certifico que revendo o Livro 3, Folha 27, de assentamentos de batismo e nascimento da Paróquia do Espírito Santo, Jaguarão, encontra-se o de Leonor, nascida

---

<sup>NE</sup> Figura 5 do Caderno de Ilustrações (Cópia do Livro no qual consta o Registro do Casamento de Sampaio).

a 22 de março de 1850, batizada solenemente, em 2 de outubro de 1850, pelo reverendo do coadjutor Padre Pedro Luque, filha legítima do major Antônio de Sampaio e de Dona Júlia dos Santos Miranda, ele natural do Ceará, ela natural de Porto Alegre; neta paterna de Antônio Ferreira de Sampaio e de Antônia da Conceição; neta materna de João Vicente dos Santos e Bernardina Joaquina de Miranda. Foram padrinhos: Bernardino Augusto de Miranda, por procuração e a avó materna. (a) Vigário Padre João Themudo Cabral Diniz.

Leonor Miranda de Sampaio, que viveu em Porto Alegre, casou-se ainda menor, com 18 anos, no dia 14 de novembro de 1868, com Graciano de Azambuja Cidade; ela por ser órfã foi assistida no ato por seu tutor o Sr. Francisco Silveira dos Santos Carvalho.

Graciano de Azambuja Cidade nasceu em 15 de setembro de 1839, em Porto Alegre; filho do comendador Antônio de Azambuja Cidade Júnior e de Vicência Leal Magalhães.

Leonor veio a falecer em 3 de agosto de 1873, em Porto Alegre. Do casamento de Leonor com Graciano nasceram Júlia, Albertino e Leonor, netos de Antônio de Sampaio. Graciano, havendo ficado viúvo, casou-se em segundas núpcias em Porto Alegre com D. Avelina Pacheco de Andrade e deixou outros descendentes.

Júlia de Azambuja Cidade, nascida em 26 de setembro de 1869, em Porto Alegre, foi batizada em 8 de janeiro de 1871, na mesma cidade. Casou-se em 30 de outubro de 1888 com o capitão João Cezimbra Jacques, passando a chamar-se Júlia Cidade Cezimbra. O casal teve dois filhos, Júlia e Bolívar; a primeira nascida em 11 de dezembro de 1891; o segundo, em 24 de agosto de 1893.

Albertino de Azambuja Cidade nasceu em 12 de abril de 1871. Foi batizado em Porto Alegre, em 8 de dezembro de 1871, e faleceu em 15 de fevereiro de 1923. Era casado com Djanira Malater Cidade, falecida em 13 de novembro de 1927.

Antônio e Júlia Miranda de Sampaio faleceram ainda crianças, antes da morte da progenitora, D. Júlia Miranda de Sampaio, cujo óbito ocorreu em 18 de janeiro de 1862. Antônio faleceu

aos 8 de julho de 1857, nesta Freguesia do Divino Espírito Santo da Cidade do Jaguarão, com três meses de idade. Foi encomendado na forma do Ritual Romano e sepultado no cemitério desta Cidade e para constar mandei fazer este assento que assino. O vigário João Themudo Cabral Diniz. (Livro 1, Folha 119v e 120).

América da Conceição, terceira filha de Antônio de Sampaio, nasceu em 18 de novembro de 1854 e faleceu solteira em 1º de dezembro de 1936, com 84 anos de idade, na cidade de Porto Alegre,<sup>NE</sup> onde foi sepultada.

O coronel Antônio de Sampaio ao partir para a campanha da Banda Oriental do Uruguai, já viúvo, deixou em Bagé as duas filhas menores: Leonor Miranda e América da Conceição Miranda em casa de Pedro Osório; tempos depois foram as duas jovens residir em Pelotas, na casa do general Osorio, amigo do brigadeiro Sampaio, já então falecido. Tempos depois, naturalmente depois do regresso do general Osorio ao Paraguai, atendendo ao convite do Marquês de Caxias, as duas órfãs foram residir em Porto Alegre, em companhia da avó materna, D. Bernardina Joaquina de Miranda.

Na capital da província, Leonor casou-se com Graciano de Azambuja Cidade, e América da Conceição, depois da morte da avó, ficou residindo em companhia de uma prima de nome Maria Leopoldina.

Antes, em 10 de outubro de 1866, o ministro da Guerra, Angelo Muniz da Silva Ferraz, oficiava ao diretor da Diretoria Geral, do mesmo ministério, dando-lhe ciência de que o presidente da Província do Rio Grande do Sul comunicara que existiam duas filhas legítimas do finado brigadeiro Antônio de Sampaio, que era viúvo, de nomes Leonor de Sampaio e América da Conceição de Sampaio, esta de 12 e aquela de 16 anos de idade, as quais viviam em companhia da avó, na capital da referida província, a fim de que S. Excia. lhes concedesse uma pensão. (Aviso de 19 de outubro de 1866, devolvendo o ofício às mãos do presidente da província).

D. América da Conceição foi dos quatro filhos legítimos de Antônio de Sampaio a única que chegou à velhice.

O Dr. Eusébio de Sousa<sup>NE</sup> conta-nos que recebeu do Sr. Jorge de Carvalho, residente em Porto Alegre, informações sobre D. América da Conceição, aparentada do informante.

D. América da Conceição faleceu inupta, a 1º de dezembro de 1936, sob a maior resignação possível, pois era muito religiosa e de uma bondade extrema.

Amiga de fazer o bem, de educar aos menores, pois tinha instrução e inteligência

<sup>NE</sup> Figura 42 do Caderno de Ilustrações (Certidão de Óbito de América da Conceição).

<sup>NE</sup> SOUSA, Eusébio. *Sampaio, Patrono da Infantaria, esboço biográfico, 1810-1866*. Fortaleza: Edísio, 1938.

bastante, jamais lamentou sua situação, ultimamente cheia de dificuldades, compreensíveis para uma filha de tão ilustre cearense, que percebia de seu montepio, mensalmente, Rs. 79\$600. [...]

Passou privações e deixou compromissos que até a presente data estão sendo cobertos pelos parentes, pois uma longa enfermidade muito contribuiu para o vulto de tais compromissos.

Graças a um gesto do Governo do Ceará, enviando-lhe dois contos de réis, quando ela remeteu ao Museu do Estado em que nascera seu pai todas as honorificências que este havia conquistado pela bravura, repito, graças a este gesto, com esses dois contos de réis, ela adquiriu a perpetuidade de uma urna, em uma capela do Cemitério da Santa Casa, desta capital, para onde transferirei seus restos mortais, após os três anos da praxe.

Esse auxílio a D. América da Conceição foi conferido pelo governo da Província do Ceará no curso da gestão do capitão Roberto Carneiro de Mendonça, então interventor federal naquele estado.

O Decreto nº 944, de 14 de março de 1933, do Governo do Estado do Ceará, fora assim redigido:

O capitão Roberto Carneiro de Mendonça, interventor Federal no Estado do Ceará, tendo em vista que D. América da Conceição Sampaio, recusando vender a um particular, enviou, sem estipular preço, para o Museu Histórico, as condecorações militares que pertenciam ao seu glorioso progenitor general Antônio de Sampaio;

Considerando que as referidas condecorações, conquistadas merecidamente pelo bravo soldado cearense, que honrou as tradições de sua terra natal, enaltecendo-a, principalmente nas memoráveis pugnas do Paraguai, enriquecendo, sobretudo, a coleção do Museu Histórico do Estado;

Considerando, porém, que as condições financeiras da aludida senhora são demasiado precárias e que por isso deve o governo cearense, num gesto de sincero reconhecimento, prestar-lhe algum auxílio monetário;

Considerando, finalmente, que o Conselho Consultivo do Estado em parecer nº 221, de 9 do corrente, concordou plenamente com a concessão desse auxílio;  
Decreta:

Art. 1º — Fica aberto o crédito especial de 2:000\$000, como auxílio que presta o Estado do Ceará à D. América da Conceição Sampaio.

Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrário, entrando o presente decreto em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Interventoria Federal do Estado do Ceará, em 14 de março de 1933.

(a) Roberto Carneiro de Mendonça.

Ainda, segundo o Dr. Eusébio de Sousa,<sup>NE</sup> D. América de Sampaio, em agradecimento, dirigiu ao governo do Ceará a seguinte carta:

Porto Alegre, 28 de maio de 1933.

Ilmo. Sr. interventor Federal no Estado do Ceará.

Prezado Senhor. Se muito grande foi a minha satisfação, nada menor foi a comoção ao receber a valiosa dádiva — de enorme e particularíssimo auxílio para a crise que vinha atravessando — efetuada pelos conterrâneos de meu pai, saudoso general Sampaio, por vosso intermédio.

Metade desse donativo foi empregado em terreno adquirido para meu eterno repouso. Cheia de gratidões, peço a Deus vossa felicidade e pela de todos os cearenses.

(a) América da Conceição Sampaio.

Além dos quatro filhos acima mencionados, resultantes do casamento com D. Júlia de Miranda em Jaguarão, o brigadeiro Sampaio, quando estava servindo na Província do Maranhão, depois da sedição da Balaiada, já tenente, deixou um filho, registrado com o nome de Olegário Antônio de Sampaio.

Naquela época, Antônio de Sampaio, com 34 anos de idade, já era muito conhecido e considerado por sua exemplar conduta na repressão do movimento sedicioso naquela província do Norte.

Esse rebento, fruto por certo de um amor dissimulado que ao capitão Sampaio não convinha ser conhecido abertamente à sociedade em que vivia, passou omissa para a história, enquanto Olegário fora menino.

Entretanto, feito homem, procurou seguir a mesma nobilitante carreira paterna, na qual sempre demonstrou o mesmo arrebatamento do pai, o mesmo zelo profissional, mantido em todas as funções que exerceu, as quais foram muitas, a marca de honestidade e do profundo respeito ao dever profissional.

Das Alterações de Olegário Antônio de Sampaio,<sup>NE</sup> existentes no Arquivo do Exército, verifica-se que nascera no Maranhão, possivelmente em

<sup>NE</sup> SOUSA, Eusébio. *Sampaio, Patrono da Infantaria, esboço biográfico, 1810-1866*. Fortaleza: Edísio, 1938.

<sup>NE</sup> Figura 43 do Caderno de Ilustrações (Fé de Ofício de Olegário Antônio de Sampaio).

São Luís, em 6 de março de 1844. Aos 17 anos de idade, assentou praça voluntário no 5º Batalhão de Infantaria, em 27 de julho de 1861, passando a cabo de esquadra no mesmo ano. Em 1º de outubro de 1862, era promovido a furriel. Em 20 de outubro de 1863, foi transferido para o Corpo de Guarnição daquela província.

Em 1865, com a eclosão da Guerra do Paraguai, o Corpo de Guarnição do Maranhão tomou o nº 18º Batalhão de Infantaria, já incluído no Corpo de Exército do general Osorio, em Montevideú. Pouco depois o 18º fundiria-se com o 17º Batalhão, que ficou com oito companhias.

Em Ordem do Dia nº 92, de 4 de setembro, era Olegário promovido a alferes em comissão para o 6º Batalhão de Infantaria.

Essa classificação do alferes Olegário no 6º Batalhão, da 5ª Brigada da Divisão Sampaio, dá a entender que o pai sabia da existência do filho e, de certo modo, tratava de tê-lo junto à sua pessoa na árdua luta que apenas começava. Não obstante, é mistério ainda não desvendado!

Em 23 de março de 1866, era o alferes Olegário aprovado plenamente no exame prático de sua Arma.

Ao se iniciar efetivamente a campanha, o alferes Olegário, em 16 de abril de 1866, fez a passagem do Rio Paraná e tomava parte nas ações dessa jornada e na seguinte, como integrante do 6º Batalhão.

Assistiu ao combate de 2 de maio, no Estero Bellaco, e à Batalha de Tuiuti, em 24 de maio; baixou ao hospital em 29 do mesmo mês, somente se apresentando ao 6º Batalhão, pronto para o serviço, em 4 de agosto.

Passara dois meses na situação de baixado sem haver sido dado oficialmente como ferido: ficou assim a suspeita de que mereceu de seu comandante licença especial para acompanhar o brigadeiro Sampaio, quando este baixou ao Hospital de Corrientes e, depois, na viagem para Buenos Aires, onde o brigadeiro chegou morto.

Ao apresentar-se em Tuiuti, dois meses depois, dispusera Olegário de tempo de sobra para assistir ao enterro do pai em Buenos Aires e regressar ao Paraguai.

São conjecturas do autor. O pesquisador foi levado a formular essa hipótese, aliás bem manifesta, levando em consideração que o comandante do 6º Batalhão, tenente-coronel Antônio da Silva Paranhos, era grande amigo do brigadeiro Sampaio; tanto que em sua parte de 24 de maio chegou a comentar o grande pesar que ele e sua tropa manifestaram com os ferimentos recebidos pelo comandante da Divisão naquela jornada. O preito ao grande chefe

facultara a “baixa” do alferes Olegário para que ele pudesse assistir seu pai, gravemente ferido. Essa ocorrência a história não registrou...

De volta ao Paraguai, Olegário tomou parte no assalto à posição de Curupaiti, sendo elogiado por seu comandante “por bem dirigir com bravura e acerto o comando da Companhia”.

Prosseguindo na campanha, depois da perda do pai, Olegário continuou no 6º Batalhão, comandando companhias e foi secretário da Unidade; assistiu ao ataque paraguaio de 3 de novembro de 1867 — Segunda Batalha de Tuiuti. Foi efetivado no posto de alferes, por Decreto de 18 de janeiro de 1868, e esteve com seu batalhão em diligência em Corrientes. Tomou parte nos reconhecimento de Angustura e assistiu à sua capitulação, em 30 de outubro, e aos combates de Lomas Valentinas, em 25 e 27 de dezembro.

Em 5 de janeiro de 1869, atingia a cidade de Assunção com seu batalhão, fazendo parte da Divisão Oriental do general D. Henrique de Castro. Em 11 de março, era excluído do 6º, a fim de reunir-se ao 9º Batalhão, no qual já estava classificado desde janeiro de 1868.

Pela Ordem do Dia nº 5 do comandante em chefe, de 27 de abril de 1869, foi transferido do 9º para a Arma de Cavalaria. Em 28 de junho, pela Ordem do Dia da Secretaria Geral do Ministério da Guerra, recebeu a Medalha do Mérito Militar.

Em 1870, passou a servir no 6º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional, no qual foi promovido ao posto de tenente. Em setembro de 1871, serviu no 12º Batalhão de Infantaria.

Em 1º de agosto de 1872, tomou o estado de casado com D. Rita de Paiva, marchando logo depois com seu batalhão de Bagé para Porto Alegre. Ainda em 1872, foi transferido do 12º para o 4º Batalhão.

Em janeiro de 1884, era promovido ao posto de capitão para a 7ª Companhia do 19º Batalhão. Em outubro, seguiu para a fronteira do baixo Paraguai; esteve em Corumbá e em São Luís de Cáceres. Em 1890, foi designado para servir, por falta de oficiais, no 2º Batalhão de Artilharia de Posição, em Mato Grosso.

Em outubro, foi declarado haver sido condecorado com a medalha argentina comemorativa da Guerra do Paraguai.

Por Decreto de 12, publicado na Ordem do Dia da Repartição do ajudante-general nº 445, de 16, tudo de 1893, foi o capitão Olegário promovido ao posto de major graduado para a 1ª Companhia do 8º Batalhão, sendo

efetivado nesse posto por Decreto de 28 de setembro de 1893. Permaneceu alguns anos servindo em unidades do Mato Grosso e do Rio Grande do Sul. Em 1896, vamos encontrar o major Olegário Antônio de Sampaio servindo no 35º Batalhão de Infantaria, no Piauí. Ele, depois de tantas voltas, sentira saudades de sua região...

Com essa Unidade, o major Olegário participou da 4ª Expedição contra Canudos, na qual teve destacada atuação com seu batalhão, operando na Coluna do general Cláudio do Amaral Savaget, que partira de Sergipe.

Em tal oportunidade, o 35º foi incluído na 5ª Brigada, comandada pelo coronel Julião Augusto de Sena Martins que, deixando vago o cargo de comandante da Unidade, foi este assumido pelo major Olegário Antônio de Sampaio o qual nessa função assistiu aos combates de Umburanas e Cororobó à margem do Vaza-Barris, ações empreendidas em auxílio da 1ª Coluna, a qual se encontrava em difícil situação, antes do golpe final contra o reduto de Canudos.

Promovido a tenente-coronel, Olegário Antônio de Sampaio faleceu general reformado, em Florianópolis, em 13 de abril de 1911.<sup>NE</sup>

O Sr. Mauro Lopes Lima, entusiasta da vida atribulada de Antônio de Sampaio, ao ponto de escrever um valioso trabalho, sob o título de *O infante imortal*, em feliz pesquisa, obteve do diplomata Antônio do Amaral de Sampaio, neto de Olegário Antônio de Sampaio, conseqüentemente bisneto do Patrono da Infantaria, preciosas informações.

O Sr. Antônio do Amaral de Sampaio, que na época, por volta de 1966, servia como secretário da Embaixada do Brasil no Cairo, no Egito, forneceu a Lopes Lima alguns informes sobre a existência de seu bisavô, Olegário Antônio de Sampaio, embora em parte tais informes não se ajustem aos dados das Alterações do Arquivo do Exército. Segundo os fornecidos, Olegário, no posto de major, casou-se em 1º de agosto de 1872, em Alegrete, no Rio Grande do Sul, com D. Rita Alves de Paiva, filha do coronel Antero Alves de Paiva, estancieiro local e irmão do general José Leovegildo Alves de Paiva. Desse casamento, nasceram cinco filhos: Olegário, Antero, Antônio (pai do informante), Eliziário e Gabriel.

---

<sup>NE</sup> Essa informação sobre a data de falecimento de Olegário Antônio de Sampaio foi obtida em pesquisa realizada no Rio Grande do Sul pelo general de brigada da reserva Ubiratan Pereira Pillar, em outubro de 2009, quando foi encontrado um requerimento firmado por seu filho, Antero, em 8 de maio de 1911, dando conta do falecimento do pai em 13 de abril de 1911 (Figura 44 do Caderno de Ilustrações).

D. Rita faleceu ao nascer seu último filho, Gabriel, sendo os cinco meninos criados pela avó materna e pela tia, D. Malvina, esposa do marechal de campo João José da Lua, então comandante das Armas da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Todos os filhos do general Olegário, exceto o mais velho, passaram pela Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro.

Olegário Filho cursou a Escola de Medicina e depois de sua formatura foi exercer a profissão em Porto Alegre, onde casou-se, deixando os seguintes filhos: Aristides, Djanira e Zoraide.

Antero, ainda cadete, veio a falecer na Bahia, em consequência de ferimentos recebidos na Campanha de Canudos, em 1897.<sup>NE</sup>

Antônio Paiva de Sampaio nasceu em 30 de dezembro de 1878, no Alegre, Rio Grande do Sul. Seguiu a carreira militar e foi ferido duas vezes na Campanha de Canudos, atingindo o posto de coronel. Faleceu em São Paulo, em 8 de dezembro de 1959. Foi casado com D. Maria de Lourdes Amaral, nascida em São Paulo em 26 de abril de 1897. Deixou três filhos: o diplomata Antônio de Amaral de Sampaio, o informante; a socióloga Maria Ruth Amaral de Sampaio e Tadeu Amaral de Sampaio, advogado. Este foi assessor jurídico da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Eliziário Amaral de Sampaio foi morto ao defender suas terras contra posseiros.

Antônio Amaral de Sampaio, nascido em 19 de junho de 1929, ingressou na carreira diplomática, atingindo o posto de embaixador. De seu casamento, com Hedwig Gualberto de Oliveira, nasceu sua filha Lilian Amaral de Sampaio, arquiteta e mãe de Rita de Sampaio Lobo. De seu segundo casamento, com Francis Mary Mulanovitch, teve dois filhos: Antônio Amaral de Sampaio Júnior e Inez Amaral de Sampaio.

Maria Ruth Amaral de Sampaio, professora doutora da Universidade de São Paulo, nascida em São Paulo, em 9 de agosto de 1933, é casada com o Sr Herbert Gruber, e o casal não tem filhos.

O filho mais novo de Olegário, Gabriel Paiva de Sampaio, casou-se com Olga Lage e faleceu em 1937. Seu único filho, Gil Deodato de Sampaio, nasceu em 12 de fevereiro de 1919 e faleceu em 18 de maio de 1971. Do casamento com Hermínia Ferreira de Sampaio teve dois filhos: Cid Gabriel e Gilberto. Cid

---

<sup>NE</sup> Essa informação sobre a data de falecimento de Antero está incorreta, conforme o mesmo documento firmado por Antero, em 8 de maio de 1911 (Figura 44 do Caderno de Ilustrações).

Gabriel Ferreira de Sampaio, nascido em 1º de fevereiro de 1945, casou-se com Teresinha Coutinho de Sampaio e teve os seguintes filhos: Gabriela, Gil Deodato Neto e Bernardo. Gabriela de Sampaio Rabello nasceu em 6 de setembro de 1974 e casou-se com Marco Antônio Rabello, tendo Maria Isabel e Marco Antônio Filho, nascidos no Rio de Janeiro, em 11 de janeiro de 2001 e 30 de outubro de 2003, respectivamente.

Gilberto Ferreira de Sampaio, nascido em 13 de maio de 1951, casou-se com Zélia Maria de Oliveira e Souza Sampaio e teve os seguintes filhos: Gilberto Júnior, nascido em 13 de maio de 1972, e Alessandra, em 1º de dezembro de 1975.

## Nota Final

No decurso do preparo deste trabalho, ainda residindo na cidade de Resende, no Estado do Rio de Janeiro, esteve o autor por diversas vezes em visita à Academia Militar das Agulhas Negras.

E, como era natural, para matar as saudades dos tempos que não voltam jamais, estendemos nossa visita ao Curso de Infantaria, pois tivemos a ventura de, no posto de major, ser o primeiro instrutor chefe do curso, responsável pela graduação das duas primeiras turmas dessa Arma, a primeira, em 11 de agosto de 1945, e a segunda, em 28 de dezembro de 1946.

Durante uma dessas visitas, foram feitas várias fotos: uma do grupo de instrutores do Curso de Infantaria, junto à histórica estatueta,<sup>NE</sup> oriunda da Escola Militar do Realengo, de saudosa memória, ladeada pelo autor e pelo tenente-coronel Gabriel Felix Balbuena Alves, instrutor chefe; outra do busto do brigadeiro Sampaio,<sup>NE</sup> em bronze, fundido no Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro, por sinal pouco convincente; o retrato a óleo de Sampaio,<sup>NE</sup> existente no gabinete do instrutor chefe; a imagem de Santo Inácio de Loyola, padroeiro da Infantaria; o velho “borzega”, que descansa sobre uma almofada existente no mesmo gabinete, e por fim os versos do infante Pedro Américo Leal, dedicado ao seu “Velho Borzega”, cujo quadro o autor ofertou ao Curso de Infantaria em uma de suas visitas.

Finalmente, para completar a série, uma vista do Conjunto Principal da Academia.

<sup>NE</sup> Figura 29 do Caderno de Ilustrações (estatueta de Sampaio).

<sup>NE</sup> Figura 45 do Caderno de Ilustrações (busto de Sampaio).

<sup>NE</sup> Figura 46 do Caderno de Ilustrações (quadro de Sampaio).



## NOTAS

### Capítulo I

- <sup>1</sup> SOUSA, Eusébio de. *Sampaio: Patrono da Infantaria. Escorço biográfico 1810-1866*. Fortaleza: Edísio Editor, 1938.
- <sup>2</sup> MACEDO, Nertan. *O bacamarte dos Mourões*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1966.
- <sup>3</sup> Segundo a *Memória sobre a Capitania Independente do Ceará Grande*, apresentada a S. A. R. por Luís Barba Alardo de Menezes, a Vila de Aquiraz é a mais antiga do Ceará. Era conhecida primitivamente pelo nome de São José do Ribamar do Aquiraz e dispunha somente em abril de 1814 de uma freguesia, com 10.511 habitantes, incluindo uma aldeia de índios, denominada Monte-Mor, o Velho.
- <sup>4</sup> Vila Nova d'El-Rei, hoje cidade de Ipu.

### Capítulo II

- <sup>1</sup> DOURADO, Joaquim de Jesus. *Terra dos balaaios*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1969.
- <sup>2</sup> STUDART FILHO, Carlos. *Antônio de Sampaio*. Fortaleza: [s. n.], 1966.
- <sup>3</sup> DOURADO, op. cit.
- <sup>4</sup> MONTENEGRO, José Arthur. *Apontamentos biográficos de Antônio de Sampaio*. [s. l.]:Arquivo da Biblioteca Sul-Rio-Grandense, [—?].
- <sup>5</sup> Ipu dista de Tamboril por estrada de rodagem via Sucesso, Novas Russas e Ipueriras 105km.
- <sup>6</sup> SOUSA, op. cit.
- <sup>7</sup> FONSECA LOBO, João Miguel da. *A camponesa: traços românticos*. Fortaleza: [s. n.], 1914.
- <sup>8</sup> Mororó, padre Gonçalo Inácio de Loiola Albuquerque e Melo, de Quixeramobim, esteve envolvido na insubmissão de 1824 — Confederação do Equador. Era homem

de corajosas atitudes e de grande preparo humanístico. Portou-se com invulgar patriotismo ao ser arcabuzado em Fortaleza.

### Capítulo III

<sup>1</sup> Pedro Labatut foi nomeado comandante das forças pacificadoras da Província do Ceará por Ato da Regência de 7 de junho de 1832. Nasceu em 18 de maio de 1768, em Cannes, na França. Participou das lutas para emancipação da Colômbia e combateu Madeira de Melo na Bahia.

### Capítulo IV

<sup>1</sup> Texto de Eduardo Campos Coelho, editado pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro em 1975.

<sup>1</sup> O primeiro-tenente Luís Sabino da Silva era comandante do brigue-escuna *Patagônia* e esteve empenhado em debelar a Cabanagem, no Pará. O *Patagônia*, cuja designação anterior era *Escudeiro*, fora um corsário argentino perdido em Carmen de Patagones, em 7 de março de 1827, e apresado, em setembro de 1827, pelo brigue *Imperial Pedro*, comandado pelo primeiro-tenente Leal Ferreira. Em 1843, já desarmado, ainda prestava serviços no Serviço de Socorro Naval.

### Capítulo V

<sup>1</sup> Trecho de trabalho do major Gustavo Moraes Rego Reis, publicado em *A Defesa Nacional*.

<sup>2</sup> CRUZ, Ernesto. *Temas da História do Pará*. Belém: SPVEA, 1960.

<sup>3</sup> Esse batalhão foi dissolvido em 28 de setembro de 1868 por Caxias depois do combate de Surubi, na campanha do Paraguai.

<sup>4</sup> Manuel Felizardo de Souza e Melo, major do Exército, oitavo presidente do Ceará, nomeado em 16 de outubro de 1837, e tomou posse no cargo em 18 de dezembro do mesmo ano, em substituição a João Facundo de Castro Menezes, também major e vice-presidente da província.

<sup>5</sup> MACEDO, Nertan. *O bacamarte dos Mourões*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1966.

<sup>6</sup> Perucana é a serra entre os rios Gurupi e Maracaçumé.

<sup>7</sup> Embora não mencionasse nesse ofício, a escuna a que se referia o major Torres era a *Dona Francisca*, do primeiro-tenente Luís Sabino.

<sup>8</sup> *Dona Francisca* era uma escuna assim denominada em homenagem à primeira irmã

de D. Pedro I. Segundo navio com esse nome, fora comprado da firma britânica Maxwell Wright & Cia, em janeiro de 1833. Tinha 72 pés de comprimento e era armada com uma colombina calibre 12 e quatro calibre 9.

- <sup>9</sup> Francisco Xavier Torres, comandante de Sampaio, foi promovido a tenente-coronel em 5 de abril de 1839 e louvado pelo comandante das Armas do Pará por seu desempenho na luta contra os cabanos.
- <sup>10</sup> Soares de Andrea (Francisco José de Souza) era marechal português. Acompanhou ao Brasil, em 1808, a Família Real. Declarada a Independência, optou pela nacionalidade brasileira, prestando assinalados serviços nas campanhas da Cisplatina, do Rio Grande do Sul e do Pará.

## Capítulo VI

- <sup>1</sup> Miritiba é uma vila na margem esquerda do Rio Preá, duas léguas distante de sua foz, Barra do Veado.
- <sup>2</sup> Icatu foi um distrito criado com a denominação de Águas Boas. Era um povoado muito decadente, situado em área banhada pelas águas da Baía de S. José, distante três léguas da atual Vila de Icatu.
- <sup>3</sup> Guarapiranga era um lugar situado na costa ocidental da Ilha de São Luís, na Baía de São José, hoje São Bento do Norte.
- <sup>4</sup> Ambos os heróis do combate de Areias haviam nascido no mesmo ano de 1810; um maranhense e outro cearense.
- <sup>5</sup> Icatu foi vila, freguesia e município. Era depois de Alcântara a mais antiga vila de toda a Província do Maranhão, situada à margem do Rio Munim, à meia légua da Baía de São José de Ribamar.
- <sup>6</sup> Vila Brejo, velha aldeia de Anapuru, assentada em uma pequena eminência à meia légua da margem esquerda do Rio Parnaíba, estava em poder dos rebeldes. O coronel Alves de Lima enviou para lá duas colunas de ataque. Tão acertadas foram as providências tomadas que os sitiados tiveram de se retirar, abandonando a posição e atravessando o Parnaíba para o território do Piauí.
- <sup>7</sup> DOURADO, Joaquim de Jesus. *Terra dos balaíos*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1969.
- <sup>8</sup> Bacabal era uma pequena povoação à margem do Rio Preto, distante três léguas da Vila de Anajatuba que, na época, tinha 30 fogos. O Rio Preto constituía-se em um dos tributários do Munim, com o qual confluía acima da Vila de Manga.
- <sup>9</sup> MARQUES, César Augusto. *Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão*. Rio de Janeiro: Cia Editora Fon-Fon e Seleta, 1970.
- <sup>10</sup> DOURADO, op. cit.

<sup>11</sup> DOURADO, op. cit.

<sup>12</sup> AMARAL, José Ribeiro do. *Apontamentos para a história da revolução da Balaiada na Província do Maranhão*. São Luiz: Typografia Teixeira, 1906.

<sup>13</sup> DOURADO, op. cit.

<sup>14</sup> Eduardo Olímpio Machado, bacharel, foi o 19<sup>o</sup> presidente do Maranhão. Tomou posse em 5 de junho de 1851. Em 1852, de volta da Assembleia, reassumiu a presidência em 28 de setembro e depois, mais uma vez, em 15 de julho de 1854.

## Capítulo VII

<sup>1</sup> O 4<sup>o</sup> Batalhão de Fuzileiros fora criado em 1839 e pertencia à guarnição da Província de Pernambuco. Na ocasião da promoção, o capitão Sampaio encontrava-se no Rio Grande do Sul.

<sup>2</sup> Esse 4<sup>o</sup> Batalhão de Fuzileiros, pelo Decreto de 25 de abril de 1842, era da Província de Pernambuco, mas se encontrava engajado na luta contra a Revolução Farroupilha, no Rio Grande do Sul.

<sup>3</sup> Quando estava na Pasta da Guerra, de fevereiro de 1844 a maio de 1845, coube-lhe redigir as instruções que estabeleceram o término da luta armada no Rio Grande do Sul.

<sup>4</sup> O general José Joaquim Coelho, português de nascimento, foi comandante das forças em Pernambuco e mais tarde deputado geral e agraciado com o título de Barão de Vitória por sua participação na luta contra os praieiros.

<sup>5</sup> Na vigência da República, os mais ardorosos republicanos mudaram o nome da Avenida Pedro II, em São Cristóvão, antiga Rua do Imperador, para Avenida Pedro Ivo, em homenagem ao capitão de Artilharia, malgrado herói da rebelião Praieira.

<sup>6</sup> Antônio Correia Seara, graduado no posto de marechal de campo por Decreto de 14 de maio de 1849, deixara o Comando das Armas da Bahia, em 31 de dezembro de 1849, por haver sido transferido para o Comando das Armas de Pernambuco. Na época, era presidente da província o conselheiro Honório Hermeto Carneiro Leão, que tomara posse em 2 de julho de 1849, governando até abril seguinte.

<sup>7</sup> REGO, F. R. de Mello. *Rebelião Praieira*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899.

## Capítulo VIII

<sup>1</sup> DUARTE, Paulo de Queiroz. *Lecor e a Cisplatina: 1816-1828*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1984. 3 v.

<sup>2</sup> Egéria, ninfa profética de quem o rei Numa, segundo lenda romana, recebia conselhos no Bosque de Arícia. Seu nome passou a designar conselheira secreta, mas ouvida.

- <sup>3</sup> Depois da pacificação do Rio Grande do Sul, Caxias foi distinguido com o título de conde, em 2 de março de 1845.
- <sup>4</sup> Semelhante medida foi tomada no início da campanha do Paraguai contra Solano López, em 1865.
- <sup>5</sup> BARROSO, Gustavo. *História Militar do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

## Capítulo IX

- <sup>1</sup> Senador e conselheiro de Estado.
- <sup>2</sup> CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da campanha do Paraguai, 1865-1870*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1948.
- <sup>3</sup> Os “motivos conhecidos” a que se referia o ministro eram os embaraços impostos pelo governo do Paraguai à conclusão do tratado apresentado pelo Governo Imperial, em 3 de outubro de 1857.

## Capítulo X

- <sup>1</sup> Francisco Gomes de Freitas, no Almanaque do Exército de 1858, era alferes de 27 de outubro de 1842 e o major nº 6, do Quadro de Estado-Maior de 1ª classe. Era também bacharel em matemática.
- <sup>2</sup> O termo hospício correspondia na época a albergue ou abrigo.
- <sup>3</sup> *O Hyssope*, poema herói-cômico em versos soltos, de autoria de Antônio Dinis da Cruz e Silva, aborda uma ridícula questiúncula entre eclesiásticos da Sé, em Elvas, Portugal. Foi escrito com graça, ainda que em versos medíocres. Não obstante, foi vertido para o francês sob o título *La Goupillon*.
- <sup>4</sup> É possível que nesse convento tenha-se aquartelado o 3º Batalhão de Granadeiros, criado com o Decreto de 1º de dezembro de 1824. Na época, o 1º dessa designação encontrava-se aquartelado no Campo de Santana; o 2º, em São Cristóvão. O 3º era formado com mercenários alemães, nos Barbonos. Esses dois últimos, em face de séria insubordinação, foram embarcados para a Europa, ainda no governo de D. Pedro I.
- <sup>5</sup> Charles de Ribeyrolles, publicista e político francês, nasceu em Martel, no Departamento de Lot, em 1812. Foi um enamorado da nossa terra. Em estado de penúria, partiu para o Brasil em 1858 e escreveu *Brésil Pittoresque*, em edição bilíngue em 1859 da qual foi reproduzida nova edição brasileira em 1941, sendo considerado um notável trabalho sob todos os pontos de vista. Em véspera de seu regresso à pátria, a febre amarela o prostrou dias antes de embarcar.

- <sup>6</sup> Tal decisão foi tomada em consequência da partida do grosso do Corpo Policial para a Guerra do Paraguai, sob a designação de 31º Corpo de Voluntários da Pátria, o qual teve notável desempenho.
- <sup>7</sup> O Artigo 57 do Regulamento, aprovado pelo Decreto nº 2.081, de 16 de janeiro de 1858, determinava: “Quando qualquer praça não se comportar regularmente no Corpo, o Comando-Geral poderá requerer ao ministro e secretário dos Negócios da Justiça a passagem das mesmas praças para qualquer Corpo de 1ª Linha, no qual servirá provisoriamente até completar o tempo de engajamento marcado para as praças do Exército.”
- <sup>8</sup> STUDART FILHO, Carlos. *Antônio de Sampaio*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1966.
- <sup>9</sup> *O Brasil Colonial e Brasil Império*. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Commercio, 1927.
- <sup>10</sup> O Marquês de Tamandaré era natural da cidade do Rio Grande, porto de mar do Rio Grande do Sul.
- <sup>11</sup> Mataporcos é hoje Rua Estácio de Sá, em memória do valente português sobrinho de Mem de Sá, designado pelo tio, na Bahia, para expulsar os franceses do Rio de Janeiro.

## Capítulo XI

- <sup>1</sup> LIMA, Mauro Lopes. *O infante imortal*. São Paulo: Caravelas, 1966.
- <sup>2</sup> DUARTE, Paulo de Queiroz. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1981.
- <sup>3</sup> Era comandante do 4º Batalhão de Infantaria o tenente-coronel Salustiano Jerônimo dos Reis, depois Barão de Camaquã, que tanto iria se destacar na Guerra do Paraguai.
- <sup>4</sup> André Alves de Oliveira Bello, depois do ferimento do coronel Carlos Resin, foi designado para assumir o comando da 2ª Brigada. Na Batalha de Tuiuti, em 24 de maio de 1866, já comandava a 5ª Brigada da Divisão Encouraçada do brigadeiro Antônio de Sampaio.
- <sup>5</sup> BARROSO, Gustavo. *A guerra de Flores: contos e episódios da campanha do Uruguai 1864-1865*. São Paulo: Nacional, 1939.
- <sup>6</sup> *Rumiar* (em espanhol) traduz-se por ruminar. Em sentido figurado, significa pensar demoradamente a respeito de algo.

## Capítulo XII

- <sup>1</sup> Osorio nasceu em 10 de maio de 1808.
- <sup>2</sup> Na época, o vapor *Apa* era o navio chefe da esquadra de Tamandaré e estava sob o comando do capitão-tenente Salema Garção. Construído na Inglaterra, em outubro

de 1859, fora fretado pelo governo para servir à comitiva do imperador em sua viagem ao Nordeste.

<sup>3</sup> FONSECA LOBO, João Miguel da. *A camponesa*: traços românticos. Fortaleza: [s. n.], 1914.

<sup>4</sup> Caxias ao assumir o comando do Exército, em novembro de 1866, alterou a designação de alguns Corpos de Voluntários. O 6º, da província do Rio de Janeiro, passou a ser nomeado 33º Corpo de Voluntários da Pátria.

<sup>5</sup> *Eponina* era o vapor que servia de hospital de sangue na invasão do Paraguai. Em 1867, foi consumido por violento incêndio, perecendo no desastre grande número de doentes. Quando ocorreu o acidente, o navio estava atracado na barranca do Rio Paraguai, junto a Curuzu. Nunca se conseguiu saber ao certo a causa da catástrofe nem o número exato de vítimas. Sua designação deveu-se à homenagem do almirante Tamandaré ao conselheiro Francisco Otaviano de Almeida Rosa, cuja esposa se chamava Eponina Muniz Barreto. O navio foi adquirido por subscrição de brasileiros residentes em Buenos Aires.

## Capítulo XIII

<sup>1</sup> Artigo de autoria de Escragnolle Doria, publicado anos depois em revista ilustrada do Rio de Janeiro.



## REFERÊNCIAS

- ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. *Requerimentos e certidões de Sampaio*.
- AMARAL, José Ribeiro do. Apontamentos para a história da revolução da Balaiada na Província do Maranhão. São Luiz: Typografia Teixeira, 1906. 3v.
- BARROSO, Gustavo. *História Militar do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.
- . *O Brasil em face do Prata*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1952.
- CARNEIRO, Edison. *A insurreição praieira*. Rio de Janeiro: Conquista, 1960.
- CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da campanha do Paraguai, 1865-1870*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1948.
- CHANDLER, Billy Jaynes. *Os Feitosas e o Sertão dos Inhamuns*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- CRUZ, Ernesto. *Temas da História do Pará*. Belém: SPVEA, 1960.
- DOURADO, Joaquim de Jesus. *Terra dos balaios*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1969.
- Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. 23v.
- FÉ de Ofício de Antonio de Sampaio. Arquivo do Exército.
- FONSECA LOBO, João Miguel da. *A camponesa*: traços românticos. Fortaleza: [s. n.], 1914.
- FRAGOSO, A. Tasso. *História da guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. 2. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1956-60. 5v.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Brasil monárquico*. In: *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.
- LAGO, Laurênio. *Os generais do Exército de 1880-1889*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1942.
- MEDRADO, Landulfo. *Os cortesãos e a viagem do imperador*. Recife: [s. n.], 1869.
- LIMA, Mauro Lopes. *O infante imortal*. São Paulo: Caravelas, 1966.
- LOBO, Luiz. *História militar do Pará*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1943.
- MACEDO, Nertan. *O bacamarte dos Mourões*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1966.

- MACEDO SOARES, H. Duque-Estrada de. *A guerra de Canudos*. Rio de Janeiro: Typ. Altina, 1902.
- MARQUES, César Augusto. *Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão*. Rio de Janeiro: Cia Editora Fon-Fon e Seleta, 1970.
- MELLO Rego. *Rebelião praieira*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899.
- MENEZES, Luis B. Alardo de. *Memória da Capitania do Ceará*.
- MONTENEGRO, José Arthur. *Apontamentos biográficos de Antônio de Sampaio*. [s. l.]: Arquivo da Biblioteca Sul-Rio-Grandense, [—?].
- O Brasil Colonial e Brasil Império*. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Commercio, 1927.
- Ordens do Dia da Ajudância-General 1830.
- Ordens do Dia do 1º Corpo de Exército em operações no Paraguai 1865-1866.
- RAIOL, Domingos Antonio. *Motins políticos ou história dos principais acontecimentos políticos da província do Pará, desde o ano de 1821 até 1835*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970.
- REGO, Gustavo Moraes. Notas sobre o Pará. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, 1965.
- RIBEYROLLES, Charles de. *Brasil pitoresco*. São Paulo: Martins, 1941.
- SILVA, Alfredo Pretextato Maciel da. *Os generais do Exército Brasileiro de 1822-1889: traços biográficos*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1940.
- SOUSA, Eusébio de. *História militar do Ceará*. Fortaleza: [s. n.], 1959.
- . *Sampaio: Patrono da Infantaria. Escorço biográfico 1810-1866*. Fortaleza: Edísio Editor, 1938.
- SOUZA, Affonso Ruy. *Dossier do marechal Pedro Labatut*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1960.
- STUDART FILHO, Carlos. *Antônio de Sampaio*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1966.
- VASCONCELLOS, Genserico de. *História militar do Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1941.



COMPOSIÇÃO E DIAGRAMAÇÃO	MURO PRODUÇÕES GRÁFICAS
QUANTIDADE DE PÁGINAS	328
FORMATO	16 x 23CM
MANCHA	28 x 42 PAICAS
TIPOLOGIA	MINION
PAPEL DE MIOLO	OFFSET 75G
PAPEL DE CAPA	CARTÃO SUPREMO 240G
IMPRESSÃO E ACABAMENTO	FLAMA RAMOS ACABAMENTO E MANUSEIO GRÁFICO
TIRAGEM	3.000 EXEMPLARES